

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e
das relações de trabalho em Presidente Prudente:
subsídios para a compreensão da dinâmica regional
através do trabalho e do emprego formal.**

NILDO APARECIDO DE MELO

PRESIDENTE PRUDENTE
2008.

NILDO APARECIDO DE MELO

Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente: subsídios para a compreensão da dinâmica regional através do trabalho e do emprego formal.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente UNESP, para obtenção do título de Mestre em Geografia (Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental).

Orientador: Prof. Dr. Marcio Rogério Silveira.

PRESIDENTE PRUDENTE

2008

“Um nordestino de Antenor Navarro, interior da Paraíba, com a quarta série do ensino fundamental incompleta e repleto de sonhos no Sudeste deste nosso imenso país. Saqueiro, pedreiro e feirante, um trabalhador incansável, num esforço sobre-humano para “criar” seus cinco filhos. Seu nome: Francisco Raimundo de Melo. Meu pai, meu amigo, meu conselheiro, meu ídolo e meu herói da vida real, que mesmo estando ausente desde maio de 1995, continua presente em todas as minhas realizações e conquistas e em todos os momentos da minha vida. A quem dedico este trabalho e reafirmo todo o meu amor pleno e irrestrito. Hoje posso gritar ao mundo: pai você foi um grande **VENCEDOR**”.

AGRADECIMENTOS

Ao Diretor Interino da Secretaria das Relações de Trabalho de Presidente Prudente, Senhor Jeremias, e sua assistente Darci, pelo espaço concedido para a realização das entrevistas com os desempregados cadastrados no referido balcão de emprego.

Aos representantes das empresas Vitapelli/Vitapeti, Regina Festas e Bebidas Funada (Valéria Garbulio, Ana Carolina e Ricardo Tenório) pelas entrevistas concedidas e pelas informações sobre as respectivas empresas.

Ao Presidente do Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente, Edmilson Trevisan, pelas informações sobre as transformações do setor bancário nas últimas décadas.

Ao Senhor Eurides e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo (Vicente Lopes da Silva), pela entrevista e pelas informações complementares sobre as empresas Vitapelli/Vitapeti e Curtume Touro.

Ao Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Presidente Prudente (Luis Carlos), pela entrevista concedida sobre a atuação da empresa Staner na economia local.

Ao Bruno Videira, da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de Presidente Prudente, pela valiosa contribuição para a realização da pesquisa.

Aos amigos de pós-graduação Nelsinho, Carlão, Élson, Ana Cristina, Sampaio, Hans, Sônia, Adriano, Adriana, Adriano Amaro, Silvia, Ana Paula, entre outros, pelos momentos prazerosos e divertidos e pelas contribuições valiosas a pesquisa.

Aos colegas de trabalho da Diretoria Regional de Ensino de Santo Anastácio, em especial a Madalena, Cecília, Rosivânia, Pedro, Zico e Izênio, pelo apoio, pela amizade e pelas horas gratificantes de convívio.

Aos educadores da EE Prof^a. Mirella Pesce Desidere, em especial a coordenadora pedagógica Célia e as professoras Mazé, Cíntia, Lia, Graça, Eliane, Luziana, José Roberto, entre outros, pela força, pela torcida e pela amizade.

Às colegas de trabalho da Diretoria de Ensino de Presidente Prudente, especialmente a Maria Lúcia Manfrim, Juraci, Pedro, Gislene e Supervisora de Ensino Eunice, pelo apoio e amizade.

Ao Prof. Dr. Marcio Rogério Silveira, pela orientação, pelo esforço e pela amizade que emergiu desses dois anos de trabalho de orientação. Meu agradecimento especial e um abraço fraterno e carinhoso.

À minha princesinha, “meu pão de mel”, Bela até no nome a qual penso em todos os momentos e que serviu sempre de alento e estímulo nos momentos de angústia e dúvida sobre as coisas mais triviais da vida.

Para a minha querida e amável esposa (minha preta), um abraço apertado e um beijo amoroso, retribuição ao sentimento indescritível e inaudito que compartilhamos nesses dez anos de convívio e aliança matrimonial.

Ao mestre de todos os momentos Sérgio Braz Magaldi, incentivador e colaborador incontestado deste trabalho. Orientador do bacharelado que instigou essa investigação científica com textos de Jorge Mattoso sobre a “*Desordem do Trabalho*”, um agradecimento muito especial e um abraço fraterno.

Às bibliotecárias da Unesp, pelo apoio técnico e pelas dúvidas sanadas com relação às normas técnicas da ABNT.

Aos trabalhadores da seção de pós-graduação, Márcia, Erynati, Edmilson, André e Ivonete, pelo atendimento e pelo apoio técnico dispensado aos pós-graduandos em geral.

Ao mestrando Oséias Martinuci e a mestranda Paula Lindo pela elaboração dos mapas sobre os trabalhadores desempregados de Presidente Prudente.

Ao Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo e ao Prof. Dr. Eliseu Savério Spósito pelas contribuições valiosas sugeridas na banca de qualificação de mestrado.

Agradecimento aos Profs. Drs. Eliseu Savério Sposito e Marcelino de Andrade Gonçalves pela participação na banca de defesa, pelo debate de idéias e pelas valiosas contribuições para o aprofundamento desta dissertação de mestrado.

“Os poderosos podem matar uma, duas ou até três rosas, mas jamais poderão deter a primavera”.

Che Guevara

RESUMO

No início da década de 1970, o modelo de desenvolvimento fordista entrou em crise, desencadeando um movimento de reestruturação do capitalismo no sentido da retomada do processo de acumulação/reprodução de capital. As transformações estruturais do capitalismo envolveram elementos significativos do modo de produção, permeadas especialmente pela globalização/mundialização econômica e financeira, pelo advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e pela hegemonia das políticas neoliberais de liberdade irrestrita do mercado, engendrando o redimensionamento do processo produtivo e a reorganização do trabalho na produção, assim como a crise do mundo do trabalho. No Brasil, a adoção das políticas neoliberais pelo presidente Fernando Collor de Mello e o aprofundamento nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, colocaram fim ao processo histórico de formalização das relações de trabalho, iniciadas na década de 1930 sob o governo de Getúlio Vargas. Através de um conjunto de medidas macroeconômicas implementadas ao longo da década de 1990, tais como a abertura comercial e financeira, a privatização/concessão de empresas estatais e a Reforma do Estado nacional, o neoliberalismo engendrou a desestruturação do mundo do trabalho, com o aumento do desemprego, da informalidade do trabalho e da precarização das condições e relações de trabalho. Mesmo com a recuperação do emprego formal sob o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, permaneceram os problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro, tais como a manutenção de taxas elevadas de desemprego, a informalidade do trabalho e a precarização das condições e relações de trabalho, através da instabilidade do emprego formal, expresso na elevada rotatividade da mão-de-obra empregada. Em Presidente Prudente, após a desestruturação do mercado de trabalho ao longo da década de 1990, a criação de empregos formais não tem sido suficiente para dar cabo da grave crise do mundo do trabalho, mantendo-se o desemprego elevado, a informalidade do trabalho, a alta rotatividade da mão-de-obra empregada, a precarização das condições e relações de trabalho, a inempregabilidade para determinadas camadas de trabalhadores e a concentração dos trabalhadores desempregados nas áreas periféricas do município, num contexto de predomínio da base técnico-produtiva fordista/taylorista, associada a algumas inovações relacionadas a acumulação flexível de capital nos últimos anos.

Palavras-chave: fordismo, trabalho, emprego, desemprego, dinâmica regional.

RÉSUMÉ

Au début des années 1970, le modèle de développement fordiste est entré en crise, ce qui déclenche un mouvement de restructuration du capitalisme vers la reprise du processus d'accumulation et de reproduction du capital. La transformation structurelle du capitalisme d'importants éléments du mode de production, en particulier imprégné par la mondialisation économique et financière, l'avènement de la Troisième Révolution Industrielle et de la Technologie et l'hégémonie de politiques néolibérales sans restriction de la liberté du marché, engendrant le redimensionnement du processus de production et réorganisation du travail dans la production ainsi comme que la crise dans le monde du travail. Au Brésil, l'adoption de politiques neolibérales par le Président Fernando Collor de Mello et d'approfondir les deux termes du Président Fernando Henrique Cardoso, mettre fin au processus historique de formalisation des relations de travail, qu'il a commencé dans les années 1930 sous le gouvernement de Getúlio Vargas. Grâce à un ensemble de mesures macro-économiques mises en place au cours de la décennie de 1990, telles que l'ouverture des échanges et des finances, la privatisation et l'octroi des entreprises d'Etat et de la Réforme de l'Etat National, le néolibéralisme a causé la détérioration du monde du travail, avec la la montée du chômage, le caractère informel du travail et la précarité des conditions et relations de travail. Même avec la reprise de l'emploi formel sans le cadre du gouvernement du président Luiz Inacio Lula da Silva, il est resté l'historique des problèmes du marché de travail du Brésil, tels que le maintien de taux élevés de chômage, le caractère informel du travail et l'instabilité de l'emploi formel, exprimé en taux élevé de rotation de la main-d'oeuvre employée. En Presidente Prudente, après la détérioration du marché du travail au cours de la décennie de 1990, la création d'emplois formels n'a pas été suffisante pour résoudre la grave crise dans le monde du travail, tandis que le taux de chômage élève, le caractère informel du travail, le taux élève de rotation de la main-d'oeuvre employée, la dégradation de la situation et des conditions et des relations de travail. Il y est resté le chômage à certaines sections des travailleurs et la concentration de travailleurs sans emploi dans les zones périphériques de la municipalité, dans un contexte de la prédominance de la technique de base et de production fordiste et tayloriste, associé à certaines innovations liées à l'accumulation du capital au cours des dernières années.

Mots-clés: fordisme, le travail, l'emploi, le chômage, la dynamique régionale.

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Participação na população e na renda mundial (1993).....	50
Gráfico 2: Taxa Real de Variação do PIB Total e “Per Capita” (1980/1995).....	81
Gráfico 3: Nível real de atividade econômica – Brasil – Século XX.....	90
Gráfico 4: Estrutura ocupacional segundo a distribuição de empregos formais pelos grandes setores de atividade econômica – Brasil – 1997/1999.....	100
Gráfico 5: Lucro líquido semestral dos seis maiores bancos do Brasil – 2006 e 2007.....	107
Gráfico 6: Variação do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo – 2006.....	110
Gráfico 7: Remuneração média, segundo gênero e grau de instrução – Brasil 2005.....	112
Gráfico 8: Rotatividade dos trabalhadores por setor de atividade econômica Brasil 2004.....	113
Gráfico 9: Situação dos ocupados na construção civil – Brasil – 1999.....	115
Gráfico 10: Estrutura ocupacional do emprego formal em Presidente Prudente 1996/2006.....	128
Gráfico 11: Variação absoluta de empregos formais – Presidente Prudente 1996/1998.....	130
Gráfico 12: Variação relativa de empregos formais – Presidente Prudente 1996/1998.....	131
Gráfico 13: Variação absoluta de empregos formais – Presidente Prudente 1999/2002.....	137
Gráfico 14: Variação relativa de empregos formais – Presidente Prudente 1999/2002.....	138
Gráfico 15: Variação absoluta de empregos formais – Presidente Prudente 2003/2006.....	141
Gráfico 16: Variação relativa de empregos formais – Presidente Prudente 2003/2006.....	142
Gráfico 17: Variação absoluta de empregos formais – Presidente Prudente 1996/2006.....	150

Gráfico 18: Variação relativa de empregos formais – Presidente Prudente 1996/2006.....	150
Gráfico 19: Rotatividade dos trabalhadores por setor de atividade econômica – Presidente Prudente 2006.....	153
Gráfico 20: Tempo de permanência no emprego por escolaridade – Presidente Prudente 2006.....	171
Gráfico 21: Remuneração do trabalho por gênero e por faixa salarial – Presidente Prudente 2006.....	172
Gráfico 22: Trabalhadores vulneráveis à inempregabilidade por escolaridade – Presidente Prudente 2007.....	178
Gráfico 23: Trabalhadores propensos à inempregabilidade por tempo de desemprego – Presidente Prudente 2007.....	179

Índice de Tabelas

Tabela 1: Taxas anuais de variação do PIB segundo setores de atividades, da população total e do emprego entre 1940 e 1980.....	73
Tabela 2: Distribuição da variação da população ocupada não-agrícola Brasil 1979/1983.....	79
Tabela 3: Estado <i>Versus</i> Sociedade – 1996.....	89
Tabela 4: Evolução do emprego formal por subsetores da atividade econômica – Brasil – 1989/1996 (base 1989 = 100).....	98
Tabela 5: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil - janeiro de 1997 a dezembro de 1999.....	99
Tabela 6: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil - janeiro de 2000 a dezembro de 2002.....	102
Tabela 07: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil - janeiro de 2003 a junho de 2006.....	109
Tabela 08: Taxas de desemprego, segundo tipo de RMS (1) - 1998-2006.....	111
Tabela 09: Indicadores de ocupação para o total das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – 1994-1996 (%)......	111
Tabela 10: Participação de Regiões Administrativas selecionadas no VTI (Valor de Transformação Industrial) em %.....	125
Tabela 11: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente – 1996/1998.....	129
Tabela 12: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica no Estado de São Paulo – 1996/1998.....	134
Tabela 13: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na Região de Presidente Prudente – 1996/1998.....	134
Tabela 14: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente – 1999/2002.....	136
Tabela 15: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica no Estado de São Paulo – 1999/2002.....	139

Tabela 16: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na Região de Presidente Prudente – 1999/2002.....	140
Tabela 17: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente – 2003/2006.....	141
Tabela 18: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica no Estado de São Paulo – 2003/2006.....	143
Tabela 19: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na Região de Presidente Prudente – 2003/2006.....	144
Tabela 20: Empregabilidade dos trabalhadores admitidos do setor formal em Presidente Prudente – por nível de escolaridade.....	165
Tabela 21: Comparação entre trabalhadores admitidos e desligados do setor formal em Presidente Prudente 2006 – por nível de escolaridade.....	166
Tabela 22: Empregabilidade dos trabalhadores desligados do setor formal em Presidente Prudente – por nível de escolaridade.....	173
Tabela 23: Perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente – por nível de escolaridade.....	175
Tabela 24: Perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente por gênero.....	181
Tabela 25: Estado Civil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente.....	182
Tabela 26: Tempo de desemprego dos trabalhadores em Presidente Prudente	182
Tabela 27: Perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente – por idade.....	183
Tabela 28: Perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente – por idade.....	184

Índice de Mapas

Mapa 1 – Localização do município de Presidente Prudente na 10ª Região Administrativa.....	121
Mapa 2 – Presidente Prudente-SP. Desemprego na Área urbana.....	157
Mapa 3 - Presidente Prudente-SP. Cadastrados a procura de emprego.....	158
Mapa 4 – Presidente Prudente-SP. Trabalhadores a procura de emprego – 2007.....	159
Mapa 5 – Presidente Prudente-SP. Trabalhadores desempregados com tendência a inempregabilidade – 2007.....	180

Índice de Quadros

Quadro 1: As mudanças da legislação trabalhista propostas em 2001 por Fernando Henrique Cardoso.....	105
Quadro 2: Último emprego dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente – 2007.....	168

SUMÁRIO

Introdução	16
1. Transformações estruturais do capitalismo e mundo do trabalho: desemprego, precarização e desestruturação do mercado de trabalho.....	25
1.1. Crise do fordismo: contextualização histórica, causas e conseqüências para o mundo do trabalho.....	26
1.2. Globalização e transformações no mundo do trabalho.....	32
1.3. Neoliberalismo: ideologia da livre-iniciativa e do livre-mercado de trabalho.....	41
1.4. Terceira Revolução Industrial, reorganização do trabalho na produção e redimensionamento do processo produtivo.....	51
1.5. Considerações Finais ao Capítulo 1.....	61
2. Reestruturação capitalista no Brasil – desestruturação do mundo do trabalho, desemprego e precarização das condições e relações de trabalho.....	65
2.1. Desenvolvimento histórico da economia brasileira e o processo de formalização do mercado de trabalho nacional.....	66
2.2. Crise da dívida externa, estagnação econômica e os primeiros sinais de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro na década de 1980.....	76
2.3. Neoliberalismo e desestruturação do mercado de trabalho nacional nos anos de 1990.....	82
2.4. Governo Lula, trabalho e emprego – o desemprego e a rotatividade da mão-de-obra como principais fatores de ajuste estrutural do capitalismo brasileiro.....	103
2.5. Considerações Finais ao Capítulo 2.....	116
3. Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente no período de 1996 a 2006.....	119
3.1. Evolução histórica da economia prudentina: da agricultura e da industrialização a predominância da economia de serviços em Presidente Prudente.....	122

3.2. Crescimento populacional, População Economicamente Ativa e o elevado desemprego em Presidente Prudente.....	145
3.3. Rotatividade e instabilidade no mercado de trabalho formal em Presidente Prudente.....	152
3.4. A concentração dos trabalhadores desempregados nas áreas periféricas de Presidente Prudente.....	154
3.5. Considerações Finais ao Capítulo 3.....	160
4. Evolução e dinâmica das relações de trabalho: empregabilidade dos trabalhadores e a manutenção da base produtiva fordista/taylorista na economia prudentina.....	162
4.1. Modificações no perfil dos trabalhadores de Presidente Prudente entre 1997 e 2007.....	164
4.2. Transformações no perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente entre 1997 e 2007.....	174
4.3. Reestruturação produtiva do capital em Presidente Prudente: permanência dos métodos fordistas/tayloristas de produção em massa e de controle rígido do trabalho associados à adoção parcial da acumulação flexível de capital.....	185
4.4.Considerações Finais ao Capítulo 4.....	197
Considerações Finais.....	199
Referências Bibliográficas.....	208
Anexos.....	217

Introdução

No início da década de 1970, o modelo de desenvolvimento fordista entrou em crise, determinando o fim da época de ouro do capitalismo e do pacto de classes que engendrou o redimensionamento das relações capital/trabalho, relativamente favorável aos trabalhadores numa sociedade de “bem-estar social” e com o Estado controlando e coordenando as políticas de crescimento econômico com distribuição de renda e igualdade social, no pós-guerra nos países capitalistas avançados. Esta conjuntura desfavorável a acumulação redirecionou o movimento mais amplo do capitalismo para a reestruturação produtiva e econômica, como resposta à grave crise de rentabilidade e produtividade que recaía sobre o capital e as taxas de reprodução e acumulação de mais-valia no período em questão.

Esse movimento de reestruturação capitalista apontou para transformações no mundo do trabalho, com a desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho, o aumento dos índices de desemprego e da informalidade do trabalho, apresentada como única forma de sobrevivência para amplas camadas de trabalhadores excluídas do mercado de trabalho formal, a crise na representatividade dos trabalhadores, notadamente do movimento sindical, colocado na defensiva e o redimensionamento das condições de empregabilidade dos trabalhadores nas últimas décadas do Século XX e nos anos iniciais do Século XXI.

Esta dissertação de mestrado tem o objetivo de analisar e compreender a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente, como forma de oferecer subsídios para a compreensão da dinâmica regional através do trabalho e do emprego formal em nível local e regional, tendo como referencial o movimento de reestruturação do capitalismo e a inserção do Brasil na (re)divisão internacional do trabalho em curso, além do processo de evolução do capitalismo local e regional e suas peculiaridades intrínsecas.

Dessa maneira, o objeto de estudo foi delimitado levando em conta o recorte **temático** (evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho), **espacial** (Presidente Prudente e demais escalas geográficas interconectadas) e **temporal** (de 1996 a 2006 para o mercado de trabalho formal e 1997 a 2007 para as relações de trabalho e outros momentos históricos apreendidos), com a proposição dos seguintes objetivos específicos que foram analisados durante a pesquisa:

- a) reflexão crítica sobre o movimento de reestruturação do capitalismo e seus desdobramentos sobre a economia brasileira, baseada em autores e obras selecionadas sobre trabalho, emprego e desemprego nos dias atuais, abordando suas conseqüências para o mercado de trabalho nacional, local e regional;
- b) análise da evolução e da dinâmica dos níveis de emprego/desemprego no setor privado em Presidente Prudente, no período de 1996-2006, permeada pelo aprofundamento das reflexões e conclusões resultantes de pesquisa de bacharelado;
- c) caracterização do perfil dos trabalhadores desempregados no mercado de trabalho local, com o mapeamento dos bairros de residência dos desempregados do município, através da atualização do mapa do desemprego elaborado em pesquisa de bacharelado.

Para atingir os objetivos propostos, os principais procedimentos metodológicos adotados foram:

- a) ampla revisão bibliográfica, tendo como referencial a abordagem dos temas sobre fordismo, taylorismo, economia flexível, trabalho, emprego, desemprego, políticas públicas de emprego, mercado de trabalho, informalidade, inempregabilidade, empregabilidade, trabalhabilidade entre outros;
- b) pesquisa na Internet sobre órgãos e instituições especializadas em coleta e análise de dados sobre trabalho e emprego;
- c) pesquisas em órgãos públicos e/ou privados geradores de informações sobre trabalho e emprego, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Governo do Estado de São Paulo (SERT), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outros;

d) coleta e análise de dados sobre o mercado de trabalho local e regional, utilizando-se basicamente do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal. Todas as informações referentes ao CAGED foram levantadas através de coleta *on-line* no próprio *site* do Ministério do Trabalho;

e) atividades de campo, com entrevistas junto aos trabalhadores desempregados na Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho local, em empresas selecionadas do município e em sindicatos ligados a determinadas categorias de trabalhadores e a determinados segmentos de atividade da economia prudentina.

A opção pelos grandes setores de atividade econômica (indústria, comércio, serviços, construção civil e agropecuária, acrescentada do setor de outros/ignorados, tido como um setor que abrange a classificação de atividades de difícil enquadramento nos demais setores), foi permeada pelo objetivo principal da pesquisa que é uma análise da evolução e da dinâmica temporal e espacial do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente e não de uma análise mais aprofundada sobre a evolução das atividades ocupacionais por subsetores de atividade econômica, baseada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) ou na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), também constantes das classificações do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego.

A caracterização do perfil dos trabalhadores desempregados por zonas da cidade, destacando-se os bairros com os maiores e os menores índices de desemprego, com o intuito de auxiliar na elaboração de políticas públicas de geração de emprego e renda diferenciadas territorialmente, como uma das alternativas para a superação do problema do desemprego em Presidente Prudente, tendo como referencial o cadastro geral de desempregados da Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho (SERT) local, ficou prejudicada pelo não acesso ao banco de dados da instituição, obrigando o redirecionamento metodológico para a realização de entrevistas com trabalhadores desempregados nas próprias dependências da instituição, durante os meses de setembro e outubro de 2007.

A determinação do tamanho da amostragem relacionada ao total de trabalhadores desempregados (500 entrevistados), foi estabelecida tomando como referência as especificações constantes na obra de Lúcia Helena de Oliveira

Gerardi, intitulada *Quantificação em Geografia*, página 14, onde se encontram diretrizes para o estabelecimento do total de entrevistados em relação ao tamanho geral da população que se quer pesquisar e conhecer cientificamente através de pesquisa qualitativa e quantitativa (a SERT forneceu o número total de cadastrados, apesar da precária manutenção do banco de dados, relacionada aos trabalhadores que conseguem colocação ao serem encaminhados e aos trabalhadores de municípios vizinhos, que fazem parte do cadastro geral, juntamente com os trabalhadores prudentinos).

Também não foi possível a utilização de dados sobre o mercado de trabalho local referentes aos cadastros da SERT, pela não permissão da instituição do acesso às informações levantadas junto aos trabalhadores desempregados que procuram o balcão de empregos todos os dias, com o objetivo de se (re)inserirem formalmente no mercado de trabalho, com todas as garantias legais e constitucionais asseguradas pela Legislação Trabalhista em vigor no Brasil.

No entanto, as entrevistas com os trabalhadores desempregados apresentaram-se mais fecundas do que o simples acesso ao banco de dados da instituição, com o levantamento de informações essenciais para a análise mais aprofundada do mercado de trabalho formal do município concernente à evolução e a dinâmica na empregabilidade dos trabalhadores locais, possibilitando a caracterização ampla do perfil dos desempregados prudentinos. As informações apontaram proveitosamente ainda para a situação de fragilidade social de segmentos de trabalhadores propensos ao desemprego de longa duração ou à exclusão permanente do mercado de trabalho formal, através da inempregabilidade, suscitando reflexões acerca da emergência de políticas públicas específicas para esses trabalhadores.

Entrevistas de campo em empresas prudentinas selecionadas se fizeram necessárias, como forma de complementar as análises sobre os impactos das transformações estruturais do capitalismo sobre a estrutura produtiva local, por meio da abordagem da inserção dessas empresas na economia globalizada (através da exportação de produtos locais), da adoção de novas tecnologias no processo produtivo e da aplicação dos novos métodos de gestão da força de trabalho, denominados de acumulação flexível de capital, no sentido de compreender as mudanças ou continuidades no padrão técnico e na forma de inserção externa das

referidas empresas selecionadas, sempre articulando as informações com as modificações e transformações no mercado de trabalho nas últimas décadas.

Conseqüentemente foram realizadas entrevistas de campo nas empresas Vitapelli/Vitapeti de artefatos de couro, nas Bebidas Funada Ltda, na Regina Festas Ltda e no Curtume Touro de Presidente Prudente. Como complementação de informações fornecidas por essas empresas¹, também foram realizadas entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Presidente Prudente e no Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região (com relação às transformações no setor financeiro e bancário das últimas décadas).

Não foi possível uma abordagem das características técnico-produtivas das Indústrias Alimentícias Liane Ltda, apesar da quantidade de trabalhadores que emprega e a estrutura produtiva que mantém no município, com a manutenção de frota própria para o transporte de funcionários, por exemplo, não havendo o atendimento tanto por parte da empresa como do sindicato que representa os trabalhadores do setor. A análise relativa à empresa Staner Ltda foi realizada tomando-se por base apenas uma fonte de informação, representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Presidente Prudente, pelo não atendimento por parte da empresa de solicitações de entrevista e de conhecimento *in loco* de sua estrutura produtiva.

Ademais, na pesquisa levanta-se a **hipótese** de que o movimento de retomada do processo de formalização e de assalariamento formal do trabalho, através da recuperação dos níveis e estoques de empregos formais verificados em nível nacional, não foram suficientes para superar o grave problema do desemprego e da informalidade na economia local e não houve transformações significativas na estrutura produtiva, permeada pela adoção ampla dos novos preceitos da reprodução e acumulação de capital vigente nos países capitalistas avançados, tais como a aplicação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra no processo produtivo e da implementação de métodos relacionados à acumulação flexível de capital,

¹ Essas informações complementares foram necessárias, pois muitas empresas limitaram-se a fornecer apenas dados simplificados ou se recusaram a aprofundar determinados temas durante a entrevista, como por exemplo, informações referentes às relações de trabalho no interior do processo produtivo ou a forma de controle social do trabalho por parte da empresa.

através de novas formas de gestão da força de trabalho, que justifique a ampla desestruturação do mercado de trabalho prudentino e a precarização do trabalho verificado nas últimas décadas.

No decorrer da pesquisa e da dissertação, a hipótese sobre a recuperação do mercado de trabalho formal e as transformações da base técnico-produtiva local, com a exigência cada vez maior de escolaridade para a contratação e manutenção do emprego com carteira assinada, será comprovada ou refutada, levando-se em consideração as transformações do capitalismo a partir da década de 1970 e a crise do mundo do trabalho no Brasil, especialmente ao longo da década de 1990.

Dessa forma, no primeiro capítulo a análise recairá sobre a caracterização do modelo de desenvolvimento tornado hegemônico no pós-guerra nos principais países capitalistas avançados, as causas da crise do fordismo no início da década de 1970 e o movimento de reestruturação capitalista desencadeado a partir daí.

Esse movimento de reestruturação capitalista será abordado através da análise do processo de retomada da globalização econômica e financeira ou da mundialização do capital, colocada na perspectiva do trabalho e do emprego, da aplicação do conjunto de políticas de liberdade irrestrita do mercado, denominadas neoliberais, que indicam também a desregulamentação e flexibilização das condições e relações de trabalho, do advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, com a adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, da reorganização do trabalho na produção e do redimensionamento do processo produtivo, como instrumentos racionalizadores da produção e reorientadores do processo produtivo para o aumento da produtividade e da lucratividade do capital.

Todas essas transformações são apresentadas como concomitantes e determinantes da crise do mundo do trabalho representada pelo aumento do desemprego, da informalidade do trabalho, da instabilidade no emprego e da precarização das condições e relações de trabalho nas últimas décadas.

Posteriormente, a discussão será realizada tendo em vista o esgotamento do modelo de industrialização nacional e o processo de abertura comercial e financeira posto em movimento no início da década de 1990 pelo

presidente Fernando Collor de Mello, estabelecendo a posição do Brasil frente às transformações do capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, será analisada a questão do trabalho e do emprego no país pela perspectiva histórica, desde a formalização das relações de trabalho, iniciada pela elaboração da Legislação Trabalhista no Governo Vargas, a partir da década de 1930, até as tentativas de flexibilização legal das relações de trabalho na economia brasileira, com a implementação de políticas neoliberais de maior liberdade de mercado e de redução da participação do Estado na economia.

De tal modo, que no segundo capítulo será apresentada a reflexão sobre a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho e das relações de trabalho no Brasil, em concomitância com o processo de redirecionamento político-econômico e das transformações da economia nacional desde o início da década de 1990, abrangendo o governo Collor, os dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, através de uma discussão crítica das políticas econômicas adotadas no Brasil e das conseqüências para o funcionamento e a dinâmica do mercado de trabalho formal.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da evolução e da dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente por grandes setores de atividade econômica, seguindo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e disponibilizado no *site* da instituição na divulgação dos dados sobre emprego formal do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Governo Federal.

Essa dinâmica é compreendida neste trabalho como a expressão da crise do mundo do trabalho estabelecida no capitalismo contemporâneo, envolvendo o processo de evolução e desenvolvimento do capitalismo no nível local e regional e suas peculiaridades intrínsecas, através da análise da evolução histórica da economia prudentina, em consonância com a dinâmica do mercado de trabalho estadual e regional, do elevado desemprego no município atualmente, da alta rotatividade estabelecida para os trabalhadores empregados formalmente, como expressão da instabilidade nas relações de trabalho e da concentração dos trabalhadores desempregados nas áreas periféricas de Presidente Prudente, especialmente através da atualização do mapa do desemprego elaborado em

pesquisa anterior de bacharelado em Geografia.

Não se pode deixar de ressaltar que os dados e informações disponíveis no CAGED permitiram uma abordagem ampla da evolução do mercado de trabalho formal em diversas escalas geográficas, tanto em nível nacional e estadual, quanto na análise da realidade do emprego formal em Presidente Prudente e na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, possibilitando ainda a caracterização da estrutura ocupacional nessas diversas escalas e a apreensão do perfil dos trabalhadores empregados no município, com base na empregabilidade dos mesmos, das modificações nas condições profissionais dos trabalhadores e nas novas exigências para a inserção no mercado de trabalho e para a manutenção do emprego formal.

As transformações nas relações de trabalho, através da análise da evolução e da dinâmica na empregabilidade dos trabalhadores prudentinos será tema de discussão do quarto capítulo, com a explicitação das modificações no perfil dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada e com as garantias constitucionais asseguradas, com base em dados do CAGED e do banco de dados da Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho local (SERT), referente ao período compreendido entre 1997 e 1999. A apreensão das transformações no perfil dos trabalhadores desempregados no município no período entre 1997 e 2007, também será tema deste capítulo, numa tentativa de traçar e estabelecer relações entre desemprego elevado, novas exigências de empregabilidade e a informalidade do trabalho na economia prudentina, expressão das transformações econômicas ensejadas no capitalismo contemporâneo nas últimas décadas.

Neste capítulo também será analisada a base técnico-produtiva de empresas prudentinas selecionadas, integrada à implementação de novos métodos de acumulação flexível de capital ou a manutenção dos princípios fordistas/tayloristas de exploração da força de trabalho, com o objetivo de apreender e compreender em que medida as transformações do capitalismo implicam na desestruturação do mercado de trabalho formal ou se a crise do mundo do trabalho na economia prudentina e regional é resultado mais das especificidades do desenvolvimento local e regional, buscando-se compreender como esse processo afeta a classe trabalhadora e suas formas de representatividade política.

Em síntese, espera-se que os resultados deste estudo suscitem

reflexões sobre a problemática do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho e contribua nas discussões e na elaboração de alternativas para o enfrentamento do desemprego, da informalização e da precarização das condições e relações de trabalho, contribuindo também para a compreensão da dinâmica regional através da análise do trabalho e do emprego formal em Presidente Prudente e na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO E MUNDO DO TRABALHO: DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

“Ao mesmo tempo em que o capital tende, por um lado, necessariamente, a destruir todas as barreiras espaciais opostas ao tráfego, isto é, ao intercâmbio, e a conquistar a terra inteira como um mercado, ele tende, por outro lado, a anular o espaço por meio de tempo, isto é, a reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar ao outro”.

Karl Marx, In “Manuscritos de 1857-1858 (Grundrisse)”

A crise do fordismo, a partir da década de 1970, engendrou um movimento de reestruturação do capitalismo, através do desencadeamento de ações no sentido da retomada da acumulação/reprodução do capital, tais como a globalização econômica e financeira, a consolidação e implementação de políticas neoliberais e a aplicação de novas tecnologias no processo produtivo, configurando-se como uma nova revolução industrial e tecnológica, com conseqüências sobre a organização do trabalho na produção e do mundo do trabalho e no redimensionamento do processo produtivo.

O (res)surgimento de “novas/velhas” formas de trabalho (como estratégia seletiva do capital em seu processo de reprodução), como o trabalho parcial, por tempo determinado, terceirizado, entre outras, o aumento do desemprego e a informalização do trabalho apontam para a precarização e deterioração das condições e relações de trabalho.

Nesse contexto, destaca-se a crise do mundo do trabalho, apresentada por autores como Bihl (1999) e Antunes (2001), suscitando também discussões acerca da centralidade do trabalho nos dias atuais e as formas de enfrentamento da problemática da desestruturação do mundo do trabalho sob o capitalismo reestruturado deste início de Século XXI.

1.1. Crise do fordismo: contextualização histórica, causas e conseqüências para o mundo do trabalho

O modelo de desenvolvimento gestado durante a Segunda Revolução Industrial constituiu-se no padrão econômico seguido pelos principais países capitalistas no pós-guerra, estabelecendo uma configuração mundial que o tornou hegemônico, salvaguardando as especificidades nacionais e as condições históricas de desenvolvimento do capitalismo de cada nação.

Torna-se imprescindível ressaltar que todo modelo de desenvolvimento, colocado em movimento ao longo da história, se configura como uma tentativa de solucionar as principais contradições históricas do capitalismo que permaneceram inalteradas ao longo do tempo, tais como as relações salariais e as

relações internacionais, advindas do caráter inexoravelmente mercantil do capitalismo (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p.12).

Sob esse ponto de vista, deve-se analisar o modelo de desenvolvimento hegemônico sob três aspectos diferentes e concomitantes, de acordo com Lipietz e Leborgne (1988):

- 1) *um paradigma tecnológico ou modelo de industrialização*: apresentado como um conjunto de princípios que regem a organização do trabalho, não se restringindo somente à indústria nem a tecnologia;
- 2) *um regime de acumulação*: caracterizado pela tentativa de compatibilidade entre “as transformações nas normas de produção e as transformações nas normas de uso do produto social” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p.13), decorrentes da aplicação de princípios macroeconômicos por um período prolongado, e;
- 3) *um modo de regulação*: que se constitui através de formas de ajustamento “das antecipações e dos comportamentos contraditórios dos agentes individuais aos princípios coletivos do regime de acumulação” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p.13), podendo incluir tanto hábitos culturais, quanto leis e acordos que garantam a acumulação de capital, num modelo de industrialização específico.

O modelo de desenvolvimento consolidado e ampliado no pós-guerra foi denominado fordista por Lipietz e Leborgne, ressaltando-se que o conceito nasceu de trabalhos da “escola francesa da regulação”, realizados a partir da segunda metade da década de 1970, com o intuito de compreender como o capitalismo pôde conhecer três décadas de crescimento econômico (os anos dourados do capitalismo) e os mecanismos reguladores que tornaram possível esse crescimento no período pós-guerra.

Para os propósitos deste trabalho, se torna necessária e fundamental a distinção entre taylorismo e fordismo: o primeiro como método de gerência e organização do trabalho e, o segundo, como modelo de desenvolvimento do capitalismo a partir da implantação das esteiras rolantes de montagem para a fabricação do Modelo T na indústria automobilística de Henry Ford, em Highland Park, em 1914 e a proposição da jornada de trabalho de oito horas, com o pagamento de cinco dólares por dia de trabalho, como forma de incentivar a

demanda efetiva² por produtos de consumo das indústrias da época. (BRAVERMAN, 1987, p. 130).

Logo, o taylorismo é compreendido como um método de organização do trabalho permeado, principalmente, pela estrita separação entre as atividades de concepção e execução de tarefas, engendrando a parcelização do trabalho, cabendo ao trabalhador realizar apenas alguns gestos simples e rotineiros no processo produtivo, comandados pela gerência científica do trabalho, isto é, todo o processo de trabalho passou a ser controlado pela administração capitalista através da elaboração científica de um conjunto de normas, regras e fórmulas a serem seguidas pelo trabalhador no processo produtivo.

O termo deriva de seu inventor, o engenheiro Taylor (1865-1915), no decorrer do modo de produção capitalista em sua fase industrial e baseia-se no radical aumento da “produtividade do trabalho através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento” (HARVEY, 1996, p. 121).

Para Braverman (1987), a separação do processo de trabalho entre planejamento e execução (a separação entre mão e cérebro, nos dizeres do autor, fragmentando o trabalho, reduzindo o custo da força de trabalho e provocando a parcelização e rotinização do trabalho na produção), se configurou como “a mais decisiva medida simples na divisão do trabalho tomada pelo modo capitalista de produção. Inerente a esse modo de produção desde os inícios, e se desenvolve, sob a gerência capitalista, por toda a história do capitalismo”. (BRAVERMAN, 1987, p. 112), ou seja, a mais eficaz forma de controle do trabalho engendrada pelo capitalismo ao longo de sua história e a mais formidável estratégia de extração de mais-valia produzida pela articulação entre ciência e gerência do processo produtivo desde Taylor.

O fordismo é compreendido como um modelo de desenvolvimento permeado pela intrínseca ligação funcional entre produção em massa e consumo em massa, com a standardização e padronização dos produtos e equipamentos de produção, com ganhos de economia de escala e a configuração de um conjunto de

² Demanda efetiva está relacionada à demanda por bens e serviços para a qual existe capacidade de pagamento, decorrente das necessidades do conjunto da população (SANDRONI, 1994).

medidas institucionais, econômicas e sociais que possibilitaram a consolidação e ampliação desse modelo de desenvolvimento no pós-guerra, tais como a associação entre um paradigma tecnológico, um modo de regulação e um regime de acumulação, descritos anteriormente.

Portanto, enquanto o taylorismo ficou restrito a organização e gerência científica do trabalho dentro das fábricas e indústrias da época, estritamente associado ao desenvolvimento de métodos de controle do trabalho através da ciência, o fordismo ampliou seu alcance para a construção de uma nova sociedade e se conformou mesmo como o modelo de desenvolvimento hegemônico no pós-guerra.

Dessa maneira, o modelo de desenvolvimento homogeneizado propiciou nos “anos dourados” do capitalismo, uma prosperidade sem precedentes e um crescimento econômico, baseado em ganhos de economias de escala³, que possibilitou a retomada da acumulação/reprodução do capital, tendo como consequência a expansão da industrialização aos países periféricos (Brasil, Argentina, México, Índia, Austrália e Tigres Asiáticos) e a recuperação econômica européia e japonesa devastadas pela guerra.

Engendrou também a constituição de *Welfare States*⁴ nos países capitalistas avançados, com políticas sociais compensatórias e de “pleno-emprego”, que expressou uma aliança de classes e um redimensionamento da relação capital/trabalho, relativamente favorável ao segundo. “Por consequência, o mercado de trabalho tornou-se menos heterogêneo, com pouca diferenciação salarial, baixo desemprego e maior estabilidade nos contratos de trabalho” (POCHMANN, 1999, p. 33).

Para Bihl (1999), essa aliança de classes, como expressão de uma nova dimensão das relações capital/trabalho, só se tornou possível através da divisão dos ganhos de produtividade e de transformações profundas das relações salariais, com a adoção das seguintes medidas:

³ Economias de escala: baseia-se na produção em massa, visando a redução dos custos, através da especialização produtiva e da racionalização e controle do processo.

⁴ *Welfare States*: Sistema econômico baseado na participação do Estado na economia, através de políticas fiscais que possibilitam a implantação de programas sociais, de moradia, saúde, educação, previdência social, etc, além de uma política de pleno-emprego. O Estado de Bem Estar Social é permeado pela ideologia social-democrata.

- 1) garantia de um salário mínimo a todo trabalhador, correspondente a uma norma de consumo determinada, consubstanciada por um crescimento dos salários reais de acordo com os ganhos de produtividade na empresa, nos ramos de atividades no interior das empresas ou mesmo em toda a economia nacional, representando a ampliação da “norma de consumo do proletariado no ritmo do desenvolvimento da produtividade do trabalho social” (BIHR, 1999, p. 43);
- 2) instituição de práticas e procedimentos de negociação coletiva, seja por ramos de atividade, seja permeando toda a economia nacional, como forma de controle da massa salarial global por parte do Estado diante dos trabalhadores, dos sindicatos e dos empregadores, e;
- 3) instituição de um salário indireto, como forma de garantir a regulação e a acumulação intensiva de capital, garantindo ao trabalhador a possibilidade “de reproduzir sua força de trabalho (de acordo com normas sociais determinadas) em todas as circunstâncias” (BIHR, 1999, p. 43), seja no caso de invalidez, desemprego, doença, velhice, etc.

Todavia, a “época de ouro” do capitalismo, iniciada no pós-guerra, entraria em crise no início dos anos de 1970, devido a quatro fatores determinantes, segundo Bihl (1999):

- 1) Diminuição dos ganhos de produtividade em decorrência das limitações técnicas e sociais encontradas pelos métodos tayloristas e fordistas de produção. Esses métodos, quando aprofundadas e ampliadas suas aplicações a outros setores produtivos, mostraram-se contraprodutivos, limitando tanto a fluidez quanto a flexibilidade do processo de trabalho. A ampliação dos mesmos a outros setores, visando garantir maior produtividade e, por conseqüência, maior lucratividade do capital, levou também “a uma verdadeira revolta contra esses métodos de exploração do trabalho, por parte das camadas proletárias, que eram suas principais vítimas, marcado por um aumento do absenteísmo, do *turn-over*⁵, da dilapidação, da sabotagem, das greves etc.” (BIHR, 1999, p. 70). Esse movimento teve como conseqüência um aumento do custo salarial e a desorganização da produção capitalista, com a diminuição da produtividade do trabalho e da lucratividade do capital.

⁵ O *turn-over* se constitui na taxa de rotatividade da empresa, calculada sobre o número de admissões e demissões em um determinado período do ano em relação ao número total de funcionários da empresa (BIHR, 1999).

- 2) Elevação da composição orgânica do capital: os ganhos constantes de produtividade resultam inexoravelmente no aumento da composição técnica do capital ou da relação entre trabalho morto e da mobilização do trabalho vivo engendrado pelo mesmo. Com todas as variáveis permanecendo iguais, têm-se também “um aumento do capital fixo em relação ao capital circulante e, portanto, uma diminuição da rotação do capital, dois fatores que diminuem inevitavelmente a taxa de lucro” (BIHR, 1999, p. 70).
- 3) Saturação da norma social de consumo, no curso das décadas de 1960 e 1970, decorrente do deslocamento das práticas de consumo privado de certo número de bens duráveis, como automóveis, residências e eletrodomésticos, para o conjunto de equipamentos e serviços coletivos, tendo como corolário o aumento dos gastos públicos e da assistência social, com a conseqüente ampliação dos recolhimentos obrigatórios para financiar tais gastos.
- 4) Desenvolvimento do trabalho improdutivo, nomeadamente “do trabalho que garantia a circulação do capital (gestão, comercialização, bancos e seguros) ou o conjunto das condições sociais, institucionais e ideológicas da reprodução do capital (principalmente concentrado nos aparelhos de Estado)” (BIHR, 1999, p. 73), limitando a valorização e a acumulação do capital, com todas as outras variáveis permanecendo iguais.

O agravamento da crise latente do fordismo, cujos sinais se tornaram evidentes pela aceleração da inflação, pelo endividamento das empresas e pelo aumento inexorável do desemprego, devido à substituição do trabalho pelo capital, como forma de aumentar a produtividade, se manifestou com o primeiro choque do petróleo no final de 1973 e início de 1974 e com o segundo “choque do petróleo” no início de 1979, colocando em evidência a crise estrutural⁶ do capitalismo ocidental e engendrando seu processo de reestruturação produtiva e econômica.

Nesse contexto de esgotamento do modelo de desenvolvimento, foi colocado em xeque o pacto de classes que forjou o crescimento econômico durante os “anos dourados”, igualmente a orientação, controle e planejamento do mercado pelo Estado. Questionou-se o Estado de Bem Estar Social e o pesado ônus das leis

⁶ Crise estrutural no sentido das transformações engendradas no capitalismo a partir da década de 1970, com mudanças estruturais na forma de acumulação e reprodução do capital, tais como nas formas de produzir, nas relações de trabalho e nas relações internacionais, por exemplo, e não no sentido da crise final do modo capitalista de produção, segundo os preceitos marxistas.

trabalhistas e garantias de emprego sobre a acumulação do capital, nos países capitalistas avançados.

Nos estertores da anormalidade no processo de rentabilidade, as transformações do modelo fordista foram direcionadas contra o trabalho organizado, contra a rigidez das leis trabalhistas de proteção e “pleno-emprego” e contra a representação sindical, todos esses fatores tidos como obstáculos à acumulação de capital e ao crescimento econômico.

Foi desencadeado o processo de reestruturação do capitalismo, que envolve elementos significativos das estruturas do velho modelo de desenvolvimento, com conseqüências negativas para os trabalhadores, determinando a desestruturação/precarização do trabalho, aumento dos índices de desemprego e a diminuição do poder de compra dos assalariados (que era um dos pilares do antigo modelo de desenvolvimento de regulação das relações capital/trabalho sob o fordismo) resultantes de políticas de retomada da acumulação de capital. Entre as transformações estruturais assinaladas estão a globalização econômica e financeira, o fortalecimento de políticas neoliberais, a Terceira Revolução Industrial, o redimensionamento do processo produtivo e a reorganização do trabalho na produção.

1.2. Globalização e transformações no mundo do trabalho

Para o entendimento dos impactos da configuração de uma economia globalizada sobre o mercado de trabalho, através da análise das transformações no uso e remuneração da força de trabalho e nas condições e relações de trabalho, devemos colocar o movimento de globalização produtiva e financeira sob o ponto de vista do emprego e do trabalho para a compreensão mais ampla das mudanças no mundo do trabalho neste início de século XXI.

O fenômeno da globalização não é novo e deve ser entendido numa perspectiva histórica, que remonta aos primórdios do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para ser compreendida em sua essência, deve ser analisada levando em consideração que o próprio capitalismo tende à mundialização desde suas origens e que a própria lógica do capital é permeada pela necessidade constante de acumulação/reprodução ampliada de riquezas.

Para Singer (1998), desde o início, o capitalismo industrial tendeu a superar os limites do “Estado-Nação”. Este processo teve seu auge no final do século XIX, fracassando com o advento da Primeira Guerra Mundial, com a Depressão dos anos de 1930 e com a deflagração do conflito da Segunda Guerra Mundial. Com isso, “durante mais de 30 anos, as economias nacionais trataram de proteger suas indústrias e comandar a acumulação de capital dentro de seu território, caindo o intercâmbio comercial e financeiro entre elas a níveis irrisórios” (SINGER, 1998, p. 19).

Após o conflito da Segunda Guerra Mundial, houve um redirecionamento das políticas em torno da Conferência de *Bretton Woods*, em 1944, no sentido da retomada da globalização e estabelecimento de políticas voltadas à desregulamentação do mercado e a livre-concorrência como princípios fundamentais das relações entre os países (SINGER, 1998).

Depreende-se dessas considerações “que a globalização é um processo que se realiza sem solução de continuidade já há mais de cinqüenta anos” (SINGER, 1998, p. 19), com a globalização em curso podendo ser dividida em duas etapas distintas, porém concomitantes.

Numa primeira etapa, que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos de 1960, esse processo envolveu primeiramente os países avançados da Europa e o Japão, liderados pelos investimentos norte-americanos, com a transferência maciça de recursos e a retomada do processo de multinacionalização da economia europeia, com a implantação de filiais de companhias norte-americanas em território europeu e a aquisição de firmas da Europa Ocidental por empresas americanas.

Esse processo culminou na retomada do crescimento econômico europeu e japonês, homogeneizando a economia e eliminando as diferenças econômicas e sociais do que hoje se denomina “Primeiro Mundo”, no contexto dos “anos dourados” do capitalismo, com intenso crescimento econômico e políticas de “pleno-emprego”, baseado em forte intervenção estatal na economia.

Depois, numa segunda etapa, abarcando os países do “Terceiro do Mundo” e, mais recentemente, a ex-União Soviética (URSS) e suas ex-repúblicas e os países do “ex-bloco socialista” do Leste Europeu.

Esses países, denominados “semi-industrializados” (que conheceram um relativo processo de industrialização, através da implantação de parques industriais em seus territórios por parte dos países do Primeiro Mundo, para abastecer seus mercados, em meados da década de 1970), se beneficiando da queda de lucratividade do capital nos países industrializados, decorrente da intensa luta de classes que culminou em elevações salariais que superaram os ganhos de produtividade, tiveram seu processo de industrialização intensificado, pela transferência de linhas de produção industrial do centro do capitalismo mundial para a periferia, como resposta das empresas à crise de acumulação capitalista.

Por conseguinte, conclui-se que “a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países” (SINGER, 1998, p. 21), evidenciado pelo maior intercâmbio comercial e de investimentos em capital em relação à produção propriamente dita. Assim, enquanto a produção industrial mundial cresceu 60%, na década de 1950, o comércio de produtos teve um crescimento de 90%, o que expressa bem a medida do processo de globalização em curso (SINGER, 1998).

O aumento das trocas internacionais numa economia globalizada deve ser entendido em articulação com o processo de inovação tecnológica desencadeada a partir da década de 1970, indicando uma “rápida redução de custos de transporte e de comunicação – redução possibilitada pela containerização, pelo transporte em jumbos de carga e pelas comunicações via satélite” (HARVEY, 1996, p.156), quer dizer, a expansão do comércio internacional, mesmo que beneficiando apenas os países desenvolvidos, se insere num contexto de Terceira Revolução Tecnológica e de disseminação do ideário neoliberal do livre funcionamento dos mercados no capitalismo contemporâneo, não perdendo de vista o movimento de revolução da infra-estrutura de transporte marítimo e da logística⁷ subjacente às trocas comerciais internacionais.

No que reporta às transformações no mundo do trabalho, num contexto de aumento das trocas internacionais, não haveria redução do nível geral de empregos. Para Singer (1998), a globalização provoca essencialmente

⁷ Logística, vista aqui, conforme Silveira (2008), como estratégia, planejamento e gestão em transportes, armazenamento e comunicações.

desemprego estrutural, uma vez que quando há a substituição de produtos nacionais por importados, milhões de postos de trabalho são fechados e os trabalhadores não têm pronto acesso aos novos postos abertos com as atividades de exportação.

Esses novos postos estariam sendo preenchidos por mão-de-obra tipicamente desqualificada e empregada em tempo parcial, com diminuição dos rendimentos e aumento da jornada de trabalho. Desse modo, a globalização seria responsável pela deterioração e precarização do trabalho, mais do que pela redução dos níveis gerais de empregos.

A despeito disso, faz-se necessário ressaltar que é inegável que quando colocado na perspectiva de países em desenvolvimento expostos à concorrência com produtos e serviços estrangeiros mais baratos, com maior grau de produtividade, o efeito sobre o mercado de trabalho é tanto quantitativo (redução de postos de trabalho e aumento do desemprego) quanto qualitativo (deterioração e precarização das relações de trabalho).

No caso da economia brasileira, ao longo da década de 1990, no bojo da abertura econômica e financeira indiscriminada, principalmente entre os anos de 1995 a 1998, constatou-se a redução na geração de empregos formais e um processo de desassalariamento, com estagnação e mesmo regressão da formalização histórica das relações de trabalho no Brasil. Esse movimento de desestruturação do mercado de trabalho nacional, por um lado, pode ser vislumbrado inequivocamente pelo aumento do desemprego e pela eliminação de postos de trabalho, com a destruição de cerca de 3,3 milhões de empregos formais na década de 1990, sendo 1,8 milhão a partir de 1995 (MATTOSO, 2000).

A inserção passiva e subordinada do Brasil no processo de globalização econômica e financeira em curso, refletida no aumento das importações de bens e serviços, expressão da abertura econômica levada a cabo e aprofundada em meados da década de 1990, representou também a exportação de 1,2 milhão de empregos somente no setor industrial, com a destruição de postos de trabalho no mercado interno e a (re)criação dos mesmos no exterior (POCHMANN, 2006).

Por outro lado, esse processo de desestruturação do mercado de trabalho formal foi acompanhado pela precarização das condições e relações de

trabalho, com o desemprego atingindo todos os segmentos sociais e todos os níveis de escolaridade, tornando-se um fenômeno complexo e heterogêneo. Também a deterioração do trabalho ocorreu pelo aumento da informalização das condições de trabalho, pela institucionalização do trabalho temporário, pelo aumento das ocupações sem remuneração, por conta própria, do trabalho autônomo de atendimento direto ao público, entre outras formas não-assalariadas de inserção dos trabalhadores, num mercado de trabalho com altas taxas de desemprego e com a informalidade crescendo significativamente (POCHMANN, 1999).

Para os objetivos relacionados a pesquisa e destacados anteriormente, torna-se fundamental a explicitação de alguns conceitos utilizados ao longo do texto, tais como o desemprego e suas várias formas de conceituação e entendimento.

Do ponto de vista da história do pensamento e das formas de compreensão do termo desemprego, a primeira tentativa profunda de teorização foi formulada por Marx (1988), com o desenvolvimento do conceito de exército industrial de reserva ou “população excedente relativa”. De acordo com esse conceito, uma massa de trabalhadores seria desempregada constantemente pelos avanços tecnológicos como forma de evitar a elevação dos salários para níveis acima das taxas de lucro, através da concorrência no mercado de trabalho e pela manutenção de mão-de-obra ociosa.

Depreende-se da reflexão que o desemprego é inerente ao próprio processo de acumulação/reprodução do capital, destacando-se a tendência histórica do desenvolvimento do capitalismo baseada na revolução constante e permanente dos meios de produzir, com a progressiva substituição do trabalho humano pela automação e/ou robotização da produção, visando o aumento da produtividade e a elevação dos níveis de acumulação, com o enfraquecimento dos trabalhadores em suas diversas formas de representatividade.

Para Keynes (1982), as alterações no volume e no nível do emprego dependem da demanda por mão-de-obra e não da oferta de força de trabalho num período determinado, como defendiam os economistas neoclássicos, que recomendavam a manutenção de uma taxa permanente de desemprego como forma de manter os níveis salariais sempre num mesmo patamar para não impulsionar o ciclo inflacionário e reduzir a acumulação de capitais. Os preceitos keynesianos

sinalizam que o desemprego seria resultado de uma demanda efetiva insuficiente por bens e serviços, que só poderia ser resolvido pelo investimento, realizado fundamentalmente pelo Estado para a consolidação do “pleno emprego” e a realização da demanda efetiva.

Dentre as diversas definições para o termo desemprego, as que mais se destacam hoje em dia no debate sobre a problemática da crise do emprego formal e das alternativas para a geração de empregos com carteira assinada, são aquelas relacionadas ao desemprego estrutural ou tecnológico e ao desemprego disfarçado ou subemprego.

Entende-se por desemprego estrutural ou tecnológico, o desemprego representado pelo fechamento de postos tradicionais de trabalho e substituídos por empregos com características novas e de maior complexidade, originados de mudanças na base tecnológica aplicada à produção ou nos padrões de demanda dos consumidores, com grande número de trabalhadores ficando desempregados em curto prazo, diante da valorização da mão-de-obra especializada e qualificada no preenchimento desses novos postos de trabalho (SANDRONI, 1994).

O desemprego estrutural ou tecnológico representa transformações profundas nas estruturas do mundo do trabalho, seja na dimensão quantitativa (redução de empregos formais e regulares), seja na dimensão qualitativa (alterações na forma de inserção dos trabalhadores, através do tipo de colocação no mercado de trabalho), ou mudanças na estrutura ocupacional (com diminuição absoluta e relativa do setor primário e industrial e elevação da participação do setor de serviços no total das ocupações), configurando-se uma reestruturação no significado, na composição, no conteúdo e nas condições e relações de trabalho no capitalismo contemporâneo.

No que concerne ao desemprego disfarçado ou subemprego, essa forma de exclusão do mercado de trabalho está diretamente relacionada à condição de informalidade na economia, a qual trabalhadores que perderam seus empregos formais recorrem para continuar sobrevivendo, expressando uma forma alternativa de trabalho, que tem como característica essencial a precariedade e a deterioração do trabalho, sendo associada e definida comumente como uma forma de economia subterrânea. Singer considera que

A informalização é considerada um fenômeno novo, típico dos anos 80 (embora nos pareça pertencer aos 90), com a economia subterrânea se expandindo na maioria dos países e apresentando um caráter como que epidêmico (SINGER, 1998, p. 114).

Nesta forma de trabalho predominam, ao lado das atividades informais, que têm nos camelôs sua forma mais visível e sua maior evidência empírica, o emprego por tempo parcial, o trabalho temporário e o trabalho autônomo, com a característica fundamental de se constituírem em alternativas à redução e escassez de empregos formais e regulares. O que está em evidência neste caso são as formas de trabalho não regularizadas, ficando de fora desta definição o emprego parcial e temporário, devidamente regularizados por legislação própria, como no caso brasileiro.

Dando seqüência a análise da globalização na perspectiva do trabalho e do emprego formal, para Santos (2000), a mesma se configura pela integração da unicidade técnica do capital (através da interligação dos diversos sistemas técnicos, conduzida pela técnica da informação), da convergência dos momentos (o acontecimento se torna simultâneo e a informação e o conhecimento dos fatos em qualquer parte do mundo se tornam instantâneos, através da técnica), na formação do motor único (a mais-valia se torna mundializada através do meio técnico-científico-informacional) e, na cognoscibilidade do planeta (o conhecimento de todo o planeta). Essas dimensões da globalização, apresentada então como processo, são interligadas e concomitantes, diferindo o atual período de outros através dessas características articuladas.

Sob essa ótica e reforçando as constatações anteriores, Santos (2000), quando coloca em evidência a globalização perversa – que estaria sendo encoberta pela globalização enquanto fábula, através da propagação de mitos, tais como o enfraquecimento do Estado e a afirmação das idéias da formação de uma aldeia global – e prega uma outra globalização, afirma que

A globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes (SANTOS, 2000, p. 19).

Em síntese, a formação de um mercado internacional desregulado, no bojo da consolidação do neoliberalismo, apresentado aqui como ideologia mesma do processo de globalização, com seu receituário de flexibilização e desregulamentação dos mercados, não ensejaria a tão propalada igualdade entre os países:

O neoliberalismo prega a competição sujeita apenas às leis do mercado, levando ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos a competirem em igualdade de condições, como se as diferenças de riqueza, de poder e de controle da tecnologia não destruíssem esta igualdade (ANDRADE, 1994, p. 87).

Em uma análise crítica sobre a conformação de uma economia globalizada nos tempos recentes, Chesnais (1996) defende que o emprego dos conceitos “global” e “globalização”, servem para divulgar os ideais de um mundo sem fronteiras, da liberalização e desregulamentação dos mercados, da liberdade de movimento às empresas e a submissão da vida social à valorização do capital, como instrumentos de saída da crise econômica e uma maior igualdade de competição entre os países no mercado internacional, apresentando-os como termos carregados de ideologia.

Pelo contrário, o autor ressalta que a divulgação e consolidação do termo globalização tem encoberto o fato de que as estratégias das grandes empresas e dos grandes grupos oligopolistas em busca de maior lucratividade⁸ geram exclusão e marginalização dos países em desenvolvimento e o distanciamento entre ricos e pobres, decorrente da ascensão do capital monetário ou da financeirização da economia mundial.

O autor prega o uso dos termos “mundial” e “mundialização” para destacar que a mundialização em curso

(...) deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas (CHESNAIS, 1996, p. 32).

⁸ O termo globalização surgiu nas grandes escolas de administração dos Estados Unidos, no começo dos anos de 1980, sendo popularizado pelas obras de K. Ohmae e M. E. Porter, pregando uma estratégia seletiva por parte das grandes empresas em busca de lucros, diante da flexibilização e desregulamentação dos mercados e da instituição da livre concorrência no mercado internacional (CHESNAIS, 1996).

Nesse contexto, salvaguardando os conceitos utilizados para analisar e designar o processo em curso no capitalismo contemporâneo (globalização ou mundialização do capital) há uma convergência entre autores: a “globalização perversa” provoca exclusão desse processo, segundo Santos (2000), sendo possível a vinculação de tal afirmação com a análise de Chesnais (1996), que limita o alcance da mundialização e seus benefícios somente onde há potencialidades de exploração de recursos e de acumulação de mais-valia pelo capital, levando indubitavelmente a proposição de uma outra “globalização”, como faz Santos (2000), ao desmistificar a globalização em curso como uma fábula utilizada para encobrir os reais objetivos do capital pelo planeta, qual seja, o lucro a qualquer preço e onde quer que haja possibilidade para a acumulação/reprodução capitalista.

Sob essa perspectiva, Chesnais (1996) destaca que a mundialização não deve ser entendida apenas no tocante a análise das atividades dos grupos empresariais e aos fluxos comerciais desencadeados por esses grupos, mas também a globalização financeira, através da ascensão do capital financeiro que acentuou a diminuição no horizonte temporal da valorização do capital:

(...) a ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da “globalização financeira”, acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços. (CHESNAIS, 1996, p. 33).

O capital financeiro se distanciou da produção real de mercadorias e da valorização de capital baseado na produção propriamente dita para se tornar um ramo de acumulação independente, através da coordenação internacional instantânea de fluxos financeiros pelo uso de computadores e comunicações eletrônicas (a convergência dos momentos de Milton Santos, descrita anteriormente), no bojo de uma nova revolução tecnológica e científica.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, o movimento de mundialização do capital está destruindo uma relativa integração ensejada nos anos dourados do capitalismo, resultando para o capital, na exploração a seu “bel-prazer” de diferenças de remuneração do trabalho entre diversas regiões, entre diferentes países e mesmo entre continentes.

A liberalização do comércio exterior e dos movimentos de capitais, permitiram impor, às classes operárias dos países capitalistas avançados, a flexibilização do trabalho e o rebaixamento dos salários. A tendência é para o alinhamento nas condições mais desfavoráveis aos assalariados (CHESNAIS, 1996, p. 40).

Em outras palavras, a adoção dessas medidas, de cunho neoliberal, aponta para a deterioração do trabalho e para o desemprego como um dos efeitos da polarização interna a cada país, desencadeado pelo movimento de mundialização do capital, sendo que o aprofundamento da distância entre os países capitalistas centrais e os países periféricos, seria a outra forma de polarização analisada por Chesnais (1996), apresentada como uma polarização internacional.

Analisando criticamente a globalização e colocando em evidência seus “mitos” Batista Jr. (1998) destaca que o fluxo de trocas internacionais de produtos e bens e os fluxos financeiros de capitais se concentram nos países desenvolvidos, cabendo uma parcela muito pequena de participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional, reforçando as afirmações de Chesnais (1996), ao destacar que o movimento de mundialização do capital, como fase específica do seu processo de internacionalização, se concentra em alguns lugares e regiões do planeta, onde há recursos e mercados disponíveis à lógica de valorização do capital.

A adoção e implementação de medidas econômicas liberalizantes, de cunho neoliberal (privatizações, abertura comercial, desregulação do mercado financeiro, entre outras), num contexto de concorrência desigual no mercado internacional, tiveram como resultado a fragmentação, desestruturação do mundo do trabalho, a diminuição na geração de empregos formais, com a conseqüente informalização do mercado de trabalho e o aumento dos índices de desemprego, através da consolidação do receituário neoliberal de flexibilização e desregulamentação dos mercados.

1.3. Neoliberalismo: ideologia da livre-iniciativa e do livre-mercado de trabalho

Em consonância com a globalização econômica e financeira, colocando-se como sua própria ideologia, através de um conjunto de medidas econômicas, tais como a abertura dos mercados nacionais, da concorrência e da

competitividade internacional, da flexibilização da economia e dos mercados etc., estão as políticas neoliberais de restrição à participação do estado na economia e do questionamento dos sistemas de proteção social, baseados em políticas keynesianas, voltadas para a reorientação das políticas econômicas para a desregulamentação e flexibilização das relações e condições de trabalho.

No início dos anos de 1970, com a exacerbação da crise econômica, em meio à fragilização do padrão monetário internacional e do esgotamento do modelo de industrialização norte-americano, abriu-se precedentes para o questionamento do sistema de integração social vigente, fundamentado em políticas sociais compensatórias e de “pleno-emprego” e a formulação de políticas conservadoras para o enfrentamento da crise.

Segundo Anderson (1995, p. 15), um dos postulados do ideário neoliberal apontava para

(...) o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente [assim] a taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80.

O avanço e a consolidação do neoliberalismo se deu num contexto de vitórias de governos conservadores na Inglaterra (Thatcher, em 1979), nos Estados Unidos (Reagan, em 1980), na Alemanha (Helmut Kohl, em 1982) e na Dinamarca (Schluter, em 1983), e do fracasso de governos de esquerda na Europa, apresentados como alternativas para a superação da crise e para a retomada do crescimento econômico, na França (Mitterrand), na Espanha (Gonzalez) e em Portugal (Soares).

Todos esses acontecimentos políticos conjunturais se interligam às transformações na geopolítica mundial representadas pela queda do Muro de Berlim e pelo fim do “socialismo real” na URSS e no Leste Europeu, dificultando a reformulação de propostas progressistas para a sociedade e representando uma guinada à direita e toda uma crítica aos sistemas de proteção social e de “pleno-emprego”, baseado nas políticas keynesianas (ANDERSON, 1995).

Os principais formuladores destas políticas conservadoras e do ideário neoliberal conceberam suas idéias e pensamentos ainda nos anos de 1940 e

de 1960, encontrando terreno fértil para a colocação em prática destas idéias com o aprofundamento da crise em meados da década de 1970. Seus principais expoentes foram Friedrich von Hayek e Milton Friedman, que postularam contra a ação do Estado, dos sindicatos e do gasto social tidos como entraves ao livre desenvolvimento do mercado e da concorrência como princípio da sociedade e da economia (ANDERSON, 1995).

Alguns dos principais argumentos neoliberais postulados contra os obstáculos à livre-concorrência, foram:

(...) (I) o desincentivo ao trabalho e a restrição à liberdade do cidadão promovidos pelos mecanismos promotores de proteção e de garantia de renda, por meio do Estado de bem-estar social; (II) a elevação artificial do custo do trabalho decorrente das bases de financiamento do Estado de bem-estar social que oneravam, em parte, o salário pago; (III) o enrijecimento do padrão de uso e remuneração da mão-de-obra proporcionado pelo monopólio dos sindicatos na contratação coletiva de trabalho e na restrição à geração de ocupações flexíveis e à demissão com maior facilidade; (IV) a inibição ao crescimento econômico e à abertura de novos empregos promovida pelo estrangulamento da poupança privada e das margens de lucro, por meio do aumento da carga tributária e da regulação econômica pelo Estado e sindicatos; e; (V) o aumento da inflação decorrente da pressão salarial exercida pelos sindicatos e pelo quase pleno emprego (POCHMANN, 1999, p. 15).

Em outras palavras, o neoliberalismo tem como principal objetivo tornar as condições favoráveis para a liberdade irrestrita do capital e para a efetivação de taxas sempre maiores de lucratividade e acumulação de mais-valia, reorientando as ações para a restauração de um livre mercado de trabalho, regido efetivamente por leis do mercado, aumentando o poder das empresas de demitir quando e como quiser, sem amarras institucionais, instituindo-se na prática a flexibilização das condições e relações de trabalho e do uso e remuneração da força de trabalho.

De tal modo que de acordo com os pressupostos neoliberais, a flexibilização das relações seria a condição necessária para a solução do problema do desemprego e para a criação de empregos no setor formal da economia, não importando a qualidade dos mesmos e nem a forma de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e na sociedade.

Nesse ínterim, as soluções sugeridas por organismos internacionais

para o enfrentamento do desemprego devem ser permeadas pela desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho:

(...) o Banco Mundial destaca que as causas principais do desemprego assentam-se na ausência de plena liberdade comercial e na ampla difusão tecnológica, a OCDE identifica, além de fatores conjunturais, a falta de empregos para todos como decorrência de uma forte regulamentação trabalhista e proteção social inadequadas sobre o mercado de trabalho (BIRD, 1995; OCDE, 1992, apud POCHMANN, 1999, p. 39).

No Brasil, postula-se que a rigidez da legislação trabalhista e seu caráter excessivamente regulamentador, seriam responsáveis pelo encarecimento do custo do trabalho, representando um enorme entrave à geração de empregos no setor formal da economia. A flexibilização das regras de uso e remuneração da força de trabalho brasileira apresenta-se como condição *sine que non* para "(I) incrementar a competitividade das empresas nacionais e (II) estimular a geração de empregos" (COMIN, 2001, p. 268).

Essa constatação é reforçada por Mattoso (2001), uma vez que para aumentar a lucratividade e competir com produtos estrangeiros mais baratos

(...) empresas e estado buscam se liberar dos encargos com o emprego e fazer do desemprego uma responsabilidade individual do próprio desempregado [numa] clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades para os mais fracos, fazendo o trabalhador assumir sua empregabilidade por meio de formação profissional, requalificação, etc. (MATTOSO, 2000, p. 20).

Portanto, a saída para a crise do trabalho, em consonância com o pensamento neoliberal, está na própria capacidade de recolocação profissional dos trabalhadores, sendo eles próprios responsáveis pelo desemprego e não o modelo de desenvolvimento adotado, concomitante com o movimento de reestruturação do capitalismo.

No caso da ofensiva neoliberal contra o movimento sindical e os trabalhadores europeus organizados, são inúmeros os exemplos de perdas de direitos históricos dos trabalhadores, através principalmente da flexibilização da legislação trabalhista e do desmonte gradual do *Welfare State* em diversos países da Europa nos últimos anos, como nos casos da Alemanha, da Espanha e da Itália.

Na Alemanha, os sindicatos e as centrais sindicais tem sido

ineficientes na preservação das conquistas históricas dos trabalhadores diante da ofensiva neoliberal, capitaneada pelo governo e pelo patronato, especialmente pelo estabelecimento da Agenda 2010, em março de 2003, que objetivava a redução do valor do seguro-desemprego, da aposentadoria e dos investimentos em saúde, além da flexibilização da legislação trabalhista e do enfraquecimento das negociações coletivas dos trabalhadores organizados por ramos de atividade (SANTOS, 2006).

Com relação à Espanha, o Primeiro-Ministro José Maria Aznar realizou reformas que possibilitaram a supressão de direitos dos trabalhadores a partir de 2001, através da flexibilização das condições de utilização do trabalho por tempo parcial, redução da indenização por desemprego e a aplicação do trabalho por tempo determinado em larga escala, fragmentando a luta sindical e desmobilizando os trabalhadores no movimento de preservação e ampliação dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora (SANTOS, 2006).

Na Itália, com a ascensão política ao poder de Silvio Berlusconi em 2001, houve o recrudescimento do processo de restrição dos direitos dos trabalhadores desencadeado ao longo dos anos de 1990. Dentre as medidas de austeridade, desdobramento imediato da ofensiva neoliberal sob Berlusconi, destaca-se a flexibilização na utilização dos contratos de trabalho temporário e parcial, a aplicação de uma legislação facilitadora das demissões, a redução das negociações coletivas por ramos de atividade, a introdução da individualização das negociações salariais por empresas e a eliminação da garantia de reintegração ao trabalho quando a demissão tiver sido por justa causa, entre outras medidas de supressão dos direitos dos trabalhadores, através da reforma na legislação trabalhista e social italiana.

Tal reforma estabelecida pelo governo Berlusconi contou com o consentimento das principais centrais sindicais do país, através do acordo denominado **Pacto pela Itália**, ficando de fora apenas a CGIL (*Confederazione Generale del Lavoro*), sob a alegação de que tal pacto não incorporaria os jovens e os trabalhadores precários, representando também um retrocesso na luta dos trabalhadores na manutenção ou ampliação dos direitos históricos conquistados pelo movimento sindical e pelos trabalhadores organizados (SANTOS, 2006).

Estes são apenas alguns exemplos da ofensiva neoliberal na Europa, que apontam inquestionavelmente para uma profunda restrição e desmonte da

legislação trabalhista e social nos últimos anos, representando a fragmentação e a desestruturação do mundo do trabalho neste início de século XXI no continente europeu.

Com relação ao Brasil, as privatizações de empresas estatais ao longo da década de 1990, bem como as concessões ao capital privado e as reformas institucionais da administração pública e da previdência social (com a implementação de novas regras no setor privado e estatal e a ampliação da idade mínima para a aposentadoria do trabalhador, associada ao tempo de serviço), representaram o exemplo mais significativo da aceitação e adoção do receituário neoliberal pelos governos brasileiros a partir da eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência da república em 1989.

Nesse sentido, no âmago do discurso sobre a necessidade das privatizações e concessões de empresas estatais ao capital privado como exigência para o pagamento dos juros da dívida pública externa e interna e com a alienação de cerca de 75% do patrimônio nacional, diversas estatais foram transferidas a iniciativa privada, tais como a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Embraer, a Embratel, a Cosipa e a Usiminas e importantes bancos públicos estaduais, como o Banespa, o Banestado e o Banerj, sendo o primeiro vendido ao capital estrangeiro, mais precisamente ao Grupo Financeiro Espanhol Santander (BIONDI, 1999).

A mudança de perfil ideológico pode ser observada também no interior do processo produtivo, como no caso da empresa Vitapelli/Vitapet de curtimento de couros para exportação de Presidente Prudente, que adotou como estratégia para quebrar a resistência dos trabalhadores e engendrar o consenso social em torno da necessidade da manutenção do emprego vinculada ao processo de produção/reprodução de capital, dentro dos princípios da individualidade e subjetividade próprias do neoliberalismo, a denominação de “colaboradores” dada a todos os funcionários da empresa, seja da linha de produção ou do núcleo administrativo.

Para Castel (1998), numa análise do desmoronamento da sociedade salarial (sociedade esta permeada pelas proteções, regulações e direitos coletivos e permeada pelo assalariamento formal como principal elemento das relações capital/trabalho), a partir da década de 1970, com o conseqüente individualismo de

massa por falta de referências, as transformações no mundo do trabalho no sentido de uma maior flexibilidade nos contratos (delineadas acima para o caso europeu), tanto no que se refere ao trabalho quanto ao extra-trabalho, tem um caráter irreversível, como uma marca própria do capitalismo em seu processo de reestruturação produtiva. Nessa perspectiva, ao trabalhador

(...) não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender. Assim, os indivíduos são levados a definir, eles próprios, sua identidade profissional e a fazer com que seja reconhecida numa interação que mobiliza tanto um capital pessoal quanto uma competência técnica geral (CASTEL, 1998, p. 601).

Em síntese, sob os auspícios do neoliberalismo, a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, levam o trabalhador a desenvolver habilidades ligadas à busca de um trabalho e não mais necessariamente de um emprego (as atividades temporárias ou os bicos são exemplos disso) diante do aumento das taxas de desemprego e da exacerbação da concorrência no mercado de trabalho, ou seja, a consolidação da prática da “trabalhabilidade” em substituição a empregabilidade (a aquisição de habilidades direcionadas para a inserção ou manutenção do emprego formal), num mercado de trabalho altamente competitivo e desregulado.

Nesse sentido, o elevado desemprego em Presidente Prudente tem levado os trabalhadores a “desenvolverem” habilidades ligadas a execução de atividades informais como forma de sobrevivência, mesmo nos segmentos de trabalhadores com escolaridade média (com o ensino médio completo ou incompleto). As atividades realizadas vão desde a venda de produtos diversos (lingerie, roupas, perfumes, calçados etc.) a ocupação através da atividade de diarista, faxineira e servente de pedreiro, expressando diretamente como os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, direcionam esforços para a aquisição de habilidades associadas a inserção profissional através de um trabalho e não necessariamente de um emprego formal⁹.

O desenvolvimento de práticas de empreendedorismo, com os indivíduos sendo levados a enfrentar com seus próprios meios às dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho, através da formulação de projetos ou do

⁹ Entrevistas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2007.

envolvimento em grupos culturais e/ou musicais, se constituem em outras formas incentivadas sob o neoliberalismo para dar cabo da crise do emprego nos dias atuais.

Entretantes, faz-se necessário contextualizar a atual crise do mundo do trabalho com outros períodos de desemprego elevado e de queda dos rendimentos dos trabalhadores, relativizando dessa forma a irreversibilidade das transformações no mundo do trabalho destacada por Castel (1998). Não se deve esquecer que o peso das crises econômicas sempre recai sobre os trabalhadores, através da superexploração da força de trabalho como fonte única de rendas capitalizáveis, como proficuamente lembra Brunhoff (1991) e que a classe trabalhadora já passou por momentos de desestabilização e fragmentação ao longo da história do capitalismo, regredindo consideravelmente as conquistas dos trabalhadores, tendo como símbolo significativo disso o desemprego em massa resultante da crise da economia mundial de 1929, com o desemprego assumindo proporções inimagináveis e sem precedentes na história do capitalismo até então.

Analisando-se o trabalho e o emprego sob o ponto de vista do desmonte do Estado, promovido pela adoção e implementação de políticas neoliberais, abre-se a possibilidade de redução dos quadros funcionais no setor público, com impactos sobre o mercado de trabalho no que se refere à deterioração e precarização do trabalho e diminuição de empregos regulares e estáveis também na área estatal.

A reforma do Estado implementada no Brasil contribuiu dessa forma, para a elevação do desemprego, através da adoção de programas de demissão voluntária na esfera estatal, do fechamento e da privatização de empresas estatais, além da demissão de funcionários públicos não-estáveis, tendo como reflexo desse processo um saldo negativo de 2,5 milhões de empregos no setor público na década de 1990, diante de um saldo positivo de 1,6 milhão de postos de trabalho na área estatal na década de 1980 (BIONDI, 1999).

Por conseguinte, há também a tendência de redução de empregos formais nas empresas estatais privatizadas ou concedidas ao capital privado, através da reestruturação produtiva e administrativa promovida pelos atuais detentores ou administradores de patrimônios outrora públicos, visando à maior competitividade e concorrência no mercado tornado competitivo.

Se os Estados nacionais perderam a capacidade e o poder de gerir a economia e de formular e colocar em prática políticas macroeconômicas de “pleno emprego” articuladas ao bem-estar social da população (para os países do capitalismo central) e de geração de emprego e renda para os países periféricos do capitalismo mundial, com crescimento econômico sustentado, “é no nível dos Estados nacionais que se plasmam os efeitos perversos da busca de maior competitividade por parte das empresas” (POCHMANN, 1999, p. 28).

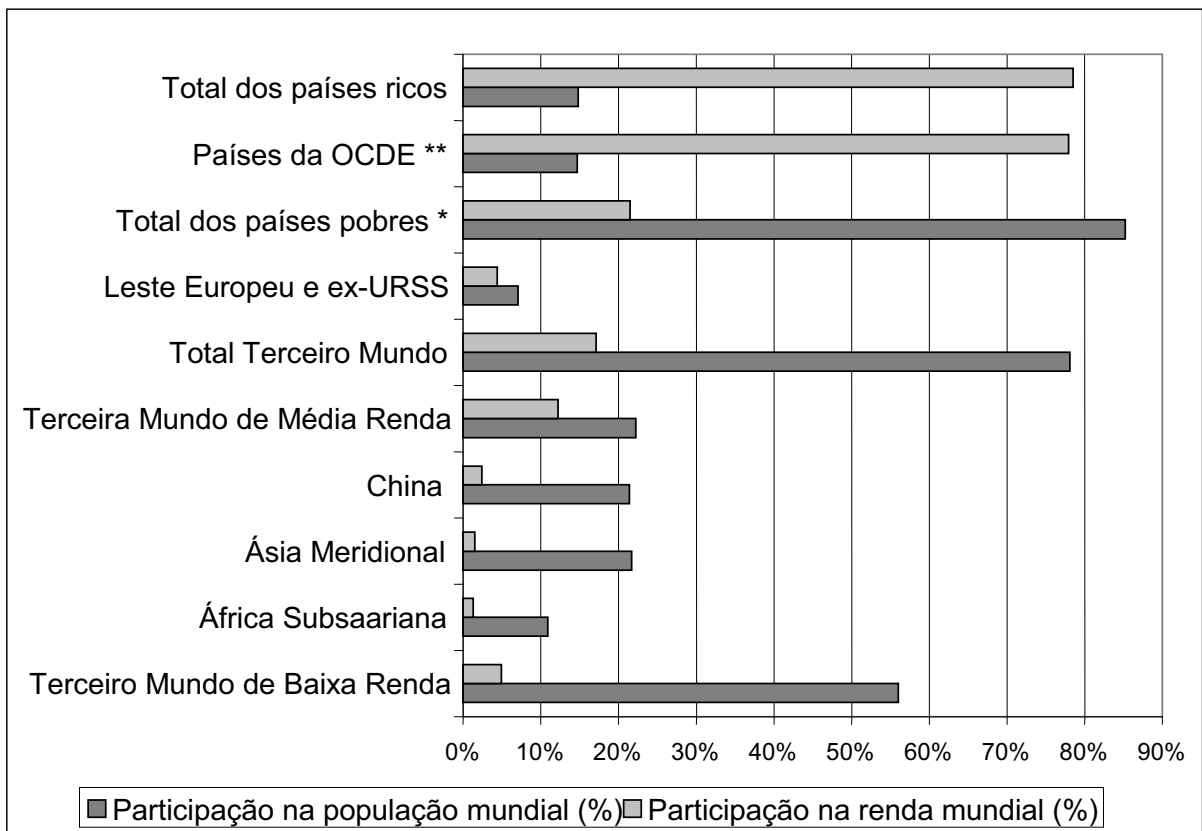
Em outras palavras, a ação do Estado foi reorientada e voltada para a criação de possibilidades e defesa de políticas que garantam maior competitividade e lucratividade às empresas, no âmago da aplicação e implementação de políticas neoliberais de livre-iniciativa e da concorrência como regra geral entre os países e na sociedade capitalista globalizada.

Chossudovsky (1999) salienta que a reestruturação da economia mundial e a disseminação do neoliberalismo capitaneado pelo FMI e pelo Banco Mundial negam aos “países em desenvolvimento” a possibilidade de construir uma economia nacional independente do “sistema econômico global” engendrado no centro desse sistema, “transformando países em territórios abertos ao mercado e economias nacionais em ‘reservas de mão-de-obra barata e de recursos naturais’” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 30). Esse sistema econômico global se baseia na desigual distribuição de renda:

Enquanto os países ricos (onde vivem aproximadamente 15% da população mundial) controlam 80% do total da renda mundial, o grupo dos “países de baixa renda” (56% da população mundial, incluindo as da Índia e da China), com mais de 3 bilhões de habitantes, recebeu, em 1993, aproximadamente 5% do total da renda mundial, percentual menor que o PIB da França e seus territórios ultramarinos (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 30).

O gráfico a seguir ilustra bem a constatação feita pelo autor no que tange à desigualdade na distribuição de renda entre os países em desenvolvimento e os países capitalistas avançados, sem contar as desigualdades na estrutura do comércio, da produção e do crédito mundiais, que redefinem o papel e a posição dos países em desenvolvimento nessa nova fase do capitalismo, redesenhando também as relações centro-periferia numa nova configuração da divisão internacional do trabalho sob o capitalismo globalizado.

Gráfico 1: Participação na população e na renda mundial (1993).



Fonte: World Bank, *World Development Report, 1995* apud CHOSSUDOVSKEY, 1999, p. 32.

Obs. Os termos Terceiro Mundo, países pobres e países ricos são expressões do autor.

Para Brunhoff (1995), reforçando as afirmações anteriores, os postulados neoliberais (re)orientam a atuação do Estado, apontando para a neutralidade econômica, segundo a qual as instituições devem somente “limitar-se a fazer respeitar regras muito gerais do jogo, garantindo a ordem social e a segurança da propriedade, pano de fundo do livre funcionamento dos mercados” (BRUNHOFF, 1995, p. 40).

A autora ressalta também, permeando a limitação na atuação das instituições, que a implementação das políticas neoliberais visa à restauração de um livre mercado de trabalho regido por leis estritamente de oferta e demanda, sem a participação do Estado e dos sindicatos na sua regulação. Isso aumenta o poder e a autonomia das empresas para contratar e demitir como quiser e em condições favoráveis para a acumulação, instituindo-se com isso a prática de formas de

contrato flexíveis e de fácil rescisão, não significando amarras institucionais para a demissão e admissão a qualquer tempo.

O Contrato Temporário de Trabalho instituído no Brasil em 1998, através da alteração da Lei nº. 6.019 de 03/01/1974, com o trabalhador podendo ser contratado por um período de 06 meses a 01 ano, sem nenhuma garantia de continuidade na empresa, dando a mesma a liberdade de rescindir o contrato de trabalho a seu “bel prazer”, representa uma forma de flexibilização do mercado de trabalho nacional, em consonância com a Reforma do Estado e a consolidação e aprofundamento do neoliberalismo levado a cabo pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em suma, o ideário neoliberal aponta para a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização das condições e relações de trabalho e a manutenção de taxas de desemprego como naturais e inerentes ao funcionamento do modo capitalista de produção e a eficácia de qualquer mercado auto-regulável, determinando, ao contrário do que se postula, a deterioração e precarização do mercado de trabalho numa economia globalizada e de livre-concorrência.

1.4. Terceira Revolução Industrial, reorganização do trabalho na produção e redimensionamento do processo produtivo

A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica caracteriza-se pela constituição de um novo paradigma tecnológico permeado pelo complexo eletrônico e por tecnologias da informação, que segundo Mattoso

(...) tem na automação integrada flexível, seja nos processos contínuos, de automação fragmentada, de automação discreto-interrompíveis ou manufatureiro, um dos seus principais elementos (MATTOSO, 1995, p. 66).

Coutinho (1992) destaca a formação de um amplo complexo eletrônico em diversos segmentos econômicos e produtivos nas principais economias avançadas durante a década de 1980, baseado fundamentalmente na aplicação de processos contínuos de produção, nos processos de automação discreto-interrompíveis, na substituição de operações manuais por robôs dedicados, através da incorporação de equipamentos digitais e controles computadorizados, nos processos de automação fragmentada e a introdução de comandos numéricos (CN) e comandos

numéricos computadorizados (CNC), nos processos de produção do tipo manufatureiro-artesanal, para a produção de bens de capital sob encomenda.

A aplicação (ou criação por meio dela) da microeletrônica de uma base tecnológica comum a uma constelação de produtos e serviços agrupou um conjunto de indústrias, setores e segmentos na forma de “complexo eletrônico”, densamente intra-articulado pela convergência intrínseca da tecnologia da informação. A formação desse poderoso *cluster* de inovações capazes de penetrar amplamente, direta ou indiretamente, todos os setores da economia configura a formação de novo paradigma tecnológico (...) (COUTINHO, 1992, p. 70).

Da mesma forma, destacando a natureza e as potencialidades de tal revolução tecnológica, Lipietz e Leborgne (1988) afirmam que a invasão do microprocessador e das interfaces eletrônicas é o principal traço da atual revolução tecnológica “não somente em novos produtos, mas também no próprio processo de trabalho” (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p.16).

A substituição do trabalho humano pelo uso intensivo do computador ou a “crescente transferência de uma série de operações das mãos de funcionários que atendem o público para o próprio usuário” (SINGER, 1998, p. 17), constituem alguns impactos da aplicação dessas novas tecnologias sobre o mercado de trabalho. O auto-serviço ou auto-atendimento difundido pelo uso de caixas eletrônicos pelos bancos, com saque automático, pagamento de contas, depósitos, transferências de valores e outros serviços, é um exemplo disso.

Também a transferência dos atendimentos bancários nas próprias agências para o sistema de atendimento eletrônico, através da Internet e de sistemas de *homebanking*¹⁰ e a progressiva substituição do tradicional papel-dinheiro pelo cartão magnético, são exemplos de inovações tecnológicas em curso no capitalismo contemporâneo, bem como a compra de passagens aéreas pela Internet e o comércio eletrônico (o *e-commerce*), caracteriza as transformações do mundo do trabalho pelo uso de novas tecnologias.

Deve-se destacar que historicamente todas as revoluções tecnológicas provocaram transformações no mundo do trabalho, nomeadamente, no que diz respeito ao desemprego, com a exclusão de milhares de trabalhadores do mercado

¹⁰ Sistemas eletrônicos que possibilitam a realização de operações bancárias *on-line*, como a consulta de saldos e extratos e a transferência de valores de uma conta para outra, através da conexão do computador do cliente ao do banco.

de trabalho. Faz-se necessário ressaltar, porém como faz Pochmann (1999), que a Terceira Revolução Industrial está ainda em curso e se mostra incompleta nas atividades de transporte e em sua base energética, mas com efeitos racionalizadores sobre setores tradicionais da economia, ao mesmo tempo propiciando o desenvolvimento e aperfeiçoamento de setores de ponta, como a biotecnologia, a informática e a automação industrial.

Na Primeira Revolução Industrial, houve a proletarização de grandes contingentes de trabalhadores agrícolas pelas transformações na estrutura fundiária e pela implementação de políticas de abertura comercial, com a liberação de excedente de mão-de-obra para o setor secundário da economia.

Com a constituição de um expressivo exército industrial de reserva “o padrão de uso e remuneração da força de trabalho na indústria caracterizou-se por extensas jornadas de trabalho, contratos individuais e de adesão, uso intensivo do trabalho feminino e infantil, baixos salários, entre outros” (POCHMANN, 1999, p. 31).

Com o advento da Segunda Revolução Industrial, nas últimas décadas do século XIX, com a exigência de maior concentração de capitais e de internacionalização das operações das grandes empresas houve a expulsão de trabalhadores rurais, acelerada pelo progresso técnico aplicado às atividades agrícolas, com os setores industriais e de serviços forjando a criação de muitos empregos sem, todavia, assegurarem a absorção plena do excedente de mão-de-obra liberada pela maior complexidade tecnológica e produtiva das transformações estruturais do capitalismo.

Na atual fase de transformação do paradigma tecnológico e produtivo, ensejada por uma nova revolução industrial, observa-se a perda significativa do setor primário da economia, a redução relativa do setor industrial (apresentando, em alguns países, também a diminuição absoluta do contingente de trabalhadores empregados nesse setor de atividade econômica) e o aumento significativo da participação do setor de serviços na geração de empregos formais. Entrementes, o setor de serviços

(...) apesar de ampliar a sua participação na estrutura ocupacional, mostra-se incapaz de ampliar os postos de trabalho proporcionalmente à queda nos outros setores devido aos efeitos racionalizadores das novas tecnologias, que também passam a atingi-lo fortemente (POCHMANN, 1999, p. 34).

Esse processo aponta inexoravelmente para o aumento do desemprego, tanto nas principais economias avançadas, como nos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, as características do mercado de trabalho do final do século XX e início do século XXI, diante da difusão de um novo paradigma tecnológico, interligado ao movimento mais amplo de reestruturação do capitalismo, se expressam na maior exigência de qualificação na contratação, baixa ou nenhuma estabilidade no emprego, aumento dos índices de desemprego, subcontratação da mão-de-obra, informalização e precarização do mundo do trabalho e diminuição do poder de negociação dos sindicatos e na representatividade dos trabalhadores.

Para Bihl (1999), os trabalhadores em diferentes categorias passam por um conjunto de constrangimentos, tais como:

(...) instabilidade de emprego e, portanto de renda; desregulamentação mais ou menos forçada de suas condições jurídicas de emprego e de trabalho (em relação às normas legais ou convencionais); conquistas e direitos sociais em regressão; com frequência, ausência de qualquer benefício convencional; a maior parte do tempo, ausência de qualquer proteção e expressão sindicais; enfim, tendência à individualização extrema da relação salarial (BIHR, 1999, p. 86).

As novas tecnologias forjaram também a ruptura com os padrões rígidos de produção fordistas/tayloristas, apontando para a constituição de uma economia flexível em substituição ao modelo de desenvolvimento fordista, com a mescla de várias formas de acumulação flexível, dentre as quais se sobressai o modelo toyotista ou japonês de produção, redimensionando o processo produtivo, alterando as formas de gestão empresarial e, primordialmente, as relações entre as empresas.

Torna-se de suma importância a necessidade de uma diferenciação conceitual em torno do termo acumulação flexível em relação ao modelo de desenvolvimento fordista e aos métodos de organização e gerência do trabalho de cunho taylorista. Enquanto o fordismo se caracteriza pela rigidez nos processos de trabalho, de produção e de consumo, com o relativo equilíbrio de forças entre o grande capital, o trabalho organizado e o Estado regulador, através da consolidação

de um conjunto de normas e regras institucionalizadas no pós-guerra e, o taylorismo como um conjunto de fórmulas científicas relacionadas ao controle do trabalho no processo produtivo, através do estudo do tempo de trabalho e do movimento dos trabalhadores, a acumulação flexível

(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1996, p. 140).

Em outras palavras, a acumulação flexível deve ser considerada como uma estratégia do capital para a retomada da lucratividade paralisada com o esgotamento do modelo fordista de produção e de consumo, através da constante inovação tecnológica, da difusão do ideário neoliberal do livre mercado, da permanente atualização dos produtos e serviços, como forma de engendrar a demanda efetiva, da flexibilidade dos novos equipamentos informatizados, da automação do processo produtivo, da formação de hábitos de consumo cada vez mais fluidos e da flexibilização dos mercados de trabalho e dos processos de trabalho.

Não é demais concluir então, diante da flexibilidade estabelecida na sociedade capitalista atual, que parece que tudo no capitalismo contemporâneo se torna cada vez mais descartável e fugaz, como se a atual configuração econômica e social tivesse como característica a conformação da sociedade da fluidez constante e acelerada, tanto no “mundo” dos produtos e dos símbolos do capital, quanto no mundo do trabalho e suas formas de representatividade política e social.

Contudo, a superação do fordismo/taylorismo pelo modelo toyotista de acumulação flexível não é total, mas uma “superação dialética”, segundo Harvey (1996), porque a acumulação de capital não pode prescindir da repetitividade do trabalho e do controle do tempo e dos movimentos dos trabalhadores no processo produtivo, ou seja, em diversas situações ocorre mesmo uma mescla entre os métodos de reprodução do trabalho e da acumulação de capital, como forma de extração de mais-valia.

Portanto, o que importa é a realização do lucro, pelo controle social do trabalho (fordismo/taylorismo) ou pela polivalência e exigência de resultados (toyotismo/neoliberalismo), como no caso da empresa de artigos para festa Regina Festas de Presidente Prudente, em que se observa a manutenção da estrutura produtiva fordista, (com a empresa fornecendo transporte, alimentação em refeitório próprio, plano de saúde e cesta básica para os trabalhadores), com uma variação permeada pela adoção de novas formas de gestão da força de trabalho e da terceirização de funções antes executadas pela própria empresa, como a exigência do cumprimento de metas mensais de produtividade e de escolaridade mínima para a contratação e a terceirização da segurança, da limpeza e da mão-de-obra do restaurante, bem como a subcontratação de trabalhadores para a embalagem dos produtos, através do trabalho em domicílio por tarefas sem formalização das relações de trabalho¹¹.

Considerações feitas, no tocante às formas de gestão empresarial da produção, a gestão da produção por estoques (*Just in case*) do fordismo, cedeu lugar a uma nova forma de gestão, denominada *Just in time* (gestão por fluxos), caracterizada pela flexibilidade e adaptação do circuito produtivo às oscilações da demanda.

A flexibilidade dos novos equipamentos auto-programáveis e a despadronização das máquinas, numa economia direcionada para a produção diversificada e diferenciada de vários produtos, seriam responsáveis pelo ajustamento à demanda de todo o processo produtivo em uma economia flexível.

A padaria de Boston, no exemplo dado por Sennet (2002), ilustra bem essa ruptura com os métodos fordistas/tayloristas de produção: antes o ambiente de trabalho era barulhento, o cheiro de fermento se mesclava com o do suor dos padeiros, o trabalho era noturno e a profissão exigia anos de treinamento e dedicação, assim como o trabalho manual com os rolos de massa exigia força física para manipular as ferramentas de trabalho.

Com as mudanças resultantes da aplicação dos métodos da economia flexível, agora

(...) os padeiros não têm contato físico com os materiais ou as bisnagas de pão, monitorando todo o processo por ícones em telas

¹¹ Entrevistas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2007.

que mostram, por exemplo, imagens da cor do pão, extraídas de dados sobre a temperatura e tempo de cozimento dos fornos, poucos padeiros vêem de fato as bisnagas que fazem (SENNET, 2002, p. 79).

Também, observa-se a adoção de horários de meio período, com a substituição do turno noturno de trabalho por horários muito mais flexíveis.

A padaria de Sennet ilustra ainda a adoção do sistema do *just in time*, através da panificação computadorizada, com o uso de máquinas sofisticadas e reconfiguráveis permitindo a adequação da produção à demanda, “um dia os padeiros podem fazer mil pães franceses, no dia seguinte mil *croissants*, dependendo da demanda de mercado imediata de Boston” (SENNET, 2002, p. 78).

Dessa forma, na mesma medida, o sistema de *Just in time*, conduziu a novas formas de relação entre as firmas, caracterizadas por uma distribuição dos riscos da produção entre contratados e subcontratados. Esse sistema de organização industrial expressa a terceirização de certas funções antes realizadas no interior de uma mesma empresa.

A empresa de refrigerantes Funada de Presidente Prudente, expressa com clareza a aplicação dos preceitos da terceirização e distribuição de riscos de produção entre contratados e subcontratados. O fornecimento da matéria-prima para o armazenamento e embalagem do refrigerante é feito por uma empresa subcontratada que funciona nas dependências da própria Funada, mas com razão social e relações de trabalho diferenciadas em relação à mesma.

Essas novas formas de relacionamento entre as empresas, caracterizadas por uma maior subcontratação e distribuição dos riscos é denominada por Lipietz e Leborgne, de Quase-integração vertical entre as firmas, podendo ser definido como:

(...) relações estáveis entre fornecedores e clientes; uma importante participação do cliente no volume de negócios do fornecedor; um campo de subcontratação extenso, indo da concepção à comercialização; e, formas não mercantis de relações interfirmas, indo da subordinação à parceria (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p. 23).

Observam-se também transformações na organização interna do processo de trabalho “com redução da hierarquia funcional, trabalho em ilhas, trabalho mais qualificado no núcleo estável e pouco qualificado nas atividades secundárias” (POCHMANN, 1999, p. 35).

O desenvolvimento e a aplicação de métodos de acumulação flexível, de acordo com a valorização e transformação da informação em uma valiosa e estratégica mercadoria para as grandes corporações (como vantagens competitivas em relação aos pequenos negócios), através do acesso aos dados sobre taxa de câmbio, flutuações econômicas em diversas economias nacionais, mudanças nas modas e gostos dos consumidores, posições e estratégias dos concorrentes e, primordialmente das inovações tecnológicas e descobertas científicas (como o apoio a pesquisas realizadas por universidades renomadas no estudo de vacinas contra vários tipos de doenças ou no seqüenciamento do genoma humano, no desenvolvimento de novas tecnologias e conhecimento em diversos ramos científicos), engendrou um processo de maciças fusões e diversificações corporativas, num contexto de globalização econômica e financeira e de disseminação do ideário da liberdade irrestrita do capital em qualquer parte do mundo.

Para Chossudovsky (1999), as inovações tecnológicas fundamentadas no progresso acentuado das telecomunicações, da tecnologia da computação e da engenharia de produção, possibilitaram, por um lado, a transferência das indústrias do centro do “sistema econômico global” para os países periféricos, com o contato permanente dos centros de tomadas de decisão das grandes corporações transnacionais com os locais de fabricação e as linhas de montagem em todo o mundo, representando um instrumento estratégico de controle e supervisão mundiais das corporações na atual fase do capitalismo global, culminando também nos processos de fusões e aquisições de empresas. Por outro lado, o controle sobre o trabalho e a redução de custos de produção aumentou consideravelmente:

A empresa global minimiza os custos do trabalho em escala mundial por sua capacidade de conectar-se eletronicamente com os locais de produção de mão-de-obra barata em todo o planeta (ou de subcontratá-la): empregados são demitidos em um país (de altos salários), a produção é transferida para outro país (de baixos salários), um número menor de trabalhadores tem sua jornada aumentada e recebe salários substancialmente mais baixos (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 86).

As novas tecnologias da informação possibilitam ainda a transferência de certos serviços dos países capitalistas avançados para locais de mão-de-obra barata do “Terceiro Mundo” e do Leste Europeu. Com isso:

Estabelecimentos comerciais e financeiros podem reduzir seu pessoal em vários setores administrativos: com o uso de redes de computadores e do correio eletrônico (*email*), a contabilidade das grandes firmas, por exemplo, pode agora ser transferida e administrada com consideráveis economias nos países em desenvolvimento, onde os contadores qualificados e especialistas em computação podem ser contratados por menos de US\$ 100 por mês; o processamento de dados pode ser rapidamente terceirizado (por exemplo, via *email*) junto a escritórios que pagam US\$ 2 ou US\$ 3 por dia nas Filipinas, e assim por diante (CHOSSUDOVSK, 1999, p. 87).

Por conseguinte, se o capital procura os espaços diferenciados em termos de recursos naturais ou de mercados consumidores, como afirmou Chesnais (1996), excluindo amplos segmentos da população mundial e espaços econômicos situados nos países em desenvolvimento, a disseminação de empresas transnacionais para a periferia do capitalismo, a exploração intensiva da mão-de-obra (muitas vezes tão qualificada quanto a verificada nos países capitalistas centrais), o controle geográfico à distância e a redução de custos de investimentos, determinam necessariamente a ampliação das taxas de lucratividade e reprodução do capital em escala global, pelo uso mercadológico das novas tecnologias advindas da mudança de paradigma verificado atualmente, sobretudo nas principais economias avançadas.

Em síntese, a automação do processo produtivo, redefine os princípios que permeiam a produção, caracterizando o período atual pela maior flexibilidade, tanto no interior do próprio processo produtivo, quanto nas relações entre as firmas e na gestão empresarial, indicando também transformações que afetam todo o mundo do trabalho, reorganizando-o e produzindo a flexibilização das relações de trabalho, tanto no interior das empresas (maior mobilidade entre os postos de trabalho), quanto externa (subcontratação, contratação por tempo determinado etc.), assim como o alijamento de trabalhadores do processo produtivo, através do desemprego.

O advento e a difusão da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica têm como objetivo fundamental o aumento da produtividade¹², seja nas novas formas

¹² Tanto Smith quanto Marx, a partir de visões distintas, seja a partir da divisão do trabalho ou da expansão das forças produtivas, analisam o grande paradoxo das sociedades capitalistas industriais:

de gestão do trabalho e adoção de formas atípicas de contratação, seja nas técnicas de produção racionalizadoras e poupadoras de mão-de-obra – nos tempos recentes, tornou-se comum a aplicação de novos programas de reengenharia, qualidade total, etc., com o objetivo primordial de aumentar a acumulação de capital pelo viés de uma maior organização do trabalho e do processo produtivo.

Reforçando essa constatação sobre a tecnologia articulada à produtividade, Jinkings (2006), analisando o processo de reestruturação do sistema financeiro internacional, particularmente do sistema bancário brasileiro, diante das transformações estruturais do capitalismo, observa que o papel das tecnologias está associado ao aumento da produtividade do trabalho e da lucratividade do capital:

A aplicação da ciência e da tecnologia na produção, mediada pelo capital, desenvolve-se historicamente orientada pelo princípio da substituição de força de trabalho pela máquina, da redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto, conforme os imperativos do sistema capitalista e da sua lógica expansiva (JINKINGS, 2006, p. 193).

No setor bancário de Presidente Prudente (em consonância com as transformações verificadas em âmbito nacional), com a adoção de tecnologias da informação e da informatização dos serviços prestados aos clientes, a automação possibilitou a redução significativa dos trabalhadores e liberou também os bancários para outros serviços, tais como a venda de seguros e consórcios, transformando-os em vendedores de produtos, engendrando dessa forma a reestruturação produtiva do setor a serviço do capital em seu movimento de acumulação/reprodução ampliada de mais-valia¹³.

Todas essas transformações estruturais do capitalismo no final do século XX e neste início de século XXI, analisadas neste capítulo, são concomitantes e estão em consonância com a retomada da acumulação de capital, estabelecendo a precarização/deterioração do mundo do trabalho e a exclusão de milhares de trabalhadores do processo produtivo através do desemprego.

a possibilidade do trabalho produzir cada vez mais riquezas em um tempo sempre menor. (MATTOSO, 1995).

¹³ Entrevistas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2007.

1.5. Considerações Finais ao Capítulo 1

O movimento mais amplo de reestruturação do capitalismo, expresso nas mudanças de paradigma técnico-produtivo, das relações e das trocas internacionais e na política econômica hegemônica na condução das relações de trabalho e de produção/reprodução de capital, provocou transformações no mundo do trabalho, delineadas e discutidas por diversos autores, dentre eles Antunes (2001):

- a) diminuição do número de operários que executavam tarefas manuais concentrados no interior da fábrica, do modelo de desenvolvimento fordista;
- b) acentuação da subproletarização e precarização do trabalho, através do aumento do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado;
- c) ampliação do trabalho feminino associado às formas precarizadas de trabalho e aos salários sempre baixos;
- d) expansão dos assalariados médios, precipuamente no setor de serviços;
- e) exclusão do mercado de trabalho de trabalhadores jovens (exigência de experiência e formação profissional) e de trabalhadores “velhos” (acima dos 45 anos);
- f) intensificação e superexploração do trabalho imigrante e do trabalho infantil em diversas partes do mundo, e;
- g) explosão das taxas de desemprego, consideradas estruturais.

Do mesmo modo, Bihl (1999), evidenciando o processo de fragmentação da classe trabalhadora com a crise do fordismo, delineia três grandes conjuntos de imagens proletárias:

- a) **Os proletários estáveis e com garantias**, representados por trabalhadores do setor estatal e pelos trabalhadores de empresas e/ou setores que escaparam da crise ou a superaram, mantendo alguns direitos e conquistas sociais diante do capital reestruturado;
- b) **Os proletários excluídos do trabalho ou até mesmo do mercado de trabalho**, seja pelo desemprego de longa duração (caso dos idosos ou dos trabalhadores pouco qualificados de setores em declínio) ou pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho (no caso específico dos jovens) e;
- c) **A massa flutuante de trabalhadores instáveis**, representados pelos proletários das empresas que operam por subcontratação (terceirização) e por encomenda, pelos trabalhadores em domicílio, pelos trabalhadores em tempo parcial e os temporários, pelos estagiários e pelos trabalhadores da “economia subterrânea”.

Sob este ponto de vista, Bihl (1999), destaca entre os proletários estáveis e com garantias e os trabalhadores instáveis o conjunto dos proletários excluídos do trabalho e mesmo do mercado de trabalho, como vítimas de um processo de exclusão social através do desemprego de longa duração que os torna inempregáveis¹⁴, devido, sobretudo, a característica seletiva e excludente do capital.

Dentre a categoria relacionada às atividades instáveis, o autor destaca também os trabalhadores temporários que passam do desemprego ao exercício de alguma atividade com muita frequência ou vice-versa, pela instabilidade característica destes trabalhadores, quer dizer, passam por um processo permanente de exercício de alguma atividade econômica por tempo determinado, estabelecendo vínculos com uma empresa específica, logo em seguida pelo processo de desemprego e, voltam a exercer alguma atividade temporária, repetindo-se o ciclo perverso até o momento da inserção no mercado de trabalho formal, através da conquista de um emprego com carteira assinada, por tempo indeterminado e regulado por legislação trabalhista própria.

Em Presidente Prudente, destacam-se também os trabalhadores propensos a inempregabilidade, pela duração do tempo de desemprego ou pela exclusão permanente do mercado de trabalho, com características associadas a baixa escolaridade (escolaridade até o ensino médio incompleto), a idade relativamente elevada (geralmente acima dos 35 anos de idade é considerado “velho” pelo mercado) e o tempo elevado de desemprego (acima dos dois anos sem registro em carteira), fazendo com que os trabalhadores com esse perfil ocupacional estejam vulneráveis as oscilações da economia local, exercendo atividades associadas ao setor informal da economia e, em alguns casos, até mesmo desistindo da (re)inserção profissional através do emprego com carteira assinada e protegido pela legislação trabalhista brasileira em vigor atualmente¹⁵.

O movimento de reestruturação capitalista desencadeado a partir do questionamento do modelo de desenvolvimento fordista engendrou assim a crise do mundo do trabalho, através de transformações nas condições e relações de trabalho

¹⁴ A inempregabilidade decorre da enorme concorrência que se instalou também no mercado de trabalho, tendo como consequência a liberdade de escolha por parte dos empregadores dos melhores empregados, com a possibilidade de rendimentos sempre controlados e mais baixos. “Quem ficou muito tempo sem trabalho ou foi despedido muitas vezes não ‘deve’ ser bom. Então por que arriscar?” (SINGER, 2004, pág. 08).

¹⁵ Entrevistas de campo, setembro e outubro de 2007.

e na representatividade dos trabalhadores, suscitando reflexões acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea diante das transformações estruturais do capitalismo.

Dessa forma, coloca-se em discussão a centralidade do trabalho diante da atual crise do mundo do trabalho. Assim, alguns autores apontam para a crise e a perda da centralidade do trabalho diante do movimento de reestruturação do capitalismo, entre eles Offe (1989) (diminuição das tentativas de compreender a realidade social por meio da categoria do trabalho assalariado e substituição das formas de produção institucional de bens e serviços pelo trabalho doméstico, familiar, em domicílio, em grupo etc.), Gorz (1982) (através da negação da classe trabalhadora pela não-classe-de-não-trabalhadores que tem o emprego como atividade provisória, acidental e contingente) e Habermas (1989) (a transformação da ciência “na principal força produtiva” em detrimento e substituição do valor-trabalho no processo produtivo).

Em contrapartida, outros autores defendem e reafirmam a centralidade do trabalho, entre eles Antunes (2001) (o trabalho continua central para o processo de emancipação humana; emancipação do trabalho, no trabalho e pelo trabalho) e Sorj (2000) (o trabalho continua a ser fundamental e essencial na vida das pessoas, bem como para o sustento dos indivíduos, mas a análise sociológica deve englobar o trabalho vinculado a outras esferas da vida – família, escola, igreja etc. – para a compreensão da centralidade do trabalho diante do capitalismo reestruturado e das transformações no mundo do trabalho).

Diante desse movimento de transformações do capitalismo nas últimas décadas, alguns questionamentos sobressaem com relação aos impactos associados a economia e ao mercado de trabalho nacional. Por exemplo, quais as transformações desencadeadas no mercado de trabalho formal brasileiro com a adoção desse conjunto de medidas voltadas a retomada do processo de acumulação de capital? Quais as transformações da base produtiva nacional a partir da crise do fordismo da década de 1970? Até que ponto as exigências de empregabilidade mais elevada para a contratação e a manutenção do emprego formal podem ser relacionadas às mudanças associadas a adoção dos métodos da acumulação flexível de capital na economia brasileira? Entre outros questionamentos sobre o comportamento do mercado de trabalho nacional num

contexto de transformações estruturais do capitalismo global das últimas décadas.

Dessa forma, a adoção do receituário neoliberal na década de 1990 no Brasil desencadeou as transformações relacionadas a reestruturação do capitalismo na economia brasileira, representando o redirecionamento da base produtiva e econômica historicamente associada a industrialização substitutiva de importações, apontando também para a desestruturação do mercado de trabalho formal, com a elevação do desemprego e da informalidade do trabalho, o desassalariamento e a precarização das condições e relações de trabalho, pondo fim a um processo histórico de formalização do trabalho iniciada na década de 1930, sob o governo do presidente Getúlio Vargas.

Em síntese, a análise da evolução histórica do mercado de trabalho e da dinâmica atual da geração de empregos formais, bem como a análise das transformações nas relações de trabalho no Brasil, torna-se de suma importância para a compreensão dos impactos desse processo de reestruturação capitalista e da crise do mundo do trabalho subjacente, sobre o mercado de trabalho brasileiro nos tempos recentes, o que será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: DESESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO, DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO

*“...A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer...”*

Arnaldo Antunes/Marcelo Fromer/Sérgio Brito

A década de 1990, no Brasil, seguindo a marcha de um amplo movimento de abertura comercial e financeira indiscriminada, da manutenção “artificial” do câmbio, de taxas de juros elevadas e do desmonte do Estado Nacional, segundo os preceitos do Consenso de Washington, além de uma política de valorização das importações, foi marcada pelo redirecionamento da base produtiva e econômica (estruturada desde a década de 1930, com base na industrialização substitutiva de importações e conformada por políticas desenvolvimentistas estatais) e pelo processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, que já sofrera transformações significativas com as oscilações econômicas da década de 1980.

Com a adoção do receituário neoliberal, implementado pelo governo de Fernando Collor de Mello e aprofundado nos dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a criação e aplicação do Plano Real, em 1994, as transformações estruturais do capitalismo, iniciadas a partir da crise do fordismo na década de 1970, foram desencadeadas na economia brasileira, configurando também a crise do mundo do trabalho no Brasil, com a explosão do desemprego e da informalidade do trabalho.

Malgrado verificar-se a recuperação do assalariamento formal no mercado de trabalho brasileiro a partir de 2000, resultado de mudanças no regime cambial e da retomada das exportações vinculadas ao setor primário da economia, permaneceram os problemas históricos relacionados às relações de trabalho, mesmo com a posse do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo como referência a formação de um governo popular. Esses problemas se refletem na manutenção de altas taxas de desemprego, na deterioração/precarização do trabalho, na informalidade e na instabilidade para os trabalhadores formais.

2.1. Desenvolvimento histórico da economia brasileira e o processo de formalização do mercado de trabalho nacional

Com a crise da economia cafeeira nos anos de 1930, no bojo da grande crise da economia mundial desencadeada em 1929 com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, representando uma profunda queda no nível de atividades

nos países desenvolvidos que perdurou por quase toda a década de 1930, o Brasil teve seu processo de industrialização impulsionado, através da implantação de indústrias de consumo corrente e de indústrias do segmento metal-mecânico, direcionadas para a produção de peças de reposição do maquinário existente no país (DEDECCA; BRANDÃO, 1993).

Como decorrência histórica desse processo, estruturou-se no Brasil, no início da década de 1960, um setor industrial relativamente integrado e complexo, assentado no desenvolvimento do segmento industrial tradicional, através do esforço desenvolvimentista realizado pelo Estado brasileiro a partir de meados da década de 1950, aprofundando a atuação do Estado na transformação da estrutura econômica inaugurada pelo governo de Getúlio Vargas.

Vale frisar que no processo de desenvolvimento econômico sob o modo capitalista de produção, o Estado age no sentido de corrigir distorções e contradições inerentes ao capitalismo que privilegia determinados espaços e segmentos sociais em razão de seu caráter inexoravelmente mercantil e concentrador. Todavia, no Brasil

(...) o Estado teve uma importante ação estruturante, atuando, contudo, não para corrigir as distorções geradas pelo processo de desenvolvimento, mas sim para atrair investimentos e para reduzir os riscos dos agentes privados, sobretudo das grandes empresas nacionais e multinacionais (HESPANHOL, 1999, p. 21).

Dessa maneira, a partir de 1930, sob o Governo Vargas, o Estado passa a desempenhar papel preponderante no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, primeiramente, através de uma política de gastos públicos que assegurou a rentabilidade dos produtores de café, diante da queda do preço do produto no mercado internacional e da dependência da economia brasileira às oscilações do mercado externo.

Através da compra e da queima do café excedente no mercado interno, Vargas garantiu a renda dos fazendeiros e evitou que o comportamento desfavorável da economia cafeeira se generalizasse para o conjunto da incipiente economia doméstica.

Com a conjuntura desfavorável relacionada à economia primário-exportadora, embora o café continuasse sendo a principal fonte de divisas para o

país, Vargas empreendeu esforços significativos para integrar a economia brasileira, através da expansão da fronteira agrícola (Marcha para o Oeste) e da abertura de vias de circulação.

A presença marcante do Estado desde 1930, constitui o pilar básico do que veio a ser hoje o capitalismo brasileiro. Sustentáculo principal do processo de industrialização, o Estado acabou sendo uma condição *sine qua non* para a unificação do espaço econômico nacional que, até então, se caracterizava pela fragmentação em enclaves exportadores para o mercado internacional (DINIZ; LEMOS, 1989, p. 163).

Com relação aos trabalhadores, Vargas “promoveu” a regulação do mercado de trabalho urbano, através da institucionalização do uso e remuneração da mão-de-obra, com a constituição de um conjunto de direitos consubstanciados na jornada de oito horas diárias de trabalho, no estabelecimento do descanso semanal remunerado, na instituição da justiça trabalhista, na estabilidade no emprego após dez anos de permanência em uma mesma empresa (a instituição da estabilidade no emprego data de 1935) e na instituição da aposentadoria e pensão para os trabalhadores com mais de 35 anos de trabalho e para as trabalhadoras com mais de 30 anos de atividade.

Todas essas iniciativas estavam interligadas impreterivelmente à obrigatoriedade de filiação dos trabalhadores ao novo sindicalismo inaugurado pelo Governo, atrelado institucionalmente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, representando a restrição na representatividade e pluralidade sindical e na defesa de interesses tanto de trabalhadores quanto de empregadores.

Não é demais enfatizar que a intervenção do Estado no mercado de trabalho, data dos anos de 1920 do século passado, num contexto de amplos debates entre reformistas, socialistas e mediadores favoráveis à intervenção, culminando com a elaboração de um conjunto de direitos, tais como a instituição da Lei de Acidente, em 1919, a Lei que conferia estabilidade no emprego, aposentadoria e pensão aos ferroviários, em 1926, a regulamentação do trabalho do menor, em 1927 e a criação do Conselho Nacional do Trabalho, em 1923, durante a presidência de Artur Bernardes.

A legalização do movimento sindical através da criação da legislação trabalhista pelo Governo ficou restrita aos trabalhadores urbanos, quando,

paradoxalmente e não por acaso, a maior parte da força de trabalho brasileira estava localizada no campo. Por um lado, Vargas atendeu aos interesses da classe latifundiária, ao manter atrelada e subordinada a ela o trabalhador do campo e, por outro lado, promoveu uma divisão e um distanciamento dos interesses entre os trabalhadores urbanos e os rurais, ficando estes últimos relegados aos ditames do latifúndio, tendo sua força de trabalho explorada indiscriminadamente e sujeitos à violência como principal forma assumida pela relação desigual entre capital/trabalho, enquanto os primeiros se abrigavam numa legislação trabalhista estatal e articulada ao projeto de industrialização nacional.

Também a não realização de reforma agrária no Brasil ao longo da história, bloqueando o acesso à terra aos trabalhadores rurais e provocando a expulsão dos mesmos para as cidades, contribuiu para a formação de um exército industrial de reserva abundante, favorecendo a extração de mais valia e os altos lucros da burguesia industrial, através das múltiplas formas de superexploração da força de trabalho e da manutenção dos salários sempre baixos, barateando os custos de produção e das mercadorias produzidas.

Deste modo, Vargas se apropriou ideologicamente das bandeiras operárias e se colocou como o único sujeito capaz de viabilizar as novas formas de relações de trabalho no Brasil, amortecendo as reivindicações trabalhistas e acomodando a nascente classe operária nas décadas seguintes (BRAGA, 2001).

O período compreendido entre 1930 e 1954 destaca-se como a primeira fase da industrialização brasileira, vinculada às oscilações da economia exportadora, com forte dependência da exportação do café e da demanda externa pelo produto. Destaca-se nesse período a fase política conformada por duas presidências de Getúlio Vargas, entre 1930-1945 e entre 1950-1954.

Numa segunda fase, a partir da segunda metade dos anos de 1950, a industrialização nacional ganhou novo impulso, com a instalação no país, precipuamente na cidade de São Paulo, da indústria pesada (aço, equipamentos, etc.) como as indústrias de bens de capital e as indústrias de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, tratores etc.), devido à aliança entre o capital transnacional, o capital estatal e o capital privado nacional, sob orientação do Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

Nessa fase, a atuação do Estado é decisiva no processo de introdução do capital internacional no país, sob uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, através, de um lado dos investimentos “na ampliação e no aperfeiçoamento da infra-estrutura, principalmente de energia, para aumentar a capacidade de produção, e dos transportes, para colocar os produtos nos centros de consumo e a matéria-prima nos centros produtores” (CARDOSO DE MELLO, 1984, p. 118).

Por outro lado, o Estado estabeleceu as bases “da associação com a grande empresa oligópica estrangeira, definindo claramente um esquema de acumulação e concedendo-lhe generosos favores” (CARDOSO DE MELLO, 1984, p. 118). Em outras palavras, a instauração do Estado desenvolvimentista brasileiro e o estabelecimento de um novo padrão de financiamento da acumulação de capital, baseado no tripé determinado pelo capital estrangeiro, pelo capital nacional e pelo capital estatal.

Esse novo salto no processo de industrialização ocorreu num contexto de um novo período de internacionalização do capital, diante de uma nova divisão internacional do trabalho, restabelecendo as relações centro-periferia. A partir daí, as economias centrais passaram a deslocar para a periferia do capitalismo mundial seus aparelhos industriais, para além do incremento dos circuitos de mercadorias e de capitais para as economias dependentes até então estabelecido (CARDOSO DE MELLO, 1984).

O complexo automotivo, localizado na região do ABC paulista (representada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) tornar-se-ia o pólo dinâmico da nova fase de industrialização brasileira, determinando a criação de um novo mundo do trabalho, através da constituição de um novo proletariado metalúrgico, umbilicalmente ligado às indústrias produtoras de bens de consumo duráveis.

Mas, a despeito do novo surto industrial, permaneciam os problemas estruturais no mercado de trabalho brasileiro, refletidos no aumento da pobreza, na ampliação do excedente de mão-de-obra nas cidades (devido a não-realização de

uma ampla reforma agrária no campo e o conseqüente êxodo rural¹⁶), na queda dos rendimentos dos trabalhadores assalariados e no aumento da jornada de trabalho.

A terceira fase, entre os anos de 1967 e 1973, foi caracterizada pelo auge das indústrias de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) num cenário de crescimento vertiginoso da economia brasileira, que ficou conhecido como o “milagre econômico brasileiro”, sob a Ditadura Militar estabelecida no país em 1964.

No que tange ao mercado de trabalho, os governos militares determinaram uma relativa flexibilização das relações de trabalho em substituição a estabilidade no emprego estabelecida na década anterior, através da alteração da legislação trabalhista, com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no ano de 1966, através da aprovação da Lei nº. 5.106/66 estabelecendo a opção entre o fundo e o direito à estabilidade. Vale sublinhar que diante da repressão às forças representativas dos trabalhadores e de supressão dos direitos civis, o trabalhador foi praticamente “convidado a optar” pelo Fundo de Garantia, que prevaleceu sobre a estabilidade no emprego, sendo definitivamente suprimida pela Constituição de 1988.

Nessa mesma linha de ação política, os militares promoveram o enfraquecimento e o esvaziamento da representatividade dos trabalhadores, através da repressão aos sindicatos e aos partidos políticos e a política de arrocho salarial, em consonância com as exigências das empresas transnacionais implantadas no país em meados da década de 1950. A repressão aos movimentos sociais e a todas as formas de organização popular, a reconcentração de capitais nas mãos dos grandes grupos empresariais e o redirecionamento da produção para a exportação e para as altas esferas do consumo, possibilitaram um novo ciclo expansivo da economia brasileira.

No período da Ditadura Militar, a superexploração da força de trabalho atingiu níveis históricos de perversidade, através da associação entre

¹⁶ Pelo contrário, houve no país uma modernização conservadora no campo, através da transformação da base técnica da agricultura, privilegiando os grandes produtores rurais e os grandes proprietários de terras, os produtos vinculados aos setores exportadores ou ao setor agroindustrial e as regiões mais desenvolvidas do Brasil (Sul e Sudeste) em detrimento dos pequenos produtores, da agricultura familiar e das regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste), após o golpe militar de 1964, como resposta às reivindicações dos movimentos sociais no campo e a exigência de uma ampla reforma na estrutura fundiária brasileira (GONÇALVES, 2005).

jornada de trabalho prolongada e baixos salários, permeadas pela utilização de operários não-qualificados com alto grau de rotatividade no interior do processo produtivo.

Contudo, o novo ciclo de crescimento econômico levado a cabo pelos governos militares, como resultado do desenvolvimento desencadeado com a entrada de capitais estrangeiros a partir da década de 1950, engendrou a renovação e o fortalecimento da classe trabalhadora brasileira a partir da indústria automobilística localizada no ABC paulista, num período histórico de repressão a esquerda nacional, imposta pela Ditadura Militar aos membros do Partido Comunista Brasileiro (hegemônico na representatividade dos trabalhadores até então) e das formas de luta armada surgidas após o golpe de 1964.

As grandes greves no final dos anos de 1970 contra o arrocho salarial da ditadura e o surgimento de líderes sindicais como Lula, inexoravelmente atrelado à fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da primeira central sindical brasileira reconhecida legalmente (a Central Única dos Trabalhadores – CUT) nos anos de 1980, se constituem como desdobramentos desse processo histórico (novos atores estavam entrando em cena, na expressão utilizada por Sader (1988) para descrever o momento histórico para os trabalhadores no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980). Esses atores teriam papel decisivo no processo de democratização das relações políticas no Brasil, nas discussões e proposições da nova constituição em 1988, na organização dos trabalhadores e na própria história política do país, com a chegada ao poder do líder sindical Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república em 2002.

Sob forte participação do Estado no desenvolvimento nacional, no final dos anos de 1980, completar-se-ia a reorientação da base econômica nacional, que deixou de ser agrário-exportadora para se estruturar e se consolidar em torno do setor secundário da economia, representando também importantes transformações que permearam toda a estrutura sócio-econômica da sociedade brasileira, através da urbanização e metropolização da população e “pela conformação de uma base de trabalhadores urbanos vinculados tanto à indústria como aos serviços criados pelo movimento de industrialização” (DEDECCA; BRANDÃO, 1993, p. 311).

Em um período de cinquenta anos, a economia brasileira de base agrário-exportadora foi substituída por uma economia urbano-industrial, transformação que pode ser observada pela redução da participação da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola no total nacional. A PEA agrícola passou de uma representação em torno de 66,7% da PEA total, na década de 1940, para 23,2% em 1989 (DEDECÇA; BRANDÃO, 1993), refletindo o processo de urbanização e industrialização da sociedade a partir da década de 1930.

Com relação ao crescimento econômico e a evolução dos empregos formais, entre 1940 e 1980, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu sistematicamente, impulsionado basicamente pelo desempenho do setor industrial, direcionando a economia para uma performance positiva do emprego formal, que cresceu a um ritmo superior ao da população, excetuando-se a década de 1950, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 1: Taxas anuais de variação do PIB segundo setores de atividades, da população total e do emprego entre 1940 e 1980.

	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1940/1980
PIB	5,6	6,1	5,4	12,4	7,3
Agropecuária	s.i	2,8	1,3	10,3	s.i
Indústria	s.i	9,2	6,9	13,0	s.i
Serviços	s.i	5,7	6,3	10,9	s.i
Comércio	s.i	6,9	5,4	7,3	s.i
Transporte/Comunicação	s.i	7,6	6,7	12,7	s.i
Inst. Financeiras	s.i	3,1	14,5	14,5	s.i
Ad. Pública	s.i	5,7	9,8	7,7	s.i
População Total	2,4	3,0	2,9	2,5	2,7
Emprego industrial	3,9	2,0	5,2	7,9	4,75

Fonte: Dados brutos: Séries Estatísticas Históricas, IBGE, vol. 3, 1986; e Anuário Estatístico do Brasil 1991, IBGE; Contas Nacionais, IBGE, 1991.

*s.i. sem informação disponível

Pelos dados apresentados, nota-se que esse movimento de industrialização e urbanização nacional engendrou, a partir da década de 1940, por um lado, a estruturação progressiva do mercado de trabalho brasileiro em torno da evolução dos empregos formais e regulares, representados pelo registro em carteira

e pelo assalariamento, assim como o aumento da participação dos segmentos organizados da ocupação¹⁷. Nesse período, enquanto o emprego formal no setor industrial cresceu em média 4,75% entre as décadas de 1940 e 1980, a população total cresceu apenas 2,7%, por exemplo.

Por outro lado, verificou-se a tendência à redução das ocupações sem registro em carteira e sem remuneração assalariada, das ocupações por conta própria, a diminuição do desemprego e a queda da participação relativa dos segmentos não-organizados do mercado de trabalho¹⁸.

Esse processo de formalização do mercado de trabalho nacional pode ser evidenciado também pela ampliação do emprego assalariado na estrutura ocupacional brasileira, com o assalariamento passando de 47,9% em 1960 para 66,4% dos ocupados em 1980. Nessa mesma década, aproximadamente 40% e 80% respectivamente das PEAS agrícolas e não-agrícolas eram constituídas por trabalhadores assalariados (DEDECCA; BRANDÃO, 1993).

Faz-se necessário lembrar que o movimento de estruturação do mercado de trabalho brasileiro permeado pelo crescimento do emprego formal e pela ampliação do assalariamento apresentou forte impulso devido a uma expansão significativa do emprego industrial nas décadas de 1960 e de 1970.

Ademais, em virtude do processo de formalização das relações de trabalho, nota-se um movimento caracterizado pela

(...) queda no grau de subutilização da força de trabalho (desempregados, trabalhadores por conta própria e sem remuneração), deixando de representar 55,7% da PEA em 1940 para passar para 34,1% em 1980 (POCHMANN, 1999, p. 67).

Para Pochmann (1999), essa expansão dos empregos formais e regulares e dos segmentos organizados da ocupação representou sinais de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, reflexo do processo de industrialização nacional e da institucionalização das relações de trabalho, através

¹⁷ Por segmento organizado entende-se como os empregos mais homogêneos, tipicamente capitalistas, compreendendo os empregos formais e regulares, permeados pelo assalariamento no mercado de trabalho.

¹⁸ Segmento não organizado compreende as ocupações mais heterogêneas, cuja organização não é tipicamente capitalista, sendo este segmento subordinado e dependente da evolução e da dinâmica do modo capitalista de produção.

da implementação e difusão da legislação trabalhista, assentada na constituição e formulação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).¹⁹

Todavia, mesmo havendo sinais evidentes de estruturação e formalização das relações de trabalho, não houve a homogeneização do mercado de trabalho brasileiro: a informalidade, o subemprego, os baixos salários e as desigualdades de rendimentos, permaneciam na estrutura ocupacional tidas também como características típicas de países subdesenvolvidos.

Essa heterogeneidade e o grau limitado de estruturação do mercado de trabalho nacional devem ser creditados não somente ao movimento de industrialização inerente ao processo de desenvolvimento e a acumulação de capital no país, mas, nomeadamente à violência e as relações antidemocráticas estabelecidas pelos governos militares pós-golpe de 1964, com os sindicatos e os partidos colocados na defensiva, enfraquecendo a representatividade e a luta dos trabalhadores.

Ressalte-se também que o movimento de industrialização e modernização econômica concentrou-se fortemente no Sudeste brasileiro, mormente no Estado de São Paulo, mais precisamente na capital paulista e na região metropolitana de São Paulo, tendo como conseqüência o aprofundamento das desigualdades regionais de desenvolvimento, provocando uma redivisão territorial do trabalho em âmbito nacional e do próprio Sudeste, mesmo com o Estado atuando, a partir da década de 1960, para reduzir as disparidades de desenvolvimento regional (OLIVEIRA, 1981), através das superintendências de desenvolvimento (SUDENE, SUDAM, SUFRAMA, SUDECO E SUDESUL²⁰) e dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional (POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, POLOCENTRO – Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados, PRODEGRAN – Programa de

¹⁹ A CLT foi instituída pelo Decreto-lei nº. 5.452 de 1º. de maio de 1943, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, já a Carteira de Trabalho e Previdência Social foi instituída pelo Decreto nº. 22.035, de 29 de outubro de 1932, sendo posteriormente reformulada pelo Decreto de 1943 sobre a CLT.

²⁰ SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus; SUDECO- Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e; SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul.

Desenvolvimento da Grande Dourados, e PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal).

Para Oliveira (1981), o comando da região Sudeste no processo de industrialização e modernização da economia nacional:

(...) redefine a divisão social do trabalho, em primeiro lugar, ao nível do seu próprio espaço, e, em segundo lugar, redefine a divisão social do trabalho em termos de espaço nacional mais amplo: tem se a partir daqui a criação de uma economia nacional regionalmente localizada. A divisão social do trabalho ao nível de cada região, isoladamente considerada, será função do tipo e natureza das ligações que ela mantiver com a região líder (OLIVEIRA, 1981, p. 56).

Os anos de 1980, conformados pela crise do capitalismo mundial e pelo processo de reestruturação subjacente, representaram o fim do período de crescimento da economia brasileira, assentado na industrialização e urbanização/metropolização, com o encerramento do movimento de estruturação do mercado de trabalho diante da conjuntura desfavorável da economia nacional.

2.2. Crise da dívida externa, estagnação econômica e os primeiros sinais da desestruturação do mercado de trabalho na década de 1980

A modernização da base técnica industrial e o processo de internacionalização da economia brasileira, iniciado na década de 1950 e intensificado nas décadas seguintes, sob os auspícios dos governos militares, foram realizados através de forte endividamento externo – possibilitado pela liquidez encontrada no mercado financeiro internacional nas décadas de 1960 e de 1970 – para o pagamento das importações de bens de produção dos países capitalistas centrais, necessários para a consolidação e ampliação do setor de produção de bens de consumo no mercado interno.

A contradição no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, permeado por uma industrialização vinculada ao mercado interno, mas determinada pelo capital internacional sob uma nova etapa da economia capitalista mundial, determinaria os limites para o crescimento da economia, conquanto que “no período de 1968-1973, a expansão das importações de bens de capital (e intermediários) cresceu muito mais do que a produção interna, ocasionando a tradicional crise da

balança de pagamentos” (ALVES, 2000, p. 110).

Ao mesmo tempo, verificou-se uma crise também na conta serviços, com o incremento na remessa de lucros, dividendos, juros e empréstimos para o exterior, exigindo uma nova expansão da dívida externa para suprir o *déficit* da balança comercial, através de novos empréstimos no mercado financeiro internacional.

Nesse íterim, a tentativa de solucionar o problema da balança de pagamentos e garantir a reprodução e a acumulação interna de capital, se deu com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1976 durante o governo Geisel, redirecionando a produção industrial para o setor de bens de produção (fundamentalmente a produção de aço para exportação) voltado para o mercado externo, como forma de gerar meios de pagamento internacionais.

Essa tentativa de impulsionar o setor industrial de bens de produção encontrou limitações na própria capacidade de endividamento do Estado brasileiro, nos marcos de uma nova crise da economia capitalista mundial, representada pelo questionamento do modelo de desenvolvimento fordista a partir da década de 1970, que redirecionaria a acumulação/reprodução de capital para além das bases fordistas/tayloristas tradicionais de desenvolvimento, tendo como objetivo a retomada do processo de acumulação de mais-valia através do movimento de reestruturação capitalista.

No início dos anos de 1980, a crise econômica eclodiria com força, caracterizada pela deterioração das condições históricas de acumulação de capital no Brasil, configurando um cenário marcado por hiperinflação, recessão econômica, crise da dívida externa entre os anos de 1981 e 1982, deterioração do setor público e o agravamento dos problemas sociais brasileiros ao longo da década.

Para Antunes (2006), no final da Ditadura Militar e durante o governo do presidente José Sarney, o Brasil se encontrava distante das transformações produtivas, organizacionais e tecnológicas em curso nos países capitalistas centrais, caracterizadas como uma reestruturação produtiva do capitalismo mundial. Entretanto, já eram evidentes os primeiros sinais das alterações na base técnica produtiva nacional, em consonância com a nova divisão internacional do trabalho engendrada com a crise de acumulação de capital no início da década de 1970.

Durante a década de 1980, houve, por parte das empresas, a adoção de novos métodos produtivos e estratégias de sobrevivência diante da crise econômica e como forma de assegurar a continuidade do processo de acumulação/reprodução de capital:

Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just in time*; germinou a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica. Deu-se, também, o início ainda de modo preliminar, da implantação dos métodos denominados “participativos”, mecanismos que procuram o “envolvimento” (na verdade a adesão e sujeição) dos trabalhadores com os planos das empresas (ANTUNES, 2006, p. 17).

Como fatores determinantes para a adoção desses métodos de redimensionamento da produção e de reorganização das formas de gestão da mão-de-obra, destacam-se as imposições das empresas transnacionais às subsidiárias brasileiras de formas flexíveis de acumulação de capital (associadas mais fortemente aquelas de inspiração toyotista), articuladas às necessidades de adequação das empresas nacionais para a competitividade internacional estabelecida no mercado mundial e como forma de combater o novo sindicalismo brasileiro e suas formas de confronto e de organização por local de trabalho.

No início da década de 1980, a reestruturação produtiva foi caracterizada pela redução dos custos, enfaticamente pela eliminação de postos de trabalho, primeiramente nos setores automobilísticos e de autopeças e nos ramos têxtil e bancário:

De modo sintético, pode-se dizer que a necessidade de elevação da produtividade ocorreu por meio de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQS (círculos de controle de qualidade) e dos sistemas de produção *just in time* e *kan ban*²¹, entre os principais elementos (ANTUNES, 2006, p. 18).

Com relação à evolução e a dinâmica do mercado de trabalho, observa-se nos anos de 1980, a ampliação do desemprego urbano e a intensificação do processo de deterioração das condições e relações de trabalho, com o aumento

²¹ No sistema de acumulação flexível o *kan ban* se caracteriza como um método de reposição de peças invertido: é após a venda que se inicia a reposição de estoques, por isso é associado com o modelo de funcionamento dos supermercados, onde a reposição dos produtos nas prateleiras ocorre depois da venda. Ver Gounanet, 1992, p. 40 e Coriat, 1992b, p. 43-45.

da informalidade e a tendência de relativa desestruturação do mercado de trabalho nacional (POCHMANN, 1999).

O desemprego e a precarização do trabalho, tendiam a acompanhar as oscilações do ciclo econômico durante a década e o processo inflacionário daí resultante, apresentando crescimento com a retração das atividades econômicas (como no período entre 1981/1983), redução, com a recuperação parcial da economia nacional (período compreendido entre os anos de 1984/1986) e estabilização do desemprego, com a estagnação e tendência a hiperinflação da economia, entre os anos de 1987 e 1989.

O período entre 1981 e 1983, representou um grande ajuste do mercado de trabalho nacional, expresso na elevação das taxas de desemprego e nas transformações na estrutura ocupacional, com a retração das atividades e dos níveis de ocupação nas indústrias de transformação (redução de 10,4% do PIB no setor, em 1981) e na construção civil (redução de 14% do PIB, em 1983) e um relativo movimento de desassalariamento (DEDECCA; BRANDÃO, 1993), com a redução dos empregos formais com carteira de trabalho assinada e com as garantias estabelecidas pela Legislação Trabalhista em praticamente todos os setores analisados, podendo ser observada uma queda mais acentuada tanto no setor industrial quanto na construção civil, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 2: Distribuição da variação da população ocupada não-agrícola Brasil 1979/1983.

	Total	Empregados			Demais Posições*
		Total	C/carteira	S/carteira	
Total não-agrícola	0,0	-2,3	-5,6	3,3	2,3
Indústria de transformação	-2,9	-3,1	-3,3	0,2	0,2
Construção civil	-0,9	-1,0	-1,4	0,4	0,1
Outras atividades industriais	0,4	0,2	0,0	0,2	0,2
Comércio	0,7	0,1	-0,1	0,2	0,6
Prestação de serviços	0,8	0,1	-0,7	0,8	0,8
Serviços auxiliares	-0,2	-0,2	-0,2	0,0	0,1
Transportes e comunicações	-0,3	-0,3	-0,3	0,0	0,0
Social	0,9	0,7	-0,1	0,8	0,2
Administração pública	0,7	0,7	0,1	0,6	0,0
Outras atividades	0,6	0,6	0,5	0,1	0,1

Fonte: IBGE-PNAD, 1993.

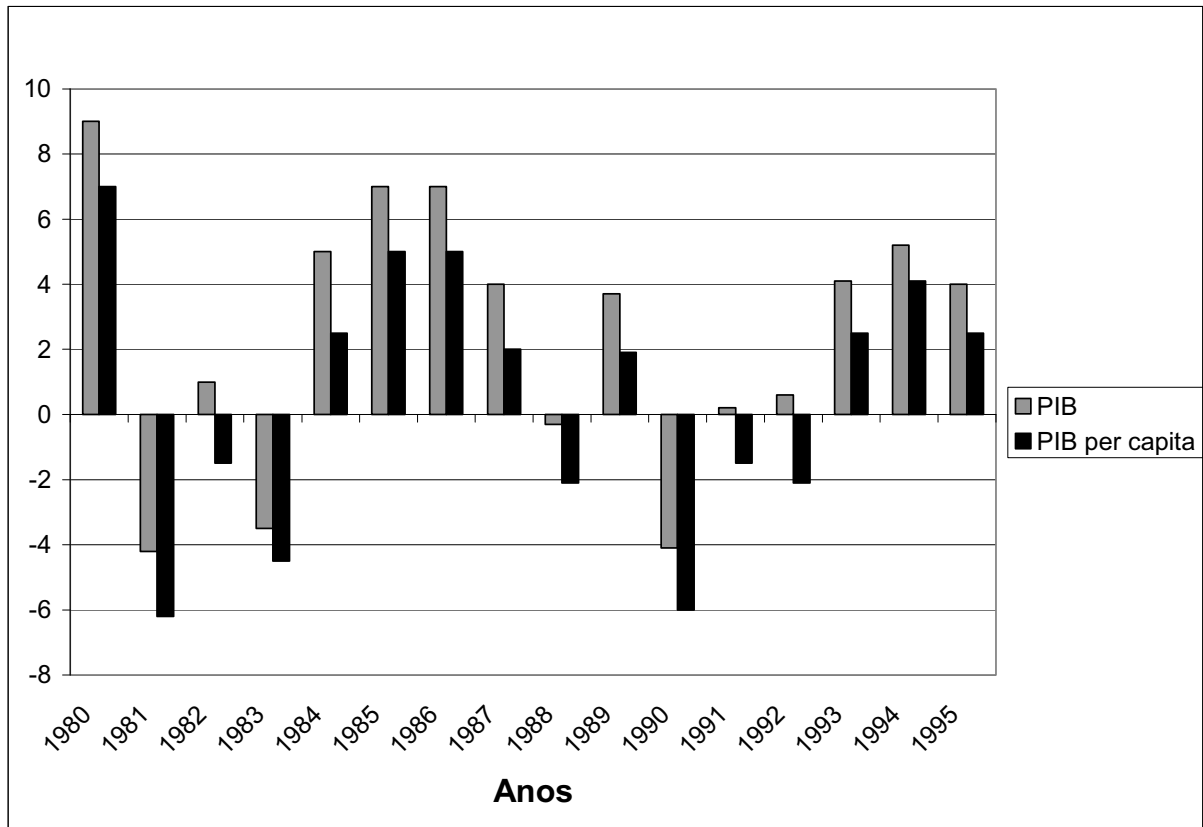
* Empregadores, trabalhadores por conta própria e autônomos.

Já entre os anos de 1984 e 1986, com as políticas de incentivo às exportações implementadas a partir de 1981, com o objetivo de combater a crise econômica em curso e como forma de inserção do Brasil nos mercados internacionais de bens industriais e de *commodities*, observa-se uma relativa recuperação da economia, com a expansão dos níveis de ocupação no mercado de trabalho formal.

No final de 1986, com o fracasso do plano econômico de estabilização da inflação, denominado Plano Cruzado (nesse momento as taxas de inflação projetavam a estruturação de um cenário hiperinflacionário), as atividades econômicas oscilariam entre períodos curtos de retomada do crescimento e fases de estagnação produtiva, com o mercado de trabalho acompanhando esse processo e apresentando uma relativa estabilização no ritmo de ampliação dos empregos no setor formal da economia brasileira.

No final da década de 1980, o desemprego era relativamente baixo²² e a precarização das relações de trabalho não podia ser caracterizada como tão acentuada, refletindo as oscilações da economia nacional, diante das tentativas de combater a crise da dívida externa e a estagnação das atividades produtivas associadas a um crescente processo inflacionário, num cenário de reestruturação do capitalismo mundial. Vale lembrar que na década de 1980 (mas não só restrito à essa década, como também nos anos de 1990), a economia brasileira passou por vários períodos de queda do seu produto *per capita* (1981, 1982, 1983, 1988 e 1990), ampliando essa tendência para os anos de 1991 e 1992. Também se verificou uma redução do Produto Interno Bruto nos anos de 1981, 1983, 1988, 1990 e 1992, como pode ser constatado no gráfico a seguir.

²² Segundo Pochmann (1999), aproximadamente 1,75 milhão de trabalhadores estavam desempregados na década de 1980 no Brasil.

Gráfico 2: Taxa Real de Variação do PIB Total e “Per Capita” (1980/1995).

Fonte: Brasil/Ministério da Fazenda, 1995.

As transformações na estrutura ocupacional e na geração de empregos formais durante a década de 1980, configuraram uma relativa desestruturação do mercado de trabalho nacional e apontaram para o esgotamento do padrão de industrialização estruturado a partir da década de 1930.

Dessa forma, houve, durante a década de 1980, mudanças estruturais nos níveis de ocupação dos grandes setores ocupacionais, com a redução da queda de ocupações no setor primário, perda de participação relativa do setor secundário da economia no total das ocupações e um crescimento significativo do setor terciário, bem como um aprofundamento da desigualdade na distribuição de renda, através do ajuste macroeconômico pelo viés da modificação do nível de remuneração do trabalho, como característica histórica da evolução do mercado de trabalho brasileiro. De tal modo, “este ajuste na estrutura de renda fez com que o rendimento médio de 1% dos indivíduos mais ricos do país crescesse de 96 vezes para 108 vezes em relação ao rendimento dos 20% mais pobres” (DEDECCA; BRANDÃO, 1993, p. 326).

Esse processo de desestruturação do mercado de trabalho formal brasileiro seria exacerbado nos anos de 1990, consubstanciado pela aceitação do receituário neoliberal e pela implementação dos procedimentos e métodos da reestruturação produtiva do capitalismo mundial em curso nos países desenvolvidos.

2.3. Neoliberalismo e desestruturação do mercado de trabalho nacional nos anos de 1990

Com o fim da Ditadura Militar, emergiu do debate político um novo consenso a partir da necessidade de democratização política e de combate do *déficit* social histórico do país, decorrente do crescimento econômico sem distribuição de renda dos governos militares. Nesse contexto, a Constituição de 1988, representou uma afirmação de direitos sociais e institucionais, chocando-se com a tendência neoliberal já dominante naquele momento e atrasando a adoção e implementação do receituário da liberdade irrestrita do mercado na economia brasileira, tal como ocorria em outros países da América Latina (governos de Pinochet, Menem, Salinas, entre outros).

Contudo, no início dos anos de 1990, com a posse do novo governo de Fernando Collor de Mello, resultado das primeiras eleições presidenciais diretas pós-abertura política, foi posto em marcha um conjunto de medidas liberalizantes para dar conta da crise econômica dos anos de 1980 (quando se tentou, sem sucesso, um ajuste pelo viés da modificação do nível de remuneração do trabalhador, já representando sinais de precarização do trabalho e de aumento dos índices de desemprego), subjacente ao discurso direcionado para a necessidade da modernização da economia brasileira como forma de inserção no grupo dos países desenvolvidos. Optou-se por um ajuste macroeconômico pelo viés do mercado, através da redução da intervenção estatal na economia e pelo estabelecimento da livre-concorrência como princípio norteador das relações sociais e econômicas, permeadas pela adoção do ideário neoliberal, expresso na desregulação da concorrência no mercado mundial e na globalização financeira internacional.

Com base num conjunto de propostas elaboradas pelo Banco Mundial em Washington (o Consenso de Washington) e direcionadas aos países periféricos do capitalismo mundial, a partir de um amplo conjunto de medidas

macroeconômicas tais como a redução do papel do Estado, a liberalização de mercados e a desregulamentação financeira, Collor promoveu a abertura comercial e financeira indiscriminada da economia brasileira, com a eliminação das barreiras não-tarifárias, a abolição das restrições à importação de determinados bens, a rápida redução de tarifas e a ampliação da mobilidade dos fluxos de capitais no mercado financeiro (ALVES, 2000), conformando uma reestruturação do padrão de crescimento econômico iniciado na década de 1930 e engendrando a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, que já se ressentia da forte estagnação do emprego formal, da ampliação das taxas de desemprego e da informalidade desencadeadas durante as oscilações econômicas da década de 1980.

Como resultado da aplicação desse conjunto de políticas macroeconômicas, aprofundou-se o comportamento negativo da economia e uma forte recessão econômica se abateu sobre o novo governo, com a redução do PIB em torno de 4% no ano de 1990 e o desempenho negativo do setor industrial, que apresentou redução de 7,4% do PIB no ano de 1990, mantendo-se estagnado no ano seguinte (DEDECCA; BRANDÃO, 1993). Nesse cenário recessivo, as taxas de desemprego passaram a apresentar ampliações significativas e o tempo de procura por trabalho aumentou consideravelmente, tornando ainda mais difícil a possibilidade de reemprego (estabelecida com a recuperação econômica a partir de 1984) para amplas camadas de trabalhadores ao longo da década.

No mesmo sentido, assistiu-se à deterioração dos rendimentos dos trabalhadores, engendrada pela política salarial adotada pelo governo Collor, pelas reduções expressivas nos níveis de emprego formal, com a perda de combatividade dos sindicatos nas negociações salariais (setoriais ou por empresas) e, pela adoção, por parte das empresas

(...) de processos de reorganização de suas estruturas ocupacionais e salariais, derivados de uma reestruturação produtiva provocada pela recessão e/ou pelos novos padrões tecnológico e organizacional, associados ao processo de gestação de uma nova divisão internacional do trabalho (DEDECCA; BRANDÃO, 1993, p. 336).

Para Antunes (2006), foi a partir do governo Collor que a reestruturação capitalista se intensificou no Brasil, através da adoção e implantação

de modelos relacionados à acumulação flexível de capital do ideário japonês, através da aplicação de métodos organizacionais e produtivos tais como a *lean production*, dos sistemas de *just in time* e *kan ban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de plantas e unidades produtivas” (ANTUNES, 2006, p. 18), com uma mescla de elementos produtivos associados ao fordismo²³ (preservado em diferentes ramos e setores produtivos) com as formas de organização da produção e gestão da mão-de-obra articuladas ao modelo toyotista de produção e acumulação de capital.

A manutenção da base produtiva fordista/taylorista em empresas de Presidente Prudente, permeada pelo trabalho essencialmente manual na linha de produção, no fornecimento de alimentação e transporte aos trabalhadores e de esquemas rígidos de controle do trabalho (como manuais distribuídos para os encarregados de setor e de horários pré-determinados para ir ao banheiro, por exemplo), associadas a aplicação de novas formas de gestão da produção e do trabalho, como a terceirização de funções e a exigência de produtividade, com premiação aos trabalhadores que superarem as metas estabelecidas, é um exemplo desse processo de adoção parcial dos preceitos da acumulação flexível de capital na economia local, através da mescla e do predomínio das formas tradicionais de produção do modelo fordista e taylorista de produção²⁴.

Também se observou um relativo processo de “desconcentração geográfica” e produtiva de indústrias tradicionais em território nacional, sob o pretexto da concorrência internacional, em busca de mão-de-obra mais barata e de incentivos fiscais oferecidos pelos estados da federação, num cenário caracterizado pela intensa guerra fiscal entre estados e municípios para atrair investimentos diante da ausência de políticas governamentais de desenvolvimento econômico e regional sustentado. Têm-se, como exemplo, as indústrias do setor calçadista de Franca, no interior do estado de São Paulo, que se transferiram para estados do Nordeste, como Ceará e Bahia, ou também a transferência de indústrias do setor metal-mecânico e eletrônico da Grande São Paulo para áreas do interior do Estado (São Carlos e Campinas) ou para outros estados, tais como Rio de Janeiro (Resende),

²³ Vários autores denominam o capitalismo brasileiro como uma variação do modelo de desenvolvimento fordista, apresentando-o como um fordismo periférico e subordinado. Ver Lipietz; Leborgne (1995), Antunes (2006), Pochmann (1999), Mattoso (2000) e Harvey (1996).

²⁴ Entrevistas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2007.

Minas Gerais (Juiz de Fora), Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul (ANTUNES, 2006).

Em Presidente Prudente o exemplo mais emblemático desse processo, foi a transferência do Frigorífico Bordon para outro município da região (Presidente Epitácio) e posteriormente para o estado do Mato Grosso do Sul, devido a redução de ICMS e outros incentivos fiscais oferecidos por aquele estado da federação, representando um relativo esvaziamento produtivo de Presidente Prudente ao longo da década de 1990.

Com a redução das tarifas de importação de veículos, produto da desregulamentação do comércio mundial, a indústria automobilística brasileira foi submetida a um processo de reestruturação produtiva por meio da adoção e aplicação de inovações tecnológicas, através da introdução de robôs e sistemas CAD/CAM²⁵, num primeiro momento e, posteriormente, com a introdução de mudanças

(...) organizacionais, envolvendo uma relativa desverticalização, forte subcontratação e terceirização da força de trabalho, relativa redução de níveis hierárquicos, implantação de novas fábricas de tamanho reduzido, além da ampliação da rede de empresas fornecedoras (ANTUNES, 2006, p. 19).

Igualmente à liberação comercial e a desregulamentação financeira, num ambiente econômico caracterizado pela recessão, a reforma do Estado foi desencadeada a partir do governo Collor (como parte substancial do receituário neoliberal implementado no país), através do encolhimento do setor público com as privatizações e o fechamento de empresas, tendo como desdobramento inevitável a demissão de milhares de funcionários públicos, paralelamente à destruição de postos de trabalho no setor formal da economia, que “contabilizou o corte de 2,2 milhões de postos regulares somente nos anos de 1990/92 em todo o país” (POCHMANN, 1999, p. 88).

Nesse contexto, não se pode deixar de ressaltar que o Estado agiu não no sentido de assegurar o desenvolvimento econômico, mas, antagonicamente, a atuação do Estado foi determinante para assegurar as bases econômicas para a

²⁵ Do inglês Computer Aided Design e Computer Aided Manufacturing (Projeto Assistido por Computador e Manufatura Assistida por Computador), o CAD/CAM se caracteriza pelo desenvolvimento de projetos a partir do uso dos novos recursos da Computação Gráfica, sendo popularizado a partir da década de 1970, com mais ênfase nos setores de vestuário Ver Gounanet, 1992, p. 40 e Coriat, 1992b, p. 43-45.

atuação mais significativa das forças do mercado e para a consolidação do movimento de reestruturação do capitalismo em curso nos países desenvolvidos, através do estabelecimento da livre-iniciativa tanto nos setores patronais quanto no mercado de trabalho formal, diante da ausência do Estado para a maioria (população e trabalhadores dependentes dos serviços públicos essenciais), conformando um discurso permeado pela necessidade de um Estado mínimo e, de um Estado presente e forte para poucos (o grande capital instalado no país, aliado ao setor financeiro internacional).

Com a crise política que se abateu sobre o governo do presidente Fernando Collor de Mello, houve um relativo refluxo no processo de reestruturação produtiva no Brasil, sendo revigorado com a aplicação do Plano Real, em 1994, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, através da consolidação da abertura comercial e financeira, associada à adoção de um conjunto de políticas econômicas permeadas pela sobrevalorização cambial e a ancoragem do real ao dólar (como forma de financiar a economia brasileira, diante da liquidez financeira internacional) e dos juros elevados (para atrair o capital financeiro internacional, altamente especulativo e volátil), tendo como conseqüência uma profunda desestruturação produtiva, sucessivos desequilíbrios nas contas públicas e o aumento do *déficit* comercial e do saldo negativo em transações correntes: de um *superávit* de cerca de 10,5 bilhões de dólares no final de 1994, passou-se para um *déficit* acima de 6 bilhões de dólares no final da década de 1990 (MATTOSO, 2000), devido ao aumento das importações que já apresentavam significativo crescimento nos governos Collor e Itamar Franco.

As transformações desencadeadas pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso representaram o atrelamento da economia nacional ao capital financeiro internacional, promovendo-se “a hegemonia do capital financeiro no conjunto da economia e uma financeirização do Estado brasileiro, que vive em função do pagamento dos juros de suas dívidas” (SADER, 2003, p. 138), em consonância com as transformações da economia mundial, analisadas por Chesnais (1996), que consubstanciaram a financeirização da economia e a hegemonia do capital financeiro sobre a reprodução/acumulação de capital especificamente no tradicional processo produtivo.

Com a implantação do Plano de Estabilização Monetária pelo

Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as transformações neoliberais foram aprofundadas através da intensificação da reforma do Estado iniciada por Collor, com a ampliação das privatizações, das concessões públicas ao capital privado e as reformas institucionais, tais como a Reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa.

Apesar da alienação de aproximadamente 75% do patrimônio público nacional, segundo Biondi (1999) e do discurso político que afirmava que as privatizações e as concessões ao capital privado seriam necessárias para a geração de divisas para o pagamento dos juros e para a redução da dívida pública externa e interna (as privatizações da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional, de importantes bancos públicos estaduais, tais como o Banespa e o Banerj, as privatizações do sistema de telefonia fixa e móvel nacional e da Embratel, da indústria aeronáutica brasileira Embraer e de empresas estatais do setor de distribuição de energia elétrica e de siderurgia, como a Cosipa, a Usiminas, a Light e a CPFL, e as concessões de rodovias ao capital privado, com a instalação de pedágios que se espalharam pelo país, são exemplos a ser lembrados nesse processo de desmonte do Estado nacional), houve uma ampliação do endividamento estatal e um significativo aumento da dívida líquida do setor público, derivadas da política de juros elevados e do baixo crescimento econômico brasileiro. A relação dívida/PIB, que era de aproximadamente 29%, no final de 1994, chegou a um patamar de 41% em 1998, atingindo cerca de 50% em meados de 1999 (MATTOSO, 2000). Consequentemente:

(...) supostamente para combater seu crescimento, mas efetivamente para assegurar o pagamento dos juros, o governo FHC lançou-se em sucessivos ajustes fiscais, cujo único resultado foi o agravamento do desmonte do Estado nacional, com a deterioração dos serviços públicos e de sua capacidade de investimento, geração de emprego e crescimento (MATTOSO, 2000, p. 28).

Para Biondi (1999), numa crítica ao processo de privatização do patrimônio público nacional desencadeado no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, as privatizações não contribuíram para a redução da dívida pública. No sentido contrário, até contribuíram para aumentá-la (como demonstrado anteriormente), pois no processo de privatização o governo ficou com as dívidas das estatais privatizadas que deveriam ser pagas pelos compradores, como no caso da

Companhia Siderúrgica Paulista, com o governo assumindo uma dívida de 1,5 bilhão de reais e da Companhia Siderúrgica Nacional que transferiu uma dívida de 1 bilhão de reais para o governo brasileiro, que investiu maciçamente nas empresas estatais antes das privatizações (para exemplificar, nas empresas telefônicas o investimento foi de 21 bilhões de reais em dois anos e meio) e reajustar as tarifas e preços dos serviços públicos (para o autor esses reajustes variaram de 100% a até 500% antes das privatizações, com reajustes de última hora, como no caso das contas de energia elétrica no Rio de Janeiro que sofreram um aumento de 58% antes do leilão da estatal de energia Light). Houve também a transferência de compromissos financeiros dos fundos de pensão e de aposentadorias para o governo, como no caso da Fepasa, com o governo assumindo a responsabilidade pela folha de pagamento de aproximadamente 50 mil ferroviários aposentados.

Com a venda das estatais o governo ficou com as dívidas e sem as “fontes de divisas” para pagá-las, dificultando o equilíbrio das contas do Tesouro Nacional, conquanto que as estatais sempre foram utilizadas para cobrir os rombos nas contas do governo e para financiar o desenvolvimento da economia nacional (BIONDI, 1999).

A reforma do Estado levada a cabo por Fernando Henrique Cardoso (em continuidade à obra iniciada por Collor no início da década de 1990), representou uma inversão de prioridades de investimentos públicos: as ações do Estado foram reorientadas para dar suporte a livre-iniciativa do mercado, consubstanciando um distanciamento do Estado na promoção dos direitos fundamentais propostos na Constituição de 1988, quais sejam: educação, saúde, moradia, entre outras atribuições prescritas na Carta Magna brasileira. Isso pode ser constatado na tabela abaixo, numa comparação entre o orçamento destinado para os gastos com a burocracia estatal e as prioridades nacionais delineadas pelo Governo Federal em 1996.

Tabela 3: Estado *Versus* Sociedade – 1996.

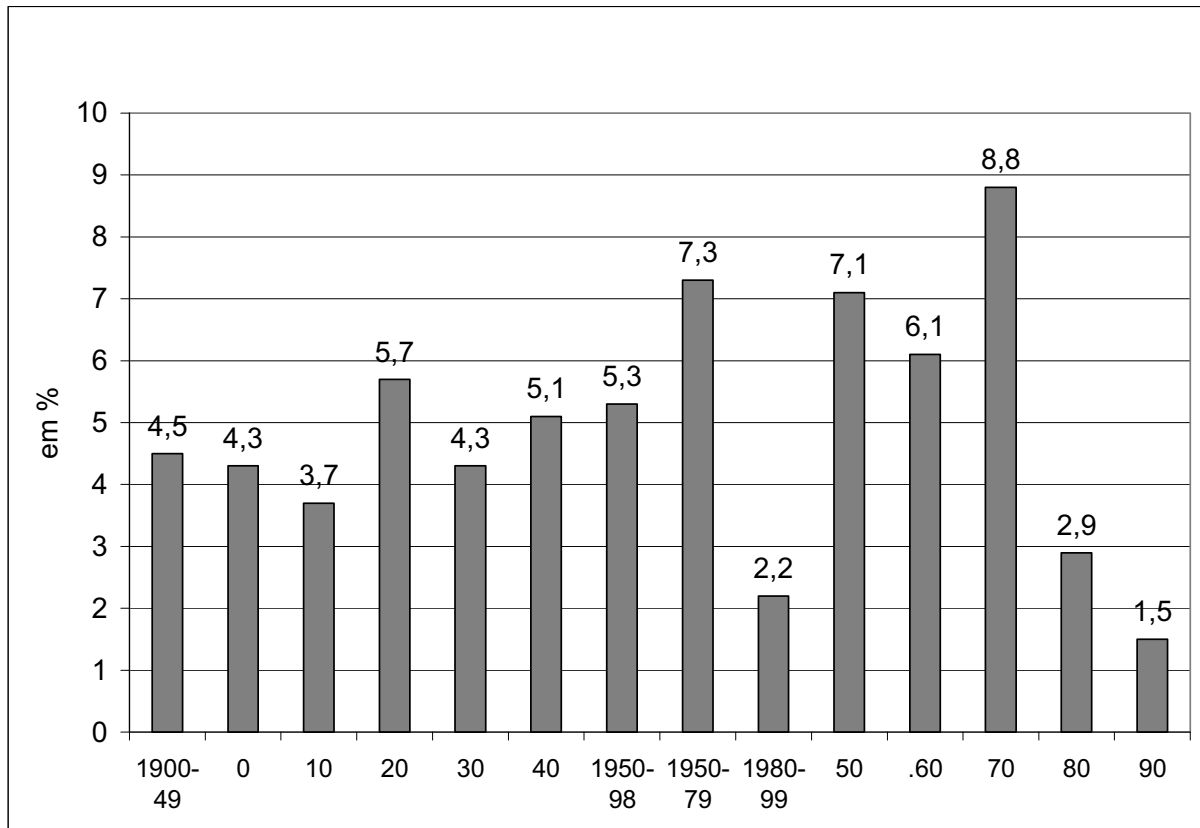
Máquina do Governo	R\$ Milhões	R\$ Milhões	Prioridades
Vigilância	165,33	175,31	Reforma Agrária
Limpeza e Conservação	260,68	244,08	Medicamentos e Vacinas para a População Carente
Diárias de Pessoal Civil	258,12	221,73	Construção, Pavimentação e Adequação de Rodovias
Gastos com Energia Elétrica	161,84	102,52	Construção, Ampliação e Recuperação de Portos
Passagens e Despesas com Locomoção	165,33	96,40	Enfrentamento da Pobreza
Cópias e Reprodução de Documentos	52,62	2,20	Geração de Emprego e Renda
Festividades e Homenagens	3,43	0,00	Melhorias Habitacionais para a População de Baixa Renda

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2007.

Obs. estudo realizado pela assessoria do Deputado Augusto Carvalho do PPS do Distrito Federal.

Quando se comparam os gastos com reprodução de documentos (52,62 milhões de reais) e as políticas de geração de emprego e renda (apenas 2,20 milhões de reais) ou os gastos com festividades (3,43 milhões de reais) e a ausência de gastos destinados para melhorias habitacionais direcionadas para a redução do *déficit* habitacional para a população carente, chega-se a conclusão de que há um completo distanciamento das despesas públicas com relação à área social e ao atendimento dos direitos constitucionais básicos pelo Estado, configurando-se uma política estatal voltada para a manutenção da máquina pública em detrimento de investimentos sociais para enfrentar os graves problemas sociais históricos da sociedade brasileira.

Com o agravamento da crise internacional, em 1998 e a redução dos fluxos de capitais no mercado financeiro internacional, derivado da volatilidade e do caráter especulativo desse tipo de capital, o governo assegurou a valorização do real, garantindo a vitória nas eleições presidenciais e um segundo mandato para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, direcionando o desempenho produtivo nacional para um baixo crescimento econômico que se transformaria em recessão econômica, com o PIB apresentando um dos piores desempenhos da década, com uma queda de 0,12%, menor apenas que o desempenho do PIB no período recessivo de 1992, fazendo com que a década de 1990 apresentasse o pior resultado em termos de crescimento econômico do século XX.

Gráfico 3: Nível real de atividade econômica – Brasil – Século XX.

Fonte: Dados 1900-1947, série Haddad; 1949-1999, dados IBGE; em 1999 considerou-se uma queda de 1%. apud MATTOSO, 2000, p. 21.

Obs. Os números designados por 0 a 90, indicam as décadas referentes ao nível de atividade no Brasil, começando por 1900 até 1990.

Num cenário macroeconômico caracterizado pela recessão, pela abertura comercial e financeira indiscriminada, sem a proteção de políticas industriais e agrícolas no mercado interno, com sobrevalorização cambial, juros elevados, a reforma e redução do papel do Estado nacional na formulação de políticas de desenvolvimento e do aumento da concorrência com produtos estrangeiros, através da importação de bens e serviços, conformou-se um baixo desempenho da economia nacional, com baixo investimento e sem a geração de empregos suficientes para assegurar a incorporação de cerca de 2 milhões de trabalhadores que ingressam todos os anos na População Economicamente Ativa PEA (POCHMANN, 2006), representando também a ampliação do desemprego e a deterioração das relações de trabalho.

Ao longo dos anos de 1990, no período compreendido entre os anos de 1995 e 1998, houve redução da geração de empregos formais em praticamente todos os anos, com uma concentração significativa na indústria de transformação e

na construção civil. No total, foram destruídos cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho na década, sendo 1,8 milhão a partir de 1995, após a implementação do Plano Real pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Até maio de 1999 a indústria de transformação reduziu seus empregos formais na década em cerca de 1,6 milhão (cerca de 73% do que dispunha em 1989) e os subsetores mais atingidos foram os das indústrias têxtil (- 214 mil), metalúrgica (- 293 mil), mecânica (- 214 mil), química e produtos farmacêuticos (- 204 mil) e material de transporte (- 92 mil). A construção civil viu desaparecerem cerca de 322 mil empregos formais (MATTOSO, 2000, p. 18).

Com relação à legislação trabalhista e dando prosseguimento a Reforma do Estado, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei nº. 4.302/98, alterando os dispositivos pertinentes a Lei nº. 6.019 de 03/01/1974, estabelecendo o Contrato Temporário de Trabalho nas empresas urbanas no Brasil. Por esse instrumento jurídico as empresas com até 20 empregados em localidades sem organização sindical, poderiam negociar diretamente com o trabalhador o contrato de trabalho a ser seguido por ambos e o empregador ficava dispensado do pagamento de horas extras, das multas sobre rescisão contratual, do aviso prévio e das contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (a empresa passou a contribuir com 2% ao invés dos habituais 8% de taxa sobre os salários), igualmente a redução das contribuições para o sistema "S" (Sesc, Senai, Sesi, Senar, Senat e Sebrae), atingindo 50% a menos de recolhimento de taxas para as fundações dos trabalhadores²⁶.

Dessa forma, o Contrato Temporário de Trabalho foi estabelecido para um período de até 6 meses, podendo ser prorrogado por mais 6 meses, se constituindo numa clara tentativa do governo Fernando Henrique Cardoso de flexibilização da legislação trabalhista no Brasil, em consonância à Reforma do Estado e à consolidação do neoliberalismo no país durante seu primeiro mandato na presidência da república.

Esse movimento de reformulação parcial da legislação trabalhista brasileira esta inserido num contexto mais amplo de ofensiva neoliberal e perdas de direitos trabalhistas historicamente conquistados, como no caso de alguns países europeus, especialmente Alemanha, Espanha e Itália (analisados no capítulo 1).

²⁶ Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2007.

Diante da recessão econômica da década de 1990 e da necessidade de geração de saldos comerciais positivos, a partir de 1999, houve uma mudança no regime cambial brasileiro, com o aumento das exportações e uma redução significativa das importações, direcionada por uma especialização econômica e produtiva vinculada ao setor primário (papel e celulose, *agrobusiness*, siderurgia, processamento mineral e alumínio), com baixo valor agregado, pouco conteúdo tecnológico e não intensivo em mão-de-obra, não sendo suficiente para reverter o quadro de desemprego elevado e de redirecionar a base produtiva nacional para a recuperação dos empregos formais destruídos ao longo dos anos de 1990.

Em decorrência desse processo de transformação da base técnico-produtiva nacional, observou-se, nos anos de 1990, a exacerbação do processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, que pode ser analisada sob três aspectos diferentes, porém concomitantes, segundo Pochmann (2006): a ampliação do desemprego na economia atingindo todos os segmentos sociais, o desencadeamento do processo de desassalariamento no mercado de trabalho, com a ampla redução dos empregos formais e a precarização das condições e relações de trabalho, através da substituição dos empregos formais por empregos de baixa qualidade, marcados pela instabilidade e pela informalidade das relações de trabalho.

Desse modo, na década de 1990, configurou-se a mais grave crise do emprego no mercado de trabalho e a constituição do desemprego em massa, sem precedentes na história do Brasil, colocando o país, a partir de 1994, na quarta posição mundial em número de desempregados, atrás somente da Índia, Indonésia e Rússia (POCHMANN, 2006). Em maio de 1999, segundo pesquisa publicada pelo Datafolha, o desemprego atingia cerca de 10 milhões de trabalhadores. Da mesma forma, no período compreendido entre os anos de 1992 e 2002, o índice de desemprego passou de 6,7% para 9,3% da População Economicamente Ativa nacional, representando um aumento relativo de aproximadamente 40% na taxa de desemprego.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o IBGE divulgou, no ano de 2003, a taxa de desemprego abrangendo cerca de 8,5 milhões de trabalhadores no Brasil, ou 4,8 vezes a taxa de desemprego observada em 1985, por conseguinte de cada cem trabalhadores que ingressaram no mercado de

trabalho no período entre 1985 e 2005, apenas 82 conseguiram ocupação formal.

O perfil do trabalhador desempregado também sofreu modificações substanciais ao longo da década. Se antes o desemprego era circunscrito a um segmento social mais homogêneo e pontual, atingindo mais os jovens, as mulheres, os trabalhadores sem qualificação profissional e baixa escolaridade, mais enfaticamente os analfabetos e, os trabalhadores negros, agora o fenômeno do desemprego se tornou complexo e heterogêneo, abarcando “praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiência em níveis hierárquicos superiores e em altos escalões de remuneração” (POCHMANN, 2006, p. 62).

Para Pochmann (2006), a explicação para a ampliação e a generalização do desemprego para praticamente todos os segmentos sociais, estaria no baixo crescimento da economia brasileira nas últimas décadas do século XX (que já foi demonstrado no gráfico 3), associado à adoção de medidas de cunho neoliberal implementadas a partir de 1990 sob o governo Collor e, aprofundadas durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, visto que o avanço tecnológico no Brasil ficou circunscrito às grandes empresas internacionalizadas, sempre associado à adoção de métodos de reorganização produtiva e do trabalho, tais como a reengenharia, a terceirização dos contratos e subcontratação de trabalhadores, a implementação da gestão participativa e da remuneração variável, entre outros exemplos de medidas reestruturantes nas grandes empresas localizadas no país.

Acrescente-se ao conjunto das grandes empresas, o incremento tecnológico de base microeletrônica e informática, conectadas a processos de reorganização produtiva e do trabalho (tais como a instituição de programas de qualidade total, da remuneração variável do trabalhador, da contratação por tarefas e da terceirização de atividades), no setor financeiro, mais especificamente nos bancos, através da substituição do atendimento nas agências bancárias para o atendimento eletrônico, com a difusão dos caixas automáticos, das centrais telefônicas de atendimento, do *telemarketing* na venda de produtos bancários (cartão de crédito, consórcios, empréstimos com desconto em folha etc.), da Internet, da interligação do sistema bancário ao computador do cliente e da substituição do tradicional papel-dinheiro pelo cartão magnético, permitindo saques,

depósitos, transferência de valores, pagamento de contas diretamente nos caixas automáticos, entre outras tarefas realizadas pelo próprio usuário, representando a redução do número de trabalhadores bancários no país, que passou de aproximadamente 812 mil trabalhadores em janeiro de 1989, para cerca de 497 mil bancários em dezembro de 1996²⁷, (DIEESE, 2007) e, a precarização das condições e relações de trabalho nos bancos, com a fragilização dos sindicatos da categoria e a redução do número de greves.

Esse processo pode ser vislumbrado em Presidente Prudente através da redução do número de trabalhadores bancários desde meados da década de 1990 (60% a menos do que havia na década de 1980), do fechamento de agências e da reestruturação de funções exercidas pelos bancários, que foram transformados em vendedores de consórcios, seguros, empréstimos, entre outros produtos financeiros, além das transformações tecnológicas do setor, tais como a implementação de caixas eletrônicos, pagamentos pelo código de barras e o uso da internet na conexão do cliente com o banco, associadas a mudança na gestão da força de trabalho relacionada às novas formas de acumulação/reprodução de capital.

Destaca-se também o enorme potencial de incorporação de novas tecnologias em inúmeros ramos do heterogêneo setor de serviços e o enorme impacto que isso representaria sobre o mercado de trabalho e a eliminação de empregos formais, tais como o auto-serviço nos postos de combustível (reduzindo o número de frentistas empregados), a utilização de catracas eletrônicas no transporte coletivo urbano (com a possível eliminação do cobrador) ou a venda de passagens *on-line* no transporte rodoviário interestadual e no transporte aéreo, o sistema de compras *on-line* nas grandes redes de supermercados ou a adoção do sistema de auto-serviço, através da ampliação do uso do código de barras²⁸, entre outros exemplos da considerável possibilidade de incorporação tecnológica no setor de serviços e o potencial de desemprego subjacente.

²⁷ A categoria profissional dos escriturários bancários foi a que mais reduziu a participação nos serviços bancários desde 1979, representando uma participação 53% menor em 1993 do que em 1979, em virtude da intensificação do uso da informática e da reorganização do trabalho bancário (DIEESE, 2007).

²⁸ Não se defende a adoção dessas medidas aqui, apenas se constata que além das transformações no mundo do trabalho advindas das novas tecnologias, expressadas pelo autor, outros setores também têm potencial para a aplicação de inovações tecnológicas, com a desestruturação e o agravamento da crise do mundo do trabalho subjacente.

O aumento do desemprego no Brasil deve ser creditado ainda à forma subordinada e passiva de inserção do país no processo de globalização econômica e financeira em curso, através da ampliação das importações de produtos e serviços que representou a exportação de cerca de 1,2 milhão de empregos, somente no setor industrial, nos anos de 1990.

Dessa forma, a aquisição de bens e serviços importados contribuiu para a destruição de parcela significativa dos empregos internos e criação de parte dos postos de trabalho no exterior (Estados Unidos, Argentina, China, entre outros) (POCHMANN, 2006, p. 70).

As importações de equipamentos foram aprofundadas, segundo Biondi (1999), pelas privatizações das estatais brasileiras, com as multinacionais²⁹ passando a controlar grande parte do patrimônio dessas empresas e a remeter dólares para suas matrizes no exterior ou passando a utilizar equipamentos e componentes importados, agravando o movimento de saída de dólares do país, desequilibrando a balança de pagamentos e aumentando a dívida pública brasileira. Alguns equipamentos de telefonia “chegaram a utilizar 97% de peças e componentes importados e aparelhos celulares de algumas marcas chegaram a utilizar de 85% a 100% de peças vindas do exterior” (BIONDI, 1999, p. 16). Também se verificou o aumento do peso das telecomunicações no saldo negativo da balança comercial brasileira, no período de 1993 a 1998. “As compras da área de telecomunicações no exterior aumentaram dez vezes, 1.000%, de 280 milhões de dólares para 2,8 bilhões de dólares, deixando um *déficit* setorial de 2,5 bilhões de dólares” (*ibidem*, p.17).

Como conseqüência dessa política de “estímulo” às privatizações e as importações, o faturamento de fabricantes brasileiros recuou, empresas nacionais quebraram e o desemprego aumentou devido ao saldo negativo na balança comercial e a ausência de políticas industriais de desenvolvimento econômico e de proteção aos produtores internos.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, as mudanças permeadas pela

²⁹ O decreto presidencial de 24 de maio de 1997 alterou a legislação que proibia o BNDES de financiar empresas estrangeiras na compra de estatais nacionais, até então ao Banco de Desenvolvimento cabia o financiamento de empresas nacionais através de um conjunto de políticas industriais. Com isso, o capital estrangeiro passou a controlar grande parte das ações das ex-estatais, tais como o Grupo Santader no Banespa e a espanhola Telefonica em substituição a Telesp, em São Paulo.

reforma do Estado e a redução de sua participação na formulação de políticas públicas de desenvolvimento econômico, com geração de emprego e renda, contribuíram para o aumento das taxas de desemprego, através da adoção de programas de demissão voluntária nas esferas públicas federais, estaduais e municipais, a demissão de funcionários públicos não estáveis³⁰, o fechamento e a privatização de empresas estatais, representando um saldo negativo de 2,5 milhões de postos de trabalho durante a primeira metade dos anos de 1990, no setor público, diante de um saldo positivo de 1,6 milhão de empregos públicos na década de 1980 (BIONDI, 1999). A não realização de concursos públicos para suprir a demanda por trabalhadores em vários setores estatais, diante das demissões voluntárias e das aposentadorias, com a deterioração dos serviços prestados à população especialmente nas áreas de saúde, previdência social, segurança pública e educação, contribuiu sobremaneira para aumentar o número de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal.

A estruturação de um cenário econômico marcado por forte ampliação do desemprego no mercado de trabalho brasileiro, apontou para a constituição do desemprego estrutural no período compreendido entre os anos de 1993 e 1997, de tal sorte que mesmo com a recuperação econômica da produção interna em torno de 23,4%, não houve a geração de empregos formais no período. Pelo contrário, observou-se a eliminação de empregos assalariados com carteira assinada (redução de 1,4%) e o aumento do desemprego em torno de 18,5% (POCHMANN, 2006), estabelecendo assim a possibilidade de crescimento econômico sem a correspondente geração de empregos na economia nacional.

Concernente ao processo de precarização das condições e relações de trabalho, observa-se ao longo das duas últimas décadas do século XX, destacando-se a década de 1990, o aumento das ocupações sem remuneração, por conta própria, do trabalho autônomo de atendimento direto ao público, do trabalho independente, entre outras formas não-assalariadas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, invertendo a tendência de redução das formas precárias de

³⁰ Toma-se como exemplo desse processo de demissão de funcionários públicos, a demissão de 10.026 funcionários da antiga Fepasa, antes da privatização, no período de 1995 a 1998, ficando o governo do Estado de São Paulo ainda responsável pelo pagamento de 50 mil aposentados da empresa ou o caso do Estado do Rio de Janeiro, que demitiu metade dos funcionários do Banerj antes da privatização do banco estatal - cerca de 6.200 funcionários foram demitidos do banco (BIONDI, 1999).

subutilização do trabalho no Brasil. “Em cada dez ocupações geradas entre 1989 e 1995, apenas duas eram assalariadas, ante oito não-assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três de ocupações sem remuneração” (POCHMANN, 1999, p. 75), consubstanciando a forte expansão da informalidade no mercado de trabalho, como forma de sobrevivência dos trabalhadores diante da maior e mais grave crise do emprego da história do Brasil.

A explosão do desemprego e a precarização das condições de trabalho foram acompanhadas por um amplo processo de desassalariamento no mercado de trabalho, com a perda significativa da participação do emprego assalariado com registro em carteira e a ampliação de outras formas de ocupação, sobejamente as sem registro em carteira, pondo fim ao movimento histórico de formalização das relações de trabalho no Brasil.

Torna-se de suma importância sublinhar, que mesmo nos períodos de recessão e crise econômica ao longo do século XX (1929-1932, 1980-1983 e 1990-1992) ou de modificações significativas na base técnica produtiva (inovações tecnológicas nas indústrias têxteis na década de 1950), o emprego assalariado e protegido pela Legislação Trabalhista crescia acima das taxas de criação de outras formas de ocupação.

Durante as décadas de 1940 e 1970, por exemplo, a cada dez postos de trabalho gerados, oito eram empregos assalariados, sendo sete com carteira assinada. Entretanto, nos anos de 1990 a cada dez empregos criados, somente quatro foram assalariados (POCHMANN, 2006, p. 61).

Esse processo de desassalariamento ocorreu em praticamente todos os setores de atividade econômica, durante o governo Collor/Itamar Franco e na primeira metade do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1990 e 1996, apresentando uma concentração mais significativa no setor industrial e nos subsetores correspondentes, com uma redução de 34% nas indústrias de material elétrico e de comunicação, 27,1% (em cada setor) nas indústrias têxteis e de materiais de transporte, 26,9% nas indústrias mecânicas e 22,5% nas indústrias metalúrgicas.

Tabela 4: Evolução do emprego formal por subsetores da atividade econômica Brasil - 1989/1996 (base 1989 = 100).

SUBSETORES	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Acumulado
Total	99,7	96,1	93,5	93,1	94,2	91,5	90,3	- 9,4
Indústria de transformação	97,8	91,3	86,5	85,8	87,1	82	79,7	-18,1
Indústria Metalúrgica	88,3	79,4	72	71,2	72,6	67,7	65,8	-22,5
Indústria Mecânica	87,4	77,4	67,3	65,9	68,3	64,1	60,5	-26,9
Indústria de Material Elétrico e Comunicação	92,8	80,2	68,1	62,7	63	60,6	58,8	-34
Indústria Material de Transporte	93,1	82,2	77,7	76,4	77,2	69,8	66	-27,1
Indústria Química e Produtos Farmacêuticos	92,9	85,3	81,1	78,5	79,9	74,8	73,9	-19
Indústria Têxtil	95,5	83,3	75,3	76,8	78,5	70,6	68,4	-27,1
Indústria de Calçados	89,5	82,4	91,2	95,1	92,9	87,8	86,3	-3,2
Construção Civil	97	91	90,3	86,3	84,9	83,7	82,9	-14,1
Comércio	102	97,6	93,1	93,9	96,1	93,5	93,3	-8,5
Instituições Financeiras	96,9	89,1	85	83,1	79,2	75,4	69,8	-27,1
Transportes e Comunicações	101	98,4	97	96,4	96,3	95,8	95,2	-5,4
Alojamento, alimentação, reparação e diversos	102	102,7	102,1	103	107	106	107	5

Fonte: MTE/CAGED e RAIS, apud MATTOSO, 2000, p. 18.

Durante a segunda metade do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso e o primeiro ano do segundo mandato, como resultado das medidas de caráter neoliberal implementadas no país e da manutenção da moeda sobrevalorizada e das altas taxas de juros no mercado interno, inibindo os investimentos na produção e a geração de empregos formais, o desassalariamento continuou como característica marcante do mercado de trabalho formal, no período entre janeiro de 1997 a dezembro de 1999, com a eliminação de 813.481 postos de trabalho em praticamente todos os setores de atividade econômica, salvo o desempenho positivo do comércio, com a criação de 22.251 empregos formais no período. Mais uma vez a indústria brasileira foi responsável pela maior parte dos postos de trabalho destruídos (486.749 empregos formais a menos no estoque total do setor), acompanhada da construção civil e da agropecuária, que eliminaram 163.849 e 175.301 empregos formais respectivamente no período analisado.

Tabela 5: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil - janeiro de 1997 a dezembro de 1999.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop*.	Out.Ign**	Totais
Admitidos	5.740.867	5.727.873	9.037.002	2.894.190	1.212.424	58.445	24.670.801
Desligados	6.227.616	5.705.622	9.037.711	3.058.039	1.387.725	67.569	25.484.282
Total	-486.749	22.251	-709	-163.849	-175.301	-9.124	-813.481
Variação relativa	- 8,42%	0,54%	- 0,07%	- 12,50%	- 14,9%	-	- 3,79%
Estoque em dez/99	5.293.335	4.065.407	9.124.804	1.146.102	1.000.767	-7.734	20.622.681

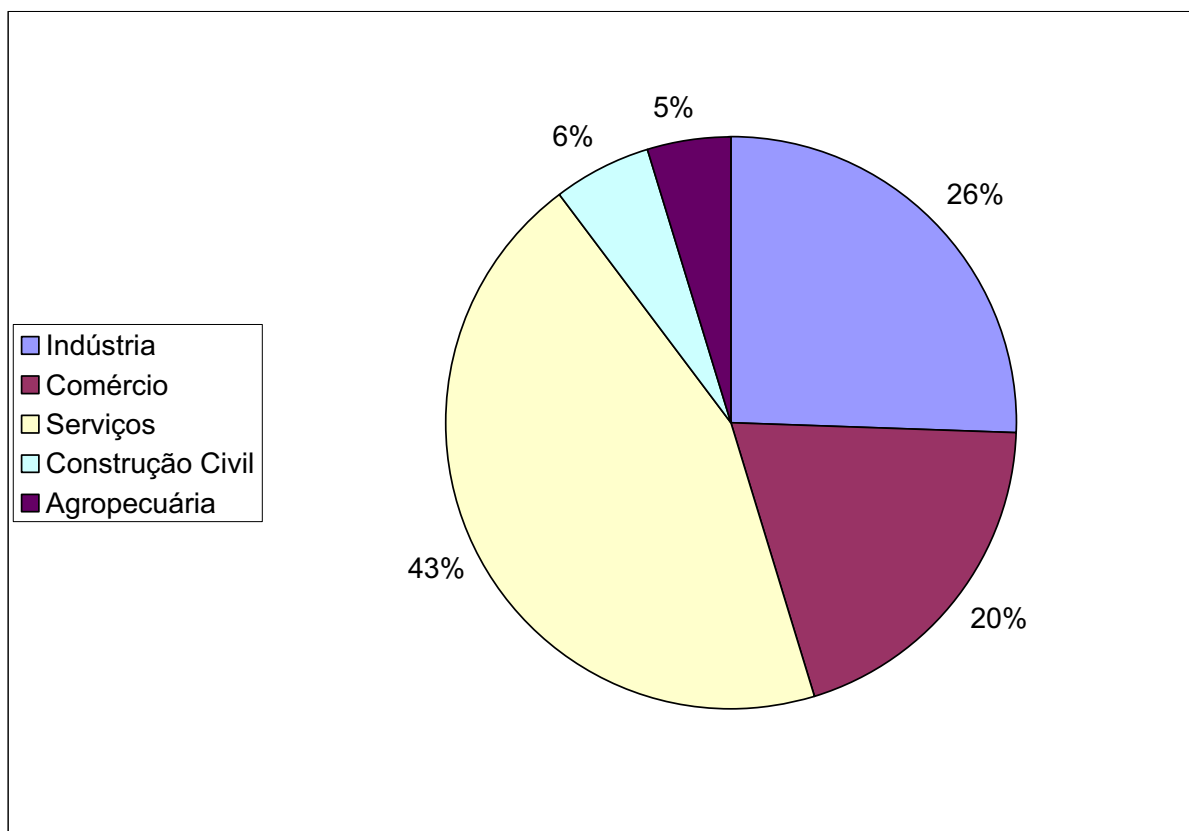
Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1997 – 1999

Obs. * Agropecuária; ** Outros/Ignorados (empregos cuja classificação não é recomendada em nenhum dos grandes setores de atividade econômica).

Elaboração e organização do autor.

A redução da participação do setor industrial na estrutura ocupacional brasileira e a ampliação do setor de serviços, intensificada ao longo da década de 1990, com relação ao estoque total de empregos formais em relação ao estoque de cada setor em dezembro de 1999, evidencia o aprofundamento do processo de especialização da economia nacional em torno do setor de serviços, sobretudo devido ao êxodo rural e a insuficiência de postos de trabalho gerados nas atividades industriais. O setor de prestação de serviços passa a responder pela criação de mais postos de trabalho ou desemprega menos que os demais setores ocupacionais (entre janeiro e outubro de 1998, o setor de serviços apresentava desempenho positivo na geração de empregos formais), porém sem compensar a destruição de empregos formais tanto nas atividades econômicas primárias (agropecuária) quanto nas atividades secundárias (industriais e construção civil).

Gráfico 4: Estrutura ocupacional segundo a distribuição de empregos formais pelos grandes setores de atividade econômica - Brasil - 1997/1999.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1997 – 1999
Elaboração e organização do autor.

O aumento contínuo do peso do setor de serviços na estrutura ocupacional, por sua vez, se dá associado ao aumento das atividades ligadas à prestação de serviços de distribuição³¹ em detrimento do setor de serviços articulado a produção de bens industriais, evidenciando a diferenciação no processo de evolução ocupacional brasileira da experiência recente das economias desenvolvidas, que apresentam evolução dos serviços de produção, portadores de características inovadoras do novo paradigma tecnológico, com possibilidades de generalização da produção industrial por meio de redes tecnológicas de apoio e pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à produção (POCHMANN, 1997).

O enfraquecimento das atividades econômicas industriais, com a redução de empregos formais no total da estrutura ocupacional, num contexto de

³¹ Pochmann (1997) divide o setor de serviços em: serviços de produção (como o segmento moderno da sociedade pós-industrial); serviço social (educação, segurança e saúde, caracterizado pelo atendimento coletivo); serviço pessoal (atendimento ao consumo individual, lazer, alimentação e embelezamento); e, serviços de distribuição (comunicação, transporte e comércio).

abertura comercial e expansão das importações, com a desintegração e desarticulação de cadeias produtivas diante da concorrência com os produtos estrangeiros, associado à aplicação da política de juros elevados, inibidores do investimento produtivo, corrobora o diagnóstico de aumento dos serviços associados à distribuição e a não implantação e difusão generalizada do novo paradigma tecnológico da Terceira Revolução Industrial na economia brasileira. As inovações tecnológicas foram adotadas, notadamente nas grandes empresas internacionalizadas e no setor bancário, apesar do potencial de difusão tecnológica em diversas atividades do setor de serviços (como foi constatado anteriormente).

O crescimento do setor de prestação de serviços e a redução significativa da indústria podem ser constatados, também, pela análise da expansão do PIB na economia nacional: os serviços representavam mais da metade do PIB em 1994, com a indústria apresentando tendência de queda com uma representatividade em torno de 34% do Produto Interno Bruto brasileiro.

Vale frisar que a ampliação da participação do setor de serviços na estrutura ocupacional brasileira constituirá uma marca do setor formal da economia, acompanhando a evolução do mercado de trabalho também ao longo dos anos 2000, revigorada pela recuperação do assalariamento com registro em carteira, como se verá adiante.

Na segunda metade do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, observa-se uma relativa recuperação do assalariamento formal, com todos os setores de atividade econômica apresentando ampliação de empregos formais (no total foram 2.287.638 empregos criados no período ou uma variação relativa positiva de 11% no estoque total de empregos formais), com exceção da construção civil, que reduziu o estoque de empregos em 64.456 postos de trabalho ou uma redução relativa de 5,6% no estoque do setor. A recuperação do emprego formal foi alicerçada mais vigorosamente pelo setor de serviços, com a criação de 1.182.396 empregos formais no período analisado, representando um pouco mais da metade dos postos de trabalho criados entre janeiro de 2000 e dezembro de 2002, com a maior variação relativa sendo verificada no setor de comércio (16,4%), seguido pelos serviços (12,9%) e pela indústria (8,7%).

Tabela 6: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil - janeiro de 2000 a dezembro de 2002.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	6.476.326	6.636.845	10.806.426	3.201.951	2.695.613	14.993	29.832.154
Desligados	6.015.201	5.968.307	9.624.030	3.266.407	2.662.367	8.204	27.544.516
Total	461.125	668.538	1.182.396	- 64.456	33.246	6.789	2.287.638
Variação relativa	8,7%	16,4%	12,9%	- 5,6%	3,32%	-	11%
Estoque em dez/2002	5.754.460	4.733.945	10.307.200	1.081.646	1.034.013	-945	22.910.319

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2000 – 2002.
Elaboração e organização do autor.

Essa recuperação do assalariamento formal no mercado de trabalho nacional entre os anos de 2000 e 2002, reflete as modificações na política econômica do governo federal, principalmente no regime cambial em 1999, num contexto de crise de liquidez internacional e de fuga de capitais, fazendo com que o governo brasileiro tivesse de recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional nos anos de 1999, 2001 e 2003. Vale destacar que esses capitais especulativos e altamente voláteis financiavam o *déficit* externo e em conta corrente do Brasil desde 1994, com a implantação do Plano Real no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso.

A desvalorização da moeda nacional provocou alterações na política de comércio exterior, visando à geração de saldos comerciais, sobrevalorizando os setores exportadores, particularmente o agronegócio em expansão nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país (a soja e o milho são os produtos em destaque, representando cerca de 80% da produção de grãos no país). Por conseguinte, o saldo comercial externo brasileiro, voltou a ser positivo em 2001, mantendo-se crescente nos anos seguintes, em virtude do envio de recursos internos para o exterior.

Segundo Delgado (2005), esse movimento de recuperação da economia e do mercado de trabalho formal, foram financiados pela agricultura capitalista moderna (denominada de agronegócio pelos estudiosos da questão fundiária brasileira), uma vez que, “sob o impulso da demanda externa, o produto agrícola tem crescido 4,8% entre 2000 e 2003, bem à frente do PIB geral que só cresceu 1,8%” (DELGADO, 2005, p. 48). Observa-se, então, um crescimento

econômico do agronegócio e de outros setores exportadores, sem encadeamento à demanda interna, com a generalização do crescimento para todo o conjunto da economia, com os outros setores produtivos sendo mantidos na recessão, buscando-se assegurar metas inflacionárias, de acordo com os preceitos macroeconômicos adotados desde 1994.

O Estado mais uma vez atuou para assegurar a acumulação de capital pelo viés do mercado, intervindo somente nos setores que necessitavam de ajustes direcionados para a manutenção da reprodução do capital na economia brasileira, em consonância com os preceitos neoliberais e as medidas associadas ao movimento de reestruturação do capitalismo em curso na economia mundial.

Mesmo com a recuperação da economia nacional e a ampliação dos empregos formais, permaneciam os problemas estruturais do mercado de trabalho, tais como a alta rotatividade da mão-de-obra empregada, os elevados índices de desemprego, a precarização das condições e relações de trabalho, a desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores e a informalidade, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores diante da crise do emprego formal, como será destacado adiante, já sob o novo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

2.4. Governo Lula, trabalho e emprego – o desemprego e a rotatividade da mão-de-obra como principais fatores de ajuste estrutural do capitalismo brasileiro

O processo de desestruturação do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 e parte da década de 1980 deixou marcas profundas na estrutura social do país, aprofundando os problemas sociais históricos: bastou pouco mais de uma década para se destruir toda uma história de estruturação e formalização das relações de trabalho no Brasil, constituindo-se um cenário caracterizado pela explosão do desemprego em massa e pela informalização das relações de trabalho, com o surgimento/recrudescimento de formas precárias de ocupação e a ampliação das desigualdades de rendimento entre os trabalhadores, mesmo diante da recuperação do assalariamento formal verificado nos dois últimos anos do segundo governo Fernando Henrique Cardoso.

Nesse sentido, é imprescindível realçar o processo histórico de consolidação das relações de trabalho formais sob o capitalismo, desde o desenvolvimento do capitalismo europeu, no final do século XVIII, até chegar a esse processo na América Latina, a partir do início do século XX, com a formalização das relações de trabalho permanecendo como uma marca do capitalismo em seu processo histórico de desenvolvimento até meados dos anos de 1980, quando o processo de reestruturação engendrou a crise do mundo do trabalho e a explosão do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho, inclusive, no Brasil.

Considerações à parte, com a posse do novo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, no início de 2003, tendo como referencial a formação de um governo “popular”, configurou-se um conjunto de propostas de investimentos na área social, associadas à manutenção do controle inflacionário e do plano de estabilização monetária do governo anterior, tornando-se possível identificar um processo caracterizado por continuidades e descontinuidades no novo governo.

Descontinuidades, através de modificações significativas na condução da política externa e na área de comércio exterior, com a busca de novos parceiros comerciais (Índia, África do Sul e China) e o fortalecimento do Mercosul, além da exigência de abertura comercial dos mercados agrícolas dos países desenvolvidos como salvaguarda para uma maior abertura da economia brasileira para os produtos manufaturados das economias avançadas, com destaque para a União Européia. No que diz respeito à condução da política interna, o novo governo direcionou esforços para a implementação de medidas de cunho social, tais como as políticas sociais de combate à pobreza (o Programa Fome Zero) e a ampliação do Programa Bolsa Família para todo o país. Também, verificou-se a formulação de uma política de não-privatização do aparato estatal (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás) e de recuperação do serviço público, com a realização de concursos para suprir as carências de servidores públicos em diversas áreas do governo federal.

Com relação à legislação trabalhista, Lula arquivou o Projeto de Lei nº. 5.483/01, enviado ao Congresso Nacional pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (o P.L. chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados e enviado ao Senado para votação, tramitando sob a denominação de PLC nº. 134). Tal projeto se constituiu numa tentativa de flexibilizar as relações de trabalho com a alteração do

artigo 618 da CLT: pela nova redação do artigo o que fosse acordado entre empregadores e trabalhadores, sob convenção ou acordo coletivo mediado pelos sindicatos, prevaleceria sobre o disposto em lei. Tal projeto indicava a possibilidade de negociação em torno do parcelamento das férias (até mesmo a redução do período de 30 dias), da redução da licença-paternidade e do adicional de insalubridade e, do parcelamento do 13º salário, entre outros direitos e conquistas históricas dos trabalhadores.

Quadro 1: As mudanças da legislação trabalhista propostas em 2001 por Fernando Henrique Cardoso.

Direitos negociáveis da CLT	Como ficaria
Redução do salário	O salário poderia ser estipulado de acordo com o ritmo de produção ou pela produtividade da empresa, por exemplo.
Férias	A forma de pagamento e de descanso dos 30 dias poderia ser negociada. Poderia haver redução dos dias de descanso remunerado.
13º salário	Poderia ser pago em parcelas, até mesmo mensais.
Repouso semanal	O descanso remunerado poderia ser negociado
Banco de horas	As horas trabalhadas a mais poderiam ser compensadas num período superior a 12 meses (legislação atual).
Hora noturna	O limite de trabalho de 52 minutos e 30 segundos no período noturno poderia ser aumentado para 60 minutos.
Registro em carteira	O prazo máximo de 48 horas para o registro do trabalhador na empresa poderia ser estendido.
Adicional noturno	O adicional de 25% da hora noturna poderia ser alterado e até reduzido.
Participação nos lucros	A forma de pagamento da participação dos trabalhadores nos lucros poderia ser negociada.

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2007.
Elaboração e organização do autor.

Apesar disso, a flexibilização da legislação trabalhista não previa a negociação de alguns direitos e conquistas dos trabalhadores, considerados inegociáveis, tais como: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Aposentadoria, Proteção contra demissão sem justa causa, seguro-desemprego, piso salarial, salário família, licença-maternidade e paternidade, estabilidade da gestante e do dirigente sindical e Lei do vale-transporte e do Programa de Alimentação do Trabalhador, asseguradas pela Constituição Federal³².

Mesmo nos dias atuais as relações de trabalho e a legislação trabalhista continuam sendo temas de discussão, tanto por parte do governo quanto por parte da sociedade. A proposta do Deputado Federal Nelson Marquezelli (PTB/SP) e presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, ilustra

³² Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2007.

a polêmica em torno da flexibilização da CLT no Brasil. Para o deputado a negociação da jornada de trabalho, do salário e das condições de trabalho, deve ser feita diretamente entre patrões e trabalhadores, sem a proteção do Estado e sem a mediação dos sindicatos, no bojo do discurso sobre a necessidade de modernização das relações de trabalho no país, como forma de reduzir os custos de produção (o denominado “Custo Brasil”), aumentar a produtividade do trabalho e de inserir competitivamente as empresas brasileiras no mercado internacional.

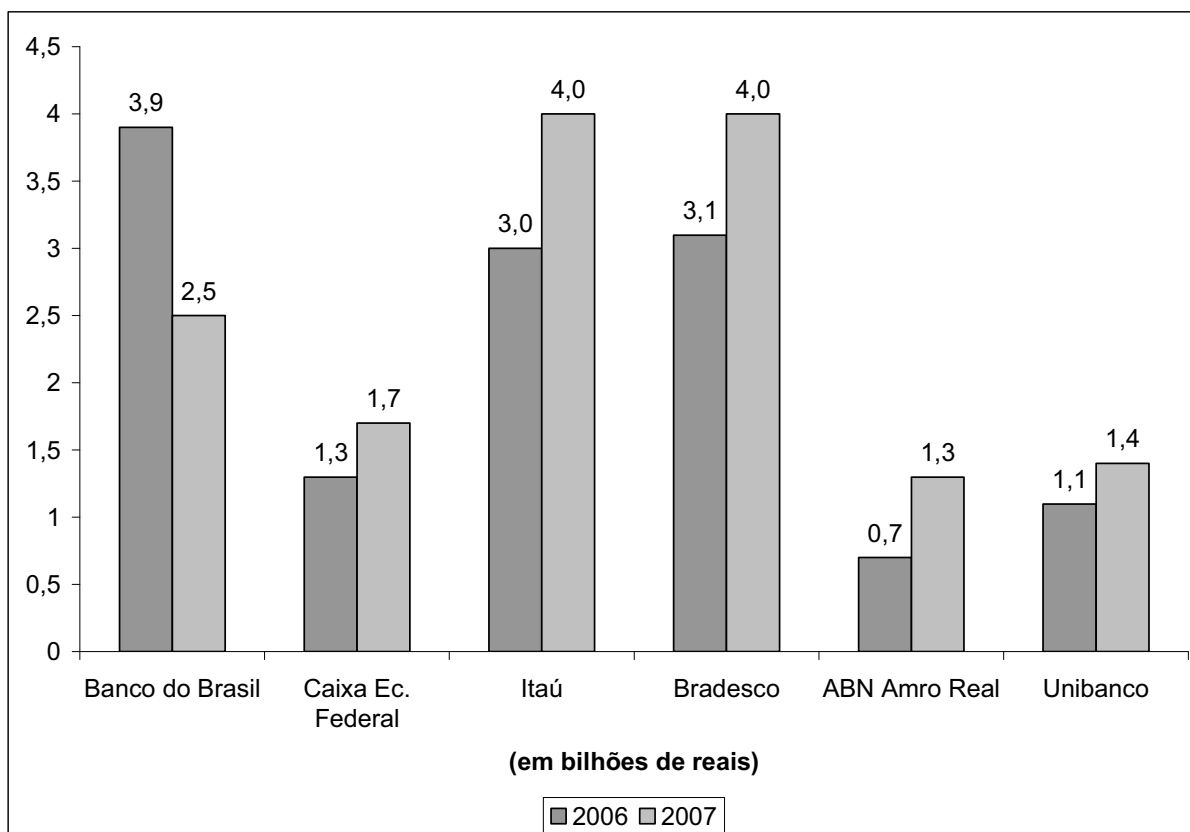
Numa clara tentativa de flexibilizar a legislação trabalhista atual, o deputado solicitou ao Conselho de Altos Estudos da Câmara e ao Ministro do Trabalho, estudos que confirmem a viabilidade das seguintes propostas: 1) substituição da carteira de trabalho por um cartão magnético; 2) constituição da jornada de trabalho e do salário com base na produção; 3) substituição da negociação coletiva pela negociação direta e individual entre trabalhadores e patrões; 4) exclusão da apreciação judicial nas relações de trabalho e; 5) transferência para o trabalhador do planejamento e contratação de sua própria aposentadoria.

Essa nova tentativa de flexibilizar a legislação trabalhista faz parte de uma campanha contra os direitos e conquistas dos trabalhadores iniciada com a aprovação do contrato temporário de trabalho e com a tramitação do Projeto de Lei que estabelecia diretamente tal flexibilização durante o governo Fernando Henrique Cardoso, do mesmo modo que a tentativa de transformar o trabalhador em pessoa jurídica, que não tira férias, não recebe 13º salário e não direciona encargos trabalhistas e previdenciários para a empresa contratante dos serviços a serem prestados pelo trabalhador, de acordo com a Emenda nº. 3 da Super Receita, que também foi arquivada pelo presidente Lula em meados de 2007.

Se de um lado o governo Lula tem se caracterizado pelas discontinuidades, por outro lado, as ações de tal governo são permeadas também por continuidades em relação ao governo anterior, visto que a política de estímulo às exportações foi mantida e até aprofundada, através da forte desvalorização cambial, da manutenção de taxas de juros elevadas (mesmo com o movimento gradual de queda dos juros básicos da economia, os juros reais permaneceram os mais altos do mundo) e de metas inflacionárias anuais, como forma de manter a estabilização monetária da economia.

Com a manutenção das altas taxas de juros básicas da economia, diante do processo de desregulamentação do trabalho bancário, de introdução de novas tecnologias e de aumento das tarifas dos serviços bancários cobrados dos clientes, os lucros dos seis maiores bancos brasileiros continuam altos, conformando um processo de financeirização da economia nacional em detrimento de investimentos no circuito produtivo, também sob o governo do presidente Lula, como é demonstrado no gráfico a seguir na comparação dos lucros bancários entre os anos de 2006 e o primeiro semestre de 2007.

Gráfico 5: Lucro líquido semestral dos seis maiores bancos do Brasil – 2006 e 2007.



Fonte: DIEESE, 2007.

Em Presidente Prudente, por exemplo, como demonstrado anteriormente, esse processo de desregulamentação do setor bancário transformou o trabalhador em vendedor de produtos diversos, como consórcios e seguros. Já a adoção de novas tecnologias engendrou a automação dos serviços bancários, através da informatização de quase todo o processo de atendimento direto ao cliente, com o uso intensivo de caixas eletrônicos 24 horas e a utilização do código de barras para pagamentos diversos automaticamente.

Esse movimento possibilitou a redução do número de trabalhadores bancários, o desemprego no setor e a reestruturação produtiva e gerencial nos bancos prudentinos, através da redução do número de bancários que atendem diretamente o cliente, além da terceirização de serviços outrora executados por trabalhadores do próprio banco, como o serviço de digitação e de compensação de cheques, por exemplo.³³

A manutenção do *superávit* primário em torno de 4,25% do PIB, como outro elemento de continuidade do governo Lula, constituiu-se num instrumento imprescindível da política econômica do governo, assegurando o pagamento dos juros da dívida pública brasileira e apontando para um cenário de baixo crescimento econômico, com pouco investimento em infra-estrutura (modernização dos portos, aeroportos, reativação do transporte ferroviário de cargas e de passageiros e recuperação da malha rodoviária federal).

Portanto, o Governo Lula tem se caracterizado como um governo contraditório, apresentando um pólo de poder mais ligado a elaboração e aplicação de políticas de cunho social e um outro pólo de poder (hegemônico e dominante na condução das políticas mais significativas do governo) articulado ao sistema financeiro internacional, promovendo a manutenção da política macroeconômica ditada pelo mercado e pelos institutos financeiros internacionais sediados em Washington (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e inaugurada pela implementação do Plano Real em 1994 (SOARES, 2004).

Esse processo político contraditório e ambíguo levou Soares (2004) a caracterizar o governo Lula como neoliberal, através da “combinação de uma política econômica de interesse da oligarquia financeira com os programas sociais do núcleo petista do governo” (SOARES, 2004, p. 12), direcionando fundamentalmente as ações políticas para um “neoliberalismo com assistência social” (*ibidem*, p. 12).

Nesse mesmo sentido, Sader (2003), numa análise sobre o distanciamento do Partido dos Trabalhadores em relação à produção teórica e a intelectualidade nacional, rumo à institucionalização partidária (através da formulação de posições mais em função do debate político do que da produção teórica propriamente dita), ressalta que a vitória eleitoral de Lula em 2002

³³ Entrevistas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2007.

representou o fracasso das políticas de governo de Fernando Henrique Cardoso e da crise do bloco no poder.

Porém, o triunfo eleitoral de 2002 não foi resultante nem de um grande ciclo de mobilizações populares, nem de grandes construções teóricas ou políticas. Tanto que o Partido dos Trabalhadores chega ao governo sem dispor de uma alternativa para sair das políticas neoliberais – como Lula se havia proposto (SADER, 2003, p. 16).

Nesse processo de continuidade política do ideário neoliberal na economia nacional, com algumas variações na política de investimentos na área social, o processo de recuperação do assalariamento formal, iniciado nos últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, teve continuidade no novo governo, apresentando um saldo positivo de pouco mais de três milhões de empregos formais no período compreendido entre janeiro de 2003 e junho de 2006, com o setor de serviços mais uma vez gerando quase metade dos postos de trabalho, acompanhado da variação relativa positiva do setor agropecuário (em torno de 25%) e do comércio (16,7% a mais no estoque de empregos formais do setor).

Tabela 7: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal – Brasil - janeiro de 2003 a dezembro de 2006.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	7.978.178	8.174.623	12.776.339	3.320.692	3.680.423	1.361	35.931.616
Desligados	7.085.2478	7.381.675	11.283.084	3.190.040	3.415.361	426	32.355.783
Total	892.931	792.948	1.493.255	130.652	265.062	935	3.375.783
Variação relativa	15,5%	16,7%	14,4%	12,0%	25,6%	-	14,7%
Estoque em junho de 2006	6.647.391	5.526.893	11.800.455	1.212.298	1.299.075	-10	26.486.102

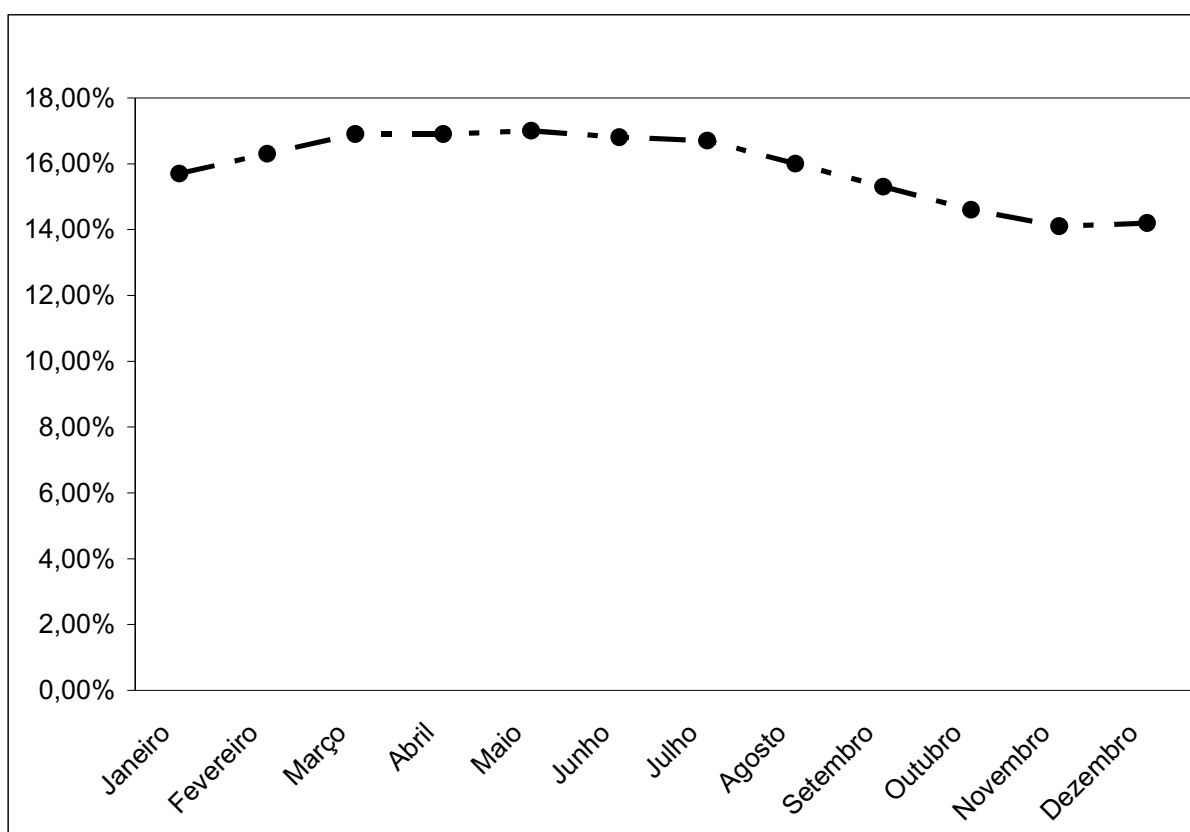
Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003 – 2006.
Elaboração e organização do autor.

Mesmo com o aumento relativo de 14,7% no estoque total de empregos formais no período analisado, permaneceram os problemas estruturais e históricos do mercado de trabalho brasileiro, aprofundados ao longo das oscilações econômicas da década de 1980 e da implantação do neoliberalismo na década de 1990, tais como o desemprego elevado, a informalidade nas relações de trabalho, a

precarização e a instabilidade no mercado de trabalho, a alta rotatividade da mão-de-obra empregada e as desigualdades de rendimentos entre os trabalhadores, com relação às relações de gênero e ao grau de instrução da classe trabalhadora.

Nesse sentido, como primeira característica a ser abordada sobre a manutenção dos problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro, as taxas de desemprego permanecem elevadas, mesmo com a geração crescente de empregos formais e um relativo decréscimo nas taxas de desemprego nas principais Regiões Metropolitanas do Brasil (Gráfico 6 e tabela 08), devido ao fato de os postos de trabalho criados não serem suficientes para suprir os empregos destruídos nas décadas anteriores e para absorver os quase 2 milhões de trabalhadores que passam a fazer parte da População Economicamente Ativa (PEA) todos os anos (POCHMANN, 2006).

Gráfico 6: Variação do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo – 2006.



Fonte: Convênio SEADE-DIEESE, 2006.
Elaboração e organização do autor

Tabela 08: Taxas de desemprego, segundo tipo de RMS (1) - 1998-2006.

Taxas de desemprego	1998	2005	2006
Total	18,7	17,9	16,8
Aberto (2)	11,7	11,3	11,0
Oculto (3)	6,9	6,6	5,7
Trabalho precário	4,6	4,6	3,9
Desalento (4)	2,3	2,1	1,9

Fonte: Convênio SEADE-DIEESE, 2006.

(1) **São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Distrito Federal.**

(2) **Desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de forma efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos 07 últimos dias.

(3) **Oculto pelo trabalho precário:** pessoas que exerceram algum trabalho eventual remunerado de auto-ocupação ou realizaram algum trabalho não-remunerado em ajuda de negócio de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista.

(4) **Oculto pelo desalento e outros:** trabalhadores que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Em segundo lugar, como consequência direta e indubitável do elevado desemprego, a informalidade representa uma das poucas formas de inserção no mercado de trabalho para aproximadamente 53% dos trabalhadores ativos do Brasil, segundo o Anuário Estatístico, elaborado pelo IBGE em 1996, demonstrando que a precarização das condições de trabalho na economia nacional é uma realidade a ser combatida através de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Tabela 09: Indicadores de ocupação para o total das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – 1994-1996 (%).

Posição na ocupação do Trabalho Principal	1994	1995	1996	1994-1996
Empregados com Carteira Assinada (1)	49,20	48,40	46,80	- 2,40
Empregados sem Carteira Assinada (2)	23,70	24,10	24,80	1,10
Conta própria (3)	21,80	22,00	22,70	0,90
Empregador (4)	4,20	4,50	4,60	0,40
Não remunerados (5)	1,10	1,00	1,10	-
Total (2+3+4+5)	50,80	51,60	53,20	2,40

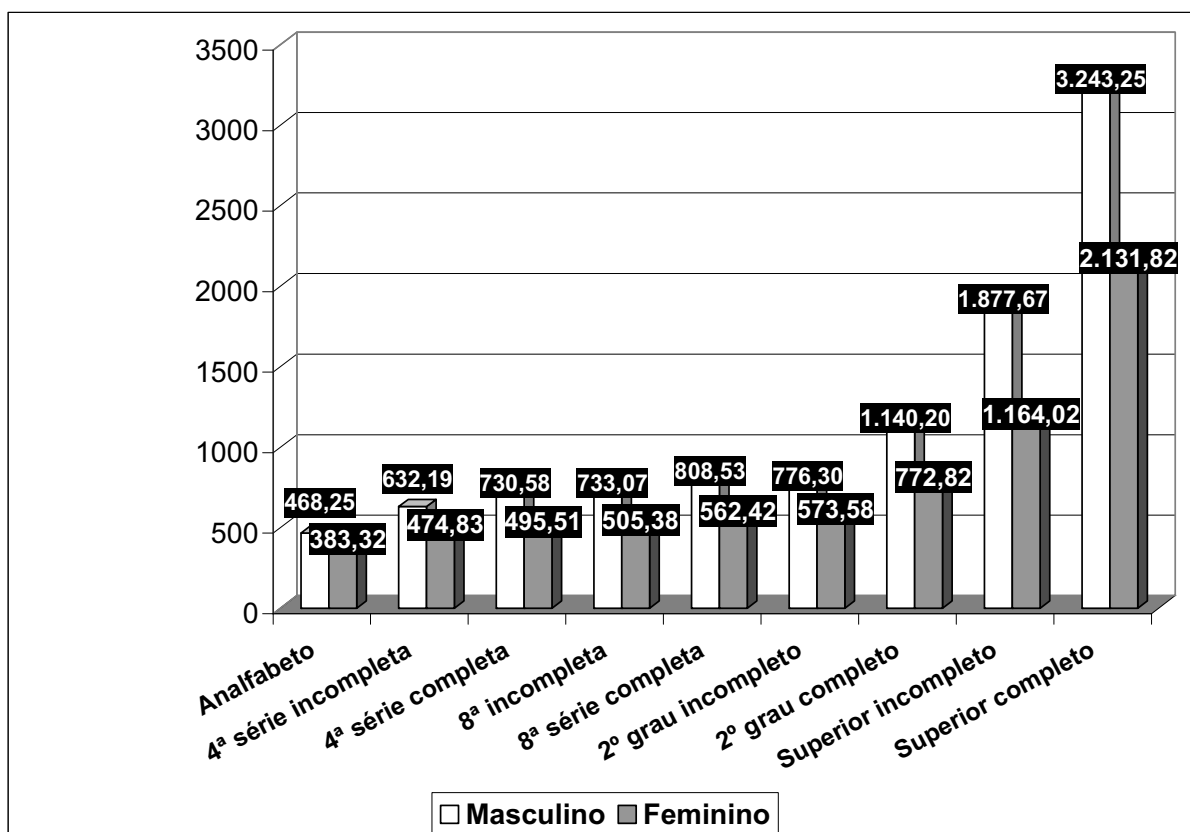
Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil, 1996.

No terceiro ponto da reflexão, se observa a continuidade do processo histórico de desigualdade de rendimento entre os trabalhadores, no tocante às relações de gênero e diferenças de níveis de escolaridade com a remuneração do trabalhador aumentando de acordo com a elevação da escolaridade, configurando, no entanto, por mais paradoxal que seja uma maior diferenciação de rendimento

entre os homens e as mulheres conforme aumenta o nível de escolaridade, de tal maneira que no nível de escolaridade compreendido pelos analfabetos, as mulheres recebem em média 18% menos que os homens ou uma diferença salarial de R\$ 84,93.

Essa diferença salarial e de rendimentos do trabalho aumenta para cerca de 32% para as trabalhadoras com 8ª série completa, chegando a 35% no nível de escolaridade compreendido pelo grau superior completo de instrução ou uma diferença de remuneração de R\$ 1.111,43 entre ambos os sexos, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – séries históricas) do Ministério do Trabalho.

Gráfico 7: Remuneração média, segundo gênero e grau de instrução – Brasil 2005.



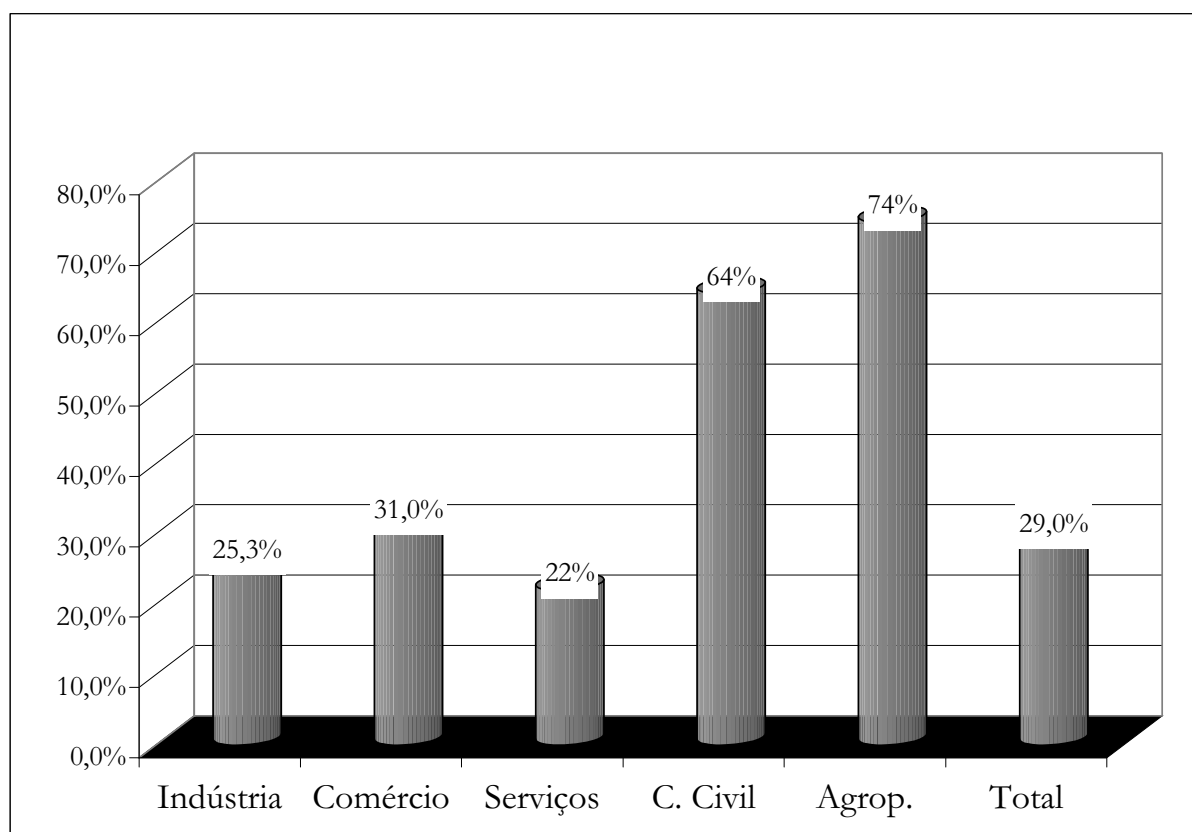
Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS 2005.

Por fim, se de um lado a precarização das relações de trabalho se constitui como uma marca indissolúvel dos trabalhadores informais, por outro lado, a instabilidade no emprego é apresentada como característica marcante do mercado de trabalho formal no Brasil após o ajuste neoliberal da década de 1990, através da alta rotatividade da mão-de-obra empregada. Através da comparação da média de

desligamentos³⁴ e admissões em relação ao estoque total de empregos formais, observa-se que a cada doze meses, de cada 100 trabalhadores empregados, pelo menos 29 trocaram de emprego ou ficaram desempregados no Brasil, no ano de 2004. Se a comparação for realizada entre o número de trabalhadores admitidos em relação aos trabalhadores desligados, no acumulado do ano, a rotatividade aumenta significativamente, representando cerca de 80% de instabilidade nos contratos de trabalho formais.

No tocante aos setores de atividades econômicas, a rotatividade é mais elevada no setor agropecuário (74%), seguido da construção civil (64%) e do comércio (31%).

Gráfico 8: Rotatividade dos trabalhadores por setor de atividade econômica – Brasil 2004.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2006.
Elaboração e organização do autor.

³⁴ Utiliza-se o termo desligados ao invés de demitidos, pois nem todos os trabalhadores são demitidos, mas muitos se aposentam, saem da empresa por conta própria ou até falecem durante o período em que estão trabalhando na empresa.

O mês de dezembro tem se tornado o símbolo da instabilidade e da rotatividade dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro, apresentando saldos negativos elevados entre contratados e desligados, com a destruição de postos de trabalho em praticamente todos os setores de atividade, em todos os anos analisados, salvo exceção do comércio, devido à sazonalidade característica desse setor, com relação às festas de final de ano, por exemplo.

A elevada rotatividade da mão-de-obra empregada tem se configurado como o principal instrumento de ajuste do capital diante da não flexibilização legal do trabalho no Brasil. Constituiu-se uma flexibilização real e brutal para amplas camadas de trabalhadores que ficam a mercê da lógica seletiva do mercado e sem proteção e estabilidade no emprego, notadamente ao final de cada ano de atividade produtiva e de ajuste estrutural do capitalismo.

A rotatividade representa também um instrumento de controle social do capital sobre o trabalho, através do não estabelecimento de vínculo empregatício prolongado, com o trabalhador sendo pressionado a se subordinar à exploração e a se sujeitar às normas impostas pela empresa se não quiser ser demitido. Ao mesmo tempo a manutenção de um exército de reserva abundante possibilita ao empregador reduzir os custos salariais, aumentar a jornada de trabalho e trocar de empregado a cada doze meses de atividade produtiva, haja vista que o contrato por tempo determinado por até um ano (subjacente ao Contrato Temporário de Trabalho estabelecido em lei), dispensa a empresa do pagamento de uma série de contribuições sociais estabelecidas em lei.

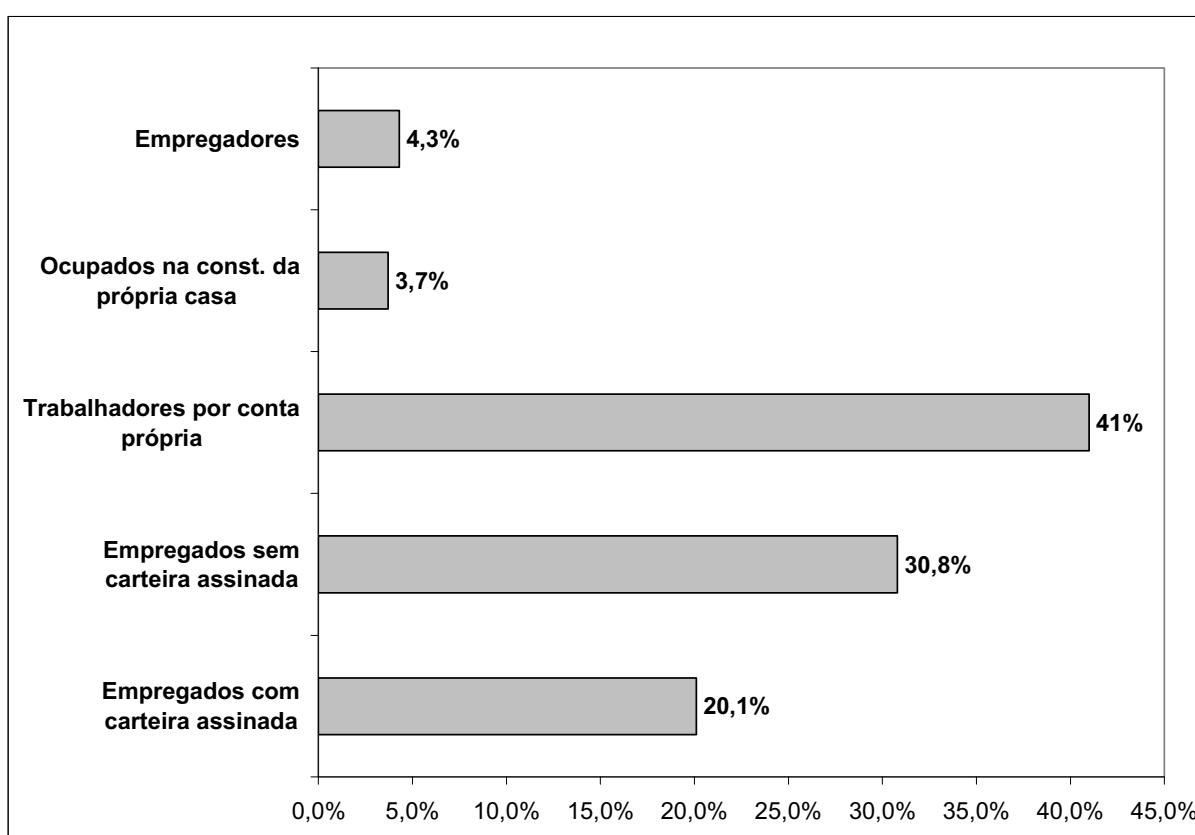
A construção civil, embora tenha se constituído historicamente como um setor que emprega uma grande quantidade de mão-de-obra, ter elevada participação na formação bruta de capital fixo e contribuir na geração do Produto Interno Bruto Nacional, é um bom exemplo de alta rotatividade e de precarização das relações e condições de trabalho no Brasil.

Segundo estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados SEADE/SP, a rotatividade da mão-de-obra empregada na construção civil atingiu um patamar de 52,8% na cidade de São Paulo entre os anos de 1998 e 1999, o que coloca em evidência que de cada cem

trabalhadores empregados no setor, pelo menos 52 não completam um ano na mesma empresa. Esses dados estão próximos dos 64% de rotatividade descrita anteriormente, a partir da análise da evolução e dinâmica do emprego formal na economia brasileira, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

Com relação à precarização das relações de trabalho, o setor da construção civil, não obstante possibilitar a ocupação de mais de 4,7 milhões de trabalhadores, conta somente com 954 mil trabalhadores empregados com carteira de trabalho ou apenas 20,1% da força de trabalho empregada no setor. Outros 30,8% ou aproximadamente 1,5 milhão de trabalhadores são empregados sem carteira assinada e quase 2,0 milhões são trabalhadores por conta própria (41% do total). Os outros 4,3% da força de trabalho do setor se constituem como empregadores.

Gráfico 9: Situação dos ocupados na construção civil – Brasil – 1999.



Fonte: IBGE, PNAD, 99, Estudos Setoriais nº. 12.
Elaboração e organização do autor

Se nas economias avançadas do capitalismo mundial o ajuste

estrutural se dá determinadamente pela incorporação tecnológica ao processo produtivo e pelas modificações organizacionais na gestão da mão-de-obra empregada, permeadas pela adoção do sistema de acumulação flexível do ideário japonês, no Brasil, esse ajuste estrutural ocorre principalmente pela manutenção de altas taxas de desemprego e pela instabilidade no mercado de trabalho formal em amplos segmentos de atividade econômica, através da alta rotatividade estabelecida para os trabalhadores empregados.

2.5. Considerações finais ao capítulo 2

Diante da recuperação do emprego formal e sem negar o processo de retomada da formalização do trabalho no Brasil nos últimos anos, torna-se necessário questionar a continuidade da precarização das relações e condições de trabalho, a manutenção de taxas de desemprego elevadas e a instabilidade no emprego, bem como a histórica desigualdade de rendimento entre os gêneros, com o mercado de trabalho altamente seletivo e excludente para as mulheres, como demonstrado anteriormente.

É preciso levar em conta, por exemplo, que ao longo da década de 1990, além dos trabalhadores que ficaram desempregados pela destruição de postos de trabalho, também não houve a inserção dos jovens que passaram a fazer parte da População Economicamente Ativa todos os anos, o que explica em parte a manutenção de elevadas taxas de desemprego e a informalidade do trabalho mesmo com a recuperação do mercado de trabalho formal desde meados do ano de 2001. Assim, é preciso considerar que além do enorme exército de reserva constituído nas últimas décadas, a criação de empregos formais dos últimos anos, precisava dar conta também dos jovens que ingressaram no mercado de trabalho a partir do ano de 2001, o que conduz a conclusão para a insuficiência desse processo de retomada da formalização do trabalho no Brasil recentemente.

A alta rotatividade da mão-de-obra empregada, representando a instabilidade do emprego formal, por sua vez, confirma a existência de um enorme exército de reserva concorrendo por um emprego formal no Brasil. Nesse sentido, o que explicaria a rotatividade do estoque total de empregos a cada três anos aproximadamente (a taxa mensal ficou em torno de 29%, conforme o gráfico 08), senão um número significativo de trabalhadores a procura de empregos com carteira

assinada, por tempo indeterminado e com as garantias da legislação trabalhista em vigor no país atualmente?

Por fim, a manutenção da informalidade do trabalho, facilmente visível no ambiente urbano não só das grandes cidades brasileiras, é expressão do elevado desemprego que ainda paira sobre o mercado de trabalho nacional e sobre os trabalhadores, apontando que o caminho é longo e exige um olhar diferenciado não só sobre a política econômica e a condução do Estado nacional, mas também sobre a continuidade do processo de formalização do trabalho e da resolução dos problemas históricos relacionados a precarização das condições e relações de trabalho no Brasil.

Esse movimento de desestruturação do mercado de trabalho nacional, tanto em termos quantitativos como em relação à deterioração/precarização das condições e relações de trabalho, leva ao questionamento e a necessidade de compreensão do comportamento do emprego formal e do trabalho em geral em economias situadas em cidades médias, como o caso de Presidente Prudente, por exemplo.

Quais os impactos dessas transformações estruturais da economia brasileira sobre o mercado de trabalho local? O processo de formalização histórica das relações de trabalho verificado na economia nacional até a década de 1990, pela geração e manutenção de empregos formais, sofreu modificações nas últimas décadas na economia local? Quais aspectos que possibilitam a análise e a constatação da adoção de inovações ou da continuidade dos elementos do modelo fordista/taylorista de produção na economia local? Da mesma forma, é possível verificar transformações na empregabilidade, na geração de empregos formais e na informalidade do trabalho nas últimas décadas no mercado de trabalho prudentino, que permitem articular informações da economia local com o processo de desestruturação do mercado de trabalho nacional ou com o movimento de reestruturação capitalista?

A compreensão da evolução e da dinâmica do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente, em consonância com as transformações da economia brasileira das últimas décadas, partindo-se do princípio de que as pesquisas sobre emprego e desemprego desenvolvidas pelos principais institutos de pesquisa do país (IBGE, SEADE e DIEESE, por exemplo), analisam somente as

oscilações nos níveis de emprego nas principais regiões metropolitanas, apresenta-se como essencial para a elucidação desses questionamentos e para o entendimento do funcionamento do mercado de trabalho e das características econômicas locais e regionais, pelo viés do emprego formal, que será tratado especificamente no capítulo seguinte sobre a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente no período de 1996 a 2006, enfatizando-se o emprego e o trabalho em nível local e regional.

CAPÍTULO 3

EVOLUÇÃO E DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM PRESIDENTE PRUDENTE: SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA ECONÔMICA LOCAL E REGIONAL

“A história das conjunturas econômicas, em última análise, remete exatamente para a exploração como fonte única de rendas capitalizáveis, o que faz com que o peso das crises deva ser aplicado sobre o fator trabalho”.

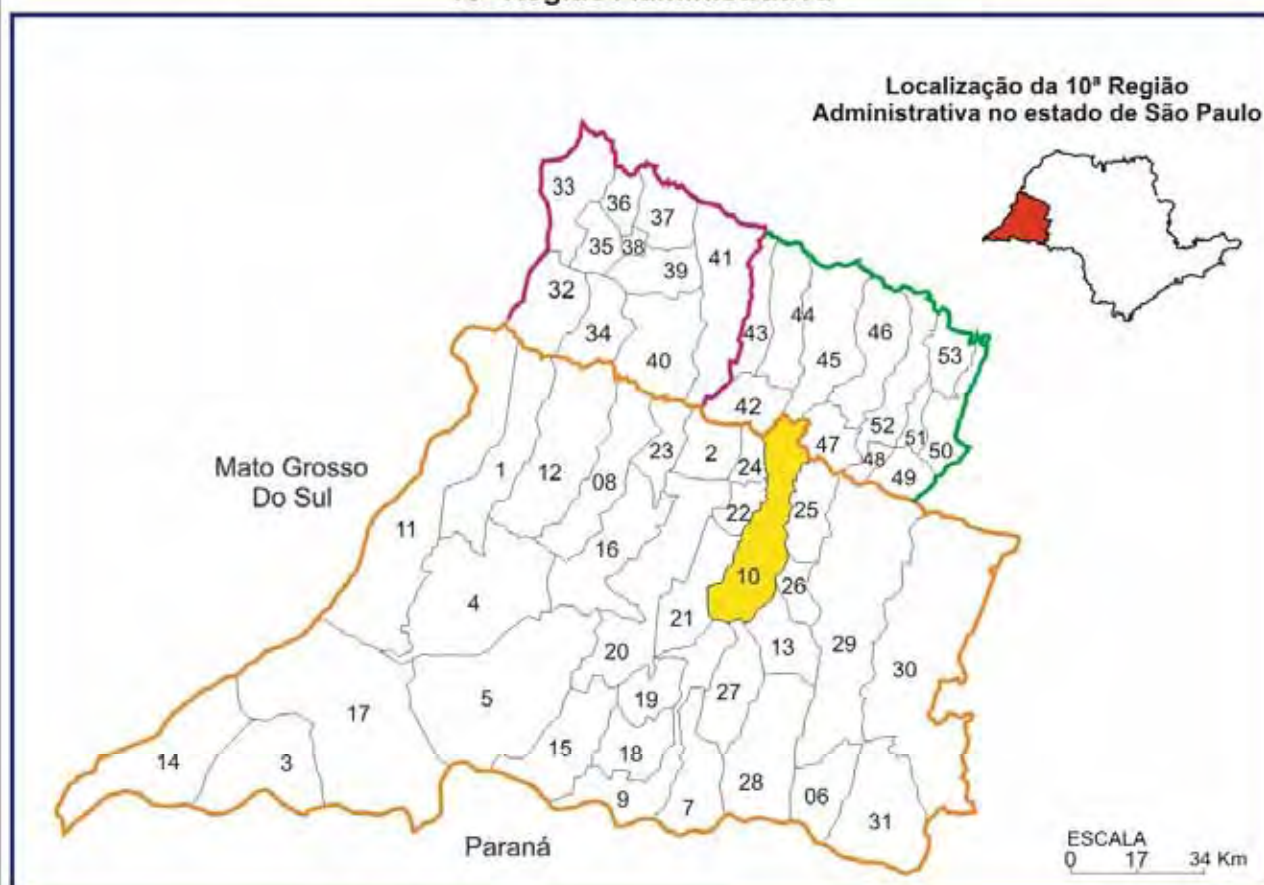
Suzane de Brunhoff, “A hora do Mercado”

A análise da evolução e da dinâmica do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente tem como objetivo oferecer subsídios para uma discussão teórica ampla e aprofundada sobre os impactos das transformações estruturais do capitalismo sobre o mercado de trabalho local, em consonância com as políticas adotadas em âmbito federal e estadual a partir da década de 1990, que consubstanciaram e possibilitaram a adoção de um conjunto de políticas macro-econômicas (emanadas do centro do capitalismo mundial e capitaneadas pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) de ajuste estrutural da economia brasileira, representando também a desestruturação do mercado de trabalho, através do aumento das taxas de desemprego, da informalidade do trabalho e da precarização das condições e relações de trabalho.

Abordar e discutir teoricamente como essas mudanças estruturais recaem sobre o mercado de trabalho formal de Presidente Prudente, através da análise da dinâmica do emprego formal, da rotatividade do trabalho, da gestão e das relações de trabalho em determinadas empresas prudentinas e das características ocupacionais da economia, diante da crise do fordismo e do taylorismo, frente às novas formas de acumulação flexível de capital, torna-se condição *sine qua non* para a compreensão da dinâmica econômica local e regional.

Nesse íterim, o município de Presidente Prudente está localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo, sendo capital da 10ª Região Administrativa do Estado e fazendo fronteira com o norte do Estado do Paraná e com o sul do Estado do Mato Grosso do Sul. Distante cerca de 560 Km da capital paulista, conta atualmente com uma população estimada em torno de 202.789 habitantes (IBGE, 2007), abrangendo uma área de aproximadamente 562 km².

Mapa 1 - Localização do Município de Presidente Prudente na 10ª Região Administrativa



- | | |
|----------------------------|----------------------------|
| 1- Caiuá | 28- Taciba |
| 2- Emilianópolis | 29- Martinópolis |
| 3- Euclides da Cunha | 30- Rancharia |
| 4- Marabá Paulista | 31- Iepê |
| 5- Mirante do Paranapanema | 32- Panorama |
| 6- Nantes | 33- Paulicéia |
| 7- Narendiba | 34- Ouro Verde |
| 8- Piquerobi | 35- Santa Mercedes |
| 9- Pirapozinho | 36- São João do Pau d'Alho |
| 10- Presidente Prudente | 37- Monte Castelo |
| 11- Presidente Epitácio | 38- Nova Guataporangá |
| 12- Presidente Venceslau | 39- Tupi Paulista |
| 13- Regente Feijó | 40- Dracena |
| 14- Rosana | 41- Juqueirópolis |
| 15- Sandovalina | 42- Flora Rica |
| 16- Santo Anastácio | 43- Irapuru |
| 17- Teodoro Sampaio | 44- Pacaembu |
| 18- Estrela do Norte | 45- Flórida Paulista |
| 19- Tarabai | 46- Adamantina |
| 20- Presidente Bernardes | 47- Mariápolis |
| 21- Álvares Machado | 48- Pracinha |
| 22- Alfredo Marcondes | 49- Sagres |
| 23- Ribeirão dos Índios | 50- Osvaldo Cruz |
| 24- Santo Expedito | 51- Inúbia Paulista |
| 25- Caiabu | 52- Lucélia |
| 26- Indiana | 53- Salmourão |
| 27- Anhumas | |

LEGENDA

- Região de Governo Adamantina
- Região de Governo Dracena
- Região de Governo Pres. Prudente
- Município de Presidente Prudente

Base Cartográfica: IGC. Região Administrativa de Presidente Prudente. São Paulo, 2003. Escala 1:1.000.000.

Organização: Paula Lindo

3.1. Evolução histórica da economia prudentina: da agricultura e da industrialização à predominância da economia de serviços

De acordo com Hespanhol; Hespanhol (2002), inicialmente as atividades econômicas locais giravam em torno da cafeicultura, associada à implantação da Estrada de Ferro Sorocabana na área que viria a ser o município de Presidente Prudente (1917). As primeiras tentativas de industrialização da economia foram verificadas entre as décadas de 1930 e de 1940, com a instalação de ramos industriais de produção de bens de consumo não-duráveis para o abastecimento da população.

Com a conjuntura internacional desfavorável em torno da cafeicultura, ocasionada especialmente pela diminuição da exportação do produto devido à crise do capitalismo mundial, tendo como símbolo desse processo o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, as lavouras de café passaram a ser substituídas pelas culturas do algodão e do amendoim, abrindo a possibilidade da instalação de unidades industriais beneficiadoras das matérias-primas advindas da produção agrícola local.

A partir de 1930, a cafeicultura entrou em declínio no Município e na Região de Presidente Prudente, sendo substituída por outras lavouras, principalmente as de algodão e de amendoim. A elevada produção dessas lavouras suscitou a instalação de várias empresas processadoras de matérias-primas agrícolas no Município de Presidente Prudente, como a Anderson Clayton, a SANBRA, a Braswey, a Lótus, entre outras (HESPANHOL; HESPANHOL, 2002, p. 37).

Dessa maneira, a indústria surgiu em Presidente Prudente como um complemento das atividades agropecuárias, intrinsecamente associadas ao desenvolvimento da agricultura e ao aproveitamento das matérias-primas para a produção industrial.

(...) a história da indústria local possui uma ligação intrínseca com o processo de ocupação regional e de formação da cidade. Nesse processo, a indústria local surgiu com um papel exclusivamente subsidiário das atividades produtivas primárias, e com um caráter de complementação da economia local, atendendo em pequena escala, um mercado restrito. Esta característica, a partir do final da década de 1980, foi reforçada pelo fechamento das últimas indústrias de capital externo (DUNDES, 1998, p. 60-61).

Portanto, para a autora até a década de 1960, a economia dependia fortemente das atividades agrícolas locais e regionais articuladas à industrialização das matérias-primas subjacentes. A partir daí ocorreu a substituição da atividade agrícola pela pecuária, ocasionada pela ausência de estímulos à produção agrícola, por parte do poder público, com a resultante redução da atividade agrícola, apontando para mudanças substanciais na estrutura produtiva em toda a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

A conjuntura pouco favorável às lavouras, por um lado, e a possibilidade de expansão da pecuária de corte, incentivada pela ampliação do mercado consumidor de carnes, por outro, redundaram no incremento da pecuária de corte, bem como, na instalação de modernos frigoríficos no Município e na Região de Presidente Prudente, a partir dos anos 1950 (HESPANHOL; HESPANHOL, 2002, p. 37).

A partir da década de 1970, com a expansão da pecuária, por um lado, foram verificadas substanciais transformações econômicas e sociais em Presidente Prudente, com a redução de áreas de cultivo agrícola e o aumento das áreas destinadas às pastagens, com o êxodo rural da população do campo para a cidade, em função da baixa exigência de mão-de-obra para o desenvolvimento da atividade ligada à pecuária de corte. Trabalhadores rurais e pequenos proprietários migraram para Presidente Prudente e cidades da região, passando a constituir um considerável exército de reserva, devido ao fato indubitável de que as atividades industriais não absorviam toda a população do campo que migrava para a cidade no período (DUNDES, 1998).

Como consequência da decadência da atividade agrícola no município o esvaziamento populacional do campo foi notável, persistindo ao longo das décadas.

(...) o processo de esvaziamento do campo, que já vinha ocorrendo desde 1960, quando a população rural era de 17.802 habitantes, se intensificou nas últimas décadas, sendo que no ano 2000, ela era composta de 3.954 pessoas, perfazendo apenas 2,1% da população total do Município (HESPANHOL; HESPANHOL, 2002, p. 42)

Por outro lado, a mudança na base produtiva, ensejada pela adoção da pecuária de corte em detrimento das atividades agrícolas tradicionais, provocou o fechamento de vários estabelecimentos industriais a partir da década de 1970.

Todavia, empresas ligadas ao beneficiamento de produtos pecuários passaram a expandir seus negócios em Presidente Prudente, notadamente os frigoríficos.

(...) a mudança na economia agropecuária regional (decadência das atividades e expansão da pecuária de corte), a partir da década de 1970, promoveu o fechamento de importantes indústrias de beneficiamento agrícola instaladas na região e na cidade de Presidente Prudente, mas mesmo após a diminuição da produção agrícola, algumas delas permaneceram instaladas na cidade até o início da década de 80 (DUNDES, 1998, p. 76).

Mesmo com o processo de desconcentração industrial³⁵ desencadeado pelo governo estadual a partir da década de 1960, em Presidente Prudente e região não foram constatadas mudanças significativas nas atividades industriais num contexto de estímulo ao deslocamento das atividades industriais da metrópole para o interior do estado de São Paulo: os investimentos ficaram concentrados em algumas regiões do interior do estado, tais como Campinas, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba, em detrimento de outras Regiões Administrativas, como Marília, Presidente Prudente e Araçatuba, por exemplo.

³⁵ O processo de desconcentração industrial de São Paulo foi um desdobramento das discussões em torno da forte concentração industrial na metrópole paulista e dos problemas sociais daí advindos (violência, trânsito caótico, questão ambiental, entre outros) e da necessidade da elaboração de políticas públicas estaduais que levassem a um processo de interiorização da indústria como forma de estimular o desenvolvimento econômico do interior do Estado de São Paulo (AZZONI, 1986).

Tabela 10: Participação de Regiões Administrativas selecionadas no VTI (Valor de Transformação Industrial) em %.

Região	1960	1970	1975	1980
Litoral	15,4	11,0	8,2	10,1
Vale do Paraíba	7,6	12,8	13,7	14,8
Sorocaba	12,6	8,6	7,9	11,0
Campinas	34,1	41,8	49,4	42,8
Ribeirão Preto	12,1	11,9	10,1	11,9
Bauru	4,3	3,7	3,2	3,5
São José do Rio Preto	2,4	2,1	2,3	1,9
Araçatuba	3,2	2,0	1,1	1,0
Presidente Prudente	4,5	2,8	1,9	1,2
Marília	3,8	3,3	2,4	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE Censos Industriais de 1960, 1970, 1975 e 1980.

Esse processo assinalou a permanência da desigualdade de desenvolvimento econômico entre as regiões administrativas do Estado de São Paulo, levando Azzoni (1986), a denominar esse relativo deslocamento da atividade industrial para o interior do estado como uma forma de “desconcentração concentrada”, com o deslocamento situado em torno de algumas áreas num raio de 150 km da Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo as Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba, evidenciando também a importância dos eixos rodoviários relacionados ao desenvolvimento industrial paulista, notadamente ao longo das rodovias Castelo Branco, Anhanguera e Dutra.

Azzoni (1986, p. 221), conclui que “as evidências indicam que, longe de constituir-se em um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país”, com a Grande Metrôpole reforçando a concentração do poder de comando e de gestão do processo de valorização do capital, por meio do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação das últimas

décadas, associadas ao desencadeamento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica em tempos recentes.

Lencioni (2002), concordando apenas em parte com as afirmações sobre a desconcentração concentrada da atividade industrial no Estado de São Paulo, enfatiza que o processo abrange um movimento de centralização de capitais a partir da capital paulista, pois tal processo de centralização “consolida a hegemonia do grande capital e subordina os outros capitais à organização oligopolista e utiliza mecanismos de dispersão espacial como forma estruturante do espaço, e não mais mecanismos concentradores” (LENCIONI, 2002, p. 207), consubstanciando a “criação e reiteração de uma região metropolitana mais complexa, fragmentada e hierarquizada” (*ibidem*, p. 207), tendo como expressão desse movimento a expansão do espaço metropolitano paulista, configurando a “macrometrópole” pela dispersão das suas atividades industriais.

Segundo Sposito (2002), as transformações econômicas verificadas no capitalismo mundial nas últimas décadas, determinaram um conjunto de mudanças estruturais na economia nacional, entre elas a

(...) redefinição da divisão regional do trabalho no Brasil e, especialmente, no Estado de São Paulo, gerando ampliação dos papéis econômicos das áreas melhor dotadas de infra-estrutura e equipamentos, mas, ao mesmo tempo, aumento das disparidades territoriais, econômicas e sociais (SPOSITO, 2002, p. 27).

No que se reporta ao processo de desenvolvimento regional no Estado de São Paulo, a relativa “desconcentração industrial”, não beneficiou a ampliação das atividades industriais em Presidente Prudente (não obstante ter havido um relativo crescimento da participação da Região Administrativa de Presidente Prudente no valor adicionado na indústria, passando de 0,40 em 1985, para 0,43 em 1991 e para 0,60 no ano de 1996, segundo dados da Fundação Seade).

A partir da década de 1990, esse processo levou, pelo contrário, à redução da atividade industrial no município, com o fechamento de muitas empresas, como os frigoríficos Bordon e Montalvão e a unidade da CICA, por exemplo, (DUNDES, 1998), após um tímido crescimento dos empregos formais no setor industrial na década de 1980 (mesmo com a oscilação entre os anos de 1985 a

1987 no estoque de empregos formais do setor³⁶), num contexto de forte oscilação da economia nacional, ora com retração das atividades econômicas, como no período entre 1981 e 1983, ora com a recuperação parcial da economia entre 1984 e 1986, ou com forte estagnação econômica, com tendência a hiperinflação, como no período entre 1987 e 1989. Esse processo (como visto anteriormente) culminaria na crise econômica do início da década de 1990, com a adoção do neoliberalismo na economia nacional e o aprofundamento do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

O estoque de empregos formais no setor industrial em dezembro de 1998 (5.864 empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego), por exemplo, era próximo do estoque de empregos em 1985, quando o setor contava com aproximadamente 5.353 empregos formais (DUNDES, 1998, p. 82), evidenciando um fraco dinamismo industrial em Presidente Prudente a partir da década de 1980. Esses dados sugerem que a indústria passou por um processo de estagnação de suas atividades, apresentando fraca expansão e mesmo desaceleração na geração de empregos formais nas últimas três décadas.

Dundes (1998) também constatou que a economia local passou a se caracterizar por uma significativa concentração das atividades econômicas e da geração de empregos em torno do setor de serviços a partir da década de 1960, com o processo de substituição da atividade agrícola pela pecuária extensiva. Com isso, “a cidade tem seu crescimento desvinculado das atividades agropecuárias, e estimulado, sobretudo, pela sua função de centro regional comercial e de serviços” (DUNDES, 1998, p. 105).

Não é demais ressaltar que a predominância do setor de serviços na economia constituirá uma marca da estrutura ocupacional desde então, apresentando elevada participação na configuração do mercado formal de trabalho nos dias atuais, tanto em Presidente Prudente quanto nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, seguindo a lógica da estrutura ocupacional brasileira das últimas décadas, representada pelo predomínio dos empregos formais concentrados no setor de serviços.

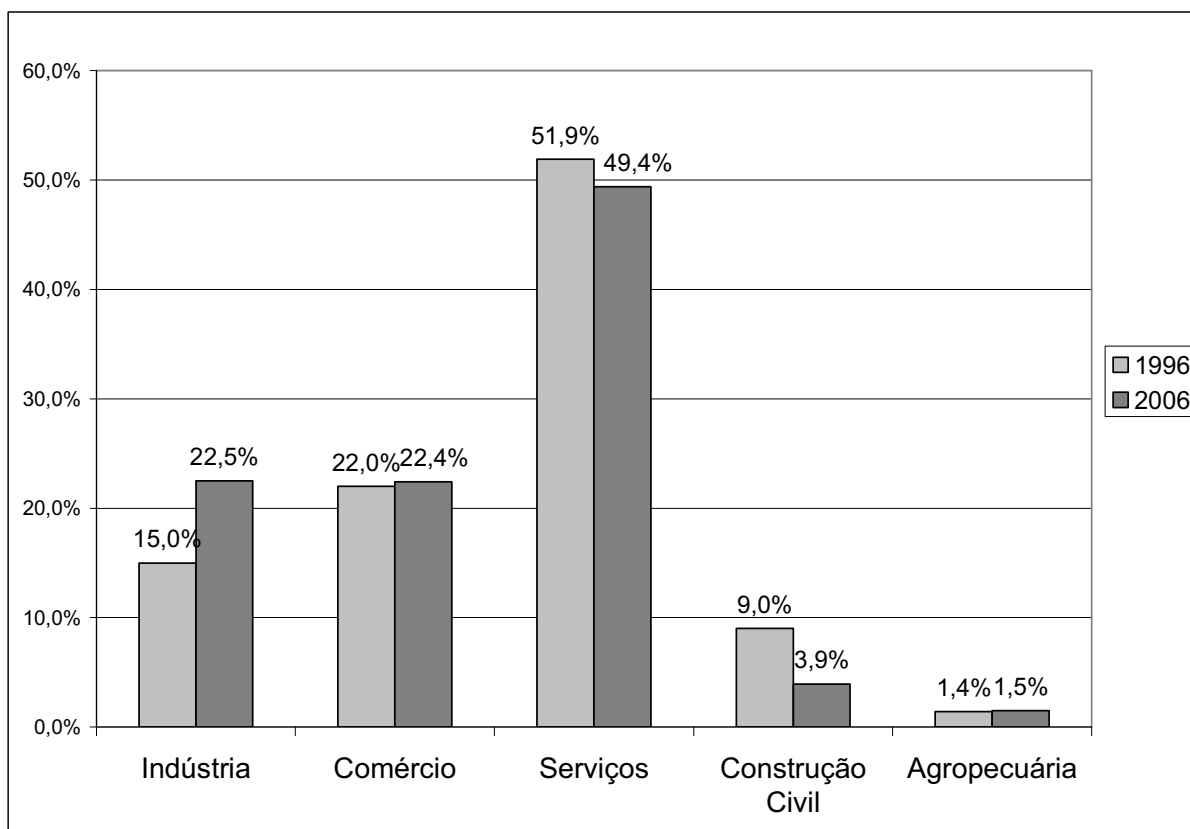
³⁶ Segundo informações da RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho para o período compreendido entre 1985 e 1999.

Sposito (2002) reforça essa constatação ao afirmar que:

Nas décadas de 1960 e de 1970, aconteceram mudanças importantes na cidade, em virtude do aumento do número de habitantes, de diferenciações no tipo de industrialização (de unidades beneficiadoras dos produtos locais para uma diversificação maior nos estabelecimentos industriais, que se desvinculam da produção agrícola regional) e do desenvolvimento de atividades terciárias (SPOSITO, 2002, p. 14).

Nesse sentido, mesmo com a ampliação da participação do setor industrial na estrutura ocupacional de Presidente Prudente no período compreendido entre os anos de 1996 a 2006, analisando o desempenho das ocupações pelo viés do emprego formal, o setor de prestação de serviços ainda corresponde a praticamente metade dos postos de trabalho formais, apontando para a caracterização da economia como essencialmente prestadora de serviços, seguindo uma tendência nacional de concentração das atividades econômicas nesse setor da economia, em contraste ao desenvolvimento do setor industrial, agropecuário e da construção civil.

Gráfico 10: Estrutura ocupacional do emprego formal em Presidente Prudente – 1996/2006.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 2006.

Num contexto de predominância das atividades ligadas à pecuária de corte, em detrimento da produção agrícola e do desenvolvimento econômico associado à atividade industrial, o baixo dinamismo e a fraca participação do segmento secundário da economia, mormente do setor industrial, em Presidente Prudente no período recente reflete a característica patrimonialista e rentista do capitalismo no nível local, pois segundo Dundes (1998):

(...) o capital obtido no campo, especialmente pelos grandes pecuaristas, não era empregado nos setores urbanos produtivos, sendo investido, em geral, na compra de novas terras em outros estados (Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul), em investimentos financeiros ou em imóveis (DUNDES, 1998, p. 105).

No tocante à evolução e à dinâmica do emprego formal, a partir da década de 1990, num cenário nacional de adoção de um conjunto de políticas neoliberais de abertura comercial e financeira deliberadamente, conformadas pelo discurso ideológico neoliberal, a economia local passa a sentir as transformações na economia nacional e estadual, apresentando redução de postos de trabalho em todos os setores de atividade econômica, notadamente a partir do ano de 1996 (recorte temporal desta pesquisa), seguindo uma trajetória de redução do estoque de empregos formais desde o início da década de 1990.

Tabela 11: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente – 1996/1998.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop*.	Out.Ign**.	Totais
Admitidos	5.974	13.405	15.113	7.789	271	284	42.836
Desligados	6.755	14.688	16.175	9.481	394	529	48.022
Total	-781	-1.283	-1.062	-1.692	-123	-245	-5.186
Estoque 31/12/1998	7.079	10.208	26.055	3.037	623	01	47.003
Varição relativa	- 9,9%	- 11,1%	- 3,9%	-35,7%	- 16,4%	-	- 9,9%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 1998.

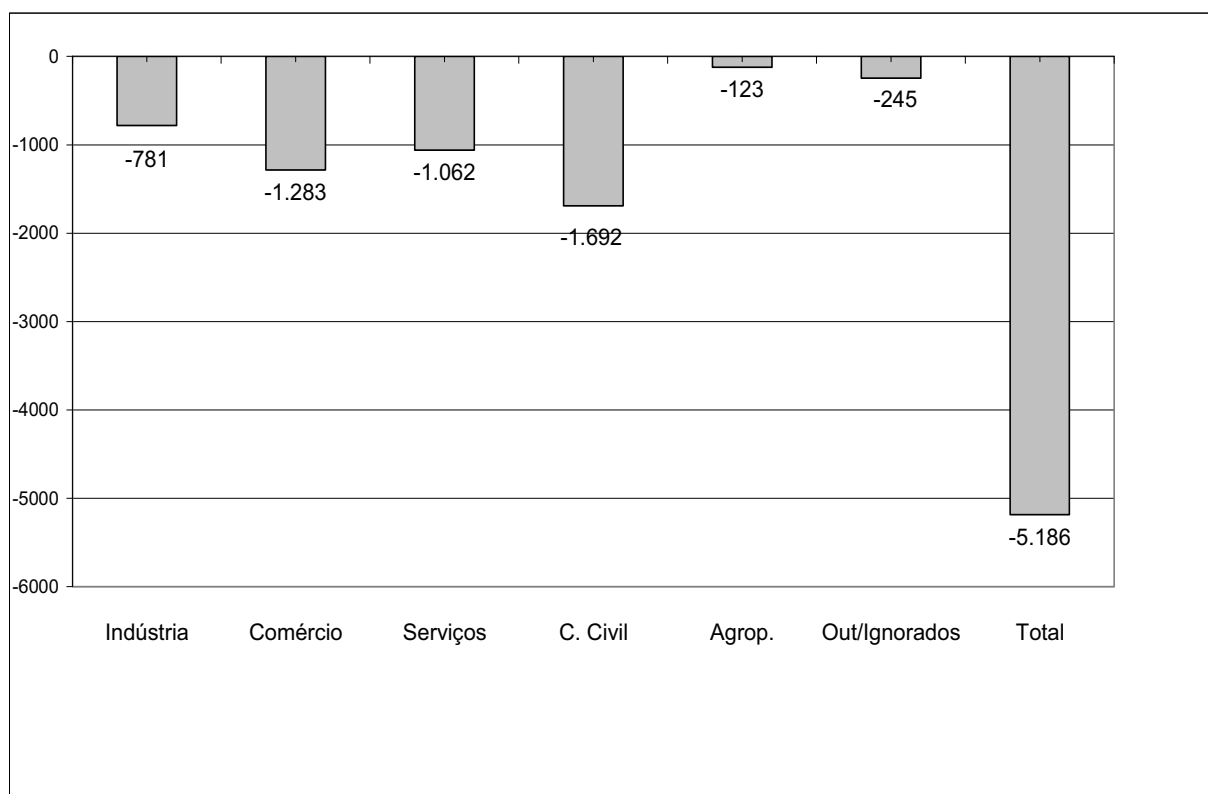
Obs. * Agropecuária; ** Outros/Ignorados.

Elaboração e organização do autor.

Assim, acompanhando uma tendência nacional de redução do estoque de empregos formais, em todos os setores de atividade econômica se observou a eliminação de postos de trabalho, com a construção civil apresentando o pior desempenho, com o fechamento de 1.692 postos de trabalho, seguida do setor

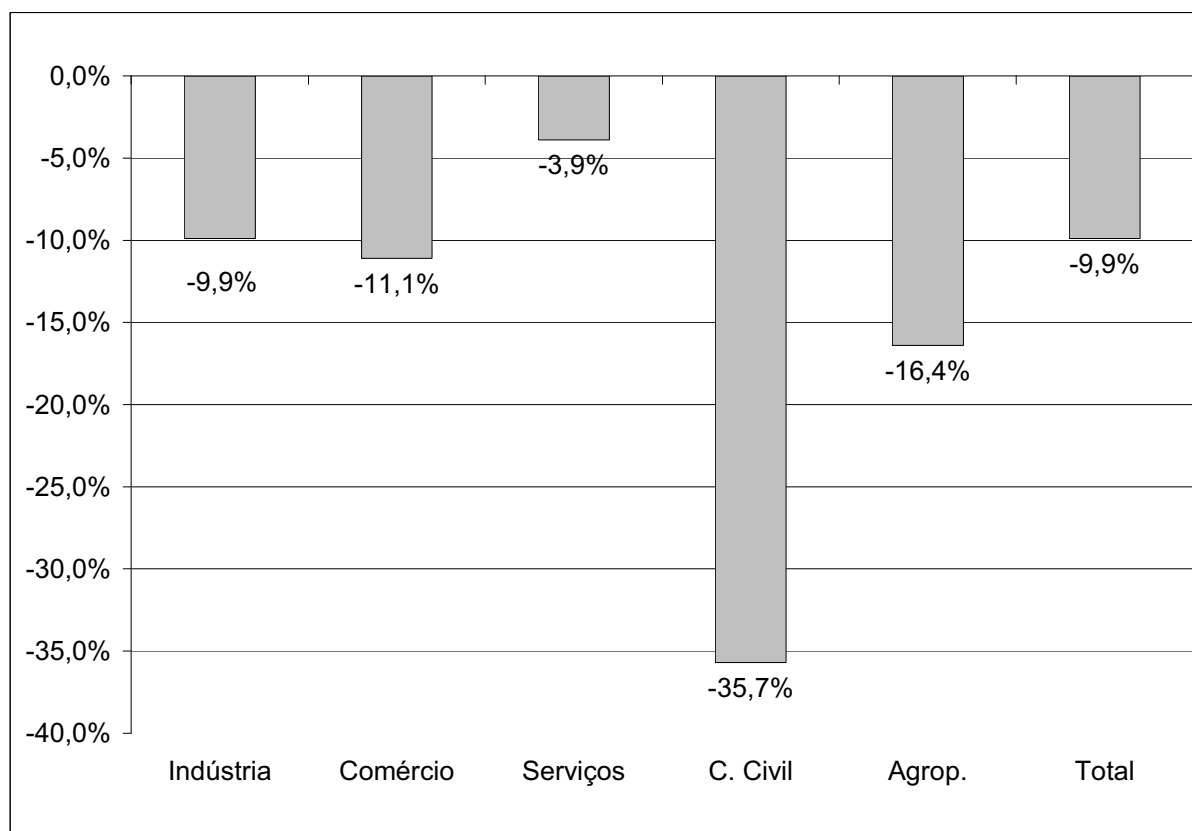
de comércio (menos 1.283 empregos formais no estoque) e do setor de serviços (eliminação de 1.062 postos de trabalho no período). A indústria apresentou uma variação negativa de 781 empregos formais, sendo que no total notou-se uma variação negativa de 5.186 empregos formais no estoque total.

Gráfico 11: Variação absoluta de empregos formais – Presidente Prudente – 1996/1998.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 1998.
Elaboração e organização do autor.

A análise da variação relativa de empregos formais em Presidente Prudente, também evidencia uma redução elevada na construção civil (menos 35,7% no estoque do setor), seguida da agricultura e do comércio, com 16,4% e 11,1% a menos no estoque de cada setor respectivamente. A variação negativa total foi de 9,9% sobre o estoque de empregos formais de 01/01/1996.

Gráfico 12: Variação relativa de empregos formais – Presidente Prudente – 1996/1998.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 1998.
Elaboração e organização do autor.

O comportamento negativo do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente deve ser entendido num contexto mais amplo de transformações econômico-produtivas da economia brasileira ao longo da década de 1990, tendo como referencial as mudanças ocorridas tanto no plano nacional e estadual, quanto no plano municipal.

No plano nacional, o fechamento de empresas em função da abertura comercial e a forte concorrência com produtos importados, resultaram na eliminação de aproximadamente 3,3 milhões de postos de trabalho, sendo 1,8 milhão somente durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (MATTOSO, 2000). A política de juros altos e de câmbio sobrevalorizado para atrair o capital internacional, além de baratear os produtos estrangeiros acabava por coibir o investimento na esfera produtiva, com o Produto Interno Bruto apresentando taxas medíocres de crescimento, representando também a redução na geração de empregos formais e até a redução dos postos de trabalho.

A adoção de um conjunto de políticas de cunho neoliberal, em consonância com os princípios da liberdade irrestrita do mercado e do capital, em voga nas principais economias avançadas da Europa, por exemplo, com a supressão de direitos e o desmonte do Estado de Bem Estar Social, alterou as bases e as estruturas do Estado brasileiro, que perdeu a capacidade de investimento e de gestão da economia, tendo também como consequência da implementação dessas políticas de liberdade irrestrita para o mercado, a predominância da esfera financeira sobre a produção e a geração de emprego e renda.

Segundo Silveira (2008), o enfraquecimento das políticas de “Bem Estar Social”, especialmente na Europa, destruiu as perspectivas de implementação das mesmas no Brasil. Assim, considerando que no Brasil nunca houve “Bem Estar Social” – pelo menos nos moldes de outros países – conclui-se que o país apenas saiu de um estágio de colônia para permanecer na situação de periferia do sistema capitalista. Como nunca houve plena democracia, também não houve nenhuma política de social-democracia, ou seja, vivemos às voltas com *pseudos* sistemas políticos.

O neoliberalismo também engendrou a adoção parcial dos princípios relacionados a economia flexível de capital, representando a reestruturação produtiva em determinados ramos da economia, com o consequente movimento de desestruturação do mercado de trabalho nacional ao longo da década de 1990.

No plano estadual, a ausência de uma política de desenvolvimento econômico para o interior do Estado de São Paulo e o processo de “reconcentração” das atividades industriais em torno da Região Metropolitana de São Paulo, particularmente dos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano e Guarulhos dificultou o processo de desenvolvimento de Presidente Prudente e região, provocando até mesmo um esvaziamento produtivo com a transferência de unidades industriais para outras áreas do Estado e até mesmo para outros Estados da federação, como é o caso do Frigorífico Bordon que foi transferido primeiro para Presidente Epitácio e, posteriormente para o estado do Mato Grosso do Sul, atraído pelos incentivos fiscais oferecidos por aquela unidade da federação.

Nos anos 1990, novos fatores passam a interferir na definição da localização das empresas, escolhendo principalmente as regiões

administrativas no entorno da RMSP, em particular as vantagens oferecidas pela proximidade do grande mercado consumidor da região. A densidade da malha urbana, a infra-estrutura viária e a intensidade dos fluxos, associados à redução dos custos de transporte decorrente dessa proximidade acabaram criando uma extensa região econômica constituída de empresas ou grupos industriais que tende a confirmar o movimento de “desconcentração concentrada (GOMES, 2001, p. 108).

A recusa por parte do governo do Estado de São Paulo de participar da chamada “Guerra Fiscal”³⁷ para atrair investimentos produtivos e empresas do setor industrial, também levou à exacerbação do processo de transferência de unidades industriais, prejudicando a economia local, que passou a ter uma participação muito pequena na produção de riqueza do Estado de São Paulo desde então, se igualando ao Vale do Ribeira em termos de desempenho econômico recentemente: Presidente Prudente tem uma participação bastante restrita no PIB do Estado, representando apenas 0,25% da riqueza produzida, com a região acompanhando essa tendência, com uma participação de apenas 1,01 % do PIB estadual (IBGE/SEADE, 2007).

No que tange à evolução e à dinâmica do emprego formal no Estado de São Paulo, também se observou uma variação negativa em todos os setores de atividade econômica, acompanhando a tendência nacional da redução ampla de postos de trabalho com carteira assinada, sendo que o setor industrial foi responsável por 71,4% dos empregos formais eliminados no período compreendido entre janeiro de 1996 a dezembro de 1998, perfazendo um total de 340.080 postos de trabalho a menos no estoque total do Estado no período analisado.

³⁷ Não se defende aqui a Guerra Fiscal para atrair investimentos produtivos, mas apenas constata-se a adoção de tal instrumento na conjuntura econômica brasileira atual, o que prejudica o desenvolvimento regional de áreas não aproveitadas pelo mercado, diante da ausência do planejamento estatal visando o desenvolvimento econômico local e regional.

Tabela 12: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica no Estado de São Paulo 1996/1998.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.lgn	Totais
Admitidos	1.331.751	1.206.684	2.093.278	579.555	306.235	12.429	5.529.932
Desligados	1.574.818	1.224.351	2.128.856	593.970	334.177	13.840	5.870.012
Total	- 243.067	- 17.667	- 35.578	-14.415	-27.942	- 1.411	- 340.080
Estoque 31/12/1998	1.952.017	1.240.751	3.018.225	320.983	376.762	-3.274	6.905.464
Varição relativa	-11,0%	-1,4%	-1,1%	-4,2%	-6,9%	-	-4,6%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 1998.
Elaboração e organização do autor.

No plano municipal, tendo como característica a estagnação econômico/produziva, principalmente do setor industrial, diante das transformações da economia nacional e estadual e da mudança da base produtiva local, com o fechamento de empresas associadas à industrialização dos derivados do gado bovino e a decadência da produção agrícola, por um lado, constatou-se um processo de esvaziamento produtivo e a redução dos estoques de empregos formais ao longo da década de 1990, com destaque para o período do primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por outro lado, a pecuária extensiva não exigia muita mão-de-obra para a realização das atividades ligadas ao setor, sendo extremamente concentradora de renda, além disso, os outros setores produtivos não tinham capacidade para absorver a força de trabalho dispensada das atividades primárias, nem a População Economicamente Ativa que crescia ao longo dos anos, constituindo-se um enorme exército industrial de reserva não só em Presidente Prudente como em toda a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Tabela 13: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na Região de Presidente Prudente 1996/1998.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.lgn	Totais
Admitidos	16.171	18.439	21.629	11.791	11.609	446	80.085
Desligados	17.144	19.034	22.184	13.007	10.984	855	83.208
Total	-973	-595	-555	-1.216	625	-409	-3.123
Estoque 31/12/1998	27.019	23.300	40.781	7.002	13.059	62	111.223
Varição relativa	-3,4%	-2,4%	-1,3%	-14,7%	5,0%	-	-2,7%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 1998.
Elaboração e organização do autor.

Os conflitos pela posse da terra na região, principalmente no Pontal do Paranapanema, a distância geográfica dos grandes centros consumidores e dos principais portos exportadores, a ausência de infra-estrutura para o escoamento da produção, com a malha ferroviária sucateada ao longo dos anos de 1990 e a subutilização do transporte fluvial e com o transporte aéreo e rodoviário deficiente (poucas rotas e empresas aéreas operando e a necessidade premente de duplicação da Rodovia Raposo Tavares, tida como principal rota rodoviária de acesso à região), dificultam o investimento produtivo na região de Presidente Prudente, bem como o processo de geração de emprego e renda e a recuperação dos estoques de empregos formais eliminados ao longo da década de 1990.

O porto trimodal de Presidente Epitácio (que oferece inúmeras possibilidades de utilização através da interligação do transporte ferroviário, fluvial e rodoviário para o escoamento da produção regional) constitui-se como o caso mais emblemático da falta de planejamento e de projeto de desenvolvimento regional. O porto possui toda a infra-estrutura necessária para o transporte de mercadorias e para o escoamento da produção regional e interestadual, mas funciona precariamente desde sua construção nos últimos anos, entrando em pleno funcionamento somente em abril de 2008, após mais de uma década de ociosidade. (JORNAL O IMPARCIAL, 2007).

Durante o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), constatou-se uma relativa recuperação do emprego formal em Presidente Prudente, com relação aos setores industrial e agropecuário, acrescentando-se 614 postos de trabalho a mais no estoque total de empregos formais no período compreendido entre janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Entretanto, esses novos postos de trabalho foram insuficientes para a recuperação do emprego formal no município, diante dos 5.186 empregos eliminados no período entre janeiro de 1996 e dezembro de 1998 e do ingresso de jovens aptos para o trabalho na População Economicamente Ativa ao longo da década de 1990.

Tabela 14: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente – 1999/2002.

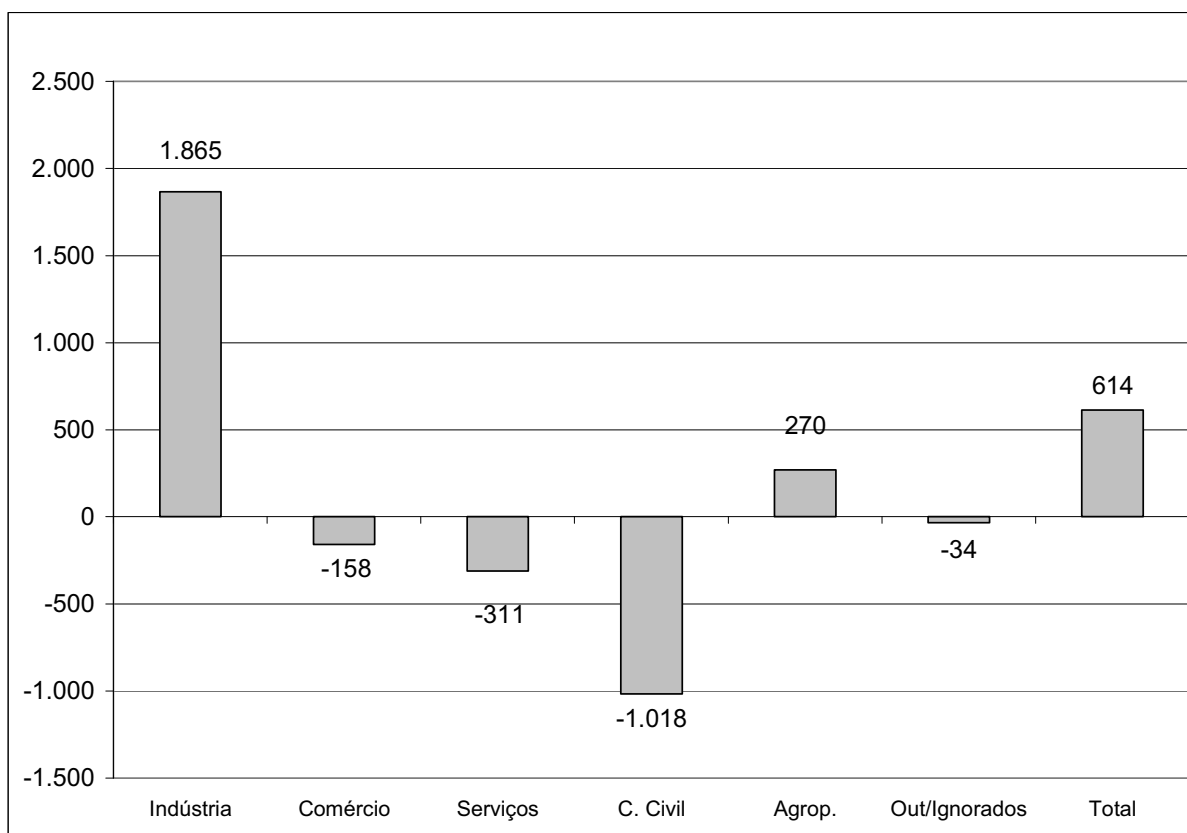
	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.lgn	Totais
Admitidos	12.284	18.103	18.019	8.197	1.247	19	57.869
Desligados	10.419	18.261	18.330	9.215	977	53	57.255
Total	1.865	-158	-311	-1.018	270	-34	614
Estoque 31/12/2002	8.944	10.050	25.744	2.019	893	-33	47.617
Variação relativa	26,3%	- 1,5%	- 1,1%	- 33,5%	43,3%	-	1,3%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1999– 2002.

Elaboração e organização do autor.

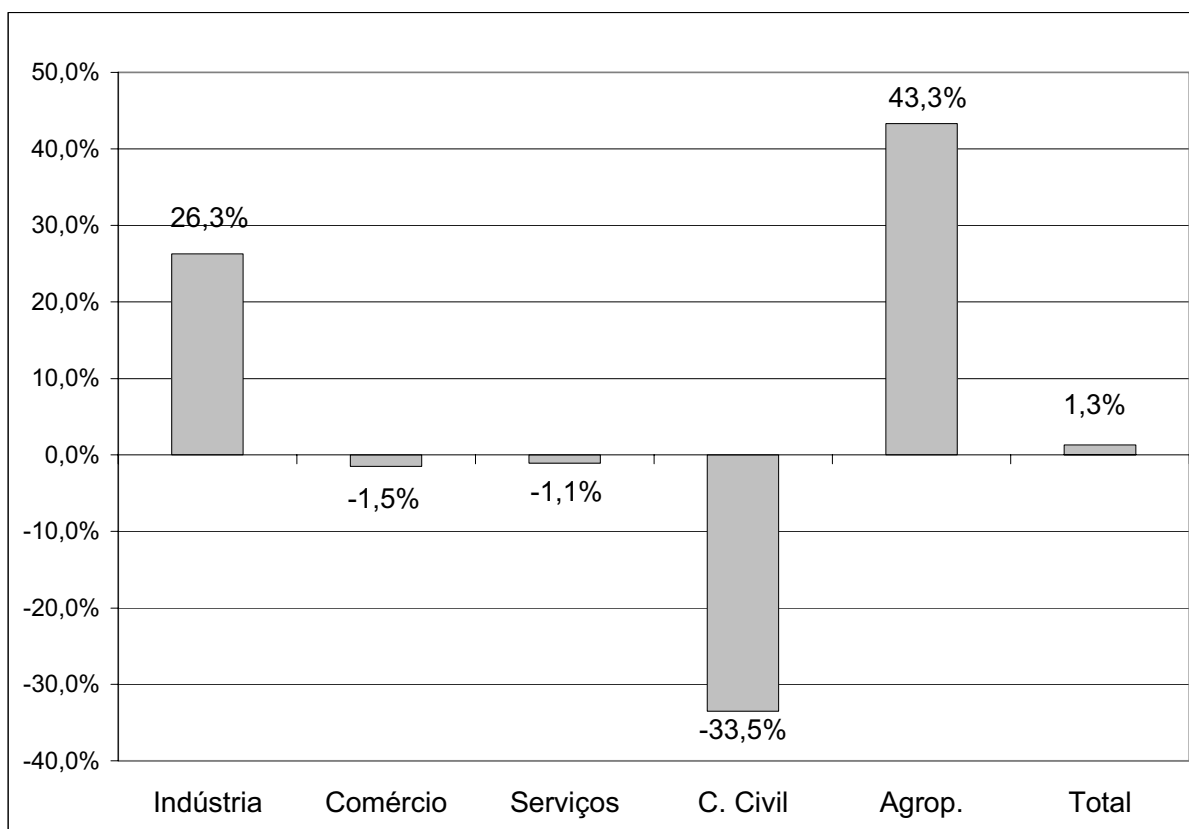
No que diz respeito à variação absoluta de empregos formais, o setor industrial teve desempenho positivo, com a geração de 1.865 postos de trabalho no período analisado, seguido da agropecuária que gerou 270 novas vagas de emprego. O destaque negativo mais uma vez ficou com o setor da construção civil que eliminou 1.018 empregos formais, seguido do setor de serviços e do comércio, com a eliminação de 311 e 158 postos de trabalho respectivamente. Esse desempenho negativo dos serviços, do comércio e, principalmente, do setor de construção civil, fez com que o saldo final de empregos formais não fosse tão significativo, com os empregos criados pela indústria não sendo suficientes para dar conta da grave crise do emprego formal do período anteriormente analisado.

Gráfico 13: Variação absoluta de empregos formais – Presidente Prudente – 1999/2002.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1999– 2002.
Elaboração e organização do autor.

A análise da variação relativa no estoque de empregos formais no período indica a recuperação parcial do emprego formal, em torno de 1,3%, com o setor agropecuário apresentando o melhor desempenho, com uma variação positiva de 43,3% no estoque de empregos formais, seguido do setor industrial, com 26,3% a mais no estoque do setor. No entanto, os demais setores de atividade econômica apresentaram variação negativa.

Gráfico 14: Variação relativa de empregos formais – Presidente Prudente – 1999/2002.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1999– 2002.
Elaboração e organização do autor.

A economia local, de certa forma, seguiu a tendência de recuperação do emprego formal iniciada na segunda metade do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, quando o estoque de empregos formais teve um acréscimo de 2,2 milhões de postos de trabalho ou uma variação relativa positiva de 11%. Porém, enquanto o emprego formal cresceu em todos os setores de atividade econômica em nível nacional, em Presidente Prudente apenas o setor agropecuário e o setor industrial apresentaram uma variação positiva nos seus respectivos estoques de empregos formais.

Essa tendência de recuperação do emprego formal na economia brasileira foi resultado de mudanças na política econômica do governo federal a partir de 1999, especialmente no regime cambial, com a desvalorização do real frente ao dólar, que provocou alterações na dinâmica do comércio exterior, visando à geração de saldos comerciais para o pagamento da dívida pública nacional, num cenário de crise de liquidez internacional e de fuga de capitais, com a adoção de um conjunto de regras monetárias direcionadas pelo Fundo Monetário Internacional

(FMI).

Segundo Delgado (2005), os setores exportadores associados ao agronegócio foram beneficiados por esse processo e a agricultura alavancou a recuperação da economia brasileira e a geração de empregos formais a partir do ano 2000, mantendo-se, no entanto, as elevadas taxas de desemprego e a informalização do trabalho.

Com relação ao Estado de São Paulo, notou-se uma tendência de recuperação do emprego formal no setor industrial, do comércio e dos serviços e uma redução de postos de trabalho na construção civil e na agropecuária, num total de 513.965 empregos formais a mais no estoque total do Estado no período compreendido entre janeiro de 1999 e dezembro de 2002. Vale ressaltar que os setores de serviços e de comércio foram responsáveis por 98,3% dos postos de trabalho formais criados no período, conforme dados da tabela abaixo.

Tabela 15: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica no Estado de São Paulo 1999/2002.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out. Ign	Totais
Admitidos	2.632.850	2.611.257	4.863.765	1.081.909	995.538	9.668	12.194.987
Desligados	2.556.798	2.404.470	4.564.895	1.117.421	1.030.770	6.668	11.681.022
Total	76.052	206.787	298.870	-35.512	-35.232	3.000	513.965
Estoque 31/12/1998	2.028.069	1.447.538	3.317.095	285.471	341.530	-274	7.419.429
Variação relativa	3,8%	16,6%	9,9%	-11,0%	9,3%	-	7,4%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1999– 2002.
Elaboração e organização do autor.

No entanto, no bojo da transformação das estruturas do Estado brasileiro para atender aos interesses exclusivamente do mercado (as privatizações e concessões de empresas públicas são um bom exemplo disso), o governo do Estado de São Paulo tem agido para beneficiar algumas regiões com investimentos produtivos, através do redirecionamento das atividades industriais em detrimento de outras regiões, que ficam relegadas ao segundo plano e são depositárias dos problemas do Estado.

Dessa maneira, a economia regional não se beneficiou a contento desse processo de recuperação parcial da economia nacional e estadual, apresentando uma variação positiva pouco significativa nos estoques de empregos

formais por grandes setores de atividade econômica, com um acréscimo de apenas 914 empregos formais no estoque total entre janeiro de 1999 e dezembro de 2002 ou uma variação relativa de apenas 0,8%. O saldo pouco significativo foi influenciado pela variação negativa da construção civil (redução de 2.278 postos de trabalho) e da agropecuária (menos 983 empregos formais no período), em relação ao estoque total de empregos formais no período analisado.

Tabela 16: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na Região de Presidente Prudente – 1999/2002.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	35.343	40.330	41.906	14.768	28.586	107	161.040
Desligados	34.907	39.715	38.687	17.046	29.569	202	160.126
Total	436	615	3.219	-2.278	-983	-95	914
Estoque 31/12/1998	27.455	23.915	44.000	4.724	12.076	-33	112.137
Variação relativa	1,6%	2,6%	7,8%	-32,5%	-7,5%	-	0,8%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1999– 2002.

Elaboração e organização do autor.

Vale salientar que Presidente Prudente é responsável por aproximadamente 42,4% do estoque total de empregos formais da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, que é composta por 53 municípios. Em outras palavras, esses dados confirmam a influência regional exercida pela cidade, que também é um centro regional de compras, lazer, negócios, saúde e educação, concentrando universidades (UNOESTE, TOLEDO, UNESP e UNIESP), grandes áreas de compras (Supermercados Carrefour e Muffato), Shoppings Centers (Prudenshopping e Shopping Americanas), entre outros serviços oferecidos tanto à população local quanto à população dos municípios vizinhos.

O período subsequente, representado pelo primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), teve como característica a continuidade do processo de recuperação do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente, com o saldo positivo de 8.452 empregos formais no estoque total, seguindo a tendência nacional de recuperação e geração de postos de trabalho com carteira assinada, num processo de retomada parcial do assalariamento e da formalização do trabalho na economia nacional.

Tabela 17: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente – 2003/2006.

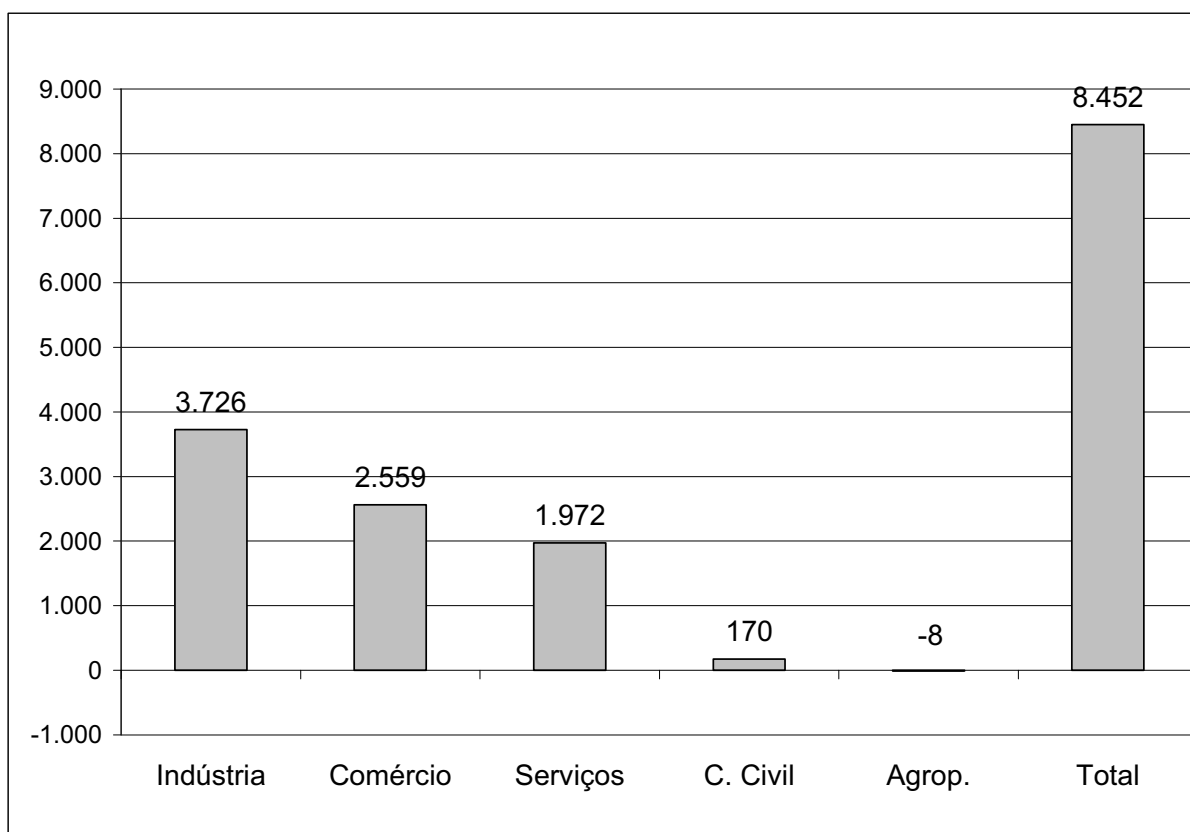
	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.lgn	Totais
Admitidos	24.287	22.207	22.675	8.850	703	33	78.755
Desligados	20.561	19.648	20.703	8.680	711	0	70.303
Total	3.726	2.559	1.972	170	-8	0	8.452
Estoque 31/12/2006	12.670	12.609	27.716	2.189	885	0	56.069
Variação relativa	41,6%	25,4%	7,6%	8,4%	-0,8%	0	17,7%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003– 2006.

Elaboração e organização do autor.

Desse modo, o mercado de trabalho apresentou uma variação absoluta positiva na geração de empregos formais no Município de Presidente Prudente no período entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, com o setor industrial apresentando o melhor desempenho, com a geração de 3.726 novos postos de trabalho seguido do comércio e do setor de serviços, com a geração de 2.559 e 1.972 empregos formais respectivamente no período.

Gráfico 15: Variação absoluta de empregos formais – Presidente Prudente – 2003/2006.

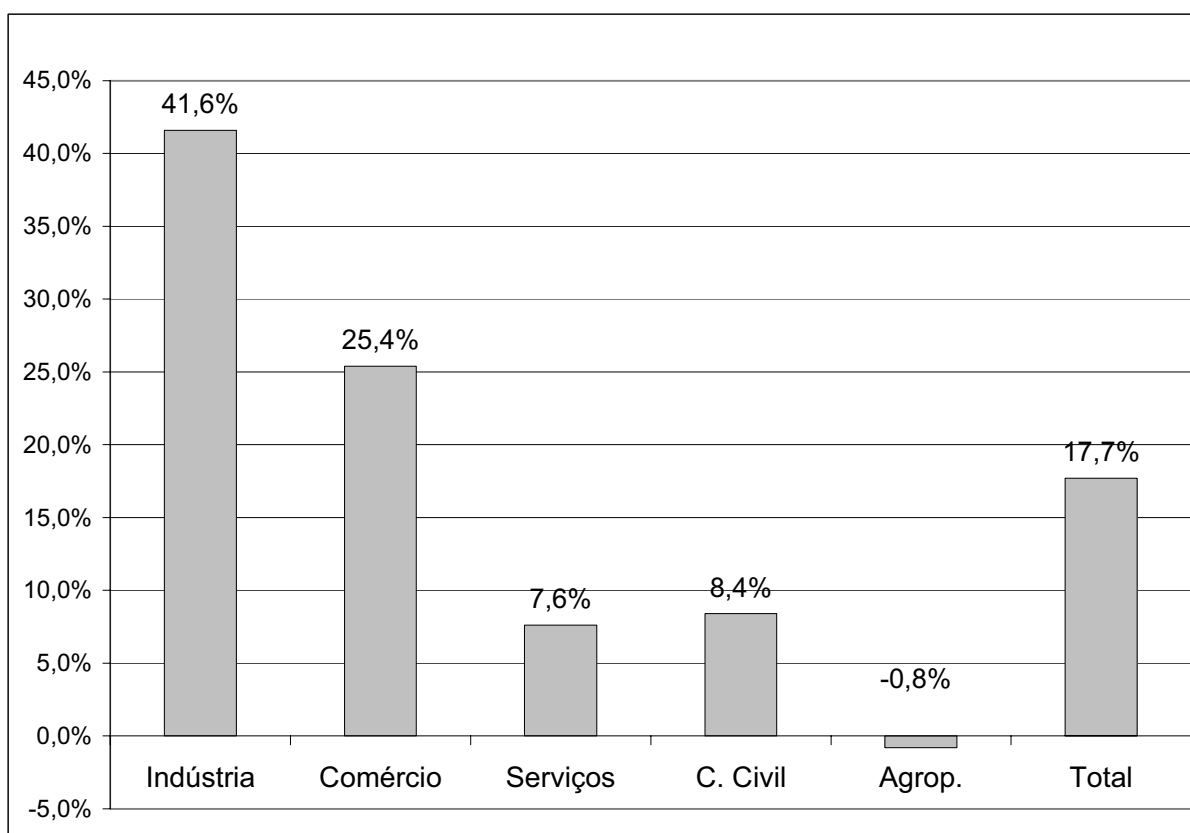


Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003– 2006.

Elaboração e organização do autor.

No que se refere à variação relativa (sobre o estoque de empregos em dezembro de 2002), o setor industrial foi responsável pela ampliação de 41,6% sobre o estoque de empregos formais do setor, seguido do comércio e do setor de serviços, com uma variação positiva de 25,4% e 7,6% respectivamente sobre os respectivos estoques de cada setor em 2002. A variação positiva total sobre o estoque de empregos formais em dezembro de 2002, foi de 17,7%, como indicado no gráfico a seguir.

Gráfico 16: Variação relativa de empregos formais – Presidente Prudente – 2003/2006.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003– 2006.
Elaboração e organização do autor.

O mercado de trabalho local seguiu a tendência nacional de retomada parcial do assalariamento, no bojo das mudanças desencadeadas durante o primeiro governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, com a queda gradativa das taxas básicas de juros da economia e o aprofundamento das políticas de estímulo às exportações, tendo como baluarte o agronegócio voltado para o mercado externo, a desvalorização do real frente ao dólar e a busca incessante por novos parceiros comerciais no mercado internacional.

Contudo, permaneceram os problemas associados ao desemprego (as taxas de desemprego continuaram elevadas, conforme evidenciado na tabela 08 e no gráfico 06), a informalização do trabalho (mais da metade da PEA encontra ocupação somente através do trabalho informal ou temporário) e a manutenção de ocupações precárias e contingentes, inerentes à instabilidade e a elevada rotatividade do mercado de trabalho formal nas últimas décadas.

No Estado de São Paulo, a continuidade de um determinado projeto de poder, com um mesmo partido no comando a mais de 12 anos, tendo como característica principal a livre-iniciativa como fator predominante para o crescimento da economia, dificulta a elaboração de um projeto de desenvolvimento, articulado ao atendimento das demandas e ao desenvolvimento das potencialidades de cada região que compõem a administração estadual.

Conquanto o Estado ter acompanhado o processo de recuperação do assalariamento dos últimos anos, esse movimento tem sido insuficiente em algumas áreas do Estado para aproveitar a contento essa recuperação da economia nacional, com a geração de empregos formais não possibilitando a absorção dos milhares de trabalhadores que passam a fazer parte da PEA todos os anos ou de recuperar os postos de trabalho eliminados ao longo da década de 1990. Assim, foram criados 1.614.719 empregos formais no período compreendido entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, com o setor de serviços mais uma vez sendo responsável por 44,1% dos postos de trabalho.

Tabela 18: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica no Estado de São Paulo – 2003/2006.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	3.012.437	3.247.507	5.720.135	1.013.043	1.291.538	480	14.285.140
Desligados	2.637.627	2.801.176	5.006.733	966.573	1.258.106	206	12.670.421
Total	374.810	446.331	713.402	46.470	33.432	274	1.614.719
Estoque 31/12/2006	2.402.879	1.893.869	4.030.497	331.941	374.962	0	9.034.148
Variação relativa	18,4%	30,8%	21,5%	16,2%	9,7%	-	21,7%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003– 2006.
Elaboração e organização do autor.

Com relação à dinâmica do mercado de trabalho formal regional, num contexto de mudança da base produtiva, com a substituição da pecuária extensiva e

de corte pela monocultura da cana-de-açúcar, a recuperação do assalariamento seguiu a tendência nacional e estadual, com praticamente todos os setores gerando postos de trabalho, com exceção da construção civil, sendo que no estoque total de empregos formais foram acrescentados 23.479 novos postos de trabalho.

Ressalte-se que mais uma vez a característica de centro regional desempenhada pelo Município de Presidente Prudente se torna patente: dos 23.479 empregos criados na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, 36% deles foram efetivados na economia prudentina, ou seja, 8.452 empregos a mais no estoque total da região foram criados em Presidente Prudente no período entre os anos de 2003 e 2006.

Tabela 19: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na Região de Presidente Prudente – 2003/2006.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	70.589	49.354	51.414	14.330	35.996	33	221.716
Desligados	60.411	42.624	45.203	14.888	35.111	0	198.237
Total	10.178	6.730	6.211	-558	885	33	23.479
Estoque 31/12/2006	37.633	30.645	50.211	4.166	12.961	0	135.616
Variação relativa	37,0%	28,1%	14,1%	-11,8%	7,3%	-	20,9%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003– 2006.
Elaboração e organização do autor.

Contudo, mesmo com a recuperação do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente e da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo verificado nos últimos anos (até meados de 2001, o saldo de empregos formais era negativo em praticamente todos os setores de atividade econômica analisados), os postos de trabalho criados não são suficientes para dar cabo da grave crise do emprego que assola não só a economia nacional, mas, particularmente a economia local e regional.

Para uma compreensão mais aprofundada desse processo, deve-se analisar a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho em Presidente Prudente em consonância com o crescimento populacional no período de 1996 a 2006 e o ingresso da população jovem apta para o trabalho na PEA ao longo da década analisada para se perceber que ainda é elevado o desemprego e a informalidade no município nos dias atuais.

3.2. Crescimento populacional, População Economicamente Ativa e o elevado desemprego em Presidente Prudente

Uma análise mais aprofundada dos dados apresentados nas tabelas anteriores, referentes à evolução e à dinâmica do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente, com a articulação de informações sobre população total estimada, população economicamente ativa e o estoque total de empregos formais em 2006, aponta para a deterioração do mercado de trabalho e para a continuidade do desemprego para amplos segmentos de trabalhadores.

Antes disso faz-se necessário explicitar qual o entendimento do que vem a ser considerada a População Economicamente Ativa, para se atingir os objetivos relacionados a adoção do conceito neste trabalho. Dessa maneira, a PEA abrange todos os indivíduos de um lugar aptos para o trabalho, ou seja, os indivíduos ocupados e desempregados, sendo calculada no Brasil, pelo IBGE, levando-se em conta a parcela da população a partir dos 10 anos de idade até os indivíduos com 64 anos de idade, apesar de o trabalho infantil ser proibido no país, uma vez que a realidade é bem diferente do que dispõe a legislação trabalhista e social em vigor nos dias atuais em todo o território nacional. A parcela da população situada entre 0 a 10 anos de idade e acima dos 65 anos é considerada pelo IBGE como parte da População Economicamente Inativa (PEI).

Dessa forma, com uma população estimada em 202.789 habitantes no final de 2006 e no início de 2007, segundo dados do IBGE (Contagem da População e Estimativas da População) e uma PEA de 97.489 trabalhadores (com base no Censo de 2000 do IBGE), com um estoque de empregos formais de 56.069 postos de trabalho em dezembro de 2006, o mercado de trabalho de Presidente Prudente contabiliza um total de 41.420 trabalhadores fora do mercado de trabalho formal.

Excetuando-se os trabalhadores do setor estatal, os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores domésticos e os empregadores, essas informações sugerem que grande parte dos trabalhadores contabilizados anteriormente está inserida de forma precária no mercado de trabalho, através da informalidade e do exercício de atividades sem nenhuma garantia assegurada pela Legislação Trabalhista em vigor no país. Por conseguinte, o desemprego é elevado em Presidente Prudente devido, sobretudo, às características locais e regionais do

desenvolvimento econômico.

Calcula-se que pelo menos metade desse contingente de trabalhadores está na condição de desemprego aberto, ou seja, está à procura de emprego e exerce apenas atividades temporárias e por tempo determinado, sem registro em carteira e sem os benefícios da legislação trabalhista, como demonstram as entrevistas com trabalhadores desempregados em busca de um emprego na Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, seção local.

Grande parte dos trabalhadores entrevistados vive de trabalhos temporários e de ocupações precárias, sem garantia de remuneração adequada, fixa e permanente e de continuidade profissional, exercendo as seguintes atividades ocupacionais: diarista e faxineira, vendedor de produtos diversos (lingerie, perfume, bijuteria, calçados, roupa, chinelinhos artesanais, entre outros produtos), manicure e pedicure, chapa na rodovia, empregada doméstica, baba, vigia, segurança, pedreiro e servente de pedreiro, pintor, costureira, cozinheira, garçom e/ou garçonete, promotor de vendas, coleta e venda de produtos recicláveis, entre outras ocupações instáveis, precárias e temporárias como forma de sobrevivência num mercado de trabalho altamente excludente e tornado mais competitivo ainda, com o desemprego elevado que assola amplos segmentos de trabalhadores³⁸.

Essas ocupações temporárias e precárias, sem registro em carteira, expressam o desenvolvimento de habilidades associadas a aquisição de um trabalho e não mais necessariamente de um emprego formal, por parte dos trabalhadores excluídos do emprego e das relações formais de trabalho, ou seja, o direcionamento de esforços para o exercício da “trabalhabilidade” sob os auspícios do neoliberalismo e da flexibilização real das relações de trabalho.

Os 500 trabalhadores desempregados entrevistados ressaltaram a necessidade do emprego com carteira assinada, devido às proteções da legislação trabalhista e a relativa estabilidade no mercado de trabalho formal, tais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o direito à aposentadoria, as férias e o descanso semanal remunerado, o seguro desemprego, o 13º terceiro salário, a licença remunerada e a licença maternidade por um período de quatro

³⁸ Entrevistas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2007.

meses (o Congresso Nacional aprovou recentemente a licença maternidade remunerada por um período de seis meses, após a realização das entrevistas).

Isso evidencia que os trabalhadores não estão preparados para lidar com uma possível flexibilização legal dos direitos trabalhistas, mas já convivem com uma flexibilização real e brutal, expressa no elevado desemprego, no exercício de atividades temporárias e precárias, na informalidade do trabalho e na instabilidade no emprego, devido ao enorme contingente de trabalhadores que está fora do mercado de trabalho formal.

O insuficiente processo de geração de empregos formais e o desemprego elevado levam necessariamente à informalidade do trabalho, como forma de sobrevivência para os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal pelo desemprego aberto ou pelo desemprego de longa duração, com tendência a exclusão permanente pela inempregabilidade.

A informalidade do trabalho, permeada pelos vendedores ambulantes denominados camelôs, se acentuou no município no início da década de 1990 (GONÇALVES, 2000), expressão da aplicação das políticas de cunho neoliberal pelo governo do presidente Fernando Collor de Mello, com a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a sobrevalorização cambial e o predomínio das importações subjacentes, que resultou num processo de deterioração e precarização das condições e relações do trabalho, configurando a crise do mundo do trabalho no Brasil, com o desemprego tornando-se crescente e a informalidade do trabalho aumentando desde então (MATTOSO, 2000).

Cabe aqui uma definição do que vem a ser o trabalho informal, salvaguardando as prerrogativas relacionadas ao termo que abarca várias atividades, tais como o trabalho do autônomo, do empregado nas atividades domésticas, o trabalho assalariado sem registro em carteira ou até mesmo não-remunerado, como o trabalho familiar, o trabalho exercido pelos catadores de materiais recicláveis, entre outras formas assumidas pela informalidade no mercado de trabalho recentemente. O emprego com carteira assinada e com as garantias previstas em lei é o que distingue o trabalho formal do informal, com este último tendo como características predominantes, a precarização e a instabilidade, além da variabilidade dos rendimentos e do horário de trabalho (GONÇALVES, 2000).

Na análise da informalidade do trabalho desenvolvida nesta parte do capítulo, levar-se-á em consideração somente o trabalho exercido pelos camelôs instalados no camelódromo de Presidente Prudente, abrangendo sua criação e ampliação ao longo do tempo, utilizando-se de dados e informações de pesquisas realizadas por geógrafos sobre a atividade informal no município desde sua criação no início da década de 1990.

Desse modo, na tentativa de solucionar o conflito desencadeado em 1994, entre lojistas e camelôs instalados no centro da cidade, a administração pública municipal criou o camelódromo na Praça da Bandeira, em maio de 1995. No início, o novo local de trabalho para os vendedores ambulantes foi planejado para atender aproximadamente 96 trabalhadores, sendo que a demanda foi maior que a oferta, com os inscritos a uma vaga no camelódromo passando de 200 trabalhadores (GONÇALVES, 2000).

Com o tempo, o camelódromo foi ampliado, contando atualmente com 240 boxes e um total de aproximadamente 480 trabalhadores informais³⁹ exercendo atividades de comercialização de mercadorias diversas. Esse número de trabalhadores é aproximado, pois alguns trabalhadores possuem barracas desmontáveis, vendendo eles próprios suas mercadorias ao longo do camelódromo e circulando pelo calçadão nos dias de maior movimentação na área mais central da cidade, como nos sábados e nas épocas de festas, como o natal e o dia das mães.

Inevitável não fazer uma comparação direta e explícita com a eliminação de postos de trabalho verificada a partir de 1996 até meados do ano de 2001 em Presidente Prudente e a insuficiente geração de empregos formais para atender os trabalhadores desempregados e os jovens que passam a fazer parte da População Economicamente Ativa todos os anos: enquanto o desemprego se agravava, aumentava também a procura pela informalidade como forma de sobrevivência para muitos trabalhadores desempregados ou para os trabalhadores jovens que não encontravam emprego com carteira assinada, indo exercer atividades informais, precárias, instáveis, de baixa remuneração e sem a proteção legal que o emprego formal proporciona.

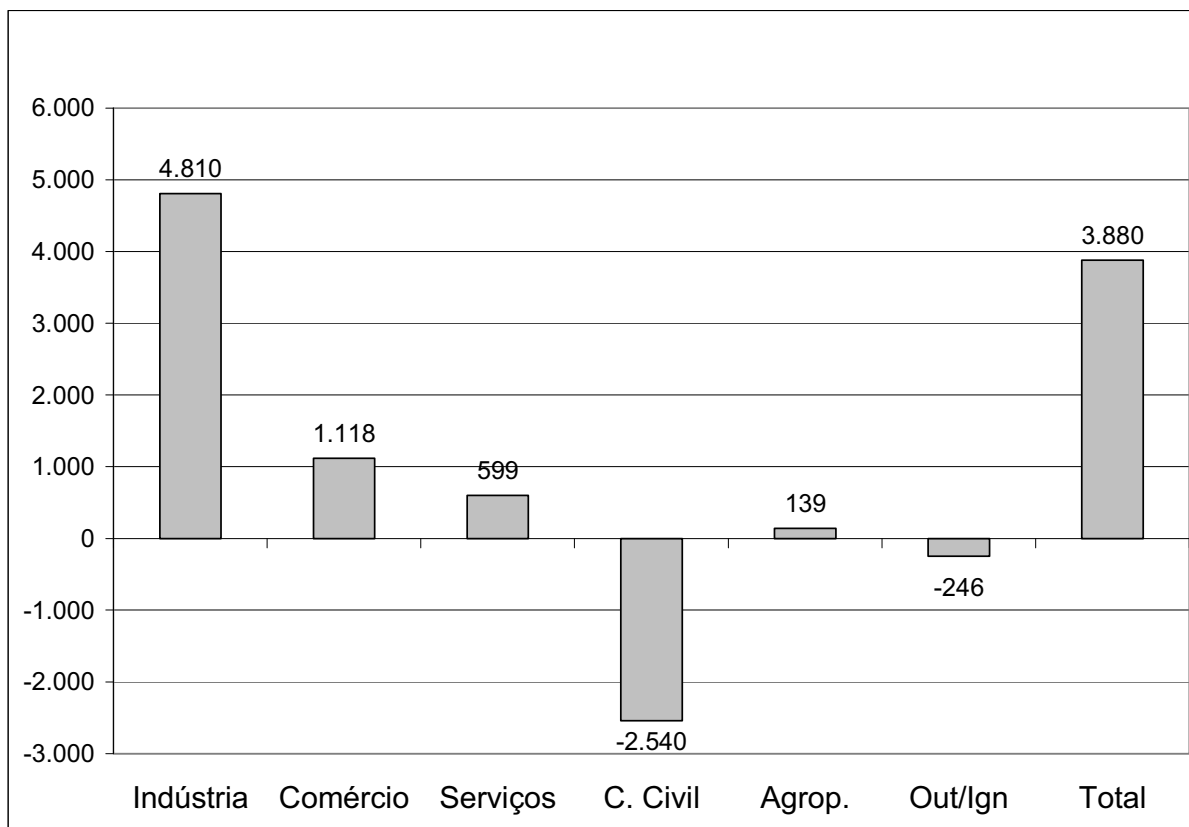
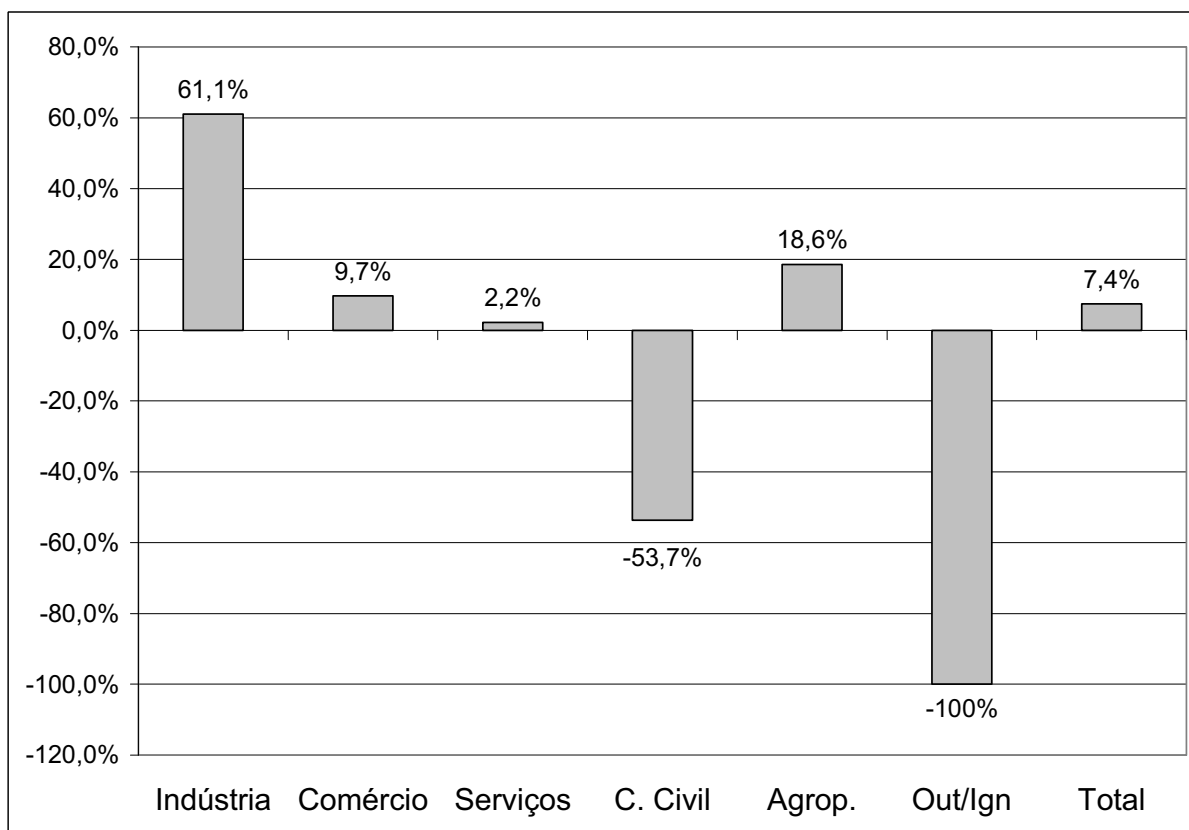
³⁹ Geralmente são dois trabalhadores por boxes, contando com o proprietário e o “empregado” contratado informalmente. Nas épocas de festas (natal, ano novo, dia das mães, entre outras), o número de trabalhadores aumenta significativamente, voltando a reduzir-se logo em seguida, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social de Presidente Prudente SEDEPP.

É de suma importância sublinhar, além disso, que no camelódromo ocorre um processo de exacerbação da informalidade, pois outrora os proprietários dos boxes se inseriram informalmente no mercado de trabalho, pela venda e comercialização de mercadorias de natureza diversa, sendo que agora os mesmos trabalhadores informais contratam também informalmente. Em outras palavras, a “precarização da precarização”: o que já era informal se agrava, se torna complexo e de difícil solução, através da manutenção de trabalhadores sem registro em carteira e sem as garantias constitucionais de férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, licença gestante, entre outros direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas brasileiras.

Considerações à parte, dando seqüência à abordagem da insuficiente geração de empregos formais, a análise da população total em relação à população economicamente ativa e ao estoque de empregos formais no ano de 2006 revela o elevado desemprego, a informalidade e a precariedade do trabalho, através do exercício de atividades temporárias e precárias, sem registro em carteira e com remuneração extremamente variável.

A análise do crescimento populacional no período de 1996 a 2006, associado ao incremento da população jovem à PEA e a dinâmica do emprego formal no período, também explicita a insuficiente recuperação do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente em pouco mais de uma década.

Dessa forma, a evolução do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente aponta para a criação de 3.880 postos de trabalho em pouco mais de uma década (até meados de 2001, o saldo de empregos era negativo em todos os setores de atividade econômica), com a indústria sendo responsável por 4.810 empregos formais e a construção civil apresentando o pior desempenho, com um saldo negativo de 2.540 empregos formais no período compreendido entre janeiro de 1996 a dezembro de 2006. Em termos relativos, constata-se uma variação positiva de 7,4% no estoque inicial de empregos formais (janeiro de 1996), com a indústria também apresentando o melhor desempenho, com um incremento de 61,1% de postos de trabalho sobre o estoque inicial, seguida da agropecuária e do comércio (18,6% e 9,7% a mais no estoque inicial dos setores respectivamente). O pior desempenho se deu na construção civil, com uma variação negativa em torno de 53,7% sobre o estoque inicial do setor.

Gráfico 17: Variação absoluta de empregos formais – Presidente Prudente – 1996/2006.**Gráfico 18:** Variação relativa de empregos formais – Presidente Prudente – 1996/2006.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 2006.

Levando-se em consideração apenas o crescimento populacional de 1996 a 2000⁴⁰, constata-se um crescimento demográfico de 11.819 habitantes em Presidente Prudente, partindo-se de uma população de 177.367 habitantes em 1996 para 189.186 habitantes no ano 2000, ou seja, um crescimento relativo de 6,5% da população no município. Com isso, nesse mesmo período, a PEA passou de aproximadamente 92.000⁴¹ para 97.489 trabalhadores, isto é, um aumento de 5.489 jovens ingressando no mercado de trabalho formal no período.

Conseqüentemente, o saldo positivo de empregos formais a partir de 2001 não foi suficiente nem mesmo para inserir os jovens que passaram a fazer parte da população ativa desde 1996 e nem para a recuperação dos postos de trabalho eliminados ao longo da década de 1990 e parte dos anos iniciais do novo século, explicando e reforçando a constatação anterior sobre o elevado nível de desemprego, a informalidade do trabalho e a manutenção de ocupações precárias em Presidente Prudente. Ressalte-se que se na análise levar em consideração o aumento populacional verificado entre o ano 2000 e o ano de 2006 (de 189.186 para 202.789 habitantes, apresentando um crescimento demográfico de 13.603 habitantes no período), chegar-se-á a conclusão de que os postos de trabalho criados nos últimos anos não foram suficientes para amenizar e reduzir o elevado desemprego em Presidente Prudente atualmente, não obstante a recuperação do processo de formalização das relações de trabalho verificada a partir de 2001 na economia local e regional.

Nesse contexto, se de um lado constata-se o grave problema do desemprego, da informalidade do trabalho e da desestruturação das relações de trabalho para quem está excluído do mercado de trabalho formal, por outro lado, observa-se o permanente processo de instabilidade também para quem está empregado, através da análise da rotatividade da mão-de-obra.

⁴⁰ Tal análise se concentra nesse período pela ausência de dados relativos a Contagem da População de 2007, a qual o IBGE ainda não divulgou as informações completas sobre a Contagem realizada e as estimativas para os municípios com mais de 150.000 habitantes.

⁴¹ Informações fornecidas pela Agência do IBGE de Presidente Prudente, com base nos Censos de 1991 e 2000 e na Contagem da População de 1996, com os dados relativos a PEA de 1996 sendo estimada pela referida agência. Já as informações sobre a PEA do ano 2000 se encontram disponíveis no *site* do IBGE, isto é, em <<http://www.ibge.gov.br>> no *link* SIDRA.

3.3. Rotatividade e instabilidade no mercado de trabalho formal em Presidente Prudente

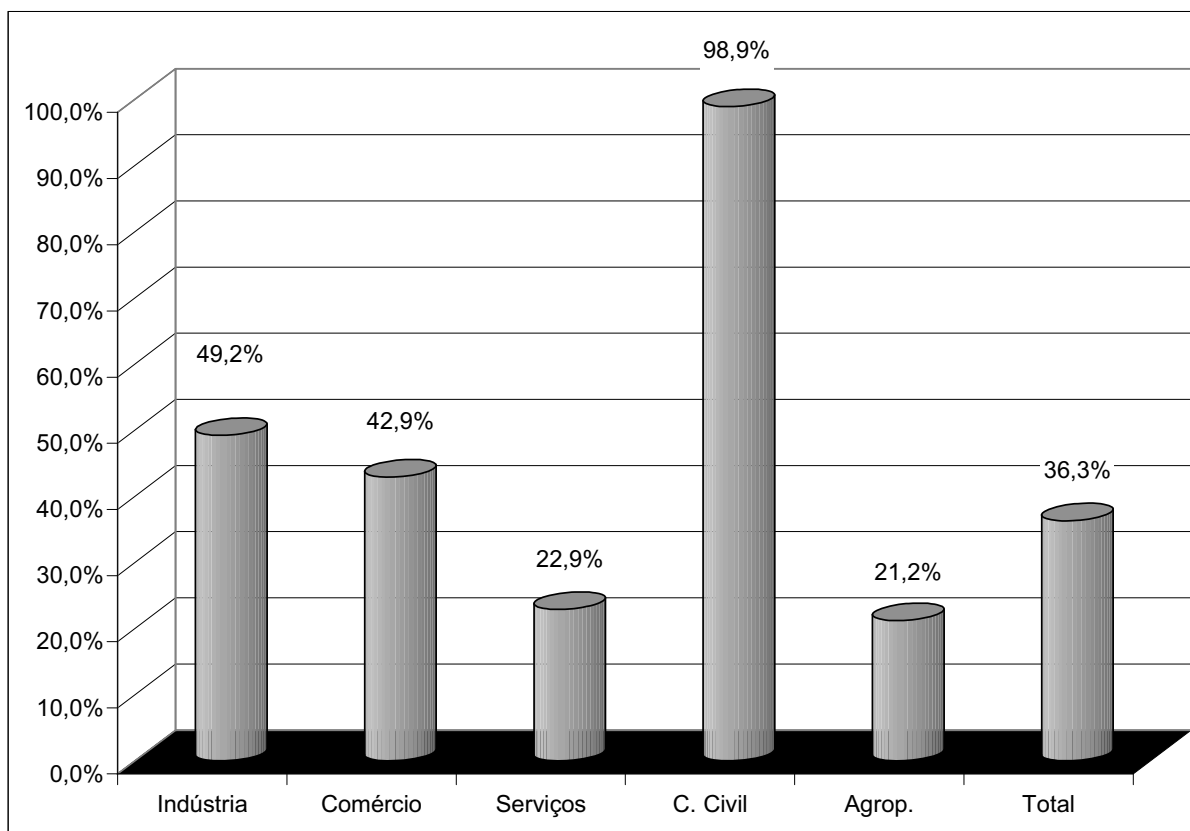
A análise da média das admissões e desligamentos realizados no mercado formal de trabalho no ano de 2006 em relação ao estoque total de empregos formais em dezembro do mesmo ano aponta para a instabilidade estabelecida para quem está empregado em Presidente Prudente, através da alta rotatividade da mão-de-obra no setor formal da economia.

Nesse ínterim, para uma média de 20.363 trabalhadores admitidos e desligados no mercado de trabalho formal no ano de 2006, a rotatividade da mão-de-obra representou 36,3% em relação ao estoque total de empregos formais no período (56.069 empregos formais em dezembro de 2006)⁴². Esses dados indicam a instabilidade do emprego formal e o aspecto contingente do trabalho, com aproximadamente 36 trabalhadores trocando de emprego ou sendo alijados do mercado de trabalho a cada 12 meses, para cada grupo de 100 trabalhadores empregados.

A construção civil se configura como o setor mais instável da economia, apresentando uma rotatividade de 98,9% em relação ao estoque total do setor em dezembro de 2006, seguida da indústria e do comércio, que apresentaram taxas de rotatividade em torno de 49,2% e 42,9% sobre os estoques dos respectivos setores de atividade econômica em Presidente Prudente.

⁴² Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2006.

Gráfico 19: Rotatividade dos trabalhadores por setor de atividade econômica – Presidente Prudente – 2006.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 2006.
Elaboração e organização do autor.

Essa rotatividade elevada pode ser explicada não só pelo enorme exército de reserva constituído ao longo dos anos e disponível para as empresas a qualquer tempo, como demonstrado anteriormente na análise do desemprego, sempre com salários controlados e com uma exigência de escolaridade que não condiz com a adoção ampla de inovações tecnológicas na linha de produção e nem com a aplicação irrestrita dos novos métodos de gestão da mão-de-obra da acumulação flexível (como se verá no capítulo quatro), mas também pela aplicação da legislação referente ao contrato temporário de trabalho, com os trabalhadores sendo contratados por um período determinado, em torno de seis meses a um ano, sem qualquer garantia de estabilidade e de continuidade no emprego.

É pertinente reforçar que a aplicação da legislação concernente ao contrato temporário de trabalho tem sido amplamente utilizada pelas empresas, como no caso de uma determinada empresa do ramo de bebidas do município (Funada Ltda), que amplia o quadro de funcionários nos últimos meses do ano, sem

garantir a continuidade do emprego para o trabalhador contratado, que geralmente é demitido depois de seis meses de atividade na empresa, representando a desestruturação no processo de formalização do trabalho e a instabilidade no emprego.

Em outra empresa, do ramo de artefatos e curtimento de couros e peles (Vitapelli/Vitapet), a rotatividade se dá também pelo trabalho repetitivo, insalubre e pesado na linha de produção, que leva o trabalhador a se desligar “espontaneamente” da empresa e a buscar ocupação em outros setores (geralmente nas novas usinas de álcool da região de Presidente Prudente). Essas formas assumidas pelas relações de trabalho estão associadas a um controle rígido do trabalho, através de manuais de como lidar com o trabalhador, distribuídos para os respectivos chefes de setor e da pré-determinação até mesmo do horário para ir ao banheiro, num ambiente de aplicação parcial dos métodos da economia flexível, através da exigência de produtividade dos trabalhadores, com premiação para os melhores do mês⁴³.

Em síntese, associado ao desemprego elevado, à informalidade do trabalho e à precarização das condições e relações de trabalho, a instabilidade no emprego tem se configurado como uma característica inexorável do mercado de trabalho formal e de ajuste estrutural do capitalismo na economia local, representando a deterioração do mundo do trabalho, diante da adoção parcial dos novos métodos de organização do trabalho da economia flexível, articulados à permanência do controle taylorista do trabalho e da produção em massa do fordismo e da aplicação do contrato temporário de trabalho, representando a flexibilização parcial para significativos segmentos de trabalhadores em Presidente Prudente nos dias atuais.

3.4. A concentração dos trabalhadores desempregados nas áreas periféricas de Presidente Prudente

A análise dos mapas disponíveis sobre o desemprego em Presidente Prudente demonstra um contínuo processo de concentração dos trabalhadores

⁴³ Entrevistas de campo no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo.

desempregados nas áreas periféricas do município no período compreendido entre 1996 e 2006.

Segundo Melo (1999), já na década de 1990 podia-se constatar a concentração de desempregados nas principais áreas periféricas do município, com destaque para a Zona Leste e a Zona Oeste da cidade, representando 28,2% e 25,6% respectivamente dos desempregados no período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, segundo dados da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de Presidente Prudente, conforme pode ser observado no mapa 2.

Outra pesquisa sobre a exclusão social em Presidente Prudente também indicava a concentração de trabalhadores desempregados nas periferias do município, destacando os bairros Jardim Chácara Marisa, Jardim Sumaré, Jardim Paraíso, Jardim Cambuci (Zona Leste) e o Bairro Brasil Novo (Zona Norte), como os setores censitários de maior concentração de trabalhadores desempregados (mapa 3), com a subjacente exclusão social resultante da segregação sócio-espacial. Nesses termos, “as situações de desemprego, subemprego, precariedade das condições e relações de trabalho, são dentre todas as que atualmente neste país, mais impactam e determinam as condições de exclusão”⁴⁴.

As informações resultantes da análise do mapa dos cadastrados a procura de emprego, destacou ainda “uma certa progressividade negativa, do centro para as periferias norte e leste” (*ibidem*), configurando um processo de exclusão social através do desemprego e de formas precárias de ocupação daí resultantes em Presidente Prudente no período analisado.

Seguindo a mesma linha de abordagem, as informações provenientes das entrevistas com os 500 trabalhadores desempregados em busca de emprego na Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, realizadas no período entre setembro e outubro de 2007, confirmam o processo de concentração dos trabalhadores nas áreas periféricas do município, apontando uma relativa homogeneidade na concentração de trabalhadores desempregados entre as zonas oeste, leste e norte: recentemente a zona oeste da cidade concentra aproximadamente 32,4% dos desempregados, seguida das zonas norte e leste da

⁴⁴ Fonte: Prefeitura Municipal/Universidade Estadual Paulista, 2000.

cidade, representando 28,4% e 28,1% dos trabalhadores desempregados⁴⁵.

Os bairros com a maior concentração de desempregados também estão situados nos extremos das periferias da zona urbana⁴⁶ do município: Ana Jacinta e Jardim Vale do Sol (Zona Oeste), Humberto Salvador, Brasil Novo e Jardim Morada do Sol (Zona Norte) e bairros Parque Furquim, Jardim Brasília, Vila Líder e Parque Alvorada (zona leste), conforme dados constantes do mapa 4.

⁴⁵ Entrevistas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2007.

⁴⁶ O número de desempregados entrevistados moradores dos Distritos Municipais (Montalvão, Eneida, Floresta do Sul e Ameliópolis) foi muito reduzido, não atingindo nem 1% do total dos 500 trabalhadores desempregados entrevistados entre setembro e outubro de 2007.

Mapa 2 Presidente Prudente - SP Desemprego na Área urbana



CEMESPP

CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA
EQUILÍBRIO SOCIAL NA ÁREA URBANA

Legenda

- Zona Leste - 28,2%
- Zona Oeste - 25,6%
- Centro - 15,2%
- Zona Norte - 9,0%
- Zona Sul - 4,3%

Fonte de dados:

Secretaria do Emprego e relação do
Trabalho de Presidente Prudente
(Janeiro de 1997 a maio de 1999)

Organizador:

Nildo Aparecido Melo

Layout:

Oséias Martinucci

Presidente Prudente, 2007

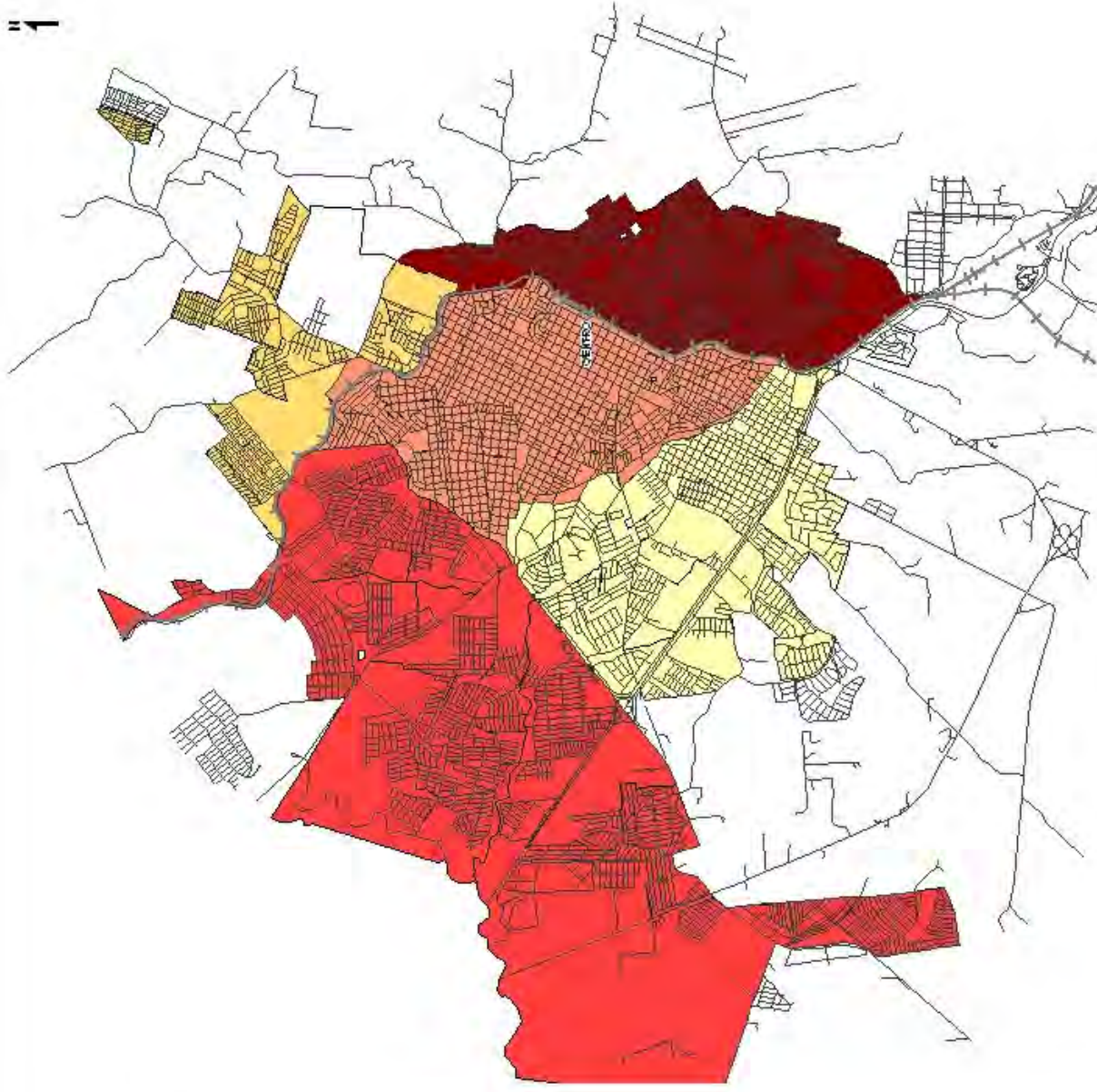
Escala Numérica

1 : 70.000

Escala Gráfica



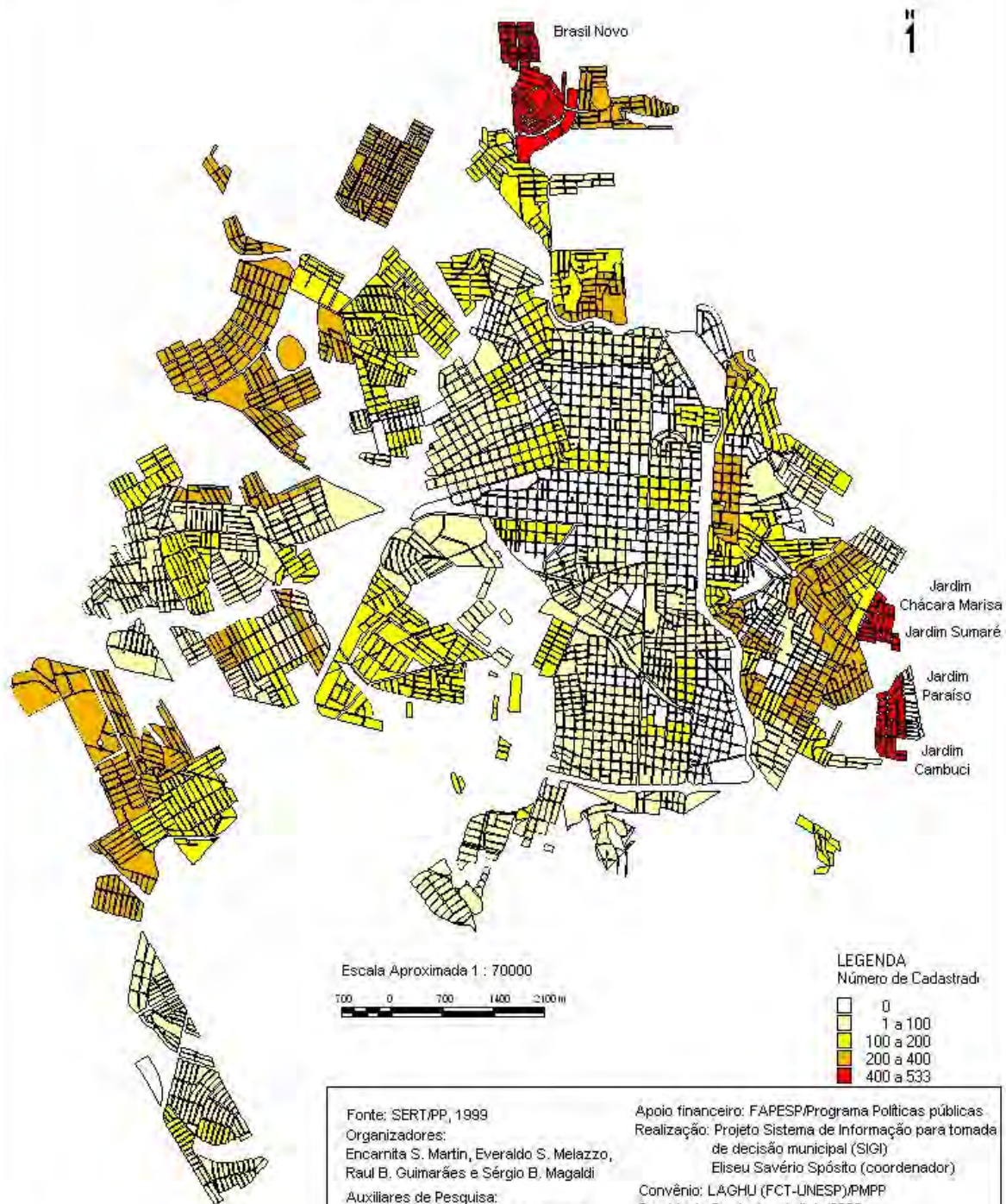
"1"



MAPA 3

PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Cadastrados à procura de emprego



Mapa 4
Presidente Prudente - SP
Trabalhadores a Procura de Emprego - 2008



Legenda
 Trabalhadores a procura de empreg

■	33 a 33
■	10 a 16
■	5 a 10
■	1 a 5

Fonte de dados:
 Trabalho de campo
 (Setembro a outubro de 2007)

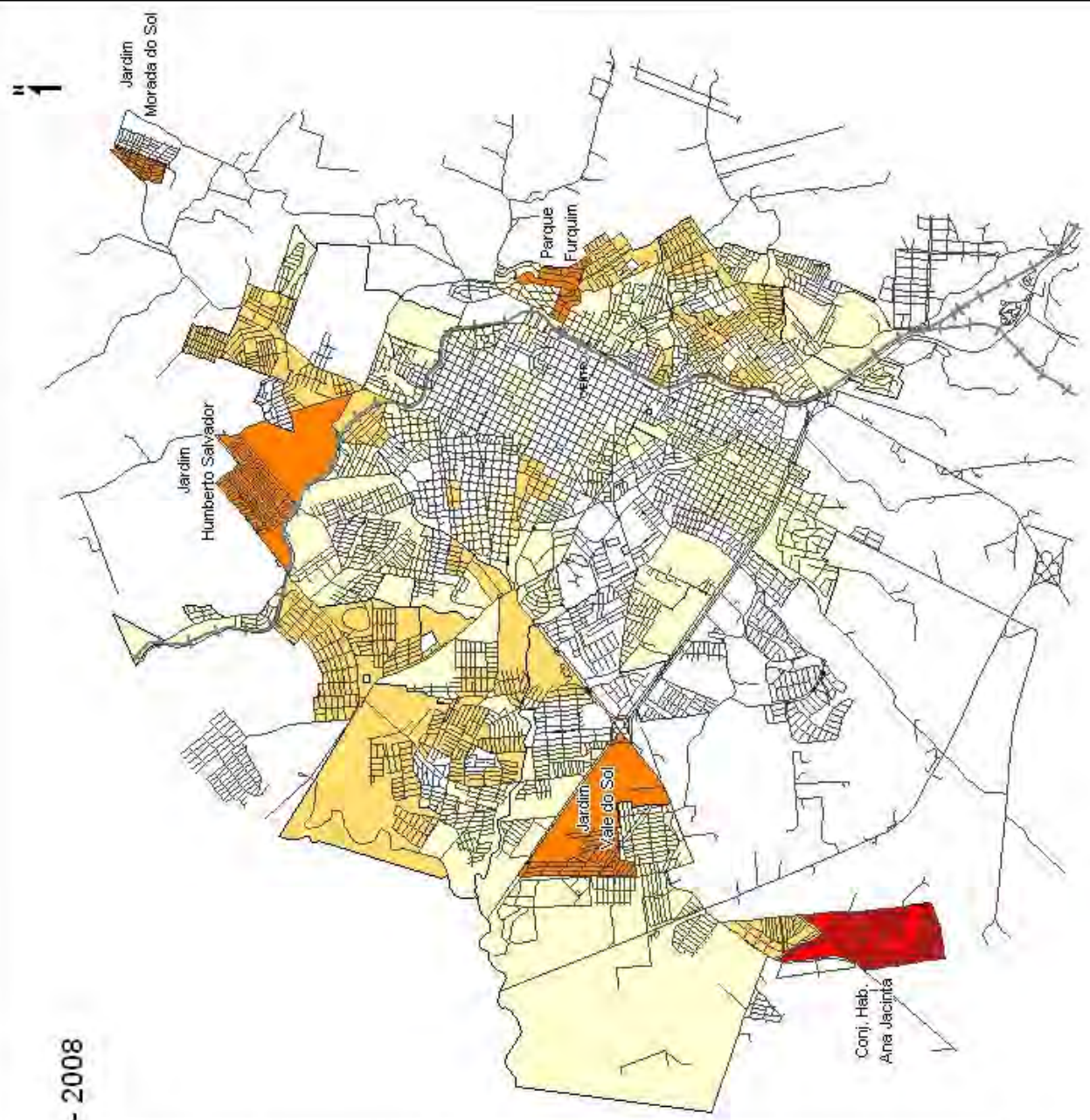
Organizador:
 Nildo Aparecido Melo

Layout:
 Oséias Martinuci

Presidente Prudente, 2008

Escala Numérica
 1 : 70.000

Escala Gráfica



3.5. Considerações Finais ao Capítulo 3

Em pouco mais de uma década Presidente Prudente tem se caracterizado pelo contínuo e permanente processo de deterioração do mercado de trabalho formal, representado pelo elevado número de trabalhadores desempregados, pela instabilidade no emprego, através da alta rotatividade da mão-de-obra nos grandes setores de atividade econômica, pela precariedade das ocupações, dada pela associação brutal entre desemprego elevado, alta rotatividade da mão-de-obra e informalidade do trabalho (o trabalho temporário e por tempo determinado e os “bicos”, tem sido uma marca inexorável dos trabalhadores desempregados, como forma de sobrevivência diante das dificuldades de inserção profissional) e pelo processo de concentração dos trabalhadores desempregados nos bairros periféricos do município.

Diante dessas características do mercado de trabalho prudentino, alguns questionamentos devem ser feitos com relação a empregabilidade dos trabalhadores e a mudança do perfil da força de trabalho empregada e desempregada, nos estertores do desemprego elevado e da existência de um exército de reserva considerável a disposição das empresas. Dessa forma, quais os impactos dessas transformações no mercado de trabalho formal sobre a empregabilidade dos trabalhadores? Quais as mudanças no perfil dos trabalhadores desempregados, diante do aumento da escolaridade média da população e das novas exigências das empresas para a contratação e para a manutenção do emprego formal atualmente?

A análise das características da base produtiva de empresas prudentinas selecionadas também se faz necessária, com o objetivo de compreender quais os impactos das transformações capitalistas das últimas décadas sobre o mercado de trabalho local, buscando-se o entendimento sobre a ruptura ou continuidade de paradigma no interior do processo produtivo e os impactos disso para a classe trabalhadora de Presidente Prudente.

Em síntese, para uma compreensão mais ampla e aprofundada do mercado de trabalho local, a análise da evolução e das transformações nas relações de trabalho, através da abordagem da empregabilidade dos trabalhadores empregados formalmente e dos trabalhadores desempregados, bem como a explicitação do funcionamento e operacionalização da base produtiva em empresas

prudentinas selecionadas, caracteriza-se como fundamental na complementação das análises desenvolvidas neste capítulo. Tal abordagem será tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

EVOLUÇÃO E DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: EMPREGABILIDADE DOS TRABALHADORES E A MANUTENÇÃO DA BASE PRODUTIVA FORDISTA/TAYLORISTA NA ECONOMIA PRUDENTINA

“.....na ausência de guerras, de campos de concentração e de colônias, fica difícil livrar-se dos jovens ‘supranuméricos’, que aumentam de maneira sensível o número de trabalhadores excedentes”.

Suzanne de Brunhoff, “A hora do Mercado”.

A análise da evolução e da dinâmica da empregabilidade dos trabalhadores prudentinos, através da investigação do perfil dos trabalhadores formais e das características relacionadas aos trabalhadores desempregados, articulando as informações à manutenção da base técnica e produtiva de cunho fordista e taylorista de controle do trabalho é o objetivo deste capítulo, no sentido de possibilitar um entendimento mais amplo da evolução e da dinâmica do mercado de trabalho formal no período em questão.

Nesse contexto, o nível de escolaridade é um elemento importante na definição da qualidade da força de trabalho⁹³, estando relacionada atualmente à busca de maior qualificação profissional como forma de (re)inserção no mercado de trabalho formal, diante das transformações do nível de emprego e do aumento permanente do desemprego delineado nos capítulos anteriores sobre a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente, sendo objetivo deste capítulo no que tange a empregabilidade dos trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho e dos trabalhadores desempregados no período compreendido entre 1997 e 2007.

A abordagem da evolução da empregabilidade dos trabalhadores concernentes ao nível de qualificação profissional (relacionados ao último emprego dos trabalhadores desempregados), ao tempo de permanência no emprego, a propensão ao desemprego de longa duração, ao perfil dos trabalhadores desempregados associado ao gênero, idade, estado civil e tempo de desemprego, além da análise da estrutura produtiva de empresas selecionadas de Presidente Prudente, com o objetivo de se identificar rupturas ou continuidades no padrão produtivo fordista de produção em massa e taylorista de controle do trabalho, com informações complementares de sindicatos ligados às mesmas e o sindicato dos bancários (com relação às transformações do setor financeiro das últimas décadas), também constituirá o objetivo deste capítulo.

Deve-se ressaltar desde já que o entendimento do que vem a ser empregabilidade neste trabalho, está diretamente relacionado à utilização do termo

⁹³ Ver Singer (1998), Pochmann (1999) e Mattoso (2000).

para designar o conjunto de qualidades que proporcionam ao trabalhador melhores oportunidades de re(inserção) ou permanência no mercado de trabalho, expressão das habilidades, dos conhecimentos e da qualificação profissional dos trabalhadores, sempre articulado ao perfil da força de trabalho demandada no mercado de trabalho em determinado período ou em fases econômicas específicas (POCHMANN, 2006). Dessa forma, o nível de escolaridade, diretamente associado à taxa de rotatividade da mão-de-obra empregada e a qualidade dos postos de trabalho gerados numa determinada economia ou espaço econômico, são indicadores fundamentais para se compreender a empregabilidade dos trabalhadores.

4.1. Modificações no perfil dos trabalhadores de Presidente Prudente entre 1996 e 2006

No que diz respeito à escolaridade como fator preponderante na definição da qualidade da mão-de-obra e da empregabilidade dos trabalhadores nos tempos recentes, a comparação entre os trabalhadores admitidos no mercado de trabalho formal no ano de 1996 em relação ao movimento de contratações de 2006, explicita uma mudança significativa no perfil dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada e com as garantias constitucionais previstas na legislação trabalhista.

Se no ano de 1996, aproximadamente 68,7% dos trabalhadores contratados se enquadravam no nível de escolaridade que variava do analfabetismo a 8ª série completa (aproximadamente 60,2% desses trabalhadores tinham a 8ª série completa ou em fase de complementação), em 2006 os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED), apontavam para uma inserção mais ampla dos trabalhadores com o 2º grau completo ou em fase de complementação (classificação do Ministério do Trabalho e Emprego, correspondendo ao atual Ensino Médio), respondendo por aproximadamente 57,2% dos trabalhadores admitidos no ano de 2006 e um pequeno aumento da participação dos trabalhadores com o nível superior de escolaridade.

Tabela 20: Empregabilidade dos trabalhadores admitidos do setor formal em Presidente Prudente – por nível de escolaridade.

Nível de Escolaridade	1996	2006
	%	%
Analfabeto	0,3%	0,3%
4ª série incompleta	4,4%	3,9%
4ª série completa	3,8%	4,8%
8ª série incompleta	27,0%	9,9%
8ª série completa	33,2%	15,5%
2º grau incompleto	4,9%	12,0%
2º grau completo	19,3%	45,2%
Superior incompleto	1,1%	2,6%
Superior completo	5,1%	5,4%
Ignorados	0,4%	0,4%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996 – 2006.
Elaboração e organização do autor.

Pelos dados apresentados se constata uma nítida redução da participação dos trabalhadores com a 4ª série incompleta e com a 8ª série completa ou em complementação e um aumento significativo dos trabalhadores com o 2º grau completo ou não, mantendo-se inalterada a participação dos trabalhadores analfabetos (embora se tenha constatado a ínfima participação desses trabalhadores no total dos admitidos), um pequeno aumento da participação dos trabalhadores com a 4ª série completa e um pequeno aumento da participação dos trabalhadores com o nível superior de escolaridade completo ou não no total dos admitidos.

Em outras palavras, os trabalhadores prudentinos se vêem diante da necessidade permanente de qualificação profissional, permeada pelo aumento do nível de escolaridade, para garantir a inserção no mercado de trabalho formal ou a permanência no emprego, com o aumento da participação dos trabalhadores com o 2º grau de escolaridade e dos trabalhadores com nível superior de ensino e a significativa redução da participação dos trabalhadores situados entre os analfabetos e a 8ª série completa ou incompleta, num mercado de trabalho altamente excludente e competitivo, apresentando taxas de desemprego e de informalidade elevadas e uma alta rotatividade para os trabalhadores empregados.

Já os dados relativos à dinâmica do emprego entre os trabalhadores admitidos e desligados no ano de 2006, confirmam a tendência de uma maior seletividade no mercado de trabalho local, com a inserção e permanência mais ampla dos trabalhadores com o nível de escolaridade a partir do 2º grau completo,

aumentando paulatinamente também a participação dos trabalhadores com o nível superior de escolaridade, completo ou incompleto no total dos trabalhadores admitidos/desligados do mercado de trabalho formal no ano de 2006.

Tabela 21: Comparação entre trabalhadores admitidos e desligados do setor formal em Presidente Prudente 2006 – por nível de escolaridade.

Nível de Escolaridade	Admitidos	Desligados
	%	%
Analfabeto	0,3%	0,5%
4ª série incompleta	3,9%	5,9%
4ª série completa	4,8%	6,3%
8ª série incompleta	9,9%	11,8%
8ª série completa	15,5%	16,6%
2º grau incompleto	12,0%	12,5%
2º grau completo	45,2%	39,6%
Superior incompleto	2,6%	2,1%
Superior completo	5,4%	4,2%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2006.

Elaboração e organização do autor.

Todavia, essa exigência premente de qualificação profissional e escolaridade mais elevada, com uma participação maior dos trabalhadores com o 2º grau completo e uma tendência relativa da participação mais ampla dos trabalhadores com o ensino superior no total dos admitidos, só pode ser compreendida num contexto de extrema concorrência estabelecida no mercado de trabalho local, partindo-se do princípio, baseado em informações referentes às entrevistas de campo em empresas selecionadas de Presidente Prudente, de que não ocorreram transformações significativas no processo de produção e acumulação de capital (como será visto no item 4.3 deste capítulo), permanecendo os procedimentos fordistas de produção em massa, associados ao controle rígido do trabalho no processo produtivo, em detrimento da adoção dos métodos relacionados à acumulação flexível de capital, apesar da verificação de pequenas variações na aplicação desses métodos, como a premiação por produtividade e o estabelecimento de metas de produção a serem cumpridas em determinados períodos do ano ou do mês de produção.

A insuficiente dinâmica da geração de empregos formais, o aumento permanente do desemprego e da informalidade do trabalho e a elevada rotatividade da mão-de-obra empregada em todos os grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente tornam a concorrência por um emprego com carteira

assinada extremamente acirrada, levando as empresas a selecionarem os “melhores” para o exercício da profissão e não o contrário com as mesmas exigindo escolaridade mais elevada e qualificação contínua para o trabalho de acordo com inovações tecnológicas ou a adoção de métodos modernos de gestão da força de trabalho, a não ser para casos específicos que não representam a totalidade das vagas abertas no mercado de trabalho local recentemente.

Como destacado por Pochmann (2006), a crise do emprego no Brasil fez com que a seletividade das empresas, diante de um quadro de baixo crescimento econômico e adoção dos preceitos neoliberais, mantivessem no emprego aqueles trabalhadores mais escolarizados, com mais tempo de serviço na empresa e de idade mais elevada, fazendo com que o mercado de trabalho tenha se tornado mais competitivo, “diante de uma oferta abundante de mão-de-obra com maior escolaridade” (POCHMANN, 2006, p. 71), sem, contudo, implicar “a adequação perfeita entre formação profissional e ocupação” (*ibidem*, p. 71).

Num cenário de aumento generalizado do nível de escolaridade dos trabalhadores e do desemprego atingindo patamares elevados, as empresas têm a possibilidade de escolher os trabalhadores mais escolarizados e com mais experiência em determinada profissão, mantendo os salários sempre baixos e a alta rotatividade no trabalho, tendo a seu dispor um enorme exército de reserva que mantém os trabalhadores e as organizações sindicais subjacentes na defensiva, vislumbrando no horizonte sempre a manutenção das taxas de acumulação de capital, através predominantemente da exploração extensiva da força de trabalho.

Desse modo, o que justificaria a exigência de 2º grau incompleto, ampla experiência profissional e idade entre 20 e 40 anos, igualmente conhecimentos em determinada máquina industrial, para a vaga de passador de roupas ou experiência de 24 meses na operação de máquina retro-escavadeira, escavadeira hidráulica, pá carregadeira e moto niveladora, com idade acima dos 20 anos e alfabetização plena, segundo as vagas disponíveis na Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho no mês de setembro de 2007, senão a enorme concorrência no mercado de trabalho e a predominância de um enorme exército de reserva a disposição das empresas, não só em Presidente Prudente como em toda a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Faz-se necessário sublinhar que há uma procura grande por

empregos formais por parte de trabalhadores oriundos de toda a região, que vão até o posto da SERT em busca de vagas no mercado de trabalho formal, tais como os trabalhadores de Regente Feijó, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Pirapozinho, Mirante do Paranapanema, Álvares Machado, entre outros municípios da 10ª Região Administrativa, o que tem levado as empresas a trocar o quadro de funcionários quando bem entenderem, sempre mantendo os salários baixos e o controle do trabalho também pela alta rotatividade dos trabalhadores empregados.

A análise da experiência profissional dos trabalhadores desempregados através dos dados relativos ao último emprego dos mesmos suscita reflexões acerca das contradições entre a qualificação da força de trabalho e os empregos disponibilizados pelas empresas locais: a contratação de trabalhadores com escolaridade mais elevada aumenta desde 1997, no entanto, o perfil do profissional prudentino continua sendo baixo com a grande maioria exercendo atividades que na prática não exigiriam escolaridade a partir do 2º grau e nem experiência entre 12 a 24 meses numa mesma atividade, reforçando a hipótese de que não houve modificações profundas no nível técnico de produção e acumulação de capital, prevalecendo à exploração extensiva do trabalho como fonte de lucros para as empresas locais, como pode ser observado na tabela a seguir com a síntese do último emprego dos 500 trabalhadores desempregados que buscaram uma vaga na Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho de Presidente Prudente entre os meses de setembro e outubro de 2007.

Quadro 2: Último emprego dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente – 2007.

Profissões	
Auxiliar Geral (serviços gerais)	Garçom e garçonete
Doméstica	Vigia
Vendedora	Balconista
Auxiliar de escritório	Operador de máquina
Pedreiro ou servente de pedreiro	Mecânico
Auxiliar de produção	Eletricista
Caixa	Pintor
Motorista	Atendente
Torneiro e soldador	Auxiliar de enfermagem
Ajudante de cozinha	Tapeceiro

Fonte: Entrevistas de campo, setembro e outubro de 2007.

Obs: O tempo médio de permanência na situação de desemprego aberto relatado é de seis meses a um ano.

Elaboração e organização do autor.

Pela análise dos dados apresentados, constata-se que a maioria dos empregos está preponderantemente ligada ao setor de serviços, confirmando o diagnóstico sobre a transformação da estrutura ocupacional brasileira que passou a se concentrar na geração de empregos formais no setor de serviços, correspondendo a aproximadamente 43% do estoque de empregos formais em 2006, da mesma forma que a economia local, que nas últimas décadas passou a concentrar o crescimento de empregos formais também nas atividades terciárias, sobretudo do setor de serviços (SPOSITO, 2002), respondendo por praticamente metade dos empregos existentes no município, em torno de 49,4% no ano de 2006.

Não é demais lembrar, como bem frisou Pochmann (1997), que o aumento da participação do setor de serviços na estrutura ocupacional, se deu basicamente nas atividades associadas ao setor de serviços de distribuição e não ao moderno setor de serviços ligado à produção de bens industriais, como no exemplo dos países desenvolvidos, evidenciando o distanciamento da experiência brasileira das economias avançadas, que apresentam evolução do emprego formal e dos serviços articulados ao novo paradigma tecnológico, com possibilidades amplas de generalização da produção industrial e encadeamento do crescimento e da inovação para o conjunto da economia, por meio de redes informacionais, de apoio e de pesquisa e do desenvolvimento de novas tecnologias com potencialidades de aplicação em todos os setores de atividade econômica.

Ademais, as características associadas à fluidez e a insegurança dos empregos no setor de serviços, delineada por Harvey (1996), num contexto de maior racionalização tecnológica também nos serviços e da maior subcontratação e terceirização associadas a esse setor de atividade econômica, fazem com que os empregos gerados nesse setor econômico não sejam suficientes para dar conta da grave crise do emprego na sociedade capitalista. Não seria demais supor que a alta rotatividade da mão-de-obra verificada na economia local, articulada a exigência cada vez maior de escolaridade para a contratação, seria estratégia fundamental do capital para a ampliação e a manutenção da lucratividade, com o aumento constante da produtividade do trabalho pela escolaridade média elevada dos trabalhadores, tendo disponível ainda um enorme exército de reserva mais escolarizado a qualquer tempo para a exploração e a continuidade do processo de acumulação de capital.

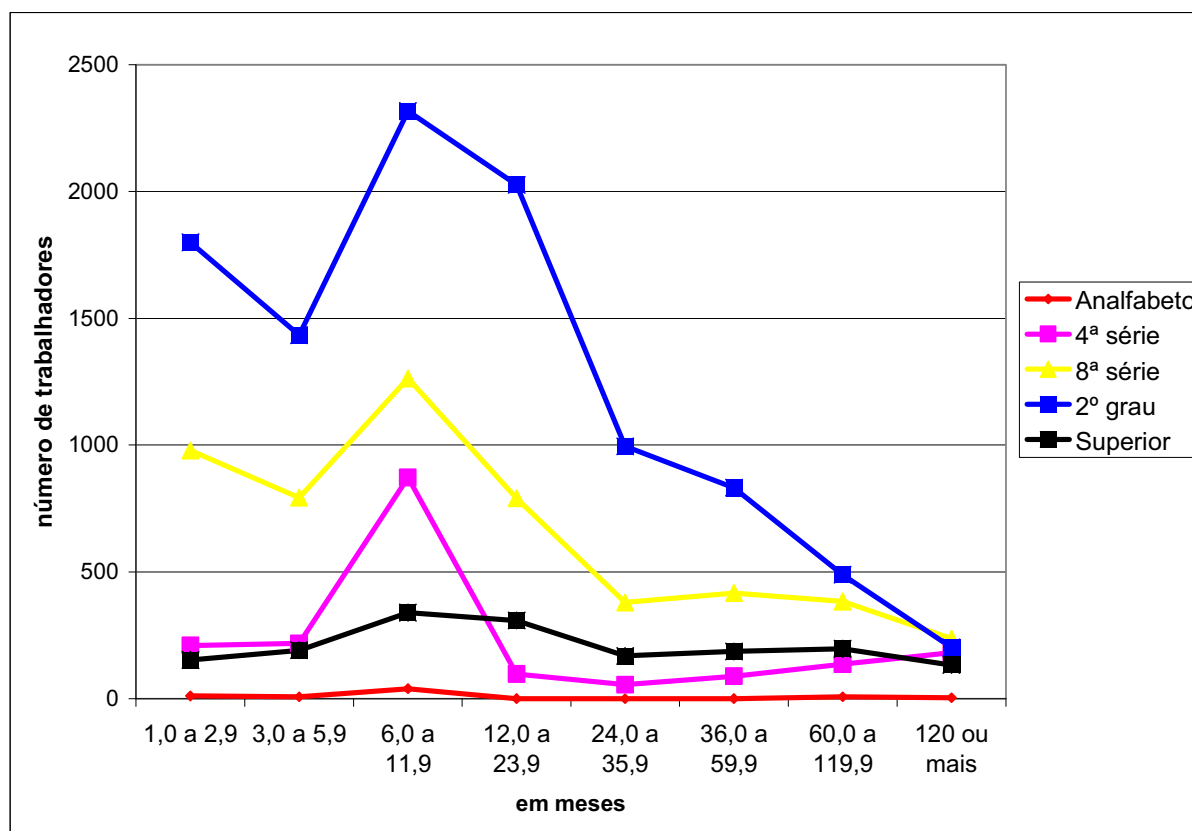
Em suma, os trabalhadores prudentinos competem por empregos

formais concentrados essencialmente no setor de serviços de distribuição, com as empresas tendo uma preferência pelos trabalhadores mais escolarizados em virtude do aumento do nível geral de escolaridade da população brasileira e não em razão de transformações significativas no conteúdo dos postos de trabalho mantidos ou produzidos na economia local.

O tempo de permanência desses trabalhadores no último emprego, em torno de seis meses a um ano (tempo de desemprego declarado), reforça ainda a hipótese de que não houve modificações profundas da base técnica produtiva na economia local, apontando para uma rotatividade em relação aos mesmos empregos, que acabam sendo preenchidos pelos trabalhadores mais escolarizados e mais experientes, mas, sem aperfeiçoamento e qualificação que justifique a inserção em empregos de nova base tecnológica ou em postos de gestão e comando associados às novas exigências da acumulação flexível em vigor nos principais países capitalistas avançados desde o final da década de 1970 do século passado.

Mesmo com a mudança significativa no perfil do trabalhador prudentino e uma maior exigência de qualificação profissional e de escolaridade para a contratação, aproximadamente 54,1% dos trabalhadores permanecem até 12 meses num mesmo emprego, reafirmando a elevada rotatividade da mão-de-obra em Presidente Prudente.

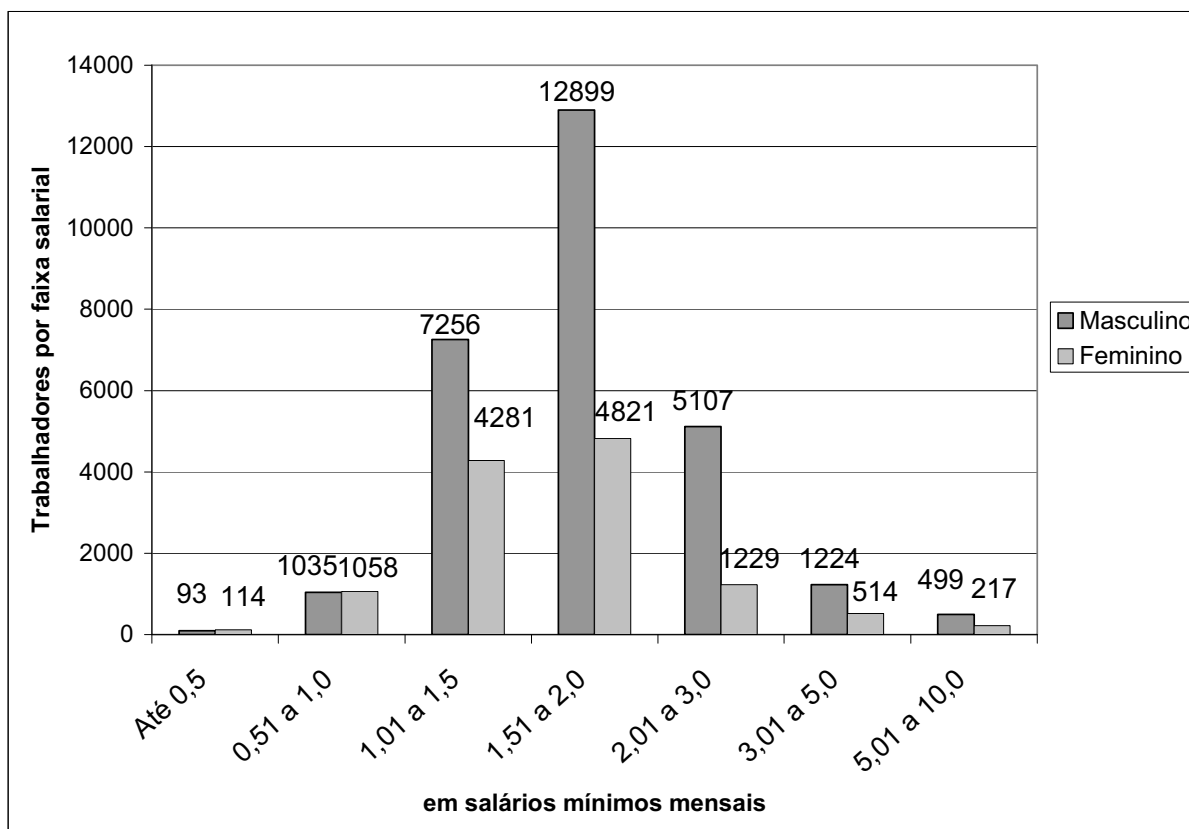
Sublinhe-se que o índice de permanência no emprego para um período de até 24 meses abrange 70,6% dos trabalhadores empregados, ou seja, de cada dez trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, apenas 03 permaneceram por mais de 24 meses num mesmo emprego, conformando um cenário em que as possibilidades de permanência no mercado de trabalho vão diminuindo a partir do 24º mês de trabalho numa mesma empresa para todos os níveis de escolaridade, com algumas pequenas variações para o nível de escolaridade dos trabalhadores que têm a 4ª série completa ou incompleta, que confirmam a tendência já constatada e analisada no capítulo três.

Gráfico 20: Tempo de permanência no emprego por escolaridade – Pres. Prudente – 2006.

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2006.
Elaboração e organização do autor.

No que concerne à remuneração do trabalhador, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) indicam uma concentração dos trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho em torno da faixa salarial até 2,0 salários mínimos, respondendo por 78,2% dos trabalhadores empregados para o ano de 2006, com a participação das mulheres por faixa salarial diminuindo conforme aumentam os ganhos salariais situados a partir das faixas entre 1,01 a 3,0 salários mínimos mensais, a despeito da redução dos rendimentos do trabalho ocorrer tanto para os homens quanto para as mulheres a partir da faixa salarial de 3,01 a 5,0 salários mínimos mensais. Isso evidencia uma tendência de concentração do emprego formal para o gênero masculino, tanto com relação à remuneração do trabalho, quanto à ocupação dos postos de trabalho formais como pode ser observado no gráfico 21.

Gráfico 21: Remuneração do trabalho por gênero e por faixa salarial Presidente Prudente 2006.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2006.
Elaboração e organização do autor.

Para finalizar, a análise dos dados referentes aos trabalhadores desligados do mercado de trabalho formal em 1996 em comparação com a movimentação referente ao ano de 2006, evidencia um aumento dos desligamentos no nível de escolaridade compreendido pelos trabalhadores com o 2º grau completo ou incompleto e a redução dos desligamentos entre os trabalhadores com a 8ª série completa ou incompleta, explicitando que há uma rotatividade entre os trabalhadores com 2º grau de escolaridade, muito embora a diferença entre admitidos e desligados seja favorável à relativa inserção e a permanência dos trabalhadores nesse nível de escolaridade.

Dessa maneira, o mercado de trabalho extremamente seletivo, o desemprego elevado, a informalidade do trabalho, a alta rotatividade da mão-de-obra empregada e a remuneração sempre na faixa dos 2,0 salários mínimos, associados à manutenção da base técnica de produção fordista e do controle taylorista do trabalho, é que determinam a exigência de maior escolaridade e de

experiência profissional dos trabalhadores para a contratação ou permanência no mercado de trabalho em Presidente Prudente.

Tabela 22: Empregabilidade dos trabalhadores desligados do setor formal em Presidente Prudente – por nível de escolaridade.

Nível de escolaridade	1996	2006
	%	%
Analfabeto	0,48%	0,55%
4ª série incompleta	5,4%	5,9%
4ª série completa	4,7%	6,3%
8ª série incompleta	29,8%	11,8%
8ª série completa	30,5%	16,6%
2º grau incompleto	4,8%	12,5%
2º grau completo	17,2%	39,6%
Superior incompleto	1,3%	2,1%
Superior completo	5,2%	4,2%
Ignorados	-	-

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996 – 2006.
Elaboração e organização do autor.

Nesse sentido, pode-se afirmar com convicção que o conteúdo do trabalho formal não sofreu significativas modificações nos últimos anos que justifique a exigência de uma escolaridade mais elevada para a contratação ou para a permanência mais prolongada no emprego, baseando-se nas afirmações de Pochmann (2006) para a realidade econômica brasileira:

Não se constata até o momento uma generalizada modificação no conteúdo dos postos de trabalho que justificasse a elevação nos requisitos de qualificação. Apesar disso, ocorreu à elevação dos requisitos de contratação dos empregadores, tendo-se em vista a presença de amplo excedente de mão-de-obra que disputa escassas ofertas de trabalho, o que estimulou o aprofundamento de ações discriminatórias na contratação laboral. (POCHMANN, 2006, p. 72).

É preciso advertir também que a crise do emprego no Brasil e, especificamente, em Presidente Prudente, neste caso, com todas as especificidades relacionadas às características do mercado de trabalho local, não é de oferta de força de trabalho, mas sim de demanda por mão-de-obra por parte dos empregadores, em consonância com o aumento da produção e o crescimento econômico subjacente. Keynes (1982) afirmou, por exemplo, que a problemática do desemprego é resultado direto da insuficiente demanda efetiva por bens e serviços, que só poderia ser potencializada pela intervenção do Estado, através do

investimento produtivo, visando à consolidação do “pleno emprego” e a realização da demanda efetiva em uma sociedade de bem-estar social.

4.2. Transformações no perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente entre 1997 e 2007

As informações obtidas através de entrevistas com 500 trabalhadores desempregados na Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho de Presidente Prudente, entre os meses de setembro e outubro de 2007, indicam modificações substanciais no perfil do desemprego no município, no que concerne à escolaridade, ao gênero, ao tempo de desemprego aberto declarado, ao estado civil e a idade dos trabalhadores desempregados em relação às informações sobre o desemprego no período de janeiro de 1997 a maio de 1999.

Enquanto no período entre 1997 e 1999, os trabalhadores desempregados contavam apenas com o 1º grau completo ou incompleto (classificação dos trabalhadores por nível de escolaridade empregada pela SERT local), perfazendo aproximadamente 52% do total dos trabalhadores desempregados, em 2007, nota-se uma modificação substancial no perfil dos trabalhadores desempregados: atualmente a maioria dos desempregados entrevistados se situa no nível de escolaridade compreendido pelos trabalhadores com o 2º grau completo e incompleto (atual ensino médio), com um percentual de 54,4% do total dos trabalhadores desempregados entrevistados no período, apesar da diferença na classificação dos trabalhadores, não havendo prejuízo para a constatação da mudança de perfil dos trabalhadores desempregados entre 1997 e 2007 em Presidente Prudente, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 23: Perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente – por nível de escolaridade.

1997/1999		2007	
Nível de escolaridade	%	Nível de escolaridade	%
Analfabeto	0,56%	Analfabeto	-
Alfabetização mínima	0,76%	4ª série incompleta	2,8%
		4ª série completa	6,2%
1º grau incompleto	41,93%	8ª série incompleta	11,7%
1º grau completo	9,96%	8ª série completa	6,9%
2º grau incompleto	16,7%	2º grau incompleto	13,9%
2º grau completo	23,26%	2º grau completo	40,5%
Superior incompleto	4,39%	Superior incompleto	8,6%
Superior completo	2,44%	Superior completo	9,1%

Fonte: São Paulo/SERT, 1997/1999 - Entrevistas de campo, setembro e outubro de 2007.

Obs. Dados de 1997/1999 com classificação utilizada pela SERT local.

Elaboração e organização do autor.

Do mesmo modo da verificação de mudança de perfil dos trabalhadores com 1º grau incompleto (41,9% do total) para o nível dos desempregados com 2º grau completo (40,5% dos trabalhadores desempregados entrevistados), observa-se o aumento significativo do desemprego entre os trabalhadores com o nível superior completo (de 2,4% em 1997 para 9,1% em 2007) e incompleto (passando de 4,3% em 1997 para 8,6% em 2007), sugerindo, por um lado, que o desemprego é uma realidade para todos os trabalhadores em todos os níveis de escolaridade: nas entrevistas corretores de seguros, professores, químicos, biólogos, consultores, contabilistas e administradores estavam à procura de um emprego com carteira de trabalho assinada, constando dos cadastros da SERT e disputando uma vaga nas empresas prudentinas no período de setembro a outubro de 2007.

Por outro lado, a concentração do desemprego aberto no nível de escolaridade compreendido pelos trabalhadores com o 2º grau completo ou incompleto, confirma a hipótese da rotatividade localizada nesse nível de escolaridade, com as empresas selecionando os trabalhadores para a contratação a partir do 2º grau concluído ou incompleto e por um período de até 24 meses, comprovando que o diferencial para a inserção e a permanência no emprego está na escolaridade, sendo que mesmo para vagas em funções simples, exige-se o atual ensino médio completo.

Ademais, o aumento progressivo do desemprego no nível superior de escolaridade (completo ou incompleto), aponta para a configuração de um mercado

de trabalho altamente competitivo, com exigências de escolaridade cada vez maiores para a contratação, haja vista que nem mesmo o ensino médio garante a permanência no emprego, como foi demonstrado na análise do perfil do desemprego entre 1997/1999 e 2007, mesmo com os dados concernentes a admissão no período entre 1996 e 2006 sugerirem uma maior inserção e relativa permanência desses trabalhadores no emprego.

Essas informações relativas às modificações do perfil médio de escolaridade dos trabalhadores desempregados levam à conclusão de que a problemática do desemprego passou de certa homogeneidade social e uma previsibilidade em torno dos segmentos mais vulneráveis ao desemprego aberto do passado (esperava-se que os trabalhadores analfabetos, jovens, negros, desqualificados profissionalmente e mulheres fossem as maiores vítimas da exclusão do mercado de trabalho), para se tornar um fenômeno complexo e heterogêneo, atingindo “de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiência em níveis hierárquicos superiores e em altos escalões de remuneração” (POCHMANN, 2007, p. 62).

As entrevistas com os trabalhadores desempregados colocam em evidência ainda uma assustadora realidade para os trabalhadores prudentinos atualmente: a combinação brutal entre idade relativamente elevada, situada acima dos 35 anos (para o mercado acima dessa faixa de idade já pode ser considerado “velho” para o trabalho), associada a uma baixa escolaridade (abaixo do 2º grau incompleto) e um período prolongado sem registro em carteira (acima dos dois anos de desemprego aberto), tem o potencial de tornar os trabalhadores “inempregáveis”, através do desemprego de longa duração ou da exclusão permanente do mercado de trabalho formal.

Como ressaltou Singer (2004), os trabalhadores inempregáveis têm como característica básica a constante rotatividade no emprego (já foram demitidos muitas vezes) e a permanência na situação de desemprego aberto por um período considerado prolongado demais, levando-os a exclusão permanente ou por um período longo (acima dos 02 anos sem registro em carteira), diante de um mercado de trabalho altamente competitivo (a competição por uma vaga se torna extremamente acirrada nesses casos), com excedente de mão-de-obra e

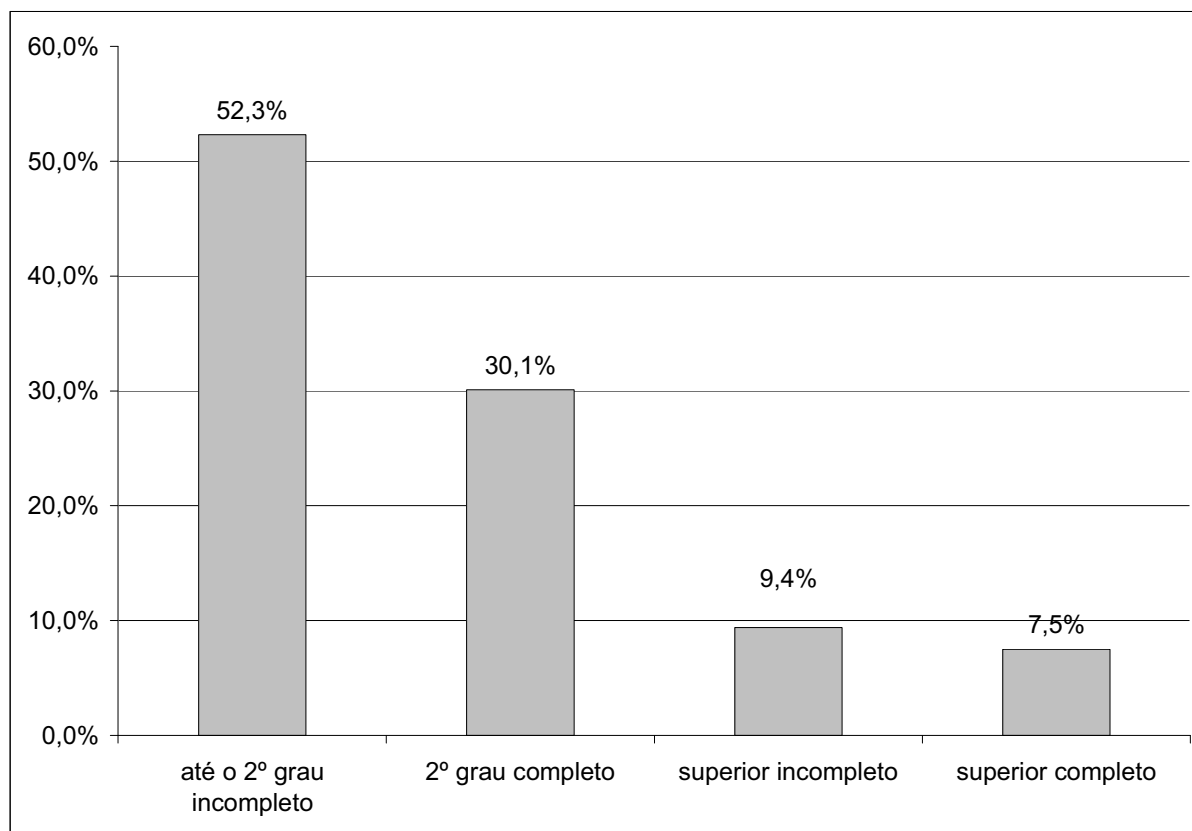
trabalhadores com escolaridade média mais elevada.

Entretanto, a inempregabilidade, por um lado, é uma realidade até mesmo para os trabalhadores com o ensino médio completo e com idade abaixo da faixa considerada de risco (30,1% dos trabalhadores inempregáveis está neste nível de escolaridade, como pode ser verificado no gráfico a seguir). Por outro lado, mesmo os trabalhadores com nível superior de escolaridade completo ou incompleto, também estão sujeitos ao desemprego de longa duração (em torno de 7,5% e 9,4% respectivamente para os níveis de escolaridade destacados anteriormente).

É muito provável que os trabalhadores com nível superior de escolaridade completo ou incompleto (que permanecem predominantemente entre 03 e 04 anos na situação de desemprego aberto) aguardam uma vaga na área de conhecimento para a qual se graduaram (como no caso dos biólogos e químicos que foram em busca das novas oportunidades abertas nas usinas de açúcar e álcool da região recentemente) ou a realização de concursos públicos para o preenchimento de vagas que requerem o nível superior de escolaridade, formando-se, nesse caso, a “indústria” dos cursinhos preparatórios para o ingresso nos quadros do funcionalismo público nos mais diversos níveis.

Também não é demais sugerir que as empresas não contratam esses trabalhadores, pelos salários pagos no mercado nessa faixa de escolaridade (considerados elevados para os padrões locais), preferindo os trabalhadores com escolaridade inferior para exercer funções simples e rotineiras no processo produtivo ligadas ao padrão fordista/taylorista de produção ou esses trabalhadores não aceitam os salários oferecidos para o exercício dessas profissões, aguardando vagas mais promissoras e rentáveis ou a realização de concursos públicos e a tentativa de seguir carreira no setor público, nem sempre relacionado ao curso ou a área de conhecimento para o qual se graduaram.

Gráfico 22: Trabalhadores vulneráveis à inempregabilidade por escolaridade – Presidente Prudente – 2007.

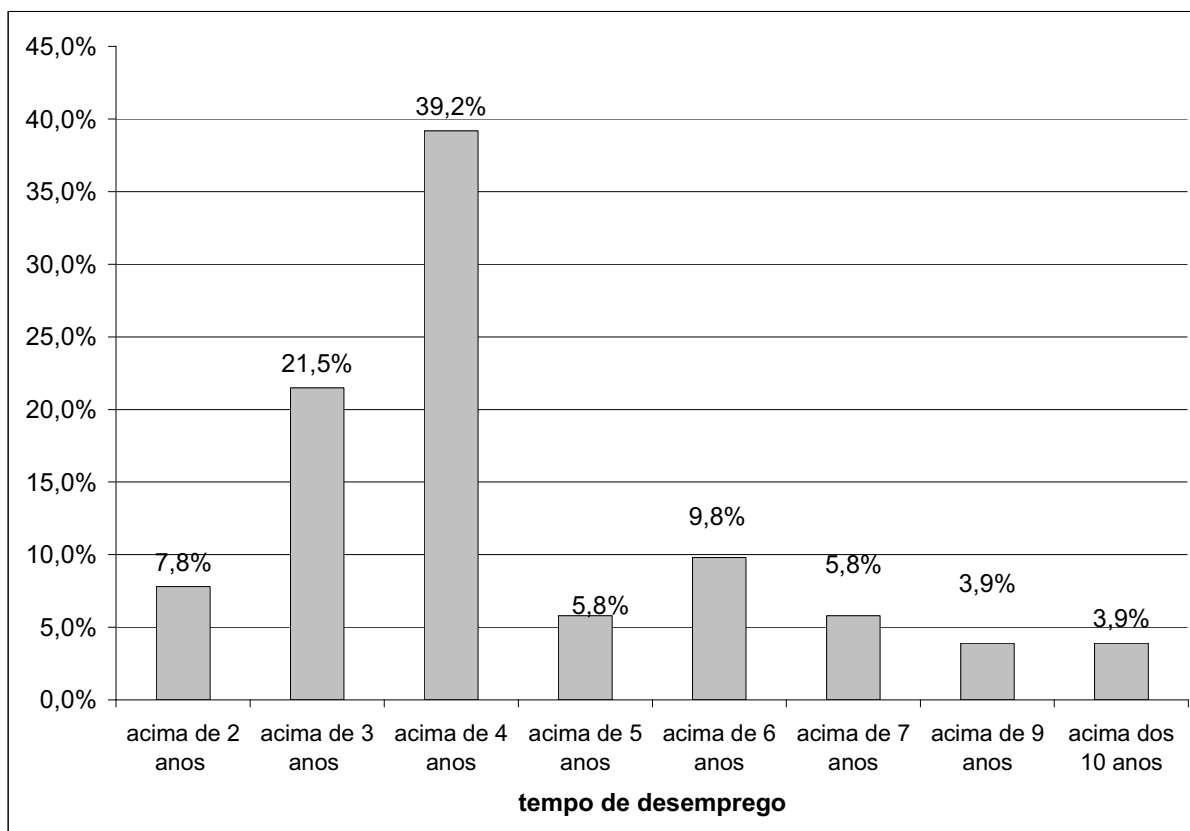


Fonte: Entrevistas de campo, setembro e outubro de 2007.

Obs. Trabalhadores acima dos 02 anos sem registro em carteira.

Elaboração e organização do autor.

Gráfico 23: Trabalhadores propensos a inempregabilidade por tempo de desemprego – Presidente Prudente – 2007.



Fonte: Entrevistas de campo, setembro e outubro de 2007.

Obs. 53 trabalhadores com tendência a inempregabilidade.

Elaboração e organização do autor.

A análise da residência desses trabalhadores desempregados com tendência a inempregabilidade pela exclusão permanente do mercado de trabalho formal, demonstra que a zona norte de Presidente Prudente concentra a maior quantidade de trabalhadores nessa condição, perfazendo um total de 35,5%, com destaque para os bairros Brasil Novo e Jardim Morada do Sol. Em seguida, vem à zona oeste do município, com um total de 28,8% de trabalhadores sujeitos a vulnerabilidade pelo desemprego de longa duração, com destaque para os bairros Ana Jacinta e Jardim Vale do Sol. Na zona leste, constata-se um percentual de 22,2% do total dos trabalhadores vulneráveis, destacando-se os bairros Parque Furquim e Parque José Rotta. A zona central do município apresentou um percentual de 13,3% de trabalhadores com tendência a inempregabilidade. Já a zona sul não apresentou nenhum caso registrado, como pode ser observado no mapa a seguir.

Mapa 5

Presidente Prudente - SP

Trabalhadores desempregados com tendência à inempregabilidade - 2007



Legenda

Trabalhadores Inempregáveis



Fonte de dados:

Trabalho de campo
(Setembro a outubro de 2007)

Organizador:

Nildo Aparecido Melo

Layout:

Oseias Martinuci

Presidente Prudente, 2008

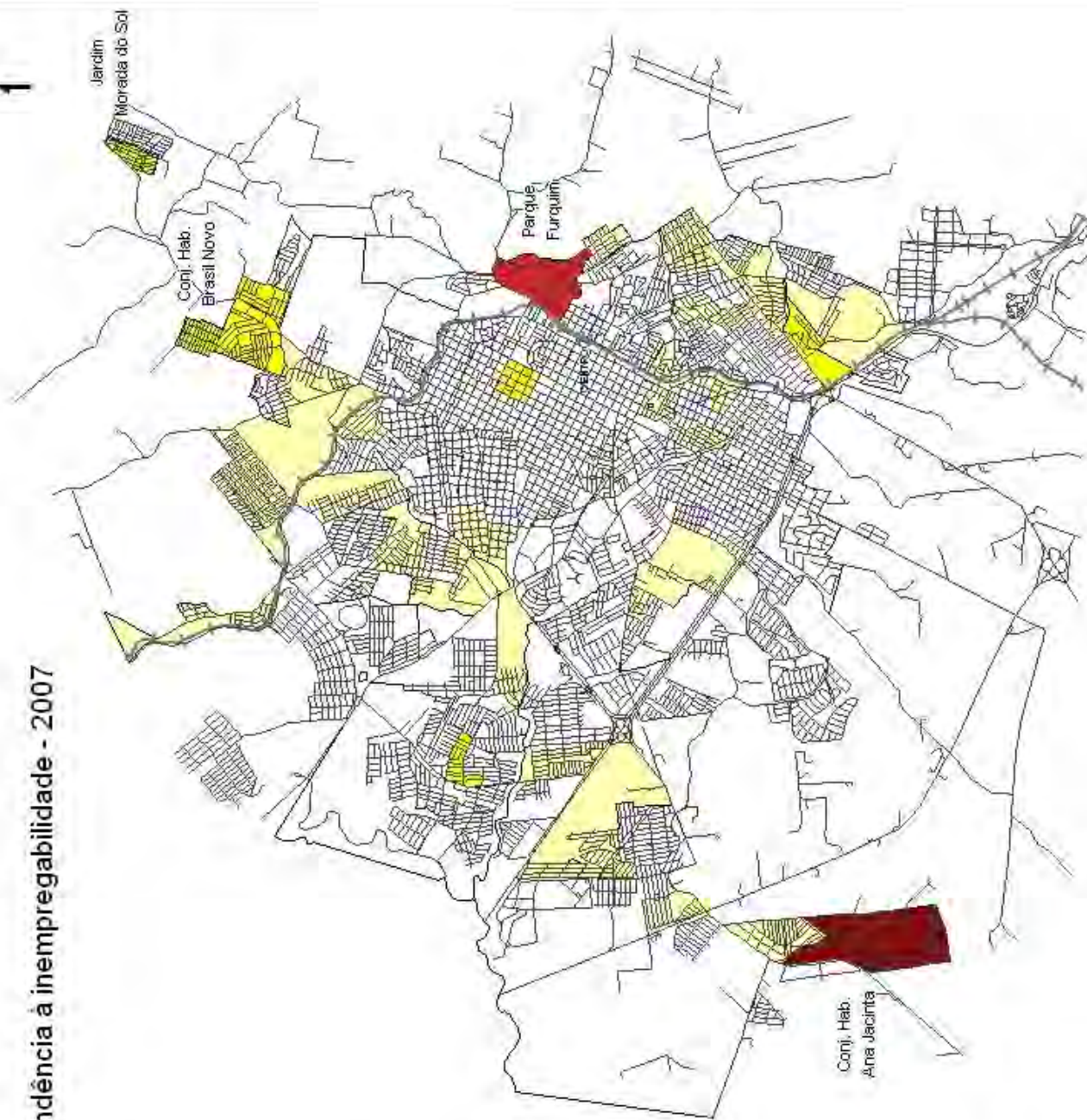
Escala Numérica

1 : 70.000

Escala Gráfica



1



Voltando a análise do perfil dos trabalhadores desempregados, no que concerne ao gênero, os dados relativos ao desemprego no período de 1997/1999 em relação ao ano de 2007, evidenciam que o desemprego aumentou relativamente para as mulheres, passando de 41% do total dos desempregados para aproximadamente 46%. Já para os homens o desemprego aberto sofreu uma redução de 5%, passando de 59% do total dos desempregados para 54% como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 24: Perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente por gênero.

Gênero	1997/1999	2007
	%	%
Masculino	59%	54%
Feminino	41%	46%

Fonte: São Paulo/SERT, 1997/1999 - Entrevistas de campo, setembro e outubro de 2007. Elaboração e organização do autor.

Quando se observam os dados sobre ocupação dos postos de trabalho formais do gráfico 22 em comparação com a tabela acima, conclui-se que o mercado de trabalho tem se tornado mais excludente para as mulheres, com as mesmas ocupando apenas 32,8% das vagas abertas em 2006, mas representando 46% dos trabalhadores desempregados entrevistados na SERT entre setembro e outubro de 2007. Logo, o mercado de trabalho local se apresenta extremamente desigual no tocante às questões de gênero, com os homens ocupando aproximadamente 67% dos empregos formais, com níveis de remuneração por faixa salarial maiores do que as mulheres e com redução das taxas de desemprego para o ano de 2007.

Já a análise do estado civil dos trabalhadores desempregados de Presidente Prudente evidencia uma pequena mudança no perfil dos desempregados, com a redução das taxas de desemprego aberto para os trabalhadores casados (no período de 1997/1999 a taxa era de 42%, passando para 41,5% em 2007) e com um pequeno aumento no desemprego aberto para os trabalhadores solteiros, com as taxas de desemprego passando de 46% para 46,6%. Os trabalhadores divorciados e os desquitados apresentaram uma pequena redução nas taxas de desemprego no período, com os divorciados passando de 3% em

1997/1999 para 2,6% em 2007 e os desquitados passando de 5% para 3,4% no período analisado. Já para o nível compreendido pelos viúvos, amasiados e outros, houve um aumento de 2,7%.

Tabela 25: Estado Civil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente.

Estado Civil	1997/1999	2007
	%	%
Casado	42%	41,5%
Solteiro	46%	46,6%
Divorciado	3%	2,6%
Desquitado	5%	3,4%
Outros (amasiado e viúvo)	3%	5,7%

Fonte: São Paulo/SERT, 1997/1999 - Entrevistas de campo, setembro e outubro de 2007.

Elaboração e organização do autor.

Com relação ao tempo de desemprego declarado pelos trabalhadores prudentinos entrevistados, os dados demonstram que 51,6% dos trabalhadores desempregados ficam à margem do mercado de trabalho formal por um período de 06 meses a 01 ano, embora se tenha constatado a redução do tempo de desemprego tanto na faixa até os 06 meses de desemprego (em 1997/1999 68% dos trabalhadores permaneciam até 06 meses desempregados, passando para 40,7% em 2007) e para a faixa de 06 meses a 01 ano de desemprego aberto, que passou de 17% dos trabalhadores desempregados em 1997/1999 para 10,9% em 2007.

Tabela 26: Tempo de desemprego dos trabalhadores em Presidente Prudente.

Tempo de Desemprego	1997/1999	2007
	%	%
1º emprego	-	17%
Até 06 meses	68%	40,7%
De 06 meses a 01 ano	17%	10,9%
De 01 a 02 anos	8%	11,8%
De 02 a 03 anos	3%	8,6%
De 03 a 04 anos	1%	3,2%
Acima de 04 anos	3%	7,4%

Fonte: São Paulo/SERT, 1997/1999 - Entrevistas de campo, setembro e outubro de 2007.

Elaboração e organização do autor.

Entretanto, nota-se um aumento significativo do tempo de desemprego a partir da faixa de 01 a 02 anos, também com o tempo de desemprego

mais do que dobrando a partir da faixa compreendida pelo desemprego a partir de 02 a 03 anos em diante e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal para os jovens através do 1º emprego: aproximadamente 17% dos trabalhadores desempregados declararam nunca terem tido registro em carteira de trabalho, isto é, estão em busca do primeiro registro em carteira e da inserção profissional através do emprego formal, com as garantias legais e constitucionais asseguradas pela legislação trabalhista em vigor no Brasil.

Com relação à idade dos trabalhadores desempregados de Presidente Prudente, não foi possível fazer a comparação entre os dados de 1997/1999 e 2007, pelo fato de que a SERT local utiliza-se de outra classificação na análise do perfil dos desempregados prudentinos, diferentemente da utilizada nesta pesquisa por considerá-la mais abrangente de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

Dessa maneira, para a SERT os desempregados prudentinos no período de 1997/1999, tinham como perfil a idade entre 21 a 35 anos, perfazendo um total de 47% dos trabalhadores desempregados no período. Em seguida, os desempregados com idade até 21 anos (26,0% do total) e os desempregados com idade entre 36 a 50 anos, representando 22,5% do total dos trabalhadores desempregados no período analisado.

Tabela 27: Perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente – por idade.

Idade	1997/1999
	%
ATÉ 21 ANOS	26,0%
21 a 35 anos	47,0%
36 a 50 anos	22,5%
Mais de 51 anos	4,4%

Fonte: São Paulo/SERT, 1997/1999.
Elaboração e organização do autor.

Nesses termos, o perfil dos trabalhadores desempregados em Presidente Prudente atualmente, aponta para a concentração do desemprego aberto na faixa compreendida entre 25 a 39 anos, representando 40,7% dos trabalhadores desempregados no período, embora seja possível notar uma concentração também na faixa dos trabalhadores com idade entre 18 a 24 anos, perfazendo um total de 35% dos desempregados em 2007.

Tabela 28: Perfil dos trabalhadores desempregados de Presidente Prudente – por idade.

Idade	2007
	%
16 a 17 anos	3,8%
18 a 24 anos	35,0%
25 a 29 anos	20,0%
30 a 39 anos	20,7%
40 a 49 anos	14%
50 a 64 anos	6,2%
65 anos ou mais	-

Fonte: Entrevistas de campo, setembro e outubro de 2007.

Em síntese, no período de 1997/1999, segundo dados e informações provenientes dos cadastros da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de Presidente Prudente, a suscetibilidade de se tornar um desempregado era maior para os trabalhadores com baixo nível de escolaridade, do sexo masculino, situados na faixa etária de 21 a 35 anos e solteiros, com um tempo de permanência médio de 06 meses na condição de desemprego aberto.

Atualmente as informações subjacentes às entrevistas com 500 trabalhadores desempregados no período de setembro a outubro de 2007, apontam que os trabalhadores mais vulneráveis ao desemprego são aqueles com o 2º grau completo ou incompleto, do sexo masculino (embora tenha se constatado o aumento significativo do desemprego para as mulheres), solteiro e com idade entre 25 a 39 anos (com uma concentração grande também na faixa dos 18 a 24 anos), permanecendo na situação de desemprego aberto por um período de 06 meses a 01 ano (o aumento contínuo do tempo de desemprego a partir de 01 a 02 anos também é notável).

É preciso ressaltar ainda que os trabalhadores com escolaridade até a 8ª série completa, com idade acima dos 35 anos e sem registro em carteira por mais de 02 anos, são os mais propensos à exclusão permanente do mercado de trabalho formal, isto é, tem fortes tendências a inempregabilidade.

A heterogeneidade e a complexidade do desemprego, destacada anteriormente com base em Pochmann (2006), permeada pelo fato de o desemprego atingir todos os segmentos sociais e níveis de escolaridade, ambos os gêneros masculino e feminino e praticamente na mesma proporção, os trabalhadores de todas as idades e estado civil, demonstram ainda que as políticas

públicas de qualificação profissional precisam urgentemente levar em conta o perfil dos trabalhadores por segmentos específicos, associados à demanda por determinadas vagas e a predominância do setor de serviços na economia local, senão tais políticas ficarão na generalização, tornando-se ineficientes no processo de re(inserção) da força de trabalho e na qualificação e requalificação dos trabalhadores desempregados, visando à manutenção do emprego num mercado de trabalho altamente excludente e competitivo, apresentando desemprego elevado, instabilidade no emprego, informalidade do trabalho e precarização das condições e relações de trabalho.

4.3. Reestruturação capitalista em Presidente Prudente: permanência dos métodos fordistas/tayloristas de controle do trabalho e de produção em massa associados à adoção parcial da acumulação flexível de capital

A análise dos impactos das transformações do capitalismo contemporâneo na economia local se faz necessária, como meio de compreender as mudanças ou continuidades no padrão técnico produtivo e na forma de inserção externa de empresas selecionadas, articulando sempre com as modificações explicitadas no mercado de trabalho ao longo da última década do século XX e nos primeiros anos do século XXI no município.

Tal análise recai sobre a necessidade de confirmação da hipótese, sobre a exigência de maior escolaridade e as transformações na empregabilidade dos trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho e dos trabalhadores desempregados, além daqueles segmentos com tendência a inempregabilidade, associada mais a desestruturação do mercado de trabalho local do que a mudanças na base fordista de produção e taylorista de controle do trabalho.

As empresas foram selecionadas de acordo com a inserção mais ampla na economia globalizada, através das exportações de seus produtos, das relações com o mercado internacional, da forma de produção/reprodução de capital, do número de empregos que geram e da estrutura produtiva que mantém no município. Torna-se imprescindível sublinhar que não se trata da abordagem de estruturas produtivas relacionadas a empresas transnacionais ou globais, pois as mesmas não são tratadas dessa forma aqui, somente pelas relações mais

significativas que mantêm com o mercado internacional.

No caso do setor bancário, as entrevistas com dirigentes sindicais da categoria evidenciaram a intensidade das transformações ocorridas no setor, tanto pela adoção de novas tecnologias, quanto pelas novas funções desempenhadas pelos trabalhadores, que se transformaram em vendedores de produtos e serviços bancários, no bojo da ampla aplicação dos novos métodos de gestão da força de trabalho e das novas tecnologias da informação, articuladas à informatização dos serviços prestados aos consumidores.

Ademais, informações complementares se fizeram necessárias junto aos sindicatos representativos dos trabalhadores de algumas empresas e do setor bancário (única fonte de informação), no sentido de ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento das mesmas e as relações com os trabalhadores.

Ressalte-se que, antes da explicitação do funcionamento das empresas e das relações estabelecidas com os trabalhadores, o entendimento do que vem a ser a gestão taylorista do trabalho parte do reconhecimento da organização científica do trabalho no processo produtivo, através da separação entre as atividades de concepção e execução de tarefas, com o trabalhador realizando apenas gestos rotineiros, repetitivos e simples na linha de produção, representando a parcelização do trabalho e o controle da mão-de-obra pelo capitalista, através de um conjunto de normas e regras direcionadas ao trabalhador no processo produtivo (HARVEY, 1996).

Já o fordismo deve ser compreendido através da articulação entre produção e consumo em massa, com a standardização e padronização dos equipamentos de produção e produtos, com ganhos de economia de escala, representando, historicamente um novo sistema de reprodução da força de trabalho, associado a uma nova forma de controle e gerência do trabalho, num contexto de construção de um novo tipo de sociedade democrática (HARVEY, 1996).

Com relação ao processo de acumulação flexível de capital, a flexibilidade dos equipamentos e dos produtos, de acordo com as oscilações da demanda, associados à flexibilidade do trabalho, caracteriza o processo produtivo, configurando a produção através também da terceirização de tarefas e transferência de riscos e da exigência constante e progressiva do cumprimento de metas de

produtividade, com o estabelecimento de premiação em casos específicos (HARVEY, 1996).

Considerações feitas, a empresa Regina Festas Ltda, que exporta seus produtos para o Chile, Paraguai, Argentina, Costa Rica, México, Angola, Índia e Guatemala, contando com cerca de 600 funcionários contratados diretamente e tendo 34% da produção direcionada para o mercado externo, tem como característica fundamental a quantidade e a diversidade de produtos exportados e os investimentos em qualidade para se diferenciar no mercado internacional e concorrer com os produtos e marcas estrangeiras, tais como a *Procos* (grega) e as americanas *Granmark* e *Hallmark*⁹⁴.

Porém, a empresa não adota a automação do processo produtivo e o trabalho na linha de produção é predominantemente manual, devido, sobretudo às dificuldades de automação relacionadas à enorme diversificação dos produtos, não obstante o projeto da empresa de robotização da linha de embalagem para o início de 2008, como forma de baratear os custos e melhorar ainda mais a qualidade dos artigos para festas produzidos pela empresa.

A distância geográfica dos portos exportadores, o encarecimento do produto pela elevada carga tributária e o grande número de pedágios espalhados por vários estados da federação, mormente no Estado de São Paulo, dificultam o aumento das vendas e a inserção mais ampla da Regina Festas Ltda no comércio exterior⁹⁵ (a empresa é líder absoluta no Brasil na produção e venda de artigos para festas, detendo 64% do mercado interno). Também a ausência de incentivos fiscais pelo Governo do Estado de São Paulo e a denominada Guerra Fiscal entre estados da federação para atrair investimentos produtivos, dificultam o aumento das vendas para o exterior ou a ampliação da produção destinada ao mercado interno, levando a empresa a estudar a possibilidade de transferência de seu parque industrial para o Mato Grosso do Sul, onde já conta com uma fábrica de velas para festas (os incentivos fiscais oferecidos seriam maior atrativo para tal mudança de toda a linha de produção de artigos para festas).

Em síntese, a inserção internacional da Regina Festas, numa

⁹⁴ Entrevista de campo na empresa de artigos para festas Regina Festas de Presidente Prudente.

⁹⁵ Relata-se aqui tão somente a visão da empresa sobre os encargos tributários e a ausência de incentivos fiscais, conforme a entrevista concedida pela representante da Regina Festas Ltda em setembro de 2007.

economia globalizada, se dá muito mais pela quantidade de produtos exportados e pela exploração do trabalho manual, do que pela adoção das inovações tecnológicas baseadas na informatização e automação ampla do processo produtivo, dependendo também da conjuntura interna (incentivos fiscais por parte do Estado, segundo informações e visão da empresa) para a ampliação das exportações e para o atendimento mais amplo do mercado interno.

Concernente ao padrão técnico produtivo, sobressai a estrutura de fábrica fordista, com a empresa fornecendo o transporte, a alimentação no próprio local de trabalho, plano de saúde para os trabalhadores (com desconto de 70% na folha de pagamento) e a cesta básica. Somente a segurança externa da empresa e a mão-de-obra do restaurante são terceirizadas, como forma de reduzir os custos de produção e baratear os produtos para a venda no mercado interno e externo.

Na gestão da força de trabalho, a empresa exige o cumprimento de metas de produtividade e escolaridade média para a contratação de trabalhadores. A redução de custos também se dá pela terceirização na embalagem de seus produtos, pelo trabalho remunerado em domicílio e por tarefas. São esses “empregos” indiretos que tendem a ser eliminados com a futura automação do processo produtivo, no tocante a embalagem automatizada dos artigos para festas.

O trabalho subcontratado em domicílio e por tarefas, reflete o (re)surgimento de novas/velhas formas de trabalho (da mesma forma que o trabalho parcial, por tempo determinado e o trabalho temporário), relacionadas às transformações no mundo do trabalho engendradas pelo movimento de reestruturação capitalista das últimas décadas.

Portanto, o padrão fordista de produção em massa predomina, com algumas inovações na terceirização de funções e na exigência de produtividade no trabalho, articuladas aos métodos tayloristas de controle do trabalho também pelas metas a serem cumpridas pelos trabalhadores. Desse modo, o novo padrão de acumulação flexível de capital, não pode prescindir dos métodos fordistas e tayloristas de acumulação de capital, com a permanência da repetitividade e parcelização do trabalho no processo produtivo, ocorrendo uma mescla dos dois modelos (HARVEY, 1996), com a predominância do fordismo e do taylorismo como principais fatores no processo de produção/reprodução de capital no caso da empresa Regina Festas Ltda.

Ademais, a manutenção de frota própria para o transporte dos trabalhadores (não só no caso da Regina Festas, mas também da Vitapelli e Liane Alimentos), também acaba por se caracterizar como uma forma indireta de controle social do trabalho, com a redução dos custos de produção, através do controle do horário dos trabalhadores (eliminam-se os atrasos, por exemplo), das faltas (não tem como o trabalhador alegar que se acidentou durante o trajeto para a empresa, devido ao transporte coletivo deficiente, por exemplo, justificando a ausência) e do convívio coletivo mesmo fora do horário normal de funcionamento da empresa.

Com relação à Bebidas Funada Ltda, também se observa a inserção no comércio exterior através da exportação de produtos para o Japão, Bolívia e Paraguai. No caso do Japão, a venda dos produtos ocorre mais por tradição e pela origem da empresa (associada ao país asiático), com a margem de lucros sendo praticamente a mesma tanto no mercado interno, quanto no mercado externo, devido, sobretudo ao pouco valor agregado aos produtos. A concorrência no Japão se dá com os produtos de origem brasileira, tais como as marcas de refrigerante Xereta e Arco-Íris, especialmente pelo fato de os japoneses de origem não consumirem produtos estrangeiros, segundo o representante da empresa que concedeu a entrevista e mostrou as dependências da fábrica de refrigerantes, detalhando minuciosamente o funcionamento da empresa⁹⁶.

A Funada conta atualmente com 250 funcionários diretos e quase toda a linha de produção é mecanizada, exceto o início do processo (preparação da matéria-prima do produto) e a distribuição que são manuais. A distribuição dos postos de trabalho explicita bem a reduzida participação do trabalho manual na linha de produção: 160 trabalhadores na distribuição (carregamento dos caminhões), 50 na produção e 40 na administração e parte burocrática da empresa. Contudo, o trabalho não deixa de ser parcelizado e repetitivo, não se exigindo polivalência ou qualificação técnica permanente dos trabalhadores no manejo das máquinas no interior do processo produtivo, isto é, a manutenção do processo industrial “típico do paradigma tecnológico dominante no século XX, de base eletromecânica, através da automação dedicada, repetitiva e não programável” (COUTINHO, 1992, p. 72).

A distância dos grandes centros e dos portos exportadores e a carga tributária elevada fazem com que o alcance comercial da empresa seja apenas

⁹⁶ Entrevista de campo na fábrica de refrigerantes Funada de Presidente Prudente.

regional, relacionado ainda ao valor muito baixo agregado aos produtos⁹⁷. Os incentivos fiscais na fábrica de Campo Grande (a empresa mantém 60 trabalhadores na planta distribuidora da capital do Mato Grosso do Sul), apontam para a possibilidade de mudança geográfica da empresa também para o estado do Mato Grosso do Sul, onde já conta com 67% de abatimento do ICMS incidente sobre os produtos por quinze anos.

A empresa adquiriu um robô para a paletização (empilhamento) e embalagem automática dos fardos de refrigerantes, o que poderá reduzir o número de empregados na linha de produção em torno de 08 trabalhadores por turno de trabalho ou 16 empregos a menos no setor de embalagem e empilhamento dos produtos para posterior escoamento.

Aqui se destaca a inserção externa pela tradição e pela exploração do trabalho através da mecanização do processo produtivo, com a padronização do trabalho sendo mantida, conjuntamente com a utilização de mão-de-obra no carregamento e na distribuição dos produtos, com a empresa tendo uma abrangência apenas regional sobre a venda de seus produtos. A tendência de inovação tecnológica na paletização dos produtos demonstra a preocupação da empresa em reduzir custos de produção, fundamentalmente pela redução do trabalho na linha de produção, como forma de se manter no mercado ou ampliar sua participação tanto no mercado externo, quanto no mercado brasileiro, em consonância com a exigência de novas tecnologias no processo produtivo da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

No que concerne à estrutura produtiva, se observa uma mescla do padrão fordista de fábrica associado com novas formas de gestão do processo produtivo: se de um lado, predomina a estrutura fordista de manutenção dos veículos da empresa, grande parte do frete (a empresa mantém frota própria, se responsabilizando por 70% do transporte e escoamento da produção) e alimentação fornecida pela própria empresa, além da manutenção do transporte por vale-transporte e por veículo próprio após o turno de trabalho, por outro lado, parte do frete já é terceirizada (30%), bem como a limpeza da área de produção.

A redução de custos de produção é feita de maneira especial pela

⁹⁷ Segundo informações do Assessor de Comunicação da empresa responsável pela entrevista concedida, representando a visão da empresa sobre o assunto tratado.

terceirização do processo de sopro (matéria-prima da garrafa PET). O tubete que dá origem à garrafa para armazenamento do refrigerante é feito por uma empresa terceirizada que funciona dentro dos galpões da Funada, o que possibilita a redução significativa de custos, com a transferência dos riscos para outra empresa, caracterizando uma clara forma de terceirização ou subcontratação associada ao novo paradigma da acumulação flexível de capital.

Essa forma de terceirização remete indubitavelmente a inúmeros problemas relacionados ao enquadramento jurídico dos trabalhadores quanto à representatividade político-sindical por categoria e a um processo de divisão entre os trabalhadores da contratante e os terceirizados, podendo ser facilmente comparado ao caso da fábrica da Honda de Sumaré, que mantém uma empresa terceirizada (a Logística Sumaré Ltda ou LSL) operando nas dependências da própria empresa, conforme análise do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Portanto, a opção pela terceirização de funções antes desenvolvidas pela própria empresa, como no caso da Funada, (a Honda pratica a terceirização desde a inauguração da fábrica no Brasil, datada de setembro de 1998), é motivada pela redução de custos e de riscos de produção através da transferência de responsabilidades para terceiros e, sobretudo, da fragmentação da representatividade sindical dos trabalhadores e da divisão dos mesmos no processo de mobilização para a luta em torno de direitos trabalhistas e melhorias nas condições de trabalho.

A exigência de ensino médio completo, local de residência próximo à empresa (representando outra forma de controle social do trabalho, com o trabalhador podendo se envolver mais com a empresa e ser solicitado mais rapidamente quando e como quiser pela direção, além da explícita redução com os custos de transporte dos trabalhadores), experiência profissional e alguma indicação na empresa (*network*), são os requisitos essenciais para a contratação. A permanência na empresa depende do cumprimento de metas de produtividade e da avaliação diária dos encarregados de setor, com a empresa utilizando significativamente a contratação temporária nas épocas de aumento das vendas, geralmente por 90 dias (verão e fim de ano), demitindo os funcionários excedentes quando as vendas voltam ao normal e o funcionamento da empresa é realizado apenas em um turno de trabalho.

A empresa Vitapelli/Vitapeti se caracteriza também pela significativa inserção externa, exportando derivados do couro bovino para 26 países nos continentes americano, europeu e asiático (Itália, Estados Unidos, China, Indonésia, por exemplo), sendo o 2º maior exportador do setor no Brasil. A empresa emprega aproximadamente 3.200 trabalhadores, denominados por ela de “colaboradores”, tendo como diferencial para concorrer no mercado internacional a quantidade de produtos exportados e o preço baixo⁹⁸.

O processo produtivo não é automatizado e o trabalho é praticamente todo manual, não exigindo qualificação e nem escolaridade para a contratação na empresa. Na Vitapeti, o trabalho predominantemente manual é realizado por 400 mulheres e na Vitapelli o trabalho, repetitivo e pesado, é executado na maioria por homens⁹⁹.

A rotatividade é alta na empresa, tanto pela demissão de trabalhadores por parte da empresa, quanto pelo desligamento espontâneo do próprio trabalhador, devido ao trabalho pesado e insalubre na linha de produção e a tentativa de conseguir colocação nas usinas de açúcar e álcool que estão sendo abertas em Presidente Prudente e na região atualmente¹⁰⁰.

Num contexto de pouca exigência de qualificação profissional, pouca tecnologia aplicada ao processo produtivo, trabalho precário e insalubre e a existência de um enorme exército de reserva, pelo desemprego aberto ou de longa duração, com tendências a inempregabilidade, a empresa pode se dar ao luxo de trocar o quadro de funcionários quando bem entender, justificando também a enorme rotatividade de mão-de-obra na empresa em todos os meses do ano.

A inserção da empresa na economia globalizada ocorre, dessa forma, pela exploração extensiva do trabalho manual, pela quantidade de produtos derivados do couro exportados e pelo preço baixo praticado no comércio exterior, com nenhuma inovação tecnológica no processo produtivo e a manutenção de um enorme quadro de funcionários, que realizam atividades repetitivas e insalubres na linha de produção. A produção em massa fordista se destaca, mesmo com a adoção

⁹⁸ Entrevista de campo na fábrica de produtos derivados do couro Vitapelli/Vitapeti de Presidente Prudente.

⁹⁹ Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo.

¹⁰⁰ Segundo o presidente e o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles em entrevista concedida em setembro de 2007.

de alguns preceitos da economia flexível, como a denominação dada aos trabalhadores: a indicação de “colaboradores” da empresa aponta explicitamente para uma mudança de perfil ideológico, talvez com a intenção de conquistar mercados no exterior, diretamente relacionado com os programas de qualidade total da reestruturação produtiva do capitalismo e do neoliberalismo (LIMA, 2006).

A nova e estratégica denominação dada aos trabalhadores se enquadra perfeitamente dentro dos princípios da acumulação flexível relacionados ao controle e disciplina que tem como objetivo quebrar as resistências dos trabalhadores, através da imposição do “modelo do trabalhador colaborador e da empresa como o ambiente onde pode aflorar o consenso social” (LIMA, 2006, p. 115).

No que concerne ao padrão produtivo se observa a manutenção das estruturas fordistas de produção, com a empresa fornecendo a alimentação em refeitório próprio e mantendo a cozinha e a segurança interna sob sua responsabilidade, fornecendo também cesta básica aos funcionários. A manutenção dos veículos também é realizada pela própria empresa, que mantém a frota própria para o transporte diário dos trabalhadores nos três turnos de trabalho.

A gestão da força de trabalho se dá pelo controle extremo do trabalho: até para ir ao banheiro tem horário determinado e a chefia de cada setor tem um manual de como se deve tratar o empregado para um melhor rendimento do trabalho. O Curtume Touro de Presidente Prudente utiliza o mesmo método taylorista de controle do trabalho, segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo. O cumprimento de metas de produtividade também é incentivado, através de premiação em dinheiro para o trabalhador que ultrapassar as metas estabelecidas para o mês, o que corresponde a R\$ 120,00 a mais no salário mensal.

Por conseguinte, a empresa é um grande exemplo de fábrica fordista, mantendo toda a estrutura de transporte, alimentação e segurança dos trabalhadores, que executam tarefas necessariamente manuais e repetitivas, com o trabalho pesado e insalubre na linha de produção, associado ao controle extremo do trabalho, pela determinação de tempos de trabalho e de descanso e normas de como proceder na execução das tarefas, apresentando, no entanto, algumas

pequenas inovações, como a premiação para a superação mensal de metas de produtividade, combinando assim, estrategicamente e ofensivamente, coerção, força e consentimento dos trabalhadores ao processo de exploração da força de trabalho e a acumulação de capital, pela produção e reprodução das condições de trabalho e das formas de produção na empresa atualmente.

Já a Staner, independentemente de sua inserção ser apenas no mercado nacional de produtos eletrônicos, se caracteriza como outra empresa que associa os métodos fordistas de produção e tayloristas de controle do trabalho, com algumas inovações na gestão da força de trabalho, segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Presidente Prudente.

A Staner emprega 140 trabalhadores em Presidente Prudente, sendo 80 na linha de produção e 40 na administração da empresa, com 20 trabalhadores afastados por motivos diversos. Parte da produção é mecanizada e outra parte já apresenta algum grau de automação, ou seja, se destaca nesse caso a adoção dos preceitos da automação fragmentada do fordismo, dominada por linhas de montagem no processo produtivo (COUTINHO, 1992).

O padrão produtivo da empresa continua sendo essencialmente fordista, com a manutenção da estrutura de segurança, limpeza e transporte por vale-transporte sob responsabilidade da mesma. Todavia, o refeitório e o frete para o transporte e distribuição dos produtos já são terceirizados, apontando para uma mescla dos métodos tradicionais com as novas formas de acumulação flexível de capital (HARVEY, 1996).

O trabalhador para ser contratado e se manter na empresa passa por um processo seletivo que envolve vários testes, com a exigência do ensino médio completo. O tempo de produção é cronometrado (sem premiação e exigência de metas de produtividade) e o controle de frequência é feito rigorosamente por meio de cartão de ponto eletrônico.

Em síntese, nessas empresas selecionadas, a característica principal é a manutenção dos padrões fordistas de produção em massa e dos métodos tayloristas de controle do trabalho (com exceção do setor bancário, onde ocorre a adoção mais ampla dos novos métodos de gestão da força de trabalho e da aplicação maciça das inovações tecnológicas no processo de produção/reprodução

de capital, como se verá a seguir), com algumas variações na aplicação dos novos métodos relacionados à acumulação flexível de capital, tais como a terceirização de parte do processo produtivo (frete, limpeza e alimentação), a exigência de escolaridade para a contratação e a premiação pelo cumprimento de metas de produtividade, bem como a inserção externa numa economia globalizada, ser direcionada pela quantidade de produtos exportados e pelo preço baixo praticado no mercado internacional.

Quando se analisam os impactos subjacentes à aplicação de tecnologias inovadoras no processo de produção/reprodução de capital, as transformações verificadas no setor bancário nas últimas décadas, são exemplos explícitos da adoção maciça de novas tecnologias no setor de serviços, articuladas a terceirização e exigência de metas de produtividade nos bancos.

O setor bancário em Presidente Prudente e região abrangida pelo Sindicato da categoria¹⁰¹, empregava 3.500 trabalhadores, em 1990, passando para apenas 1.150 bancários empregados no setor atualmente, ou seja, aproximadamente 30% do que havia na década de 1990. Um exemplo bastante simbólico dessas transformações do setor bancário é a redução de trabalhadores na agência do Banespa (atual Santander) do centro de Presidente Prudente: em 1983, 240 bancários trabalhavam na referida agência, hoje são apenas 46, segundo o Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e região.

A automação ampla dos serviços bancários, com a adoção de tecnologias da informação e da informatização dos serviços, tais como, os caixas automáticos 24 horas para saques, depósitos, transferências de valores, pagamentos diversos, entre outros (o auto-atendimento), através notadamente da ampliação do uso do código de barras e a disseminação de serviços bancários para outros setores, como as casas lotéricas, os correios e os correspondentes bancários, são as causas indicadas pelo sindicato da categoria para a redução significativa de trabalhadores no setor desde a década de 1990, representando a reestruturação produtiva no setor em consonância com os preceitos das inovações tecnológicas atuais e das novas formas de gestão da força de trabalho relacionadas a acumulação flexível de capital largamente empregada nas principais economias

¹⁰¹ Municípios abrangidos pelo sindicato: Presidente Prudente, Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Santo Expedito, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Estrela do Norte, Pirapozinho, Anhumas, Regente Feijó, Taciba, Rancharia, Martinópolis, Tarabai, Iepê e Indiana.

desenvolvidas.

Ressalte-se que o trabalhador dos outros setores que executam serviços bancários, precipuamente das casas lotéricas, é duplamente explorado: pelo proprietário da casa lotérica e pelo banqueiro, que lucra sem precisar se responsabilizar pelos encargos sociais e trabalhistas de um bancário, por exemplo. Também vale sublinhar que a transferência de serviços bancários para esses outros setores se caracteriza como uma *terceirização disfarçada e não declarada*, com o banqueiro transferindo riscos e custos para terceiros.

No caso dos trabalhadores terceirizados executando atividades nos próprios bancos, representam à redução do número de trabalhadores bancários contratados e a divisão da categoria (os terceirizados não são enquadrados no salário de um bancário e não tem os mesmos direitos assegurados). Os trabalhadores terceirizados ganham pelo dia trabalhado e tem de cumprir metas de produtividade, chegando a ganhar apenas o salário mínimo, enquanto um bancário tem um salário base em torno de R\$ 839,66, mais o vale alimentação de R\$ 540,00 mensais.

Na perspectiva sindical os bancários se transformaram em vendedores de produtos, como empréstimos, seguros e consórcios, tendo de cumprir metas de produtividade para não serem demitidos. No setor público, o bancário que não cumprir metas não tem promoções, certamente será remanejado de função e não participa da divisão dos lucros do banco. Aqui sobressai a adoção dos preceitos da acumulação flexível de capital e das tecnologias da informação, permeadas pelo ideário neoliberal destacadas por Harvey (1996).

Essas transformações do setor bancário, por sua vez, estão em consonância com as inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial e com as modificações verificadas no setor em âmbito nacional, através da adoção de tecnologias da informação, do uso amplo do código de barras e da implementação de caixas automáticos para saques, pagamentos e transferência de valores.

Com relação aos postos de trabalho eliminados pela tecnologia, na visão sindical, esse processo é irreversível, a não ser com a adoção de outra ideologia que não tenha no mercado o eixo central de funcionamento da sociedade e principalmente do mercado de trabalho. Em contrapartida, como uma das soluções

apontadas pelo sindicato para a superação da crise do mundo do trabalho no setor bancário, está a Reforma Sindical, notadamente a redução do número de sindicatos por categoria profissional no Brasil e o cumprimento da Clausula 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece que não deve haver demissão se a empresa estiver lucrando.

4.4. Considerações Finais ao capítulo 4

Em suma, a manutenção do paradigma técnico-produtivo fordista e a exploração extensiva do trabalho, pela exacerbação dos princípios tayloristas de controle da força de trabalho (com exceção do setor bancário), mesmo com a adoção parcial de métodos inovadores de gestão da força de trabalho (que apontam para mudanças significativas em andamento na economia e no mercado de trabalho local), como a terceirização de tarefas e a exigência e premiação por produtividade, com a mescla mesma dos princípios fordistas/tayloristas de produção com a acumulação flexível de capital, evidenciada por Harvey (1996) se constituíram, diferentemente do que é propalado, no principal fator de determinação de exigência cada vez mais ampla de escolaridade e de qualificação profissional para a inserção e permanência num mercado de trabalho extremamente competitivo e excludente em Presidente Prudente atualmente.

O significativo exército de reserva a disposição das empresas, resultado da deterioração do trabalho e do emprego estabelecida no município nas últimas décadas, especificamente entre os anos de 1996 a 2006, em consonância com a desestruturação do mercado de trabalho nacional e com a crise do mundo do trabalho na atual fase de expansão do capitalismo, caracterizam o mercado de trabalho de Presidente Prudente, como foi demonstrado ao longo do texto, permeado pela análise da evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho, focando especialmente o emprego e o trabalho em nível local e regional.

Esse processo de desestruturação do mundo do trabalho em Presidente Prudente é representado pelo desemprego elevado, pela precarização das condições e relações de trabalho, pela alta rotatividade da mão-de-obra empregada, com a manutenção de salários sempre baixos e a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, pela informalização das relações de

trabalho e a tendência crescente de propensão a inempregabilidade para trabalhadores acima de 35 anos de idade, com baixa escolaridade e com mais de dois anos sem registro em carteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do modelo de desenvolvimento fordista desencadeada no início da década de 1970, engendrou um processo de reestruturação do capitalismo, permeado pela retomada do movimento de globalização/mundialização do capital, pela aplicação de políticas neoliberais de restrição da participação do Estado na economia e de liberdade irrestrita para a regulação econômica pelo viés do mercado, pela transformação do paradigma técnico produtivo através da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, pelo redimensionamento do processo produtivo e pela reorganização do trabalho na produção, principalmente pela adoção de novas formas de gestão da força de trabalho.

Esse movimento de reestruturação do capitalismo provocou a crise do mundo do trabalho, com o aumento do desemprego, da informalidade do trabalho, do (re)surgimento de novas/velhas formas de trabalho (trabalho atípico, por tempo determinado, por tarefas, trabalho temporário, entre outras formas de trabalho) e da precarização das condições e relações de trabalho, seja pelo desmonte do Estado de Bem Estar Social nas principais economias avançadas (Itália, Alemanha e Espanha, por exemplo), com a perda de direitos históricos dos trabalhadores e o fim do pacto de classes forjado no pós-guerra ou pela hegemonia de políticas neoliberais de flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho formal, seja pela redução da mão-de-obra empregada formalmente pelo uso de tecnologias da informação e automação do processo produtivo, que possibilitaram também a adoção de formas de gestão da força de trabalho fundamentadas nos preceitos da economia flexível de capital.

O processo de globalização/mundialização do capital, articulado a hegemonia das políticas neoliberais de liberdade irrestrita do mercado e da livre circulação de capitais pelo globo e a adoção de tecnologias da informação, enseja a flexibilização e a desregulamentação do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, o rebaixamento dos ganhos salariais, a informalidade do trabalho e a deterioração das relações de trabalho.

No Brasil, após a estagnação econômica e do mercado de trabalho formal na década de 1980, as políticas neoliberais, conformadas pelo processo de abertura comercial e financeira indiscriminadas, da privatização e concessão do patrimônio estatal nacional, da política de juros elevados para atrair o capital

estrangeiro e da política de valorização das importações, promovidas ao longo da década de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Mello e dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, provocaram a ruptura com o processo histórico de formalização das relações de trabalho iniciada na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas e um redirecionamento das estruturas do Estado nacional, visando uma maior regulação econômica pela perspectiva do mercado.

Assim, na década de 1990, o mercado de trabalho brasileiro sofreu um profundo processo de desestruturação, com a eliminação de postos de trabalho e a informalidade atingindo patamares elevados e sem precedentes na história econômica nacional até então. Foram destruídos cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho na década de 1990, com o desemprego atingindo aproximadamente 10 milhões de trabalhadores em maio de 1999, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha ou 4,8 vezes a taxa de desemprego observada em 1985, colocando o Brasil entre os países com os maiores níveis de desemprego do mundo.

A concessão de empresas estatais ao capital privado e a privatização do patrimônio público nacional, tais como a Companhia Vale do Rio Doce, a Siderúrgica Nacional, a Embraer, importantes bancos públicos (Banespa e Banerj), por exemplo, possibilitaram a redução de postos de trabalho também no setor estatal, através de programas de demissão voluntária, da demissão de funcionários públicos não-estáveis e da reestruturação das empresas pelos novos proprietários após as privatizações, representando o desemprego no setor estatal, com um saldo negativo de 2,5 milhões de postos de trabalho durante a década de 1990, diante de um saldo positivo de 1,6 milhão de empregos no setor público na década de 1980.

A precarização das condições e relações de trabalho atingiu todos os segmentos sociais, todos os níveis de escolaridade e praticamente todos os níveis hierárquicos, tornando o desemprego um fenômeno heterogêneo e complexo, diferente da característica homogeneizadora da década anterior e da previsibilidade de seu alcance a determinados segmentos de trabalhadores.

A informalidade do trabalho atingiu aproximadamente 53% dos trabalhadores, passando a representar uma das poucas formas de sobrevivência e de inserção profissional para os trabalhadores desempregados durante a década de 1990 (atualmente a informalidade continua elevada, pois a retomada da formalização das relações de trabalho tem sido insuficiente para a superação do

grave problema do desemprego no Brasil).

No que tange a flexibilização e desregulamentação do trabalho, dando prosseguimento a Reforma do Estado Nacional, foi instituído o Contrato Temporário de Trabalho no Brasil, através da aprovação do Projeto de Lei nº. 4.302/98, pelo Congresso Nacional e a tentativa de flexibilizar as relações de trabalho, com a alteração do artigo 618 da CLT, com a previsão de negociação em torno do parcelamento das férias (até mesmo a redução do período de 30 dias), da redução da licença-paternidade e do adicional de insalubridade e do parcelamento do 13º salário, entre outros direitos e conquistas históricas dos trabalhadores (essa segunda tentativa de flexibilização não obteve êxito e o projeto de lei foi arquivado pelo presidente Lula).

Mesmo com a retomada do processo de formalização das relações de trabalho consubstanciada pela geração de empregos formais a partir de 2001 e intensificado nos últimos anos, já sob o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, permanecem os problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro. Nesse sentido, o governo Lula tem se caracterizado como um governo contraditório, promovendo a ampliação de investimentos na área social e a manutenção da política econômica do governo anterior, através de metas inflacionárias, da manutenção de altas taxas de juros e do superávit primário em torno de 4,25% do PIB para pagar os juros da dívida pública brasileira, possibilitando, por exemplo, os altos lucros do setor financeiro, diante da reestruturação produtiva desencadeada nos bancos nacionais ao longo da década de 1990.

Os problemas do mercado de trabalho brasileiro estão expressos na permanência de taxas de desemprego consideradas elevadas, principalmente nas principais regiões metropolitanas do país, na informalidade do trabalho, como forma de sobrevivência para amplos segmentos de trabalhadores, na desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, com o mercado de trabalho extremamente seletivo para as mulheres tanto no que tange a inserção profissional, quanto aos rendimentos do trabalho, na instabilidade do emprego formal, através da alta rotatividade da mão-de-obra empregada e na precarização das condições e relações de trabalho, com a manutenção de ocupações precárias e contingentes.

Portanto, por um lado, a recuperação dos empregos formais dos últimos anos, não tem sido suficiente para dar cabo da grave crise do mercado de

trabalho brasileiro das últimas décadas, não conseguindo incorporar maciçamente os trabalhadores que foram excluídos do emprego formal desde a década de 1990 e tão pouco os jovens que ingressam no mercado de trabalho todos os anos.

Por outro lado, se houve aumento do número de empregos e um aumento do consumo, as condições de trabalho continuam precárias e o número de trabalhadores informais continua elevado. Já o aumento do consumo não corresponde proporcionalmente ao aumento da renda dos trabalhadores, mas sim ao alto processo de endividamento da população brasileira dos últimos anos, segundo o Banco Central do Brasil. Dessa forma, as perspectivas do emprego formal e das relações de trabalho subjacentes ainda são bem críticas, apesar da retomada do processo de formalização das relações de trabalho verificada a partir de 2001 na economia brasileira.

Nesse contexto, Presidente Prudente também sofreu um amplo processo de desestruturação do mercado de trabalho formal a partir de 1996, com a eliminação de empregos formais e o aumento da informalidade do trabalho, acompanhando a evolução negativa do mercado de trabalho tanto em nível estadual, quanto nos municípios que compõem a 10ª Região Administrativa do Estado, em todos os setores de atividade econômica ao longo da década de 1990.

Assim, o mercado de trabalho local reduziu o estoque de empregos formais em todos os setores de atividade econômica entre os anos de 1996 e 1998, reduzindo em aproximadamente 10% o número de empregos formais nesse período, em consonância com a ampla redução de empregos formais na economia nacional, estadual e regional.

A partir de 2003, a economia local e regional passou a apresentar saldos positivos nos estoques de empregos formais, seguindo a tendência verificada em âmbito nacional, de retomada do processo de formalização das relações de trabalho, sem, todavia, dar conta de reempregar os trabalhadores excluídos do emprego na década de 1990 e nem de inserir os jovens que ingressam todos os anos no mercado de trabalho formal.

Mesmo com a geração de 1.831 postos de trabalho no ano de 2007, o processo de formalização das relações de trabalho continua sendo insuficiente para a recuperação dos postos de trabalho eliminados na década de 1990. Assim,

constatou-se a criação de empregos formais em todos os setores de atividade econômica, com exceção da construção civil (79 postos de trabalho a menos no estoque total do setor), que continua reduzindo drasticamente o número de empregos, após uma breve recuperação no período compreendido entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006.

Os setores de comércio e de prestação de serviços foram responsáveis pela maior parte dos empregos formais, representando aproximadamente 89,5% dos postos de trabalho (815 e 825 postos de trabalho respectivamente), reafirmando a característica da economia local em torno do setor terciário, especialmente do grande setor de atividade econômica abrangido pelos serviços. A indústria apresentou um saldo positivo de 235 postos de trabalho e a agropecuária aumento de 35 empregos formais no estoque total do setor no ano de 2007.

Contudo, mesmo com esse desempenho positivo no último ano e nos anos anteriores, constata-se a manutenção do desemprego para amplas camadas de trabalhadores, com a pesquisa sobre a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente e das relações de trabalho apontando também como principais características associadas ao mercado de trabalho local, a precarização das condições e relações de trabalho (os trabalhadores desempregados realizam atividades temporárias e por tempo determinado, sem registro em carteira e sem os benefícios da legislação trabalhista brasileira), a instabilidade no emprego (a alta rotatividade da mão-de-obra para os trabalhadores empregados no setor formal, torna o emprego com carteira assinada instável e incerto), a informalidade do trabalho (como forma de sobrevivência para os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal) e a continuidade do processo histórico de concentração dos trabalhadores nos bairros periféricos do município, demonstrada nos mapas 02, 03 e 04, assim como a manutenção das desigualdades de inserção e de rendimentos entre gêneros, com o mercado de trabalho mais seletivo e excludente para as mulheres, associado ao baixo salário e a instabilidade do emprego formal na economia prudentina.

Dessa forma, os objetivos que permearam a pesquisa foram amplamente alcançados, quer pela apreensão dos impactos da crise do mundo do trabalho na economia local, com a análise da evolução e da dinâmica do mercado

de trabalho formal e das relações de trabalho, quer pela compreensão das transformações nas características dos trabalhadores empregados formalmente e dos trabalhadores desempregados de Presidente Prudente no período apreendido, ou ainda, pela comparação entre a evolução do emprego/desemprego no Estado de São Paulo, na 10ª Região Administrativa do Estado e na economia prudentina, além do mapeamento da residência dos trabalhadores desempregados, comparando com outras abordagens realizadas por pesquisadores da FCT/UNESP desde 1998.

Apesar das dificuldades do acesso irrestrito a determinados bancos de dados e informações sobre o desemprego na economia local, os procedimentos metodológicos adotados possibilitaram a compreensão da evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho, em consonância com o movimento mais amplo de reestruturação do capitalismo a partir da década de 1970 e dos impactos desse processo sobre o mercado de trabalho brasileiro, com a abordagem das transformações na dinâmica do emprego/desemprego e na informalidade do trabalho desde o início da década de 1990, até o período compreendido pelo primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).

As pesquisas realizadas no *site* do Ministério do Trabalho e do Emprego do Governo Federal, através de coleta e análise de dados sobre o mercado de trabalho formal do Brasil, do Estado de São Paulo, da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo e de Presidente Prudente, com investigações no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, possibilitaram a compreensão do mercado de trabalho local e das relações de trabalho no período analisado.

As entrevistas de campo em empresas selecionadas, com trabalhadores desempregados e em sindicatos selecionados (como forma de complementar a análise referente a determinadas empresas pesquisadas), foram de suma importância para o entendimento mais aprofundado sobre as transformações do mercado de trabalho de Presidente Prudente a partir de 1996, permitindo também a articulação entre dinâmica do emprego, desemprego, informalidade do trabalho e precarização das condições e relações de trabalho, a partir de informações referentes às entrevistas realizadas entre setembro e outubro de 2007.

Com relação à hipótese levantada, os dados e informações

analisadas confirmam que o movimento de retomada do assalariamento formal na economia brasileira e, especificamente em Presidente Prudente, não foi suficiente para superar a crise do mundo do trabalho na economia local, permanecendo o grave problema do desemprego e da informalidade do trabalho, assim como a precarização das condições e relações de trabalho e a desigualdade no mercado de trabalho atualmente.

Também a confirmação de que não houve transformações profundas na estrutura produtiva e nem a adoção ampla e maciça de inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra no interior do processo produtivo, vigente nos países capitalistas avançados com o movimento de reestruturação do capitalismo e, nem a implementação integral de métodos de gestão da força de trabalho relacionados à acumulação flexível de capital, que justifique o movimento de desestruturação do mercado de trabalho prudentino e a exigência cada vez maior de qualificação para a inserção e a manutenção do emprego formal nas empresas locais (com exceção do setor bancário, onde se constatou a ampla adoção de tecnologias e a informatização dos serviços, bem como a transformação dos trabalhadores em vendedores de produtos diversos e a terceirização de funções).

Dessa forma, verificou-se a manutenção dos princípios fordistas e tayloristas de produção em massa e de controle rígido da força de trabalho (produção em escala, manutenção de transporte dos trabalhadores, refeitório, segurança, determinação de horários de descanso para os trabalhadores e manuais de como lidar com os operários no interior do processo produtivo), com algumas inovações na gestão da força de trabalho, como a exigência de produtividade e premiação para a superação de metas mensais e a terceirização de funções, reforçando a constatação feita por Harvey (1996), de que o movimento de produção/reprodução de capital e a acumulação de mais-valia não podem prescindir da padronização, da parcelização e rotinização do trabalho, mesmo com as transformações associadas à acumulação flexível de capital, engendradas pelo movimento de reestruturação capitalista a partir da década de 1970.

As transformações na empregabilidade dos trabalhadores empregados formalmente e dos trabalhadores desempregados, principalmente com relação à exigência cada vez maior de escolaridade, devem ser compreendidas no contexto da formação de um enorme exército de reserva a disposição das

empresas, possibilitando às mesmas a seleção dos trabalhadores mais qualificados e com maior tempo de experiência, sempre mantendo os salários baixos (em torno de dois salários mínimos mensais), a desigualdade e a seletividade do mercado de trabalho para as mulheres e a alta rotatividade do emprego, caracterizando as relações de trabalho e o processo de exploração da força de trabalho e de acumulação de capital em Presidente Prudente.

A mudança de perfil dos trabalhadores desempregados demonstra que o desemprego em Presidente Prudente também se tornou um fenômeno complexo e heterogêneo, tornando também determinados segmentos de trabalhadores propensos a inempregabilidade pela exclusão permanente do mercado de trabalho ou pela longa duração do tempo de desemprego. Os trabalhadores com essa tendência têm como características fundamentais a idade elevada (acima dos 35 anos), o baixo grau de escolaridade (estudaram somente até a 8ª série do ensino fundamental) e o longo período fora do mercado de trabalho formal (acima dos dois anos sem registro em carteira de trabalho).

Em síntese, o mercado de trabalho prudentino caracteriza-se pelo profundo processo de desestruturação das últimas décadas, com o desemprego se mantendo em patamares elevados, a informalidade do trabalho, a precarização das condições e relações de trabalho, a instabilidade para os trabalhadores empregados, a desigualdade entre gêneros e a concentração dos trabalhadores desempregados nas áreas periféricas do município.

Nesses termos, a acumulação de mais-valia e o processo de produção/reprodução do capital, ocorrem pela exploração extensiva dos trabalhadores, através da manutenção dos princípios fordistas e tayloristas de produção em massa e do controle rígido da força de trabalho no processo produtivo, apresentando, no entanto, algumas variações na gestão da força de trabalho, expressas na adoção de exigência de produtividade e da terceirização de funções, por exemplo, com a exigência de qualificação e escolaridade para a contratação e a permanência no emprego, associadas a manutenção de um expressivo exército de reserva e não a adoção de inovações tecnológicas no processo produtivo e novas formas de gestão da mão-de-obra em Presidente Prudente atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**, In: Pós neoliberalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pág. 09-23.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista: AS greves de 1978-1980)**, São Paulo, Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

AZEREDO, Beatriz de. **Políticas Públicas de Emprego: a experiência brasileira**, São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 1998 (Coleção Teses & Pesquisas, v.1).

AZZONI, Carlos Roberto. A lógica da dispersão na indústria no Estado de São Paulo. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo: IPE/USP, n. 16, especial, 1986.

AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, n. 58, 1986. (Séries Ensaios Econômicos).

BALTAR, P. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas, IE/Unicamp, n. 6, 1996.

BANCO MUNDIAL (1995). O trabalhador e o processo de integração mundial. Washington: BIRD In: POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Mitos da “globalização”**, Rio de Janeiro: PEDEX, 1998.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Mitos da globalização**. Estudos Avançados, São Paulo: USP, nº 32, v. 12, p. 125-211, 1998.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNARDO, Paula Cristina (Org.). **Juventudes em debate: sindicalismo e mercado de trabalho.** São Paulo: CUT, 2007.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 1999.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo.** São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

CAGED – **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Lei nº. 4.923/65, Módulo I, Janeiro de 1997 à Outubro de 1998, Ministério do Trabalho, 1999 (CD-ROM).

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970.** São Paulo: Global, 1985.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio – Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira,** São Paulo, Brasiliense, 1984.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998, p. 593-611.

CASTELLS, Manuel. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. **Espaço e Debates,** São Paulo, n. 17, p. 5-23, 1986.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Editora Moderna, 1999.

COMIN, Álvaro A. Desregulação do mercado de trabalho e ação sindical no Brasil. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). **O Brasil não é mais aquele....Mudanças sociais após a redemocratização.** São Paulo: Cortez, 2001.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A fraternidade e os desempregados: sem trabalho por quê?** São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1999.

CONJUNTURA PRUDENTE 1993. Presidente Prudente: GAsPERR/Unesp 1993.

CONJUNTURA PRUDENTE 1997. Presidente Prudente: GAsPERR/Unesp, 1997.

CONJUNTURA PRUDENTE 2002. Presidente Prudente: GAsPERR/Unesp, 2002.

CORREIA, Silvia. **O trabalho informal: a situação socioeconômica dos camelôs em Presidente Prudente.** Relatório final da Bolsa PAE. FCT/UNESP, Presidente Prudente 2005.

CORREIA, Silvia. **Emprego e desemprego em Presidente Prudente. A saída pelo trabalho informal: o exemplo dos camelôs.** Monografia de bacharelado, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2007.

COUTINHO, Luciano. A Terceira revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade.** Campinas: UNICAMP/IE, n. 1, p. 69-87, agosto 1992.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual.** São Paulo: INCRA, 2005.

DINIZ, C. C., LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas.** Brasília: IPEA/IPLAN, 1989, p. 161-99, v. 3.

DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente/Sp,** Presidente Prudente, FCT/Unesp, 1998, 288 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

DURÃES, Bruno J. R. **Trabalhadores de Rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI.** Campinas: UNICAMP, 2006.

FERREIRA, Conceição Alves. **Os vendedores ambulantes do centro de Presidente Prudente: Uma contribuição ao estudo da economia informal.** Monografia (Bacharelado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 1999.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censos Demográficos.** Rio de Janeiro: IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

FUNDAÇÃO IBGE. **Contagem da população 1996.** Rio de Janeiro: IBGE/Ministério de Planejamento e Orçamento, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1986.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. **Quantificação em geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **A dinâmica do mercado de trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2001, Dissertação (Mestrado em Geografia).

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente-Sp**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2000, Dissertação (Mestrado em Geografia).

GONÇALVES, R. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003

GONÇALVES, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização econômica brasileira 1960 - 1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. pág. 141-225.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1989.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1996.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In MENEGUETTE JUNIOR, Messias; ALVES, Néri (Orgs). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999. p. 21 - 41

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A agropecuária no Município. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Orgs). **Conjuntura Prudente 2002**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. (Orgs.) **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

JINKINGS, Nise. **O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário**. São Paulo: Boitempo, 1996.

JINKINGS, Nise. A reestruturação do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KON, Anita. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: Santos, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

LIBÓRIO, Marília Gomes Campos. **Situação atual do mercado de trabalho em Presidente Prudente: desequilíbrio entre formação e absorção de mão-de-obra**. São Paulo: Escola de Pós-Graduação de Ciências Sociais, 1976, Dissertação (Mestrado em Ciência).

LIBÓRIO, Marília Gomes Campos. **Caracterização do mercado de trabalho de Presidente Prudente**. Presidente Prudente-Sp, FCT/UNESP, 1986 (Trabalho Acadêmico).

LIMA, Eurenice. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, n.º 25, NERU, São Paulo, Ano VIII, 1988.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, EDUFES, 2000.

MAMIGONIAN, Armen. **O processo de industrialização em São Paulo**. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 50. mar. 1976.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, Jorge Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.

MATTOSO, Jorge Levi. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

MELO, Nildo Aparecido de. **A reestruturação capitalista e o mundo do trabalho: uma análise do desemprego**, Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1998, 41 p. (Trabalho Acadêmico).

MELO, Nildo Aparecido de. **Dinâmica do emprego/desemprego e empregabilidade dos trabalhadores do setor privado em Presidente Prudente: contribuição à análise crítica do mercado de trabalho e da relação capital/trabalho na economia local.** Monografia de Bacharelado, Presidente Prudente, UNESP/FCT, 1999.

OCDE (1992). Perspectives de l'emploi. Paris: OCDE In POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999.

OFFE, Klaus. **Trabalho e sociedade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 13-41 (cap. 1).

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Osvaldo L. A região administrativa de Presidente Prudente. In: **Cenários da urbanização Paulista.** São Paulo: SEADE, p. 71-102, 1992.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTAUDI, Silvana; CARLOS, Ana F. Alessandri. Espaço e indústria no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, v. 57, n. 01, p. 5-23, 1995.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Marcio. **A metrópole do trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, Marcio. **SINDEEPRES 15 anos – A superterceirização dos contratos de trabalho.** Campinas: SINDEEPRES, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL/ UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Sistema de Informação para tomada de Decisão Municipal.** Presidente Prudente: Unesp, abril, 2000 (Relatório do Projeto “Políticas Públicas” da FAPESP).

RAMOS, Carlos Alberto; FREITAS, Paulo Springer. Sistema Público de Emprego: objetivos, eficiência e eficácia (notas sobre os países da OCDE e o Brasil), In: **Planejamento e Políticas Públicas**, n.º 17, pág. 59-104, junho de 1998.

RAMOS, Lauro; REIS, J. C. A. **Emprego no Brasil nos anos 90,** Rio de Janeiro: IPEA, 36p. março de 1997.

RANGEL, Ignácio. Intermediação financeira e crise. **Revista Ensaios**: Porto Alegre, p. 57-64, 1985.

RANGEL, Ignácio. **Economia brasileira contemporânea**. Campinas: Bional, 1987.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo Editora, 2003.

SADER, Emir (org), **Alca: integração ou subordinação?** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANDRONI, Paulo **Novo Dicionário de Economia**, São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/Presidente Prudente. **Dados e Informações sobre desemprego**, Janeiro de 1997 à Maio de 1999.

SILVEIRA, Marcio Rogério. **Desenvolvimento econômico e transporte ferroviário – abordagem para o caso catarinense**. Ourinhos: GEDRI/UNESP, 2006.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às Parcerias Público-Privadas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SILVEIRA, Márcio Rogério. As cinco revoluções e evoluções logísticas: impactos sobre o território brasileiro. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (orgs). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SINDICATO DOS METÁLURGICOS DO ABC. **Os trabalhadores e a terceirização**. São Bernardo: Gráfica e Editora FG, 1993.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, v. 12, p. 3-20, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Paulo de Tarso P. L. **O pólo dominante de um governo contraditório**. [S.l.: s.n), 2004, Mimeografado.

SORJ, Bila. Mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15, n. 43, junho 2000, p. 25-34.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1990 (tese de doutoramento).

SPOSITO, Eliseu Savério. A formação histórica. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Orgs). **Conjuntura Prudente 2002**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia – contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Presidente Prudente e seu contexto de relações. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Orgs). **Conjuntura Prudente 2002**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importação ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

YÁZIGI, Eduardo. **A economia informal das ruas: O mundo das calçadas**. SP: Humanitas, USP, 2000.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **Relações de trabalho – dissertação de mestrado analisa o fenômeno da flexibilização das relações de trabalho**. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2001. Disponível em <<http://www.diap.org.br>>, acesso em setembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Programa de Aceleração do Crescimento Econômico**. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br>> acesso em maio de 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS e CAGED**. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> acesso no período de junho de 2007 a fevereiro de 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Disponível em <<http://www.diap.org.br>> acesso em novembro de 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**, Disponível em <<http://www.dieese.org.br>> acesso em janeiro de 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de Emprego e Desemprego** Disponível em <http://www_seade.sp.gov.br> acesso em novembro de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**, Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

JORNAL O IMPARCIAL, Disponível em <<http://www.imparcial.com.br>> acesso em dezembro de 2007.

SÃO PAULO (ESTADO). SERT - Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho. Disponível em <<http://www.emplo.sp.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

ANEXOS

Entrevistas com trabalhadores desempregados na SERT

Nome: _____ Estado Civil _____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Onde mora: _____

A quanto tempo está desempregado e a última ocupação _____

O que faz para sobreviver _____

O que falta para você conseguir um emprego formal na sua
opinião _____

O emprego formal melhoraria sua qualidade de vida? Em que
sentido? _____

Quantas pessoas estão desempregadas em sua família e o que fazem para
sobreviver? _____

Outras informações relevantes _____

Entrevistas em empresas prudentinas selecionadas

Quantas pessoas trabalham na empresa _____

Para quais países a empresa vende seus produtos: _____

Como a empresa se insere competitivamente nesses mercados? _____

Há incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo (informatização e automação de linhas de produção) _____

A empresa adota formas modernas de organização do trabalho ligadas às mudanças do processo produtivo? Quais são? _____

Quais os requisitos para a contratação do trabalhador e a manutenção do emprego na empresa? Qual o grau de rotatividade? _____

A empresa adota a terceirização, subcontratação e contrato temporário de trabalho _____

Como são as relações com os trabalhadores (tempo de trabalho, metas, regras e produtividade) _____

Outras informações relevantes _____

Entrevistas em Sindicatos selecionados

Como é o trabalho na linha de produção _____

Como ocorre o controle do tempo de trabalho pela empresa _____

A empresa adota formas modernas de gestão da mão-de-obra (metas, premiação por produtividade, qualificação e escolaridade) _____

Qual o grau de rotatividade na empresa e os principais motivos _____

A empresa adota formas de terceirização e subcontratação? Quais? _____

Como são as relações de trabalho no interior do processo produtivo _____

Outras informações relevantes _____

Estrutura da análise proposta

